



# CRISE DA DEMOCRACIA, ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA E IDEOLOGIAS POLÍTICAS:

entre usos públicos do passado e os desafios do tempo presente

## ORGANIZADORES

**Francisco Carlos Teixeira da Silva**  
**Leandro Cabral de Almeida**  
**Luís Falcão**



# **CRISE DA DEMOCRACIA, ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA E IDEOLOGIAS POLÍTICAS:**

entre usos públicos do passado e os desafios do tempo presente



Atribuição-Não Comercial-Sem Derivações 2.0 Genérica (CC BY-NC-ND 2.0)

### **Acesso livre e gratuito.**

De acordo com os termos seguintes:

**Atribuição** — Você deve dar o crédito apropriado, prover um link para a licença e indicar se mudanças foram feitas. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de nenhuma maneira que sugira que o licenciante apoia você ou o seu uso.

**Não Comercial** — Você não pode usar o material para fins comerciais.

**Sem Derivações** — Se você remixar, transformar ou criar a partir do material, você não pode distribuir o material modificado.

Licenciamento do conteúdo consultar:

[editorauana@gmail.com](mailto:editorauana@gmail.com)

[leandrocabral@id.uff.br](mailto:leandrocabral@id.uff.br)

-

**Editora Uaná (Niterói, RJ)**

**CNPJ 47.351.194/0001-33**

Editora-Responsável

**Leila Maribondo Barboza**

Editor Adjunto

**Carlos Douglas Martins Pinheiro Filho**

Capa/Projeto Gráfico/Diagramação

**Leila Maribondo Barboza**



[doi.org/10.36599/uana-978-65-84417-00-7](https://doi.org/10.36599/uana-978-65-84417-00-7)

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

**Silva, Francisco Carlos Teixeira da**

Crise da democracia, ascensão da extrema direita e ideologias políticas: entre os usos públicos do passado e os desafios do tempo presente [livro eletrônico] / Francisco Carlos Teixeira da Silva, Leandro Cabral de Almeida, Luís Falcão. -- Niterói, RJ : Editora Uaná, 2026. PDF

**ISBN 978-65-84417-00-7**

1. Ciência política 2. Democracia 3. Direita e esquerda (Ciência política) - Brasil – História 4. Ditadura militar 5. Extremistas de direita 6. Políticos  
I. Almeida, Leandro Cabral de.  
II. Falcão, Luís. III. Título.

26-341653.0

CDD-320.533

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Extrema-direita : Ciência política 320.533

Camila Aparecida Rodrigues - Bibliotecária CRB - SP-010133/O

# SUMÁRIO

## **Apresentação (p.07)**

### **Prefácio (p.26)**

Luis Felipe Miguel

### **1. Extrema direita e usos públicos do passado: notas sobre a construção discursiva do inimigo político em Israel e Hungria (p.36)**

Leandro Cabral de Almeida

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Luís Falcão

### **2. Política Externa Ativa e Altiva: Então e Agora (p.96)**

Celso Amorim

### **3. Crises nas democracias americanas, os usos da linguagem e a criação de “novas gramáticas filo/antisemitas” das extremas direitas no século XXI (p.129)**

Michel Guerman

Stephanie Assaf

### **4. A materialidade da filosofia da práxis como ferramenta da classe trabalhadora: o fortalecimento da participação popular no controle social em contexto de avanço da ofensiva conservadora (p.155)**

Camila Faria Pançardes

### **5. Democracia vulgar e processo de fascitização no Brasil: as estratégias de delimitação dos protagonistas na estrutura de poder e de imobilização dos “indesejáveis” (p.185)**

Douglas Ribeiro Barboza

### **6. A direita cruceña e o Golpe de 2019 na Bolívia: O papel do jornal El Deber na construção da narrativa**

Mayara Jardim

### **7. A democracia racial e as interdições à cidadania: Gilberto Freyre e depois (p.261)**

Felipe Cazetta

### **8. O discurso da corrupção como estratégia política da direita: o caso de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018 (p.288)**

Juan Ignacio Assandri

Marcio Jose Melo Malta

**9. Raça de Atlantes: a Raça cósmica e o mito do eterno retorno dos heróis integralistas ao continente perdido (p.311)**

Márcia Carneiro

**10. *Hearts of Irons*, era Vargas, autoritarismo e ensino de história (p.349)**

Sthefany de Oliveira Isabel Cruz

Christiano Britto Monteiro dos Santos

Diogo Trindade Alves de Carvalho

**11. “Tchererê tche tche”: uma análise político-cultural do sertanejo universitário no contexto do bolsonarismo (p.381)**

Monica Porto Apunburg Trindade

Raquel Anne Lira de Assis

Tiago de Silva Cesar

**12. Memórias em conflito: O negacionismo histórico nos discursos da extrema direita brasileira (p.419)**

Giovana Mylena Silva Soares

**13. Bolsonarismo, fascismo e democracia em crise: reflexões sobre a radicalização da direita no Brasil (2019-2023) (p.449)**

Gabriel Lopes Silva

## **Apresentação**

A crise das democracias liberais e a ascensão da extrema direita são fenômenos políticos globais que mobilizaram intensamente o debate público e acadêmico na última década. Ainda que não se tratem de processos inéditos, se distinguem de outras épocas ao engendrar retrocessos democráticos admitindo aparência legal, nos marcos institucionais e procedimentais da democracia, com eleições, representantes, parlamento e instituições jurídicas funcionando. No século XXI, as principais ameaças às instituições democráticas resultam da ação de líderes políticos extremistas eleitos legitimamente. Não mais com tanques nas ruas e rupturas violentas, como na segunda metade do século XX, quando as democracias decaíram por golpes e ditaduras militares, mas com processos de corrosão operados de dentro do regime democrático. Hoje, concepções, projetos, grupos, movimentos, partidos e atores políticos extremistas são normalizados por políticos tradicionais, que se dispõem em alianças e coalizões. Obtendo expressivos resultados eleitorais, políticos da extrema direita alçam cargos importantes na estrutura do Estado. Suas ideias são debatidas e difundidas pela mídia hegemônica. Os projetos e discursos da extrema direita ganham ressonância e apoio eleitoral de um vasto contingente populacional, ainda que apontem para a reversão de direitos e garantias sociais e admitam caráter abertamente antidemocrático, autoritário, racista, xenofóbico, e em alguns casos, fascista. A ascensão da extrema direita constitui a principal

ameaça às democracias no século XXI.

Na Ciência Política, e nas Ciências Humanas, de modo geral, a crise da democracia e ascensão da extrema direita foram objetos de análises que consideraram a experiência de países do Norte Global, como a votação do *Brexit* - o referendo popular que decidiu pela saída do Reino Unido da União Européia - e a eleição de Donald Trump, nos EUA, como marcos para a constatação do profundo mal-estar com as instituições democráticas que afetava as populações de diversos países do mundo. Tais estudos ativeram à própria institucionalidade democrática e às perspectivas liberais como referências para compreender o processo de desdemocratização e de ascensão de líderes *outsiders* com tendências autoritárias, eleitos legitimamente por uma massa descrente com as mediações, alternativas e benefícios do jogo democrático.

Nesse caso, interpretações, obras e autores, com lastro na ciência política hegemônica (conservadora), que apresentaram concepções acerca da atual crise da democracia assentadas no modelo de democracia derivado da experiência do pós-segunda guerra mundial, sobretudo de países desenvolvidos da Europa e da América do Norte. Contemplando um período histórico de três décadas, os “trinta gloriosos”, esses estudos expressavam certo otimismo com a expansão da democracia no ocidente, enfatizando especialmente a estabilidade política, o crescimento econômico, os ganhos materiais para a classe trabalhadora e os avanços sociais conquistados no período. No entanto, ignoravam contradições típicas das democracias liberais nos países do

Norte, que embora fossem considerados regimes democráticos consolidados, conviveram no pós-guerra com segregação racial, apoio à regimes autoritários e manobras antidemocráticas (Miguel, 2022).

Nos países do Sul, a constituição de regimes democráticos no pós-guerra admitiam restrições e fragilidades diante das pressões das classes dominantes, de interesses estrangeiros e tentativas golpistas. Guerras civis e lutas por independência ocuparam a realidade de inúmeros países periféricos na África e Ásia durante “os trinta gloriosos” anos de expansão da democracia liberal. Na América Latina, golpes e ditaduras militares tornaram a experiência democrática fragmentada. Na periferia do capitalismo, a democracia nunca se concretizou. Antes, teve seus mecanismos de participação popular cada vez mais estrangulados, sobretudo pelas condições materiais de existência impostas à classe trabalhadora. Nesses países, as potencialidades da soberania popular eram constantemente cerceadas pela desigualdade social.

Para Chaloub (2021), as interpretações hegemônicas sobre crise da democracia e ascensão da extrema direita expressam um conceito de democracia fortemente normativo e estritamente vinculado aos preceitos liberais organizados em torno de valores do mercado, compreendido como um modelo econômico e forma de organização social, refletindo na perspectiva da democracia como a arena ocupada por indivíduos racionais, na qual se disputam recursos escassos. A crítica se estende ainda para a tentativa de propor teorias supostamente

globais sobre as questões que se colocam às democracias no tempo presente.

Considerando o conjunto de transformações que solaparam o discurso hegemônico que apontava para a consolidação das democracias liberais desde os anos 1990, Ballestrin (2022) questiona a ausência das experiências políticas dos países do Sul Global na literatura contemporânea sobre crise das democracias liberais. Em sua perspectiva, tal omissão influi diretamente sobre a compreensão do fenômeno e limita a coerência e alcance das teorias da democracia, assim como a discussão normativa e o prognóstico que propõem para o enfrentamento da crise.

Segundo Demier (2025), as interpretações dominantes sobre a crise da democracia refletem uma perspectiva liberal-institucionalista que demonstra o espanto elitista com a “irracionalidade” das massas aderentes ao extremismo e populismo, mas que não consegue analisar o fenômeno para além da superficialidade. Em sua perspectiva, a crise da democracia contemporânea é a expressão política de uma crise de hegemonia da burguesia, uma crise da dominação burguesa. A democracia liberal representativa é o modo pelo qual se efetiva a dominação de classe, que se desdobra da combinação relativa entre coerção e consenso. Mobilizando referencial teórico marxista gramsciano, o autor destaca que a crise da democracia deve ser analisada considerando a relação de determinação dialética com a crise da hegemonia burguesa. O consenso não se organiza apenas com base na ideologia, mas implica também em

concessões à classe trabalhadora, inclusive como meio para fundamentar a ideologia. Nesse quadro, a crise das democracias liberais se manifesta pela dificuldade das classes dominantes em preservar o padrão de acumulação capitalista estabelecido até 2008, assim como pela incapacidade de propor qualquer concessão às massas populares. Para Demier, a gestão das democracias liberais tornou o regime cada vez mais impermeável (ou *blindado*) às demandas da classe trabalhadora, intensificando as políticas neoliberais, com medidas de austeridade, corte de gastos, retirada de direitos, privatizações, financeirização e contrarreformas diversas que rebaixaram drasticamente as condições materiais de existência da grande maioria da população trabalhadora, fortalecendo a ascensão do neofascismo, de seu discurso antipolítica e disposição autoritária (e coercitiva) para implementar as medidas antipopulares exigidas pelas classes dominantes a fim de estabilizar a acumulação capitalista e destituir o regime democrático-liberal dos mecanismos de participação popular nos espaços decisórios do Estado.

De acordo com Miguel e Ballestrin (2025), as interpretações sobre a crise da democracia no século XXI devem ser problematizadas, pois reverberam concepções hegemônicas da Ciência Política que insistem em se orientar por uma compreensão da institucionalidade política apartada das dinâmicas sociais mais amplas, como aquelas derivadas da constituição histórica de desigualdades sociais no próprio processo de formação dos Estados e de organização das

democracias liberais ao longo do século XX, sobretudo no pós-guerra, quando ocorre a expansão global dos regimes democráticos para países outrora submetidos à dominação colonial e/ou ditaduras militares. Nesse quadro, as interpretações correntes sobre a crise das democracias liberais revelam uma crise que também é teórica e disciplinar, com perspectivas teóricas e analíticas limitadas que enfrentam dificuldades para lidar com a complexidade de um fenômeno global, que comporta dimensões econômicas, sociais, ideológicas, históricas, além das singularidades nacionais e inserções específicas no contexto político internacional.

É necessário compreender a forma como a construção de uma ordem internacional pós-colonial, globalizada e neoliberal incide sobre as democracias, especialmente dos países periféricos, nos quais séculos de colonização e escravidão - como no Brasil - resultantes da inserção subalternizada no quadro das relações determinadas pelo capitalismo global, legou sociedades profundamente desiguais e rigidamente hierárquicas, cujas classes dominantes admitem pouco apreço e compromisso com as instituições democráticas, além de aversão a qualquer proposta de teor igualitário. Na perspectiva de Ballestrin (2022,2025), a institucionalidade das democracias liberais tem promovido resultados antidemocráticos, mantendo as formalidades que lhes são inerentes, mas sufocando qualquer movimento de soberania popular, processo que se agravou com a intensificação do neoliberalismo desde os anos 1990. E essa é uma questão fundamental no debate sobre crise das

democracias. Ao reproduzir um “anglo-eurocentrismo metodológico” e um “liberalismo normativo limitado e parcial”, as análises elaboradas desde o Norte ignoram a forma como os regimes liberal-democráticos acomodam e reproduzem formas autoritárias, assim como se omitem acerca dos mecanismos pelos quais as desigualdades sociais, em nível global, bloqueiam processos de democratização e de constituição de cidadania plena.

Nas interpretações sobre as crises das democracias no século XXI, fica em evidência a mobilização de teorias políticas democráticas que admitem compatibilidade ou mesmo complementaridade entre as democracias liberais e uma ordem social profundamente desigual (Miguel, 2022, p. 28). Ao se concentrarem na institucionalidade liberal democrática, tais estudos reproduzem perspectivas eurocêntricas, esvaziando a concepção de democracia dos elementos que estruturam a soberania popular e omitindo acerca das tensões intrínsecas à relação entre democracia e economia capitalista. Ignoram não apenas as contradições e limites da política democrática liberal, mas também os aspectos econômicos, sociais, ideológicos e históricos que permeiam a crise. E as interseções entre processos de desdemocratização e rupturas institucionais que ocorrem em países do Norte e do Sul.

O livro que propomos, *Crise da democracia, ascensão da extrema direita e ideologias políticas: entre usos públicos do passado e os desafios do tempo presente*, é o resultado de um trabalho coletivo, organizado pelo Laboratório de Estudos

Republicanos (LER), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (PPGCP-UFF). Integrando pesquisadores de diversas instituições de pesquisa e universidades públicas, mobilizando distintos referenciais teórico-metodológicos, conceitos e temas, nosso objetivo é contribuir para o debate sobre crise das democracias liberais e ascensão da extrema direita, contemplando análises que enfocam aspectos históricos, políticos e ideológicos de tais fenômenos, com perspectivas tecidas desde o Sul Global. Ao imbricar a dimensão ideológica da crise das democracias e da ascensão da extrema direita no Brasil e no mundo, traçamos como propósito abarcar a discussão sobre conservadorismo, reacionarismo, autoritarismo, neoliberalismo e fascismo presentes no debate público e acadêmico, mas colocando em destaque a forma como a ressurgência da extrema direita lança mão de uma política ideológica radical, mobilizando um passado mítico (falseado) para projetos políticos do presente, constituindo um conjunto de desafios intelectuais e políticos, seja no desvelamento de projetos autoritários, no combate a formas de negacionismos, no enfrentamento aos discursos fascizantes que negam a pluralidade, os direitos e o consenso democrático como fundamentos da política no século XXI.

No primeiro capítulo, *Extrema direita e usos públicos do passado: notas sobre a construção discursiva do inimigo político em Israel e Hungria*, os organizadores do livro abordam convergências entre a ascensão da extrema direita e o fascismo histórico, enfatizando especialmente o emprego de uma política

ideológica voltada para a difusão sistemática de mentiras, desinformação, *fake news*, teorias da conspiração orientadas para a desumanização do outro, compreendido como um inimigo existencial. Nesse caso, o enfoque recai sobre o processo no qual a difusão sistemática de mentiras e sua mobilização para objetivos políticos do presente integram a construção discursiva voltada para a propagação de ideias de supostas ameaças e inimigos existenciais em Israel e Hungria, cujo objetivo é a naturalização e legitimação de medidas autoritárias e formas de violência, como a retirada de direitos de imigrantes e pessoas LGBTQIA+ na Hungria e o genocídio em Gaza.

Em tempos de imposição da força sobre as relações exteriores, com a mobilização de ameaças e sanções, Celso Amorim, diplomata e ex-ministro de relações internacionais, nos apresenta no capítulo dois, *Política externa ativa e ativa: então e agora*, uma avaliação das duas últimas décadas da política externa brasileira, enfocando, sobretudo os governos Lula (I, II e III), período marcado por esforços para influir na agenda internacional, promovendo iniciativas institucionais para a integração regional com diversos países em desenvolvimento da América Latina, África e Ásia Ocidental, estreitando relações políticas e comerciais, revendo relações injustas no comércio internacional, inclusive com os EUA e com países da Europa, intervindo em temas importantes da governança global, como a crise climática, fome, segurança internacional, questão da energia nuclear ou geopolítica – como os conflitos entre Rússia e Ucrânia, entre Israel e Palestina, entre outros. Na análise

proposta, fica em destaque as formas pelas quais a política externa brasileira, orientada por uma visão democrática e pluralista, empreendeu avanços significativos na constituição de uma posição soberana diante dos temas globais que emergiam de um mundo cujas relações se tornavam mais complexas e multipolarizadas.

O terceiro capítulo, *Crises nas democracias americanas, os usos da linguagem e a criação de “novas gramáticas filo/antisemitas” das extremas direitas no século XXI*, escrito por Michel Guerman e Stephanie Assaf, aborda a forma como a ascensão das novas extremas direitas admite elementos de continuidade com movimentos históricos de mobilização da extrema direita e dos fascismos, destacando especialmente a estruturação de uma “nova gramática política”, organizada em torno de uma agenda comum atravessada pela xenofobia, anticomunismo e aversão à esquerda e às pautas progressistas, como às demandas políticas da população LGBTQIA+. Os autores enfatizam o processo no qual a extrema direita, no Brasil, na Argentina e nos EUA, empreendeu um movimento de ressignificação das identidades políticas e da linguagem (e estética) de seu espectro político, afastando perspectivas antisemitas que historicamente as caracterizavam e adotando símbolos, bandeiras, concepções típicas do sionismo, do judaísmo e do Estado de Israel, concedendo apoio aberto e compartilhando a mesma linguagem voltada para legitimar extremismos e reforçar identidades políticas comuns.

No quarto capítulo, *A materialidade da filosofia da práxis*

*como ferramenta da classe trabalhadora: o fortalecimento da participação popular no controle social em contexto de avanço da ofensiva conservadora*, Camila F. Pançardes apresenta uma análise do processo histórico no qual as classes dominantes articulam um projeto neoconservador como estratégia hegemônica num contexto de crise do capital. Mobilizando referencial marxista gramsciano, especialmente as categorias de Estado ampliado, sociedade civil e hegemonia, a autora se debruça sobre o avanço das perspectivas neoliberais no cenário político brasileiro desde a redemocratização, incidindo sobre o Estado e as políticas públicas pela adoção de reformas e medidas de austeridade, com restrição das políticas sociais e ataques à participação popular no controle social. A filosofia da práxis, na medida em que se volta para a realidade a ser transformada, deve ser compreendida em sua materialidade como uma ferramenta para a construção de respostas da classe trabalhadora diante da ascensão da extrema direita e da ofensiva conservadora.

Douglas Ribeiro Barboza, autor do capítulo cinco, *Democracia vulgar e processo de fascistização no Brasil: as estratégias de delimitação dos protagonistas na estrutura de poder e de imobilização dos “indesejáveis”*, empreende um estudo acerca dos mecanismos pelos quais as classes dominantes, no contexto de consolidação política e econômica da ordem burguesa, incorporaram instituições e procedimentos da democracia associando-os ao liberalismo e ao capitalismo. Nesse caso, esvaziando a democracia de seu conteúdo

econômico e social, negando à classe trabalhadora qualquer possibilidade de atuação para além dos procedimentos formais da democracia, restringindo as condições concretas de vida dessa população e bloqueando qualquer movimento para o questionamento do desenho institucional da estrutura política que sustenta a ordem burguesa, uma democracia vulgar. Para o autor, compreender as particularidades históricas da construção da democracia vulgar e do desenvolvimento de uma revolução burguesa no Brasil é fundamental para analisar o processo de fascistização da sociedade brasileira mobilizado pela ascensão da extrema direita, do bolsonarismo e do governo Bolsonaro num contexto de crise econômica e política, marcada pelo acirramento das lutas de classes.

O sexto capítulo trata do movimento da extrema direita boliviana no período que antecede o golpe de 2019, destacando especificamente os discursos da direita cruceña veiculados no jornal *El Deber*, importante periódico de Santa Cruz de La Sierra, representativa de tendências conservadoras, católicas, racistas e alinhadas aos interesses das elites agrárias. Com o título *A Direita Cruceña e o Golpe de 2019 na Bolívia: O Papel do Jornal El Deber na Construção da Narrativa*, Mayara de Oliveira Jardim propõe um estudo acerca da participação da direita cruceña na crise democrática e ruptura institucional de 2019, através da construção de uma narrativa política dirigida à desestabilização do governo de Evo Morales, associando ao autoritarismo e golpismo, acusando-o indevidamente de fraude eleitoral e mobilizando discursos que difundem perspectivas

antidemocráticas, autoritárias e violentas.

No capítulo seguinte, *A democracia racial e as interdições à cidadania: Gilberto Freyre e depois*, de Felipe Cazetta, encontramos uma análise da construção do mito da democracia racial no Brasil a partir da obra de Gilberto Freire, a fim de compreender como esse imaginário coletivo admite possibilidade de incidir sobre a desmobilização política, preservando o *status quo*. Mobilizando referencial teórico-metodológico da História do Tempo Presente, Cazetta procura salientar os enlaces que vinculam presente e passado nas formas de dominação que garantiram a preservação da estrutura social e política profundamente desigual, ancorada no patriarcalismo, no latifúndio e na escravidão (e no racismo), desde os tempos coloniais, através do emprego da violência direta, ou em tempos mais recentes, com formas dissimuladas de segregação operadas na dimensão cultural para interditar os espaços e possibilidades de desenvolvimento de uma cidadania plena pela população racializada, impedindo movimentos de conscientização de classe e raça que aponte para contradições estruturantes da sociedade brasileira e fomenta lutas políticas para transformações profundas dessa realidade.

A construção discursiva da identidade política de Jair Bolsonaro como político *outsider* capaz de combater a corrupção e se constituir como alternativa a decadência institucional é o tema do capítulo oito, de Juan Ignacio Assandri e Marcio Jose Melo Malta, intitulado *O discurso da corrupção como estratégia política da direita: o caso de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018*.

No estudo proposto, os autores compreendem o discurso anticorrupção mobilizado pela extrema direita como um dispositivo performativo, capaz de ordenar, classificar e excluir, refletindo a realidade e moldando-a a partir de uma narrativa histórica voltada à constituição de uma “identidade moral”. Ao analisar os discursos de Bolsonaro nas redes sociais durante o período eleitoral, fica em evidência a forma como o tema da corrupção é instrumentalizado politicamente para deslegitimar e criminalizar governos progressistas e partidos tradicionais, elencar inimigos políticos e difundir uma visão de mundo e de política maniqueísta, anunciando uma “regeneração moral” do Estado e desvelando perspectivas autoritárias, que em nada contribuem para o fortalecimento das instituições democráticas e das políticas de transparência. Pelo contrário, líderes radicais de direita eleitos, como Bolsonaro, enfrentam dificuldades de preservar a coerência do discurso anticorrupção diante da realidade de seus governos afundados em denúncias de corrupção.

O capítulo nove, *Raça de Atlantes: a Raça cósmica e o mito do eterno retorno dos heróis integralistas ao continente perdido*, de Márcia Carneiro, se insere no debate sobre usos públicos do passado mitificado pela extrema direita ao propor um estudo sobre as narrativas míticas dos integralistas no Brasil dos anos 1930 ao tempo presente. Salientando a forma como o Movimento Integralista Brasileiro procurou contribuir para o debate cultural e político acerca dos elementos que integram o povo brasileiro, a autora chama a atenção para a perspectiva

trans-histórica que desponta dos discursos integralistas voltados para a construção de mitologias nacionalistas. Nesse caso, iluminando a forma como tais mitos confluem para uma perspectiva temporal específica, na qual concepções e narrativas do passado são atualizadas discursivamente, como o mito do eterno retorno dos heróis integralistas e as elaborações acerca da constituição racial da sociedade brasileira.

O décimo capítulo, *Hearts of Irons, Era Vargas, autoritarismo e ensino de história*, de Sthefany de Oliveira Isabel Cruz, Christiano Britto Monteiro dos Santos e Diogo Trindade Alves de Carvalho, trata de um tema atual e importante para a compreensão do processo de difusão de perspectivas negacionistas e usos públicos de passados mitificados. Nesse caso, a análise proposta se concentra na série de jogos de estratégia *Hearts of Iron*, produzidos pela Paradox Interactive, indústria de jogos eletrônicos que contempla contextos e cenários de guerras, especialmente da Segunda Guerra Mundial, para oferecer uma experiência de jogo baseada na imersão em determinados eventos históricos, criando a possibilidade de tomadas de decisões envolvendo questões econômicas, discussões diplomáticas, estratégias militares e interesses geopolíticos. No quadro da jogabilidade e dos recursos que o jogo propõe, se destaca a possibilidade de controlar o governo brasileiro durante a segunda guerra, lidando com decisões políticas e estratégicas como o presidente Getúlio Vargas, influenciando no curso da história. No entanto, tais mídias tangenciam formas ideológicas, concepções políticas, visões de

mundo e representações que podem reforçar ou questionar interpretações sobre fatos históricos. Num universo de midiaticização das relações sociais, do conhecimento e da cultura, jogos eletrônicos, como *Hearts of Iron*, entre outros, constituem dispositivos capazes de ressignificar o passado, reproduzir representações e narrativas históricas, revelar disputas por memória e manipulação de concepções e fatos do passado, compondo não apenas uma importante fonte acerca das interpretações históricas (e políticas) gravitantes na indústria cultural, mas constituindo, enquanto produto cultural, também um tema e recurso potencial para o ensino de história, além de profícuo objeto de estudo.

O capítulo onze, *“Tchererê tchê tchê”*: uma análise político-cultural do sertanejo universitário no contexto do bolsonarismo, de Monica Porto Apenburg Trindade, Raquel Anne Lima de Assis, Tiago da Silva Cesar, enfoca as relações estabelecidas entre cantores sertanejos e o bolsonarismo, considerando o apoio explícito de alguns artistas, mas especialmente a forma como composições musicais do gênero representam a realidade a partir de concepções e valores típicos da extrema direita. Dentre as quais se destacam concepções hedonistas, machistas e conservadoras. Os autores empreendem uma análise articulada à compreensão das singularidades da ascensão da extrema direita no Brasil e do processo histórico no qual o agronegócio constituiu uma força política conservadora (ou reacionária), evidenciando os mecanismos pelos quais as elites agrárias propõem, pela cultura, apresentar a sua

representação da realidade.

A atual ascensão da extrema direita revelou como o passado é instrumentalizado e ressignificado (ou falseado) como elemento retórico e ideológico de seus discursos e projetos autoritários. No capítulo doze, *Memórias em conflito: o negacionismo histórico nos discursos da extrema direita brasileira*, Giovana Mylena Silva Soares apresenta um estudo sobre os movimentos da extrema direita brasileira na constituição de uma narrativa histórica sobre o período ditatorial que se iniciou com o golpe de 1964, mas alinhada com suas concepções políticas e ideológicas no presente. No entanto, a autora enfatiza especialmente a forma como a extrema direita tem se apropriado seletivamente de interpretações, argumentos e obras provenientes do mundo acadêmico, sobretudo com perspectivas revisionistas e conservadoras. A partir de referências teórico-metodológicas da História do Tempo Presente, analisando documentos históricos, pronunciamentos públicos de políticos da extrema direita, as Ordens do Dia do Clube Militar e os conteúdos audiovisuais da produtora Brasil Paralelo, fica em evidência que a reinterpretação do passado ditatorial sob uma perspectiva negacionista é parte de uma estratégia para legitimar narrativas autoritárias do presente, negar as evidências sobre as violências do Estado, relativizar os diversos crimes cometidos por militares e agentes da repressão, glorificando o passado de “ordem” e enaltecendo perspectivas salvacionistas, ainda que silenciando e apagando o testemunho de vítimas da violência estatal, as denúncias de instituições

defensoras dos direitos humanos e o trabalho realizado pelas Comissões da Verdade. Aos historiadores se impõem desafios teórico-metodológicos, éticos e políticos na construção do conhecimento científico de forma crítica, comprometido com os valores da democracia, dos direitos humanos, da justiça social e histórica.

Finalizando a obra, o capítulo treze, *Bolsonarismo, fascismo e democracia em crise: reflexões sobre a radicalização da direita no Brasil (2019-2023)*, de Gabriel Lopes Silva, empreende uma análise dos elementos fascizantes do bolsonarismo, colocando em destaque o discurso anticomunista, os ataques à princípios democráticos, o anti-intelectualismo, a difusão de Fake News, desinformação e teorias da conspiração para a propagação de ideias de supostas ameaças e inimigos existenciais, fazendo convergir a política ideológica da extrema direita com o fascismo histórico. O autor aborda ainda a tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023, considerando-a resultado da escalada antidemocrática e golpista do governo Bolsonaro. E considera o Bolsonarismo uma expressão do fascismo, haja vista as apropriações simbólicas que produziu, as referências e ideias compartilhadas, a aproximação com grupos neonazistas, os ataques à educação, à ciência, aos direitos humanos e à democracia. Nesse caso, não como uma repetição das experiências fascistas do século XX, mas adaptada aos tempos de neoliberalismo e comunicação digital.

## Referências

Ballestrin, Luciana. Desigualdades pós-coloniais no processo de desdemocratização global: a ausência do sul no debate sobre a crise das democracias liberais. *Dissertatio*, v.12, 2022.

\_\_\_\_\_. Crise democrática e condições pós-coloniais. In: Miguel, Luis Felipe; Ballestrin, Luciana (Orgs.). *Democracias em crise, teorias em transe*. Belo Horizonte: Autêntica, 2025.

Brow, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politéia, 2019.

Chaloub, Jorge. Os lugares da política na crise da democracia. In: *Argumentum*, v.13, n.2, 2021.

Demier, Felipe. Neoliberalismo e neofascismo no tempo presente: notas sobre a tal crise da democracia contemporânea. In: *Revista Marx e o Marxismo*, v. 13, n. 24, jan./jun. 2025.

Levitsky, Steven; Ziblatt, Daniel. *Como as Democracias Morrem*. São Paulo: Zahar, 2018.

Mouk, Yascha. *O Povo Contra a Democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

Przeworski, Adam. *Crises da democracia*. Rio de Janeiro Zahar, 2020.

Ruciman, David. *Como a democracia chega ao fim*. São Paulo: Todavia, 2018.

Miguel, Luis Felipe. *Democracia na periferia capitalista: impasses do Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

\_\_\_\_\_; Ballestrin, Luciana. Interpretando a crise e repensando a democracia. In: Miguel, Luis Felipe; Ballestrin, Luciana (Orgs.). *Democracias em crise, teorias em transe*. Belo Horizonte: Autêntica, 2025.

## Prefácio

### Diante da crise

Luis Felipe Miguel<sup>1</sup>

“Tudo que é sólido se desmancha no ar”, escreveram Marx e Engels em um trecho muito citado do *Manifesto comunista* – que inspirou o título de um belo livro, hoje talvez pouco lembrado, de Marshall Berman. A fluidez, a impermanência, a transitoriedade, estas seriam as marcas de nosso tempo, sempre em acelerada transformação. Marx e Engels se referem ao capitalismo, que não apenas destruiu a ordem feudal que o precedeu como a cada momento revoluciona a si mesmo, fazendo com que as relações sociais que cria se tornem “antiquadas antes de se consolidarem”<sup>2</sup>. Já Berman trata da *modernidade*, colocando no balaio tanto os processos de modernização econômica e social quanto o modernismo artístico e cultural, ambos se desenvolvendo sob o signo da mudança e da fugacidade.

Como de costume, o relato de Marx e Engels inclui uma

---

<sup>1</sup> Professor Titular do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), coordenador do Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 1B. Autor de *Democracia e representação territórios em disputa* (Ed. Unesp, 2014), *Dominação e resistência* (Boitempo, 2018), *Democracia na periferia capitalista: impasses do Brasil* (Autêntica, 2022), *Marxismo e política: modos de usar* (Boitempo, 2024), entre outros. Organizou recentemente o livro *Democracia em crise, teorias em transe*, com Luciana Ballestrin (Autêntica, 2025).

<sup>2</sup> Karl Marx e Friedrich Engels, *Manifesto comunista*. Trad. Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 43. Ed. orig., 1848.

nota otimista. Em meio às incessantes mutações do capitalismo, “os homens são finalmente obrigados a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com os outros homens”<sup>3</sup>. O desvelamento da realidade, passo necessário para a emancipação, seria o resultado final deste processo. Berman, um filósofo marxista nova-iorquino falecido em 2013, também conclui seu livro de forma algo esperançosa:

O processo de modernização, ao mesmo tempo que nos explora e nos atormenta, nos impele a apreender e a enfrentar o mundo que a modernização constrói e a lutar por torná-lo o nosso mundo. Creio que nós e aqueles que virão depois de nós continuarão lutando para fazer com que nos sintamos em casa neste mundo, mesmo que os lares que construímos, a rua moderna, o espírito moderno continuem a desmanchar no ar<sup>4</sup>.

Nesta quadra histórica que nos é dado atravessar, seguramente é mais fácil se identificar com sentimento de incerteza e impermanência do que com a esperança e o otimismo. Vivemos um período de mudanças muito rápidas e mesmo abruptas. Há um abismo entre o mundo de nossa infância e aquele da infância de nossos pais – e outro em relação à infância de nossos filhos. Mais do que isso, processos apresentados como inexoráveis acabam se desenrolando em zigue-zague ou, então, levam a resultados opostos ao

---

<sup>3</sup> Id., *ibid.*

<sup>4</sup> Marshall Berman, *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Trad. Carlos Felipe Moises e Ana Maria L. Ioratti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 330. Ed. orig., 1982.

preunciado. O triunfo final da democracia liberal desembocou no retrocesso autoritário, mesmo nos países cujas instituições eram consideradas mais consolidadas; da globalização implacável recaímos no protecionismo mais agressivo; a internet conduziu não à “inteligência coletiva” profetizada por seus arautos e ao acesso de todos a todo o conhecimento produzido na história, mas à degradação do debate e ao emburrecimento geral; o avanço tecnológico sinaliza não que a humanidade se liberta do fardo do trabalho, mas, ao contrário, que o trabalho pode se libertar do fardo da humanidade. E, de quebra, com o colapso ambiental ameaçando nossa sobrevivência como espécie, nós nos mostramos cronicamente incapazes de implementar uma resposta que garanta a esperança de salvação.

Nada disso, porém, parece conduzir ao desvelamento do mundo social para quem o vive, como vaticinavam Marx e Engels, ou mesmo para um renovado impulso para se sentir em casa nele, como queria Berman. A degradação do ambiente social em que vivemos, que atinge todas as formas de relações interpessoais, é acompanhada pelo recrudescimento dos mecanismos de controle das mentalidades. O véu da ideologia, para usar uma terminologia contestada e algo *démodée*, parece cada vez mais espesso.

Os textos reunidos neste *Crise da democracia, ascensão da extrema direita e ideologias políticas* reagem a este cenário desafiador, discutindo-o a partir de diferentes questões, de diferentes espaços, de diferentes disciplinas e de diferentes enquadramentos teórico-metodológicos. Para além da contribuição individual de cada capítulo, assim, o volume se constitui como um mosaico de inquietações contemporâneas, revelador de questões prementes do nosso tempo. As três expressões que compõem seu título já sinalizam, com clareza, o

percurso da obra.

A primeira delas, a “crise da democracia”, é certamente o sintoma mais evidente do fracasso das esperanças alimentadas nos últimos anos do século passado. Com o desmantelamento do império soviético e a subsequente incorporação das antigas repúblicas da URSS e países do Leste europeu ao figurino das democracias ocidentais, parecia que este modelo estava fadado a se estender por todo o globo. A formulação mais bombástica veio do artigo que lançou à fama um até então obscuro cientista político, Francis Fukuyama, que já em 1989 sugeriu que estávamos nos encaminhando para o fim da história. O artigo termina com um tom algo melancólico: com o estabelecimento definitivo da democracia liberal e da economia capitalista como únicas formas de organização social, a humanidade estaria frente a uma eternidade de “tédio”<sup>5</sup>. Mas a recepção dada ao texto adotou, em geral, um registro apoteótico. O fim da história, correspondendo ao triunfo ocidental na Guerra Fria, teria sido a vitória da melhor forma de sociedade possível.

O outro aspecto seria a pacificação do cenário internacional, dissipadas as tensões da rivalidade entre as superpotências. O alerta de que não era bem assim veio logo, com a escalada de conflitos regionais. Da Bósnia ao Iraque, de Ruanda à Palestina, a “nova ordem mundial” logo se mostrou impotente para controlar conflitos mortíferos – e continua assim, como indicam hoje a guerra da Ucrânia, o genocídio perpetrado em Gaza pelo colonialismo israelense, a guerra civil quase invisível aos olhos do mundo no Sudão e tantos outros casos.

---

<sup>5</sup> Francis Fukuyama, “The end of History?” *The National Interest*, nº 16, 1989, pp. 3-18 (cit. à p. 18). No livro que sucedeu o artigo, o autor descreve a humanidade vivendo uma “vida de cachorro” no futuro, limitada a comer e dormir. Cf. Francis Fukuyama, *The end of History and the last man*. New York: The Free Press, 1992.

Esta constatação encontrou uma expressão teórica na obra do veterano cientista político conservador (e mentor de Fukuyama), Samuel Huntington, que diagnosticou o “choque de civilizações”<sup>6</sup>. A história mundial continuava, marcada agora não mais pela oposição entre capitalismo e socialismo, mas entre judeu-cristianismo e Islã. Mas, ao menos no mundo “ocidental” (entendido como realidade política, não geográfica), era possível acreditar que a democracia estava em expansão, sendo adotada em cada vez mais países e de forma cada vez mais sólida<sup>7</sup>.

Hoje, pelo contrário, há consenso de que a democracia liberal está em crise. Para a corrente dominante da Ciência Política, a crise foi decretada com a primeira vitória eleitoral de Donald Trump nas eleições presidenciais estadunidenses, em 2016. Mas o mal-estar na democracia vem de antes, de muito antes. Desde o fim do período chamado, algo enganadoramente, de *les trente glorieuses* (as três décadas de relativa prosperidade e estabilidade nos países capitalistas centrais, após o final da Segunda Guerra Mundial), os analistas descreviam as democracias liberais sob o signo da crise: crise de governabilidade, crise de legitimidade, crise de representação. Não por acaso, este diagnóstico político acompanhava a crescente dificuldade de reprodução da economia capitalista, a partir da ruptura unilateral do acordo de Bretton Woods pelo presidente Richard Nixon, em 1971, e do primeiro choque do petróleo, em 1973.

---

<sup>6</sup>Samuel P. Huntington, *The clash of civilizations and the remaking of world order*. New York: Simon & Schuster, 1996.

<sup>7</sup> Huntington já havia sinalizado esta compreensão em seu livro sobre a “terceira onda” global de democratização. Cf. Samuel P. Huntington, *The third wave: democratization in the late 20th Century*. Norman: University of Oklahoma Press, 1991.

A consciência mais recente e mais aguda deste mal-estar, a partir da última década do século passado, liga-se à crescente retração das instituições democráticas diante do mercado ou, mais propriamente, das grandes corporações, vinculada ao império do neoliberalismo. A “pós-democracia” é a ordem política em que as instituições democráticas continuam existindo formalmente, mas submetidas quase por completo à força do capital, com o desmonte paulatino das políticas sociais que personificavam o compromisso classista que permitira sua vigência. Comemorou-se o triunfo simultâneo da democracia liberal e do capitalismo, mas o que se verificou foi asfixia da primeira pelo segundo. O avanço do chamado “populismo autoritário”, por dentro das instituições eleitorais, é assim um efeito da crise, não seu desencadeador.

Sempre foi uma democracia incompleta, restrita, formal, “vulgar” (como adjetiva um dos textos neste livro). Ainda assim, representava uma brecha pela qual os grupos dominados buscavam fazer suas vozes serem ouvidas nos processos de tomada de decisão. É esta brecha que o processo de desdemocratização se esforça por fechar.

A partir do caso brasileiro, mas não só dele, capítulos deste volume observam esta dinâmica sob o ângulo de países em que o pacto democrático liberal nunca se configurou plenamente, mas ainda assim foram afetados pela crise. A partir das ruínas de uma democracia e de um Estado de bem-estar em construção, para parafrasear o verso de Caetano Veloso, as nações do Sul global enfrentaram seus próprios desafios, tateando em busca de soluções que passavam por doses variáveis de submissão ou enfrentamento ao neoliberalismo, por vezes buscando acomodar as duas pontas – e por vezes recaindo, tal como nos países centrais, na tentação da extrema-

direita.

Esta é a segunda expressão que compõe o título do volume: a “ascensão da extrema-direita”. Como ocorre com tantas outras categorias, é mais fácil identificar o fenômeno do que defini-lo. A extrema-direita que emergiu como ator político central pelo mundo afora nas últimas décadas foi capaz de forjar uma notável unidade de ação, apesar de ostentar genealogias muito diversas. Há grupos que descendem diretamente do fascismo ou mesmo do nazismo, outros que evoluem a partir do conservadorismo mais tradicional ou do fundamentalismo religioso, aqueles que reciclam um anticomunismo meio passado da hora (e, por isso, muitas vezes com traços paranoicos), os que encarnam a radicalização do fundamentalismo de mercado, nos moldes da Sociedade de Mont Pèlerin, da escola austríaca e da Escola de Chicago. Uma vasta literatura discute os fenômenos de hibridização entre estes grupos – uma vez mais, sempre a partir da experiência estadunidense e europeia<sup>8</sup>. Para nós, há o complicador de que devemos levar em conta tanto os processos políticos autóctones quanto as influências externas, que não se limitam ao efeito demonstração, mas incluem também pesados mecanismos de financiamento, de difusão de ideias por meio seja de produtos da indústria cultural, seja de *think tanks*, e de formação de quadros.

Um traço comum desta nova extrema-direita é a adoção de um discurso antissistêmico, que por vezes lhe vale o epíteto de “populista” e que lhe permite assumir a posição de porta-voz dos reclamos de uma massa oprimida pelas elites. Na defensiva,

---

<sup>8</sup> Por exemplo, Melinda Cooper *Family values: between neoliberalism and the new social conservatism*. New York: Zone Books, 2017; Wendy Brown, *In the ruins of neoliberalism: the rise of antidemocratic politics in the West*. New York: Columbia University Press, 2019; Quinn Slobodian, *Hayek's bastards: the neoliberal roots of the populist right*. London: Allen Lane, 2025.

os setores hegemônicos da esquerda se tornaram, cada vez mais, os defensores da ordem social ameaçada: seu horizonte não vai além do respeito às regras da democracia eleitoral e de uma ordem capitalista temperada por políticas compensatórias. Quem se coloca contra “tudo que está aí” é Jair Bolsonaro, é Donald Trump, é Javier Milei. Mas eles direcionam a indignação e a frustração dos despossuídos não para o sistema vigente e sim para as fissuras que a luta dos dominados introduziu nele. O problema não está na precarização do trabalho, na concentração de renda, na violência seletiva do Estado. Está nas ações afirmativas em favor de grupos historicamente oprimidos, no acolhimento aos imigrantes, mesmo nos direitos universais.

Logo após a primeira vitória eleitoral de Donald Trump, Nancy Fraser celebrenemente indigitou o “neoliberalismo progressista” como responsável: uma combinação entre retração do Estado, abolição de políticas sociais e desproteção do trabalho com abertura de espaços para integrantes de grupos identitários, sempre dentro de uma lógica meritocrática e concorrencial, levava ao ressentimento e à sensação de desamparo nas maiorias empobrecidas<sup>9</sup>. Mas cabe sempre lembrar que também o discurso ferozmente individualista do ultraliberalismo econômico se mostrou capaz de conquistar muitos setores populares, desencantados com a possibilidade de programas estatais efetivos, como mostrou de forma cabal a vitória de Javier Milei nas eleições argentinas de 2023<sup>10</sup>.

É o componente ideológico, que corresponde à terceira expressão que forma o título deste volume. A ideia de uma disputa cada vez mais pragmática ou mesmo gerencial, que seria

---

<sup>9</sup> Nancy Fraser, “The end of progressive neoliberalism”. *Dissent*, vol. 64, nº 2, 2017, pp. 130-40.

<sup>10</sup> Cf. Pablo Semán (coord.), *Está entre nosotros*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2023.

o apanágio de um mundo em que a estrutura básica da sociedade fora definida de uma vez por todas e nenhuma escolha vital precisaria ser feita, ruiu; os comentaristas não cessam de lamentar a crescente “irracionalidade” do eleitorado, cujos votos refletem mais “valores” e menos um cálculo de custo-benefício.

Variadas dimensões das disputas ideológicas atuais e de suas raízes no passado são exploradas em capítulos deste livro. Fica claro que a ordem democrática ruiu também porque o enraizamento de seus valores era mais superficial do que se suponha. Uma combinação de circunstâncias – crise econômica com redução do padrão de vida das majorias, um novo ambiente comunicacional, a emergência de novos empreendedores políticos – permitiu que eles fossem afrontados com sucesso. No discurso de novas lideranças partidárias ou nas produções da indústria cultural, posições que antes eram tidas como inconcebíveis por um aparente consenso quanto a valores morais de base agora são externalizadas sem pudor, ganham popularidade e orientam o debate público. Para quem deseja recompor a democracia como espaço de convivência cidadã e instrumento de progresso social, torna-se necessário avançar na disputa sobre as visões de mundo. É necessário também encontrar maneiras de reconectar a consciência das pessoas às suas experiências vividas, vencendo a barreira de irrealidade que nasce do bombardeamento sistemático de desinformação e da erosão dos critérios compartilhados de validação das informações, no cenário que muitos chamam de “pós-verdade”.

Os textos reunidos neste livro não oferecem nenhuma receita para chegar lá. Em compensação, apresentam um conjunto de análises sobre aspectos diversos dos desafios com que nos defrontamos. Afinal, se é necessário transformar o mundo, para isso é preciso conhecê-lo.



# 1.

## **Extrema direita e usos públicos do passado: notas sobre a construção discursiva do inimigo político em Israel e Hungria**

Leandro Cabral de Almeida<sup>11</sup>

Francisco Carlos Teixeira da Silva<sup>12</sup>

Luís Falcão<sup>13</sup>

### **1. Introdução**

Em 1945, encerrava-se uma “era de catástrofe”<sup>14</sup>, marcada por guerras totais altamente destruidoras, crise

---

<sup>11</sup> Doutor em Ciências Sociais pelo CPDA-UFRRJ, pesquisador do Laboratório de Estudos Republicanos (LER) e do Laboratório de Ensino de História (LEH) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Realiza estágio de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFF.

<sup>12</sup> Professor Titular de História Moderna e Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI/IFCS-UFRJ). Pós-Doutorado na Technische Universität Berlim, na Freie Universität Berlin e na Universidade de Roma "La Sapienza" em convênio com a USP.

<sup>13</sup> Professor do Departamento de Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenador do Laboratório de Estudos Republicanos (LER-UFF), foi professor visitante de teoria política moderna na Aix-Marseille Université (AMU), em Aix-en-Provence, França, junto ao Centre Aixois d'Études Romanes (CAER). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 2.

<sup>14</sup> Para o historiador Eric Hobsbawm, o período histórico compreendido entre 1914 e 1945, do início da primeira guerra ao fim da segunda guerra mundial, constitui uma “Era de Catástrofe”, que foi seguida por 25 ou 30 anos de “extraordinário crescimento econômico” e “transformação social”. Uma “Era de Ouro” que se encerrou no início dos anos 1970, com o colapso do sistema financeiro internacional de Bretton Woods, o choque do petróleo e a crise que se desencadeou conseqüentemente (Hobsbawm, 2005).

econômica mundial, revoluções, decadência dos impérios coloniais, ascensão do fascismo, de regimes e movimentos autoritários, além das experiências genocídrias, das quais o holocausto se tornou o “paradigma das violências do século XX”. Uma época de desumanização do *outro*, de racismos e violências, de perseguição a minorias, expulsões, deslocamentos e matanças, mas que também testemunhava a destruição da economia e o colapso das instituições da democracia liberal, especialmente na Europa (Hobsbawm, 2005, p. 15; Traverso, 2012, p. 41-42, p. 176).

O fim da segunda guerra mundial, portanto, prenunciava um tempo de prosperidade econômica e de expansão do regime democrático como forma legítima de exercício do poder político. As primeiras décadas do pós-guerra compõem um período de estabilidade que foi chamado de “os trinta gloriosos”, caracterizado pela adesão aos valores da democracia, inclusão social e crescimento econômico. Uma interpretação otimista elaborada retrospectivamente que ignora a realidade histórica dos países do Sul global, marcada por guerras de descolonização na Ásia e na África, golpes de Estado e ditaduras militares na América Latina, aprofundamento da desigualdade social, desemprego, violação sistemática dos direitos humanos (Miguel, 2022, p.28).

Para Miguel (2022), o consenso acerca da democracia nessas três décadas não é absoluto nem mesmo nos países centrais. Pois, perseguição política e segregação racial conviviam com as instituições democráticas nos EUA. Regimes democráticos

liberais na Europa apoiavam ditaduras em Portugal, Espanha e Grécia. Na Itália, a violência direta de organizações criminosas e grupos neofascistas influenciava consideravelmente a vida política do país. Na porção ocidental da Alemanha, a democracia liberal coexistia com o anticomunismo (ideário proeminente em muitos países ocidentais no contexto da Guerra Fria) que se desdobrava em perseguição política, incidindo sobre os direitos de indivíduos e partidos, restringindo-os por integrarem a esquerda. No Reino Unido e na França, onde luziam os valores democráticos, mobilizavam-se formas de repressão e concentração de poder.

Nesse quadro, as revoltas de maio de 1968 revelavam “o mal-estar com a ausência de autonomia e o fechamento de horizontes vigentes nos países democráticos e liberais” (Miguel, 2022, p. 79). Insatisfação que admite um movimento constante nas décadas seguintes à “era de ouro”, culminando em movimentos de radicalização política que evidenciavam os mecanismos pelos quais as democracias burguesas *blindavam-se*<sup>15</sup> em relação às demandas das classes populares, impondo

---

<sup>15</sup> Demier (2017) emprega o termo “democracia blindada” para analisar o processo pelo qual as democracias liberais foram reorganizadas na Europa e nos EUA, no contexto da crise dos anos 1970, e no Brasil a partir da redemocratização. Caracterizado por transformações operadas no âmbito das lutas de classes, na intensificação dos elementos coercitivos do Estado, sobretudo contra os movimentos sociais e manifestações da classe trabalhadora, mas também no aperfeiçoamento do consenso para impor a hegemonia, agora não mais assentada em propostas de pacto social típicas do Welfare State, mas adotando as reformas neoliberais e políticas regressivas com os direitos e conquistas sociais, recrudescendo autoritarismos, para organizar uma forma de dominação no qual o Estado burguês se torna

medidas regressivas no âmbito dos direitos e das conquistas sociais, alinhando-se as políticas neoliberais de privatização do Estado e medidas de austeridade. Ainda assim, o processo histórico no qual as democracias liberais foram admitidas na maior parte dos países tem na experiência do pós-guerra dos países centrais os parâmetros seguidos, ainda que escamoteando as contradições que as caracterizavam e as particularidades dos países periféricos, desdobrando-se, logo, em teorias e interpretações nas quais subjazem contradições e limites (Miguel, 2022, p. 75-80).

Oitenta anos depois da segunda guerra mundial, da libertação de Auschwitz e da experiência que embasou a delimitação dos parâmetros humanitários que deveriam reger a política internacional, o passado se enlaça ao presente nas crises estruturais do capitalismo, na ascensão da extrema direita e ressurgência do fascismo, nas guerras e violências genocidas. A memória histórica dessa “era de catástrofe” não nos imunizou contra a produção de novas barbáries. Não nos eximiu de testemunhar nesse novo século o desenvolvimento de uma limpeza étnica na Palestina, desdobramento de uma ação militar de Israel, sob o governo sionista<sup>16</sup> (colonialista e racista) de

---

impermeável ou *blindado* às demandas das classes populares.

<sup>16</sup> Sionismo (ou sionismo moderno) é um movimento político plural inspirado pelo protonacionalismo judeu que se desenvolveu na Europa central e no leste europeu no final do século XIX, empenhado na constituição de uma identidade nacional do povo judeu e na busca de soluções para o antissemitismo, a perseguição e violências sofridas na Europa. Expresso em tendências diversas dentre as quais se destacam o sionismo político, o sionismo prático, o sionismo trabalhista, o sionismo revisionista e o sionismo religioso, admite

Benjamin Netanyahu, que de muitas formas se enquadra na definição de genocídio<sup>17</sup> elaborada por Raphael Lemkin, em 1944, e reconhecida pelas Nações Unidas como crime contra a humanidade em 1946.

Assim como os judeus foram objetos dos discursos de ódio, da xenofobia e racismo dos nazistas, palestinos são

---

projetos e concepções também plurais, que vão desde a fundação de comunidades agrícolas coletivistas (*kibutzim*) como base de processo migratório para a Palestina, uma revolução árabe-judaica em um Estado confederado, a proposição de um Estado judeu pela via diplomática ou até mesmo propostas mais radicais de fundação de um Estado nacional judaico independente e soberano baseado num nacionalismo agressivo e militarizado. Numa referência à Sião, nome bíblico de Jerusalém, conclamavam os judeus ao retorno à terra prometida. O sionismo político foi muito importante para difundir a ideia de um Estado judeu, sobretudo com os esforços de Theodor Herzl e a organização do Primeiro Congresso Mundial Sionista. Posteriormente, o sionismo trabalhista-socialista se tornou hegemônico, integrando o processo de fundação do Estado de Israel, e alocando seu representante, David Ben-Gurion, como o primeiro premiê. Os sionistas trabalhistas se mantiveram dominantes até a década de 1970, admitindo aproximações com a corrente revisionista de Zeev Jabotinsky e Menachem Begin, que se tornou influente a partir dos anos 2000. O sionismo revisionista de direita e a extrema direita sionista (como os seguidores do *kahanismo* – ideologia religiosa sionista que combina fascismo e fundamentalismo religioso e defende a criação de um Estado teocrático e a eliminação dos palestinos, tratados como inimigos) estão no poder hoje e são responsáveis pela brutal violência genocida imposta aos palestinos (Guerman, 2021; Coggiola, 2023; Mudde, 2022).

<sup>17</sup> Empregado para nomear a destruição em massa de um grupo étnico, mas também os projetos e ações voltados para a eliminação de aspectos fundamentais da cultura de um povo, o termo genocídio passou a integrar a esfera do direito penal como um crime contra a humanidade após a Assembleia da ONU realizada em 11 de dezembro de 1946. Na Assembleia Geral de 9 de dezembro de 1948, o crime de genocídio passou a ser definido como o “a) extermínio de membros do grupo; b) atentado grave contra a

desumanizados sistematicamente nos discursos públicos de lideranças políticas israelenses. No sistema educacional do país, são retratados de forma negativa, como povos atrasados, como “inimigos” ou “terroristas” que deveriam ser eliminados (Peled-Elhanan, 2019), como um requisito de uma política de expansão territorial para a construção da “Grande Israel”, numa elaboração comum à extrema direita em Israel e muito próxima da ideia de *Lebensraum*<sup>18</sup> (espaço vital) mobilizada pelos nazistas décadas antes.

Na maior parte da Europa, o discurso anti-imigrante, xenofóbico, racista e violento tem agregado um vasto apoio aos

---

integridade física ou mental dos membros do grupo; c) submissão intencional do grupo a condições de existência tendentes a provocar sua destruição física, total ou parcial; d) medidas tendentes a impedir os nascimentos no âmbito do grupo; e) transferência forçada de crianças de um grupo para outro grupo” (Bianchi, 1998, p. 543-544).

<sup>18</sup> O conceito de “*lebensraum*”, originário das ciências naturais, especialmente da zoologia, para designar o espaço indispensável para a vida (indivíduo, grupos, espécies de seres vivos), foi desenvolvido pelo geógrafo alemão Friedrich Ratzel para identificar o território, o solo, os recursos naturais necessários ao desenvolvimento de um povo (*volk*). Em sua perspectiva, uma nação deveria buscar a autossuficiência para evitar ameaças externas, como a dependência de recursos e a vulnerabilidade diante de possibilidades de invasão e anexação territorial. Influenciado pelas formulações de Charles Darwin, especialmente a teoria da seleção natural, aplicou-a em suas teses sobre os Estados-nação, desdobrando-se na legitimação de ações colonialistas e imperialistas sobre outros povos considerados inferiores. Com a ascensão nazista ao poder na Alemanha, a ideia de *lebensraum* integrou um núcleo fundamental da visão imperialista e racista que orientou a anexação de territórios do leste europeu, as *terrae nullius*, terras que “não pertenciam a ninguém”, ocupados por judeus e eslavos, povos considerados pelos nazistas como inferiores que deveriam ser eliminados para a constituição do espaço-vital alemão (Abrahamsson, 2013, p. 38-39; Mazower, 2013, p. 58; Chapoutot, 2023, p. 217-218).

partidos, grupos, movimentos e atores políticos da extrema direita, muitos indisfarçadamente inspirados e orientados por concepções e referências neofascistas (e fascistas). Uma força política ascendente cuja agenda volta-se contra minorias sociais, não apenas imigrantes e refugiados de origem pós-colonial, mobilizando perspectivas e projetos políticos reacionários e regressivos no âmbito dos direitos e atacando as instituições da democracia. Na Hungria, o primeiro-ministro Viktor Orbán avança com uma política autocrática, cerceando a imprensa livre, controlando a suprema corte, perseguindo minorias étnicas e sexuais e mobilizando uma retórica patriarcal que acena com a ideia de “inimigo existencial”, nesse caso, a população LGBTQIA+ e imigrantes, sobretudo. Na Índia, a extrema direita organizada no BJP (Bharatiya Janata Party – Partido do Povo Indiano), partido do primeiro ministro Narendra Modi, tem mobilizado concepções que combinam religião e nativismo, pregando um nacionalismo hindú extremado e xenofóbico que se volta contra minorias religiosas, como os cristãos e muçulmanos, sobretudo os rohingyas, considerados obstáculos à criação de um Estado hindu e de uma Nação Hindu pura. Na história recente, a ideologia *hindutva* tem inflamado devotos radicalizados contra tais minorias consideradas “inimigas” em episódios de violência em massa, como os *pogroms* de Nova Déli<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> O termo “pogrom” tem origem russa, utilizado para designar os surtos de violência em massa contra minorias étnicas, religiosas ou sociais, popularizando-se após os ataques às comunidades judaicas no império russo em 1881 e 1882. Refere-se à “destruição maciça”, “destruir violentamente”, caracterizando os ataques violentos contra judeus, que resultaram em incêndios às sinagogas, destruição de casas e estabelecimentos comerciais,

Símbolos, saudações e referências fascistas ocuparam o centro da política mundial, mobilizados por lideranças dos EUA, país outrora conhecido como modelo de democracia e líder do “mundo livre”. Marchas de neonazistas e supremacistas brancos se repetem nos últimos anos em importantes cidades da Europa, como Berlim, Dresden, Paris, Madri, Roma, Londres, Estocolmo, Oslo, Lublin, Budapeste, entre outras, com militantes ostentando símbolos e bandeiras nazistas, gritando palavras de ordem contra

---

agressão física e assassinatos. Na Alemanha nazista, os exemplos mais conhecidos de pogroms ocorreram no contexto da criação das Leis Raciais de Nuremberg, em 1935, e em novembro de 1938, no episódio conhecido como “Noite dos Cristais” (*Kristallnacht*), uma campanha de violência nas ruas, seguidas de leis antisemitas, que contou com atuação das Unidades Móveis de Extermínio (*Einsatzgruppen*) e produziu uma onda brutal de violência contra os judeus em todo o país. Ataques em massa contra minorias ocorreram no sul da Rússia, Ucrânia, Polônia, Moldávia, Afeganistão, Turquia, Camboja, Ruanda, Burundi e na Índia, em 1984, contra os sikhs, após o assassinato da primeira-ministra Indira Ghandi por dois guarda-costas sikhs. A ascensão recente da extrema direita na Índia, com o governo de Narendra Modi e o BJP (Bharatiya Janata Party), deu impulso ao nacionalismo hindu e aos discursos de construção da *Hindu Rashtra*, a Nação Hindu pura, uma concepção político-religiosa que se volta contra minorias religiosas, especialmente os muçulmanos. Em 2020, protestos de populações muçulmanas contra a Lei de Emenda à Cidadania, que permitia à imigrantes ilegais do Paquistão, Bangladesh e Afeganistão conquistar cidadania indiana, desde que não fossem muçulmanos, desdobraram-se em repressão e eclosão de violência massiva, especialmente no nordeste de Nova Délhi. Casas foram atacadas, apedrejadas e incendiadas, assim como estabelecimentos comerciais e mesquitas. Dezenas de pessoas morreram e centenas ficaram feridas. Há relatos de que as forças policiais foram propositalmente negligentes, permitindo a violência contra os muçulmanos. E indícios de que os ataques foram organizados e que o BJP tenha participação incitando a radicalização dos nacionalistas adeptos da ideologia *hindutva* (Chakravarti; Haksar, 1987; Sarkar, 2020; Amarasingam; Umar; Desai, 2025).

imigrantes, negros, judeus e população LGBTQIA+. Em muitos casos, desdobrando-se em episódios de violência, com enfrentamento físico contra as forças policiais ou militantes que se manifestavam denunciando as ameaças à democracia que aqueles atos representavam. Nos EUA e no Brasil, inclusive, militantes de extrema direita fizeram ataques diretos contra as instituições democráticas, culminando na invasão do Capitólio e da sede dos Três Poderes, respectivamente, numa tentativa de golpe de Estado e subversão da ordem democrática em momentos nos quais seus representantes políticos (Trump e Bolsonaro) sofreram derrotas eleitorais<sup>20</sup>. As novas mídias digitais permitem que tais imagens, discursos e simbologia circulem vertiginosamente pelas plataformas inflamando grupos de extrema direita, neofascistas, supremacistas brancos, racistas, misóginos, *incels*, fundamentalistas religiosos alimentados por discursos de ódio, teorias da conspiração e *fake news*. Crimes contra a humanidade, como o Holocausto, perpetrado pelos nazistas na segunda guerra mundial, são negados pela extrema direita nesse novo ambiente que envolve o debate público. Campanhas anti-vacina são impulsionadas por militantes extremados ganhando adesão preocupante, com reflexos em

---

<sup>20</sup> No Brasil, o ex-presidente Jair Bolsonaro é réu num processo que julga sua participação como líder (e principal beneficiado) de uma organização criminosa armada que tentou dar um golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023. Nos EUA, o presidente Donald Trump foi indiciado por conspiração para fraudar o processo eleitoral, obstrução da justiça, conspiração contra os direitos dos cidadãos e tentativa de golpe de Estado num processo que avalia sua responsabilidade na tentativa de anular a derrota eleitoral sofrida em 2020. Sobre a tentativa de golpe de Bolsonaro, ver: Silva; Schurster, 2023.

alguns indicadores nacionais de saúde pública<sup>21</sup>. As mentiras, a desinformação deliberada e sistemática, assim como as teorias da conspiração, os negacionismos, as falsificações do passado e seu uso político tornaram-se instrumentos fundamentais da extrema direita em sua ascensão global. O passado vira alvo de mistificação e a realidade parece ser sistematicamente atacada.

O presente capítulo trata das convergências entre a atual ascensão da extrema direita e o fascismo histórico, destacando, sobretudo, a mobilização de uma política ideológica baseada na difusão sistemática de mentiras, desinformação, *fake news*, teorias da conspiração e na desumanização do *outro*, compreendido como um inimigo existencial. Tais recursos são parte do processo de naturalização e legitimação que antecede a imposição de medidas autoritárias e formas de violência.

---

<sup>21</sup> A Organização Mundial da Saúde (OMS) publica anualmente uma lista com as dez maiores ameaças à saúde a nível mundial, entre as quais consta desde 2019 o movimento antivacina como uma ameaça, considerado tão perigoso quanto às enfermidades letais. Para fins de exemplo, o sarampo, uma doença erradicada há décadas, voltou a representar uma ameaça à saúde de crianças nos últimos anos. Segundo o Centro Europeu de Controle de Enfermidades (ECDC), o ano de 2017 é um marco do ressurgimento do sarampo, com 14.600 casos. Em 2024, o número de casos subiu para 35.212 (ECDC. Annual Epidemiological Reports (AERs).

In: <https://www.ecdc.europa.eu/en/publications-data/monitoring/all-annualepidemiological-reports>). Para maiores informações sobre as relações entre a extrema direita e o movimento antivacina, ver: Judensnaider; Forato, 2024.

## **2. Fascismo histórico, mistificação do passado e a *blitzkrieg* contra a realidade: enlaces do passado com a ressurgência da extrema direita no tempo presente**

Existem convergências entre o fascismo histórico e a recente ascensão da extrema direita em diversos países do mundo. A difusão sistemática de mentiras, o falseamento da história e sua mobilização para objetivos políticos do presente, assim como a construção discursiva (ideológica) dirigida à propagação de ideias de supostas ameaças e inimigos existenciais são exemplos que serão destacados no presente estudo<sup>22</sup>.

Fascistas alteraram as delimitações que separam mito e verdade, confundindo-as de tal modo que produziram uma profunda obliteração da realidade, substituindo a História, o conhecimento científico e a compreensão do mundo a partir de bases empíricas por uma interpretação mítica da realidade. Acenavam com uma “verdade” que transcendia os fatos, pois, baseada na fé no mito do líder fascista, infalível, carismático, messiânico, seria capaz de encarnar a vontade e os reais interesses do povo e da nação. Ao defender o retorno a um passado glorioso que remetia à antiguidade clássica greco-romana – um passado tratado como prescritivo – imaginavam a construção de uma sociedade na qual a raça nórdico-germânica estaria livre das supostas ameaças ideológicas do cristianismo, do humanismo e dos valores do iluminismo e da revolução francesa.

---

<sup>22</sup> O presente capítulo é parte de uma pesquisa em desenvolvimento sobre a construção político-ideológica do inimigo político da extrema direita em Israel, Hungria, EUA, Índia e Brasil nas duas últimas décadas.

Mas também do perigo da degradação racial e cultural representado pelos judeus. A mobilização de mitos antissemitas, de teorias da conspiração e discursos racistas culminou em perseguição, violência e extermínio (Finchelstein, 2019; Chapoutot, 2023).

Os fascistas produziram mentiras racistas sobre os judeus, representando-os como vetores de doenças, como “pragas”, “vírus”, “parasitas” que deveriam ser objeto de intervenção da engenharia sanitária alemã e eliminados. “Agentes patogênicos”, os judeus eram considerados uma ameaça por supostamente carregarem enfermidades raciais e morais que colocavam em risco a existência biológica e cultural da comunidade alemã (*germanidade*). Perseguidos, excluídos de direitos básicos, aglomerados em guetos, esgotados pela fome, os judeus foram impelidos pelas políticas nazistas à deterioração de suas condições materiais de existência, reproduzindo o que discursos e propagandas nazistas anunciavam, fazendo coincidir a realidade com as metáforas médicas que povoavam seus discursos. Os guetos, abarrotados de pessoas e sem condições básicas de higiene, se tornaram focos epidêmicos. E os judeus, objetos de quarentenas, restrições, isolamento, desinfecção e erradicação, evidenciando a forma como as mentiras fascistas davam corpo às políticas concretas, que culminaram na “solução final” – o assassinato industrial perpetrado pelos nazistas que exterminou milhões de judeus, povos sinti e roma (ciganos), russos, poloneses, comunistas, homossexuais, opositores

políticos, pessoas com deficiências físicas e mentais, dentre outros (Chapoutot, 2023, p. 243).

Ao longo da história, fascistas divulgaram supostas ameaças e conspirações contra a ordem social, a integridade racial, cultural e comunitária com o objetivo de legitimar golpes, medidas autoritárias, práticas persecutórias, repressão e violência política extrema. No poder, suprimiram liberdades e garantias fundamentais, cercearam e destruíram a imprensa livre, perseguiram intelectuais, jornalistas, cientistas e professores. Mobilizaram interpretações falseadas da história para legitimar seus objetivos e ações políticas do presente. Deturparam o sentido de vocábulos e conceitos, alteraram a linguagem, incidiram sobre formas de perceber o mundo, fanatizando as massas (Klemperer, 2007).

Empreenderam no campo ideológico algo semelhante à tática militar de *blitzkrieg*<sup>23</sup>, uma “guerra relâmpago”, que nos primeiros anos da segunda guerra mundial caracterizou as ações militares da Alemanha nazista, baseados no emprego da força aérea em ataques rápidos e coordenados com formações de tanques e blindados, infantaria motorizada e artilharia para romper defesas e desorganizar a resposta do oponente.

---

<sup>23</sup> O termo *blitzkrieg* foi utilizado inicialmente por jornalistas para descrever as ações militares da Alemanha contra a Polônia. Posteriormente, uma revista militar o empregou associado à ideia de uma guerra rápida. Embora tenha sido usado significativamente pela mídia ocidental durante a segunda guerra mundial, não se trata de um conceito militar oficial para nomear táticas da Alemanha, antes se tratou de uma doutrina operacional, constando também em peças de propaganda. Sua eficácia é demonstrada no sucesso das ações contra a Polônia, França, Bélgica e Países Baixos (Morais, 2024).

Empregamos o termo para enfatizar a forma como a política ideológica fascista buscava devastar as bases empíricas que permitem aos cidadãos a construção científica do conhecimento, a confirmação da veracidade sobre fatos e o desenvolvimento de um senso crítico sobre as coisas do mundo. O que os fascistas faziam destruindo a imprensa livre, atacando a ciência e perseguindo intelectuais, cientistas, professores e jornalistas, impondo a censura, banindo e queimando livros, intervindo em universidades e centros de pesquisa ao mesmo tempo em que sistematicamente disseminavam mentiras sobre o presente e falsificações do passado.

Victor Klemperer (1881-1960) foi um alemão de origem judaica, filólogo, crítico literário, escritor, professor catedrático de letras latinas na Universidade de Dresden, que testemunhou a ascensão do nazismo e viveu a perseguição que as leis racistas do regime impunham. Sobreviveu ao extermínio industrial promovido pelo governo de Hitler graças à esposa, Eva Schlemmer, uma pianista alemã, que também foi responsável para que seus escritos na forma de diários fossem preservados. O hábito de registrar suas memórias permitiu que Klemperer se dedicasse à análise da linguagem promovida pelos nazistas. Interessava-lhe compreender o que era o nazismo e especialmente quais dinâmicas possibilitaram sua chegada ao poder. Em sua perspectiva, a linguagem fascista empreendia uma normalização da violência, do racismo, do autoritarismo como etapa fundamental à expansão das ideias fascistas, da adesão popular fanática e ascensão de seus líderes ao poder.

A obra de Klemperer, ainda que guarde o teor testemunhal típico dos relatos publicados no pós-guerra<sup>24</sup>, não se concentra na dimensão dos campos de concentração e extermínio, ou na banalização da violência, mas no processo de manipulação da linguagem perpetrado cotidianamente pelos nazistas, esvaziando-a, adulterando o sentido de conceitos e empobrecendo palavras. A linguagem fascista investe contra a complexidade da realidade concreta reduzindo-a a concepções simplificadoras e maniqueístas, atravessadas por medos persecutórios, supostas ameaças existenciais e inimigos conspiradores que devem ser combatidos e eliminados. Segundo Klemperer, o ideário nazista se propagou pela sociedade alemã não como efeito dos discursos isolados, artigos, panfletos, cartazes ou bandeiras, não foi obra da simples propaganda, apenas.

O efeito não foi obtido por meio de nada que se tenha sido forçado a registrar com o pensamento ou a percepção conscientes. O nazismo se embrenhou na carne e sangue das massas por meio de palavras, expressões e frases impostas pela repetição, milhares de vezes, e aceitas inconsciente ou mecanicamente (Klemperer, 2009, p. 55-56).

---

<sup>24</sup> Entre os diversos livros publicados como testemunhos da violência nazista, destacamos: *É isso um homem*, de Primo Levi, *Os assassinos entre nós*, de Simon Wiesenthal, *Noite*, de Elie Wiesel, *Sem destino*, de Imre Kértezs, *Paisagens da memória: autobiografia de uma sobrevivente do Holocausto*, de Ruth Kluger, *A areia das urnas*, de Paul Celan, *O menino que desenhou Auschwitz*, de Thomas Geve.

Pela manipulação da linguagem os nazistas conseguiram impor concepções, produzir crenças, disseminar devoção e fanatismo sobre as massas, moldando uma realidade alternativa derivada da vontade do líder supremo, doutrina a ser obedecida fiel e passivamente por todos, mobilizados como um só corpo, o *Volk* (povo). A linguagem fascista voltava-se contra o senso crítico e qualquer forma de oposição. Propagava supostas ameaças e inimigos existenciais. Estimulava o medo e a repulsa, desumanizando o *outro*, o diferente, sobretudo os judeus, como forma de normalizar a violência que se desdobra em extermínio.

Os discursos, portanto, com seus enunciados, termos, conceitos e palavras, não podem ser tratados como transparentes, de modo a evidenciar gratuitamente as concepções que carregam, as relações de poder, visões de mundo, formas ideológicas e os processos históricos que os atravessam. A teoria materialista dos discursos, ou análise de discursos, constitui um dispositivo teórico-analítico que nos permite compreender as condições de produção dos discursos, alcançando a dimensão ideológica e subjetiva da “memória social” que abriga. É possível compreender os discursos como textos, como manifestações de um código semiológico, uma unidade linguística, mas indo além de sua construção verbal, considerando as formas pelas quais o contexto social e histórico, as concepções e crenças condicionam o uso da linguagem e, dialeticamente, o modo como o uso da linguagem influi sobre a realidade social, suas concepções e crenças. Como prática social, os discursos compõem mecanismos de representação da

realidade, mas também de interação e intervenção sobre o mundo e as pessoas, além de instrumento de ação sobre as estruturas sociais (Meurer; Dellagnelo, 2008, p. 13; Brandão, 2004, p. 10-11).

Compreendemos a memória social ou coletiva como o conjunto de operações coletivas dos acontecimentos e das interpretações sobre os fatos do passado, com capacidade para produzir hierarquias e classificações, definindo experiências comuns de grupos sociais, fundamentando e reforçando laços e sentimentos de pertencimento, incidindo sobre a coesão social de grupos e instituições sociais, delimitando fronteiras socioculturais e identidades. Como fenômeno de caráter individual, mas também coletivo e social, a memória é constituída por acontecimentos, personagens e lugares que fornecem um quadro de referências, que pode ser enquadrado, como objeto de uma construção coletiva organizada a partir do presente e das formas herdadas, admitindo caráter seletivo e atravessado por lutas e relações de poder. No campo da História e das Ciências Sociais, sobretudo, os estudos sobre a memória envolvem categorias produzidas de maneira flexível e relações inter e transdisciplinares, por se tratar de fenômeno e conceito complexos e inacabados, permeados por disputas e admitindo, portanto, caráter polissêmico, ético-político e processual, e que não se resume às representações sociais que envolvem a interpretação do passado. No campo da análise de discursos, a memória social cria condições para que formulações discursivas anteriores, inscritas historicamente, possam circular no cotidiano

das relações sociais emergindo e atualizando sentidos, tanto no nível do interdiscurso quanto do intradiscurso. O objetivo, portanto, é realizar leituras críticas reflexivas que não reduzam o discurso a análises de aspectos puramente linguísticos nem o dissolvam num trabalho histórico desprovido da compreensão do “complexo de formações ideológicas” que se exterioriza como memória discursiva, relacionando memória individual e coletiva, passado e presente, e desvelando ainda relações de poder, disputas, conflitos e lutas de classes (Gondar; Dodebei, 2005; Gondar, 2005; Oliveira; Dill Orrico, 2005; Pollack, 1989, 1992; Halbwachs, 1990).

Segundo Michel Pêcheux (1995), o sentido de uma palavra, de uma expressão, de um enunciado, não existe “em si mesmo”, transparente como a literalidade de um significante, mas é constituído em relação com determinadas posições ideológicas inseridas num contexto histórico.

(...) as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas (...) nas quais essas posições se inscrevem (Pêcheux, 1995, p. 160).

A ideologia fornece as “evidências de sentido”, que fazem com que num determinado enunciado o caráter material do sentido, das palavras e dos enunciados, seja mascarado. Tal caráter material que perpassa os discursos, os sentidos e a ideologia possui uma “dependência constitutiva” do “todo

complexo das formações ideológicas”. É a formação discursiva que, expressando uma formação ideológica, ainda que escamoteada e inserida numa determinada e determinante conjuntura das lutas de classes, engendra o sentido que é dado às palavras e enunciados.

Nesse caso, os discursos são considerados parte intrínseca da realidade social, com capacidade para produzir concepções, crenças, identidades, formas de relações sociais e visões de mundo, mas também reforçar, legitimar ou desafiar tais elaborações. Ao analisar práticas discursivas é possível compreender práticas sociais que foram naturalizadas, aceitas de formas passivas, desvelando e desmistificando relações de poder, opressão e dominação. Na interatividade discursiva são produzidas representações sobre o real, sistemas de conhecimento, pensamento, valores e crenças que, produzidas historicamente, são carregadas de ideologia e atravessadas pelas dinâmicas do poder hegemônico numa sociedade.

Pensando nos caminhos e obstáculos da revolução socialista na Itália, Antonio Gramsci considerou o exercício da hegemonia como a “combinação da força e do consenso (...) sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força apareça apoiada no consenso da maioria” (Gramsci, 2007, p.95). A hegemonia, portanto, não pode depender apenas do poder coercitivo, mas deve engendrar o consenso, que é construído discursivamente (ideologicamente), envolvendo a direção política e ideológica da classe dirigente sobre as demais classes sociais a partir de um trabalho

intelectual-organizativo junto às massas, capaz de produzir persuasão, consentimento ou o “consenso dos governados”<sup>25</sup>. A ideologia é identificada por Gramsci como o lugar da constituição da subjetividade coletiva (Liguori, 2017, p. 400).

Sua capacidade de organizar as massas é destacada pelo pensador sardo, que concentra especial atenção no processo pelo qual as classes subalternas adquirem consciência de sua posição enquanto classe, interpretam suas contradições econômico-sociais, se organizam e lutam. O que é produzido a partir da imbricação entre os sujeitos, a história, a linguagem e a ideologia. Elementos que não se constituem de modo translúcido, antes têm a sua materialidade produzida conjunta e dialeticamente (Orlandi, 2007, p. 48).

No âmbito da análise de discursos, portanto, o sentido de um enunciado não deve ser buscado em si mesmo, mas no arranjo das posições ideológicas mobilizadas na dinâmica do processo sócio-histórico, na qual as palavras, concepções, crenças são reproduzidas e reproduzem relações e estruturas sociais mais amplas (Pechêux, 1995). A compreensão da realidade social ocorre a partir da construção discursiva, pois os

---

<sup>25</sup> Gramsci usa a expressão “consenso dos governados” em textos da juventude, quando escreve *para Il Grido del Popolo* analisando os acontecimentos da revolução russa. Colocava em destaque o investimento do governo em propor o desenvolvimento cultural e a educação política do povo, criando condições e mecanismos de participação popular nas decisões e ações governamentais. Em sua perspectiva, realizava-se, na Rússia, “o governo com o consenso dos governados”, expressa na decisão autônoma dos cidadãos, que ligavam-se às estruturas de poder não mais por laços de sujeição, mas pela “coparticipação dos governados nos poderes” (Gramsci, 2004, p. 190).

sentidos atribuídos ao mundo são também frutos das relações e estruturas sociais, da dinâmica do poder hegemônico, das concepções, valores e crenças refletidas sobre os discursos. O discurso é uma das instâncias de concretização material da ideologia, que por sua vez é condição para a constituição dos sujeitos e dos sentidos produzidos historicamente. A função da ideologia é dissimular a sua própria existência e atuação no interior dos discursos produzindo evidências de sentido a partir da intersubjetividade. Contudo, os discursos produzem sentido ideologicamente, historicamente, pela capacidade de constituir os indivíduos como sujeitos através da interpelação imposta pela ideologia no processo dialético que envolve a discursividade – a inscrição dos discursos, seus efeitos linguísticos, sentidos e sujeitos na história (Orlandi, 2007, p. 45-48).

A manipulação cotidiana da linguagem, a deturpação de conceitos e palavras, a repetição sistemática de termos e concepções simplificadoras, a profusão de símbolos, bandeiras, gestuários e palavras de ordem, o obscurantismo com seus ataques ao pensamento crítico, à ciência e à imprensa livre, a elaboração e difusão organizada de mentiras ideológicas, a falsificação e uso político do passado mitificado para objetivos presentes, a eleição de inimigos existenciais, o apelo às teorias da conspiração e a exploração do medo e ressentimento sociais integram a política ideológica dos fascistas para a condução da dominação fanática das massas, para a naturalização da violência e a organização do extermínio. Mas também constituem os “enlaces” que vinculam a atual ressurgência da extrema direita

ao fascismo histórico, como permanência do passado no tempo presente, como nos ensina François Bédarida (2003).

Segundo Finchelstein, a história do fascismo é uma demonstração clara de que “mentiras racistas conduziram a uma violência política extrema” (2020, p. 15), evidenciando o modo como discursos ideológicos incidem sobre a realidade concreta na medida em que orientam concepções, crenças, visões de mundo e práticas – nesse caso, atravessadas por medos persecutórios, supostas ameaças e inimigos existenciais.

Hoje, as mentiras estão de volta ao poder. Essa é, agora mais do que nunca, uma lição importante da história do fascismo. Se quisermos entender nosso preocupante presente, precisamos prestar atenção à história dos ideólogos fascistas e a como e por que a retórica desses homens levou ao Holocausto, à guerra e à destruição. (...) O poder político fascista derivou significativamente da cooptação da verdade e da ampla propagação de mentiras. Atualmente, testemunhamos uma onda emergente de líderes populistas de direita em todo o mundo. E, bem semelhante aos líderes fascistas do passado, uma grande parte do seu poder político é erigida questionando a realidade; endossando mito, ódio e paranoia; e promovendo mentiras (Finchelstein, 2020, p. 16).

Líderes de extrema direita eleitos, como Donald Trump, Benjamin Netanyahu, Viktor Orbán, Narendra Modi, Javier Milei, Giorgia Meloni, Nayib Bukele, Recep Tayyip Erdogan, seguem atacando as instituições democráticas, semeando dúvidas infundadas sobre legitimidade do processo eleitoral,

demonizando membros das supremas cortes, aparelhando o Estado, atacando a imprensa, as Universidades e as instituições internacionais, difundindo discursos de ódio, mentiras e negacionismos.

### **3. Mentiras e falsificação do passado como estratégia para objetivos políticos do presente: notas sobre a construção do inimigo político em Israel e Hungria**

Desde outubro de 2023, o governo de Israel, sob o comando do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, juntamente com seus ministros e aliados da extrema direita sionista, como Yoav Gallant, Bezalel Smotrich, Itamar Ben-Gvir, Israel Katz, entre outros, empreende contra a Faixa de Gaza o ataque mais violento da história. Aparentemente, numa resposta às ações organizadas pelo Hamas no dia 7 de outubro, que resultou na morte de centenas de pessoas, militares e civis, além da tomada de reféns israelenses, a campanha militar de Israel contra Gaza a deixou em ruínas, com mais de 70% de suas construções e infraestrutura destruídas<sup>26</sup>, matando mais de 60 mil pessoas<sup>27</sup>, dentre as quais a

---

<sup>26</sup> O Globo. “Dois terços dos edifícios de Gaza foram destruídos, diz ONU” (30/09/2024) In: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/09/30/dois-tercos-dos-edificios-de-gaza-foram-destruidos-ou-danificados-na-guerra-diz-onu.ghtml> . BBC News Brasil. “Como 15 meses de guerra devastaram Gaza”. In: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cly99rlnr2go> . Onu News, A reconstrução de Gaza a partir dos destroços da guerra. In: <https://news.un.org/pt/story/2025/03/1845656>

<sup>27</sup> O número de vítimas palestinas, por defasagem, foi corrigido inúmeras vezes durante a redação do presente capítulo. Um estudo publicado pela revista *The Lancet* indicou que há uma subnotificação do número de palestinos mortos na

maioria é composta de mulheres, crianças e idosos<sup>28</sup>, e deixando ainda 145 mil feridos, milhares de desaparecidos (soterrados nos escombros, detidos irregularmente, assassinados e enterrados em valas comuns)<sup>29</sup> e mais de um milhão de deslocados. Hospitais foram bombardeados, assim como campos de refugiados, prédios de agências da ONU, centros médicos de

---

Faixa de Gaza (mortalidade por lesões traumáticas). Considerando o período entre 7 de outubro de 2023 e 30 de junho de 2024, a pesquisa aponta que há um padrão de subnotificação em torno de 41% nos dados apresentados pelo Ministério da Saúde da Palestina (Jamaluddine; Abukmail; Aly; Campbell; Checchi, 2025). Em outro estudo, são considerados dados mais amplos para compreender o impacto total da operação militar em Gaza, contemplando as mortes indiretas resultantes da interrupção dos serviços de saúde, insegurança alimentar e fornecimento de água e saneamento básico inadequado. O que se dedobrou numa estimativa de que tenham ocorrido quatro mortes indiretas para cada morte direta por lesões traumáticas (Khatib; McKee; Yusuf, 2024). Dados do próprio Exército de Israel apontam que 83% dos mortos em Gaza são civis. In: <https://veja.abril.com.br/mundo/investigacao-dados-do-proprio-exercito-de-israel-mostram-que-83-dos-mortos-em-gaza-sao-civis/>.

<sup>28</sup> Opera Mundi. *Genocídio em Gaza: número de mortos ultrapassa 60 mil*.

Reportagem de Thabita Ramalho, 29/07/2025. In:

<https://operamundi.uol.com.br/guerra-israel-x-palestina/genocidio-em-gaza-numero-de-mortos-ultrapassa-60-mil/>

<sup>29</sup> Aljazeera. *O custo humano da guerra de Israel em Gaza – em números*. In:

<https://www.aljazeera.com/news/2025/1/15/the-human-toll-of-israels-war-on-gaza-by-the-numbers>; CNN Brasil. *Mais de vinte mil crianças desaparecidas de Gaza foram perdidas, detidas ou enterradas, diz relatório*. In:

<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/mais-de-20-mil-criancas-desaparecidas-em-gaza-foram-perdidas-detidas-ou-enterradas-diz-relatorio/>;

BBC News Brasil. *‘Horrorizado’: a reação às centenas de corpos encontrados em vala comum em hospital de Gaza*. In:

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cge8x8neng9o> ; CNN Brasil. *‘Vala comum’, diz ONU sobre local com corpos de funcionários humanitários*. In:

organizações humanitárias internacionais, áreas residenciais, universidades e escolas<sup>30</sup>. Nesse período, centenas de profissionais de mídia e jornalistas, médicos e ativistas de direitos humanos foram mortos pelas ações militares de Israel<sup>31</sup>. Recentemente, as tropas de Israel atiraram contra uma

---

<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/vala-comum-diz-onu-sobre-local-com-corpos-de-funcionarios-humanitarios/>

<sup>30</sup> Polglase, Katie; Mezzofiore, Gianluca; Mackintosh, Eliza. *Como os hospitais em Gaza se tornaram campos de batalha* In:

<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/como-os-hospitais-de-gaza-se-tornaram-campos-de-batalha/>; Brasil de Fato. *Israel volta a atacar hospital na Faixa de Gaza; ONU condena mortes de civis em ofensiva no norte*. In:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/10/14/israel-volta-a-atacar-hospital-na-faixa-de-gaza-onu-condena-mortes-de-civis-em-ofensiva-no-norte/>; CBN.

*Israel bombardeia edifício da ONU em campo de refugiados de Gaza; quase 20 pessoas morreram*. In:

<https://cbn.globo.com/mundo/noticia/2025/04/02/israel-bombardeia-edificio-da-onu-em-campo-de-refugiados-de-gaza-quase-20-pessoas-morreram.ghml>;

ONU News. *Abrigo da ONU sofre ataque mortal em Gaza*. In:

<https://news.un.org/pt/story/2024/12/1842181>; Sauda, Aldo Cordeiro. Como

o “escolasticídio” israelense destrói o passado, presente e futuro dos

palestinos. *Jacobin*. In: <https://jacobin.com.br/2024/05/como-o-escolasticidio-israelense-destroi-o-passado-presente-e-futuro-dos-palestinos/>;

Brasil de Fato. *Todos os lugares em Gaza – incluindo escolas – são alvos*. In:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/08/15/todos-os-lugares-em-gaza-incluindo-escolas-sao-alvos/>

<sup>31</sup> Agência Brasil. *ONGs condenam Israel pelos assassinatos de mais 2 jornalistas em Gaza*. In:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-03/ongs-condenam-israel-pelos-assassinatos-de-mais-2-jornalistas-em>

delegação de diplomatas de diversos países do mundo - mais uma clara violação do direito internacional<sup>32</sup>- e realizaram ataques com drones contra embarcações da Global Sumud Flotilha, iniciativa apoiada por 44 países para romper o bloqueio naval de Israel e entregar ajuda humanitária em Gaza<sup>33</sup>.

Depois de um breve e frágil cessar-fogo, Israel rompeu o acordo e intensificou os ataques numa nova ofensiva contra Faixa de Gaza desde março de 2025. Considerada a investida mais letal, até o momento, as forças israelenses empreendem bombardeios massivos e impõem um bloqueio à entrada de ajuda humanitária, agravando um quadro no qual fome,

---

[gaza#:~:text=Organiza%C3%A7%C3%B5es%20n%C3%A3o%20governamentais%20\(ONG\)%20que,Jazeera%2C%20o%20palestino%20Hossam%20Shabat;](https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2025/02/israel-e-principal-responsavel-por-recorde-de-jornalistas-mortos-em-2024-diz-ong)

Folha de São Paulo. *Israel é o principal responsável por recorde de jornalistas mortos em 2024*, diz ONG.

In:<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2025/02/israel-e-principal-responsavel-por-recorde-de-jornalistas-mortos-em-2024-diz-ong.shtml> ; IHU- Unisinos. *Gaza se tornou uma vala comum para palestinos e para quem tenta ajudá-los*. In: <https://www.ihu.unisinos.br/651009-gaza-se-tornou-uma-vala-comum-para-palestinos-e-para-quem-tenta-ajuda-los>

<sup>32</sup> DW. *Tropas de Israel disparam contra delegação de diplomatas* (Direitos Humanos – Oriente Médio, 21/05/2025). In: <https://www.dw.com/pt-br/militares-israelenses-disparam-contradelega%C3%A7%C3%A3o-de-diplomatas/a-72626923>

<sup>33</sup> Em julho de 2025, uma embarcação da Flotilha da Liberdade foi interceptada por forças israelenses e seus tripulantes foram presos, entre os quais um brasileiro, Thiago Ávila, que integra, junto com mais 12 ativistas brasileiros, a segunda iniciativa para levar ajuda humanitária à Gaza pelo mar. In: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-09/flotilha-para-gaza-relata-segundo-ataque-de-drone-contra-barco>  
<https://www.brasildefato.com.br/2025/09/02/brasileiros-integram-flotilha-internacional-rumo-a-gaza-missao-maior-que-todas-da-historia/>

desnutrição, ferimentos e enfermidades ameaçam a vida de milhares de palestinos, especialmente crianças<sup>34</sup>. Na escalada do terror e assombro produzidos por Israel, cidades na Síria, Líbano e Irã também foram atacadas, aumentando as críticas de representantes de organismos internacionais. As denúncias de genocídio contra o governo sionista de Israel na Corte Internacional de Justiça, assim como as reiteradas manifestações de entidades defensoras dos direitos humanos, de líderes políticos, intelectuais, artistas, estudantes e setores da mídia não-hegemônica contra as ações de Israel, ainda que comecem a tecer os fios de uma conscientização internacional em defesa do fim dos ataques, parecem ser insuficientes diante da ampla e intensa campanha político-ideológica de silenciamento contra as vozes que denunciam o massacre em curso na Palestina. Mas tais denúncias também parecem ser insuficientes em termos práticos quando confrontadas com a intransigência do governo de Israel diante das propostas de interromper os ataques e retirar tropas da Faixa de Gaza.

A cada dia há mais evidências de que as ações perpetradas integram um plano maior de limpeza étnica dos territórios palestinos e a criação de uma massa humana de

---

<sup>34</sup> ONU. *Bloqueio de ajuda em Gaza completa dois meses com pior cenário já visto*. ONU News, Perspectiva Global Reportagens Humanas, 02/05/2025. In: <https://news.un.org/pt/story/2025/05/1847976>

Médicos sem fronteiras. *Israel está sufocando Gaza com bloqueio de alimentos, medicamentos e combustível*, 20/06/2025. In: <https://www.msf.org.br/noticias/israel-esta-sufocando-gaza-com-o-bloqueio-de-alimentos-medicamentos-e-combustivel/>

deslocados ou “transferidos”, como ficou claro em reuniões entre Trump e Netanyahu<sup>35</sup>. Numa conferência sobre renovação urbana, em Tel Aviv, o ministro das finanças de Israel, Bezalel Smotrich, afirmou que Gaza vai se transformar numa “mina de ouro imobiliária”, revelando um plano de negócios compartilhado com Trump, que se justificava pelo montante de dinheiro gasto com a guerra – “(...) já fizemos a fase da demolição, que é sempre a primeira fase da renovação urbana. Agora, precisamos construir. É muito barato”, enfatiza o ministro como quem barganha numa transação comercial corriqueira.

A escalada da catástrofe imposta por Israel nesse período expôs a mobilização constante de representações racistas e xenofóbicas dos palestinos, retratando-os de maneira depreciativa, quase sempre os identificando com o atraso, a violência e o terrorismo. Semelhante ao que ocorreu com os próprios judeus na Alemanha entre os anos 1930 e 1940, os palestinos são vítimas de um processo de desumanização sistemática evidente em discursos públicos, em peças de propaganda e no sistema educacional. No entanto, longe de compor ações isoladas, classificar os palestinos como um “problema” ou uma “ameaça” é uma estratégia político-ideológica que antecede e sustenta a *apartheid*, a limpeza étnica e o genocídio imposto por Israel, com suas leis racistas e políticas de exclusão, expropriação, deslocamento e extermínio. Ao

---

<sup>35</sup> *Netanyahu, Trump discuss forced transfer of Palestinians out of Gaza*, Al Jazeera, 8 de julho de 2025. In:

<https://www.aljazeera.com/news/2025/7/8/netanyahu-trump-discuss-forced-transfer-of-palestinians-out-of-gaza> (acesso em 29/07/2025).

mobilizar representações dos palestinos como “inimigos existenciais” que impedem a paz, o progresso e a prosperidade de Israel, colocando em risco até mesmo a existência do Estado, tais discursos se imbricam a um movimento maior de busca de legitimidade para ações políticas concretas.

Adila Hassim, advogada do Supremo Tribunal da África do Sul, perante a Corte Internacional de Justiça, apresentou uma denúncia contra Israel alegando a violação de termos estabelecidos na Convenção sobre a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio. Os atos e omissões de Israel tinham caráter genocida – acusava – pois admitia específica intenção de destruir os palestinos de Gaza enquanto parte de um grupo nacional, racial, étnico mais amplo. Tembeka Ngcukaitobi, conselheiro e advogado da República da África do Sul, destacou em seu discurso que Israel deixava muito explícita a “intenção genocida” de suas ações pelo emprego de uma “linguagem de desumanização sistemática”, uma “retórica genocida” que era compreendida e difundida entre as forças militares, mas que se espraiava por toda a sociedade, desdobrando-se em ações planejadas para a destruição total dos palestinos<sup>36</sup>.

No dia 9 de outubro de 2023, o Ministro da Defesa, Yoav Gallant, anunciou que estavam cortando o fornecimento de água, eletricidade, gás, combustíveis e alimentos para a Faixa de Gaza.

---

<sup>36</sup> International Court of Justice. *Public hearing held on Thursday, 11 January 2024, at 10 a.m., at the Peace Palace, presided over by President Donoghue, in the case concerning the Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide in the Gaza Strip (South Africa)*. In: <https://www.icj-cij.org/node/203417>

Tratava-se de um “cerco completo”, que o ministro justificou com o seguinte argumento: “Estamos impondo um cerco completo a Gaza. Sem eletricidade, sem comida, sem água, sem combustível. Está tudo fechado. Estamos lutando contra animais humanos e vamos agir em conformidade” <sup>37</sup>. A perspectiva racista e violenta do ministro é reiterada pela cadeia de comando, por exemplo, quando o Coordenador de Atividades Governamentais nos Territórios (COGAT) do Exército de Israel, Ghassan Alian, num discurso dirigido ao Hamas e aos residentes de Gaza, afirmou (sem provas) que o Hamas teria se tornado o grupo Estado Islâmico e que a população palestina em Gaza estaria comemorando as ações das forças militares de Israel, destacando ainda que, como “animais humanos”, seriam tratados de acordo. “Vocês queriam o inferno, terão o inferno” <sup>38</sup> - concluiu. Ao estudar o Holocausto, Zygmunt Bauman destaca que o extermínio produzido em escala industrial pelos nazistas não seria possível sem a propagação de uma “imaginação racial”, uma visão orientada para os “defeitos endêmicos e fatais por princípio incuráveis e capazes (...) de se propagarem caso não

---

<sup>37</sup> O Globo, “*Sem eletricidade, comida, água e combustível*”, ministro da Defesa de Israel anuncia cerco total a Gaza, onde vivem 2 milhões. Reportagem de Jonah Mandel e Adel Zaanoun, 09/10/2023. In: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/10/09/sem-eletricidade-comida-agua-e-combustivel-ministro-da-defesa-de-israel-anuncia-cerco-total-a-gaza-onde-vivem-2-milhoes.shtml>

<sup>38</sup> Video, [COGAT head, Maj Gen Ghassan Alian speaking to Hamas and the residents of Gaza: #Israel under attack](https://www.youtube.com/shorts/5a0EWv-o7mE), In: <https://www.youtube.com/shorts/5a0EWv-o7mE>

controlados” (Bauman, 1998, p. 95-96). O racismo moderno, que desde o século XIX buscou se ancorar em bases “científicas”, mobilizava elementos da prática médica e seus mecanismos de delimitação da saúde e da normalidade, apropriando-se da abordagem da engenharia social, além de compartilhar uma visão da ordem social como artificial e ter disponível recursos materiais e uma estrutura burocrática moderna capaz de engendrar o plano genocidário. No entanto, salienta Bauman, não foram apenas essas ligações entre os desígnios exterministas do racismo antissemita e as evoluções da sociedade moderna. Seria necessário, ainda, criar a força que transformaria o que está prescrito na teoria em prática, o que seria viabilizado pelo “poder mobilizador das ideias”, materializado pelo “treinamento ideológico, propaganda e lavagem cerebral” (Bauman, 1998, p. 96.).

Em Israel, o processo de desumanização do *outro* foi construído historicamente. É parte fundamental do projeto sionista e da identidade nacional que se busca forjar mesmo antes da organização do estado. Uma elaboração racista e teológica que se desenvolve para justificar o projeto colonialista, interpretado como o empreendimento de um “povo escolhido” para “retomar” as terras de um povo “atrasado” e “forasteiro”. Nesse caso, toda pessoa não-judia que tivesse vivido na Palestina desde a época do Império Romano, mas que se volta também contra judeus não-ocidentais, concidadãos palestinos e não-cidadãos palestinos. Tais perspectivas são reproduzidas institucionalmente e difundidas desde muito cedo pelo sistema

educacional através da adoção de projetos políticos-pedagógicos, grades curriculares, planos de ensino, livros e materiais didáticos que optam por apresentar uma determinada ideia de Israel, como se fosse um estado e uma nação que se constituíram em contraposição à experiência vivida historicamente de antissemitismo, perseguição, violência e extermínio na Europa (Peled-Elhanan, 2019). O que constitui uma forma de uso público do passado que se volta à construção de projetos políticos do presente, instrumentalizando o trauma do holocausto imposto pelos nazistas contra os judeus como justificativa basilar para a partilha do território, a constituição do estado e o projeto colonialista (Finkelstein, 2001). Também é uma perspectiva falseada de sua própria história, baseada em mitos e não em fatos, na qual se afirma que os judeus que chegaram à Palestina, em 1882, seriam descendentes dos judeus expulsos pelos romanos no século II. O que estava em questão, portanto, era recuperar a pretensa “pátria ancestral”, um processo sagrado de “redenção da terra”, esgotada e empobrecida por agricultores rudimentares, que impuseram a miséria e o atraso àquele território. Cumpria-se a promessa da “terra sem povo” destinada ao “povo sem terra” (Pappe, 2022, p. 40-42, p. 56-57; Said, 2012, p. 96-97).

Na perspectiva sionista, a formação do Estado de Israel exigia a construção de uma representação mítica da história, cujo falseamento evoca visões de mundo, concepções teológicas, perspectivas racistas e projetos políticos. A expansão colonial, contudo, mostra-se o eixo estruturante do Estado etnocrático de

Israel. A restauração da *Eretz Israel* (Terra de Israel) deveria se consolidar pela constituição de um “Estado judeu puro” em sua estrutura sociopolítica e composição étnica (Pappe, 2008, p. 37).

Se no século XX os nazistas buscaram a construção de uma Alemanha *judenfrei* (livre de judeus), atualmente, os sionistas no poder em Israel avançam com o projeto político-ideológico-militar de “desarabizar” a Palestina, ocupando territórios, expulsando populações, destruindo e tomando casas, impondo violência, terror, limpeza étnica e genocídio. A compreensão desse processo envolve a análise do passado e da permanência de suas estruturas e dinâmicas no tempo presente. A catástrofe produzida por Israel contra os palestinos é contínua. A *Nakba*<sup>39</sup> não é um fenômeno restrito aos anos 1947 e 1948, antes é uma tragédia permanente, parte constitutiva da história moderna da Palestina, mas também do movimento sionista e do próprio Estado de Israel, violência anunciada já nos anos 1930,

---

<sup>39</sup> O termo “al-Nakba”, de origem árabe, foi elaborado pelo historiador sírio Constantine Zuraik, em seu livro *Ma’na al Nakba (O sentido da Nakba [1948])*, para designar a “catástrofe”, o “desastre” que incidiu sobre os palestinos após a aprovação do plano de partilha do território (Resolução 181), pela Assembléia Geral das Nações Unidas, ONU, em 29 de novembro de 1947. Ao resistir à decisão que cedia 52% de suas terras para a criação de um Estado judeu, os palestinos foram alvos de “operações retaliatórias” com ataques a vilarejos, bairros e centros urbanos organizados pelas milícias sionistas Haganá, Irgun e Lehi (Bando Stern), principalmente. Vilarejos foram cercados e bombardeados, casas e propriedades foram incendiadas e demolidas, seus moradores, expulsos. Instalaram minas terrestres nas ruínas para impedir que os proprietários retornassem. Cerca de 530 vilarejos foram destruídos ou esvaziados, mais de 700 mil palestinos foram expulsos de suas casas e terras, entre dezembro de 1947 e janeiro de 1949, num processo de limpeza étnica que admitiu fases e formas distintas (Clemesha, 2023; Misleh, 2022).

que se manifesta entre 1947 e 1948, mas que se dilata até o tempo presente, em seus enlaces com a recente operação iniciada em 2023 (Clemesha, 2023, p. 65, 72-73; Pappé, 2008, p. 33-35).

Conectando o passado mitificado e projetos políticos presentes, a ideia de Israel como uma democracia defensiva que precisa proteger os cidadãos das ameaças de um segundo holocausto viceja no projeto sionista desde o imediato pós-guerra. Com Ben-Gurion<sup>40</sup>, em 1948, a associação do palestino e dos árabes, de modo geral, com o nazismo foi uma estratégia discursiva mobilizada com o intuito de garantir no campo político-ideológico a disposição implacável para engendrar processos de limpeza, matança e destruição (Pappé, 2008, p. 108-109).

Não se trata apenas de mobilizar “estereótipos degradantes” contra os palestinos, organizando um processo de desumanização sistemática que tem início na linguagem, nos discursos, mas que constitui uma etapa fundamental da política de segregação, espoliação, deslocamento forçado e extermínio. O objetivo de Israel é também apagar qualquer traço da cultura e da história dos palestinos no território destinado a compor a “Grande Israel”, atacando a memória coletiva dos árabes, especialmente quando se trata da Nakba, o evento mais

---

<sup>40</sup> David Ben-Gurion foi um político judeu israelense, de origem polonesa, que se tornou o primeiro premiê do Estado de Israel, exercendo o governo entre 1948 e 1953 e 1955 e 1963. Líder do movimento sionista trabalhista, Ben-Gurion é considerado o criador da Haganá, força paramilitar sionista, arquiteto do *Yishuv*, o assentamento judeu na Palestina antes da formação do Estado, e fundador de Israel.

traumático na história dos palestinos, violência fundacional do Estado de Israel, passado excluído das narrativas sobre sua gênese <sup>41</sup>.

Aos palestinos se impõe um silenciamento tão pesado quanto às oitenta e cinco toneladas de bombas lançadas sobre Gaza entre 2023 e 2024 <sup>42</sup>. As universidades, escolas, bibliotecas e arquivos públicos foram sistematicamente destruídos. Livros, manuscritos, documentos históricos, acervos, coleções arqueológicas importantes foram saqueados e retirados de circulação. Intensifica-se uma prática comum desde 1947 e 1948, mas que se agravou após 1967, com a Guerra dos Seis Dias. E continua a ocorrer atualmente, com professores, pesquisadores, estudantes, jornalistas, artistas e intelectuais, de modo geral, sofrendo intimidação caso se posicionem em defesa da causa palestina ou apresentem qualquer interpretação dos fatos que contrarie a visão hegemônica sionista imposta por Israel, com desdobramentos que chegam ao banimento ou prisão – e isso

---

<sup>41</sup> Há na história oficial de Israel interpretações que afirmam que a região da Palestina era desabitada, ou ocupada por povos atrasados, forasteiros que viviam de modo rudimentar e deveriam ceder espaço para o povo judeu, predestinado a redimir àquela terra. Em outra perspectiva, defendem que os palestinos deixaram suas terras num “êxodo voluntário”, seguindo ordens de suas lideranças – versões que falsificam a história, como a historiografia mais recente já comprovou.

<sup>42</sup> Para fins de comparação, a quantidade de explosivos lançados sobre Gaza supera o volume de explosivos empregados nos bombardeios das cidades de Dresden, Hamburgo, Nagasaki e Londres durante a Segunda Guerra Mundial. Ver: *Gaza, biosfera morta: da guerra dos lixões às 85.000 toneladas de explosivos*. IHU-Unisinos, 16/10/2024. In: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/644772-gaza-biosfera-morta-da-guerra-dos-lixoes-as-85-000-toneladas-de-explosivos>

vem ocorrendo em Gaza, nos territórios ocupados, em Israel e em países aliados, especialmente onde há atores, grupos e movimentos de extrema direita alinhados ao sionismo, o que é muito comum<sup>43</sup>. O genocídio imposto por Israel também incide violentamente sobre a difusão de notícias e a cobertura jornalística, mobilizando medidas repressivas e a violência como formas de coibir o trabalho da imprensa. Desde outubro de 2023, as forças militares de Israel mataram mais jornalistas do que a Guerra Civil Americana, a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, a Guerra da Coréia, a Guerra do Vietnã, os conflitos no Camboja e no Laos, as guerras na Iugoslávia nas décadas de 1990 e 2000, e no Afeganistão após os ataques de 11 de setembro, juntas (Turse, 2025).

---

<sup>43</sup> IHU-Unisinos. *Em Israel há uma lavagem cerebral na sociedade, através da educação e da propaganda*. Entrevista com Nurit Peled-Elhanan. 01/12/2023. In: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/634797-em-israel-ha-uma-lavagem-cerebral-na-sociedade-atraves-da-educacao-e-da-propaganda-entrevista-com-nurit-peled-elhanan> ; Vozes Judaicas por Libertação. *A manipulação do antissemitismo como instrumento de censura às críticas a Israel*. Blog da Boitempo. In: <https://blogdaboitempo.com.br/2023/11/29/a-manipulacao-do-antissemitismo-como-instrumento-de-censura-as-criticas-a-israel/> ; Intercept Brasil. *O Instagram está derrubando seus posts sobre Gaza a pedido de Israel*, 16/04/2025. In: <https://www.intercept.com.br/2025/04/16/instagram-facebook-meta-posts-gaza-israel/>

#### **4. Passado mítico e a construção do inimigo político na Hungria**

Desde 2015, o governo da Hungria, liderado pelo primeiro-ministro Viktor Orbán, organiza a Cúpula Demográfica de Budapeste. Um evento realizado bianualmente com o objetivo de constituir um espaço transnacional para discutir e propor estratégias para lidar com o envelhecimento e o declínio populacional, a mudança da estrutura familiar e a imigração. Trata-se de uma conferência que arregimenta uma participação crescente de líderes políticos, chefes de Estado e de governo, lideranças religiosas e de organizações não governamentais, jornalistas e outros profissionais de mídia de diversos países. Mas que é organizada em contraposição às instituições da ONU, como a Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (CIPD), realizada desde 1954, com o objetivo de traçar diretrizes e políticas para lidar com questões demográficas.

A população da Hungria está reduzindo de tamanho desde os anos 1980, resultado especialmente de baixas taxas de natalidade e elevado fluxo de emigração, além do envelhecimento populacional, com aumento da expectativa de vida. Tal quadro tem como desdobramento a disseminação de uma determinada preocupação com o futuro econômico do país, por conta da possibilidade de compor uma crise do sistema previdenciário e do mercado de trabalho. No entanto, despontam temores relacionados à própria identidade nacional e cultural do povo húngaro. A integridade e coesão da Hungria como nação estariam supostamente ameaçadas pela “invasão”

de povos cujas referências étnicas, culturais, religiosas, sobretudo, eram diferentes da Europa <sup>44</sup> (Nagy, 2016).

Historicamente, a Hungria é um país que abriga grupos nacionais e étnicos diversos, no entanto, a importância de tal contingente apresentou variações nas últimas décadas, de modo que, ainda que sua homogeneidade (húngara) seja um fato presente, a proporção de húngaros volta a cair, com alterações na dimensão de tais grupos na população absoluta do país. Os húngaros são a grande maioria, mas o número de alemães, romenos, eslovacos, croatas, sérvios, eslovenos e povo romani (ciganos) sofreu flutuações desde o pós-guerra. Em 1949, os húngaros somavam 98,6% da população, em 2021, a proporção era de 87,9% na estrutura demográfica do país.

A crise dos refugiados em 2015 agravou esse quadro e inflamou a retórica e política xenofóbica de grupos de extrema direita na Hungria, mas especialmente do Fidesz, partido do primeiro ministro Viktor Orbán. Conflitos armados, guerras civis, perseguição, catástrofes ambientais, fome e outras questões de ordem socioeconômica impulsionaram imensos fluxos migratórios de regiões da Ásia Ocidental e África para a Europa, sobretudo provenientes da Síria, Iraque, Afeganistão, Somália, Sudão, Eritreia e Nigéria. O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) calcula que em 2015 mais de um milhão de pessoas se deslocaram para a Europa, dirigindo-se

---

<sup>44</sup> Demographics of Hungary - statistics & facts.

In: <https://www.statista.com/topics/8478/demographics-of-hungary/#editorsPicks>

para a Grécia, Turquia, Itália, França, Espanha, Alemanha e Hungria, principalmente (Bíró-Nagy, 2021).

Ainda que os países europeus tenham recebido imigrantes e refugiados ao longo das últimas décadas, a rapidez e magnitude dos deslocamentos forçados que ocorreram em 2015 convergiram para a composição de uma crise humanitária de graves proporções. As estruturas de recepção e assistência aos refugiados de instituições internacionais colapsaram. Um imenso fluxo de imigrantes e refugiados se dirigiu à travessia do Mar Mediterrâneo utilizando embarcações precárias, resultando em naufrágios e mortes de milhares de pessoas, como o emblemático caso do menino sírio Aylan Kurdi, de 3 anos, encontrado morto numa praia da Turquia<sup>45</sup>. Enquanto as autoridades europeias estavam concentradas no esgotamento das redes de asilo em cidades gregas e italianas, ou seja, no fluxo de refugiados que chegava a Europa pelo Mediterrâneo, outra rota (terrestre) se formava na parte ocidental dos Bálcãs, pressionando a Grécia, Macedônia, Sérvia, Áustria e Hungria. Campos de refugiados se formaram nas fronteiras desses países e rapidamente foram superlotados, evidenciando as limitadas capacidades de atender a milhares de refugiados que chegavam adoecidos, com fome e esgotados pela longa travessia. Grupos criminosos envolvidos com tráfico de pessoas se aproveitaram da situação cobrando elevados valores pela promessa de condução dos refugiados aos territórios almejados, fazendo-os vítimas de

---

<sup>45</sup> BBC News Brasil. *A história por trás da foto do menino sírio que chocou o mundo*. In: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150903\\_aylan\\_historia\\_canada\\_fd](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150903_aylan_historia_canada_fd)

suas práticas ilegais. Em alguns casos, o desfecho foi trágico, como ocorreu em Parndorf, na Áustria, onde autoridades encontraram um caminhão frigorífico com dezenas de corpos de imigrantes que morreram asfixiados<sup>46</sup>.

A crise migratória teve consequências econômicas, sociais e políticas para o conjunto de países da União Europeia (UE). Seus desdobramentos evidenciaram os limites das estruturas de asilo e recepção de imigrantes, assim como a incapacidade das instituições europeias apresentarem alternativas diante de tamanho desafio. Os fluxos massivos de imigrantes e refugiados deram impulso a conflitos entre os países e as instituições da UE quanto às medidas propugnadas para lidar com a crise, revelando também disjunções no interior dos governos, entre atores políticos, partidos e grupos sociais. Na Hungria, rapidamente a solidariedade inicial foi suplantada pelo temor e desconfiança. A crise migratória foi objeto de uma intensa campanha de politização orquestrada pelo Fidesz e pelo governo do primeiro-ministro Viktor Orbán, propalando discursos públicos que associavam imigrantes e refugiados à criminalidade e ao terrorismo, destacando também preocupações econômicas e culturais, exacerbando a xenofobia e a rejeição completa à imigração (Bocskor, 2018).

O governo húngaro, investindo na difusão da ideia do imigrante como uma ameaça, construiu uma cerca ao longo de suas fronteiras com a Sérvia e a Croácia, equipando-as com

---

<sup>46</sup> El País. *Áustria contabiliza 71 refugiados mortos no caminhão frigorífico*. In: [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/28/internacional/1440751629\\_948478.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/28/internacional/1440751629_948478.html)

sistemas de vigilância e empregando força militar para repelir e dissuadir os contingentes de imigrantes e refugiados que alcançavam o território de seu país. A política anti-imigração de Orbán adotou medidas para restringir o acesso ao *status* de refugiado, criminalizando a imigração irregular, impondo a detenção aos solicitantes de asilo, rejeitando os mecanismos de cotas para imigrantes da UE, investindo em campanhas de difamação para deslegitimar e dificultar o trabalho de ONGs que prestavam auxílio aos imigrantes. Um estudo de Bíró-Nagy (2022) identificou que a radicalização das políticas xenofóbicas de Orbán alcançou resultados políticos concretos. Em 2014, apenas 3% da população húngara classificou a imigração como um dos principais problemas do país. Em 2015, a compreensão da imigração como uma ameaça abarcava 34% da população. Orbán conseguiu manter a questão da imigração no centro do debate político na Hungria até 2018, explorando as frustrações sociais e o sentimento de que a Europa e a Hungria vivenciavam uma grave crise, reposicionando o Fidesz no quadro das disputas eleitorais daquele ano, garantindo vantagens ao seu partido e à sua reeleição (Bíró-Nagy, 2022, p. 17-18).

As medidas restritivas que a Hungria adotava foram duramente criticadas por organizações de direitos civis e entidades internacionais, como a Anistia Internacional, a Unicef e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Divergindo da maioria dos países europeus e infringindo elementos do direito internacional e do direito dos refugiados, a política de “portas fechadas” da Hungria violava

obrigações delimitadas pela Convenção de Genebra e por outros tratados internacionais. A crise migratória exacerbava conflitos entre a Hungria e a União Europeia, mas abarcava também outros países da Europa Central que compartilhavam a mesma perspectiva sobre a política migratória baseada na ideia de que os preceitos das organizações internacionais não deveriam suprimir a soberania nacional. Assim, Hungria, Polônia e República Tcheca se opuseram à política de distribuição de cotas de imigrantes estipulada pela União Européia.

A política de Orbán reposicionava a Hungria diante da política internacional, mas também alterava a posição do próprio primeiro-ministro, de seu partido, o Fidesz, e da extrema direita no debate político nacional, através da politização e radicalização da retórica anti-imigração. O fluxo massivo de pessoas vindas de países do sudoeste asiático e da África, regiões povoadas por referências culturais e religiosas diferentes, encontrou na Europa sociedades cuja história foi construída pelo colonialismo e racismo, o que contribuiu para que se desenvolvesse a percepção de que imigrantes e refugiados representavam uma ameaça à coesão social e à cultura nacional.

Não apenas na Hungria, mas na maioria dos países da Europa, além dos Estados Unidos, a extrema direita fomenta uma teoria da conspiração que defende a ideia de que os fluxos migratórios, provenientes de territórios outrora colonizados pelos europeus, especialmente de países árabes e africanos, integram um processo sistemático e contínuo de substituição da população branca por uma população não branca, uma

estratégia tecida pelas “elites globais” que teria como objetivo o apagamento da civilização ocidental e cristã, uma suposta ameaça à própria existência da Europa. Trata-se de uma teoria conspiratória popularizada pelo escritor francês Renaud Camus em seu livro *Le Grand Remplacement* (A grande substituição), publicado em 2012, cujas ideias o tornaram um ideólogo da extrema direita e estão sendo compartilhadas por grupos supremacistas brancos dentro e fora da Europa, mas também por grupos identitários, neonazistas, atores políticos internacionais e pela mídia (Mudde, 2022, p. 46).

Episódios de violência extremista e racista descortinaram a mobilização das concepções de Camus por terroristas supremacistas nos ataques que ocorreram em 2019, em Christchurch, na Nova Zelândia, e em El Paso, nos Estados Unidos. Em ambos os casos, os extremistas elaboraram e divulgaram manifestos que revelam a identificação com as teses conspiracionistas do substitucionismo. No primeiro caso, expressando concepções típicas do nacionalismo e supremacismo branco, mas também xenofobia e racismo, além de delimitar adesão à teoria conspiratória da grande substituição e declarando-se inspirado por outros terroristas da extrema direita como o norueguês Anders Behring Breivik<sup>47</sup> e o

---

<sup>47</sup> Terrorista cristão de extrema direita da Noruega que empreendeu um duplo atentado em 22 de julho de 2011, explodindo uma caminhonete-bomba no Complexo Governamental de Oslo, no qual oito pessoas foram mortas, e realizando um massacre no acampamento das Juventudes Trabalhistas, matando outras 69 pessoas. Breivik escreveu um manifesto intitulado “2083: Uma Declaração Europeia de Independência”, no qual, além de expor detalhes do planejamento do atentado terrorista, defende que a civilização europeia

estadunidense Dylann Roof<sup>48</sup>. No segundo caso, há referências ao massacre de Christchurch, às teses de substituição cultural e étnica e sua motivação contra uma invasão hispânica nos EUA.

Na Hungria, Viktor Orbán e seus aliados da extrema direita mobilizam discursos anti-imigrantes, xenofóbicos e racistas, com o objetivo de incidir sobre medos e ansiedades profundas derivadas da associação dos fluxos de imigrantes e refugiados ao terrorismo e criminalidade, além de acenar com a ideia de ameaça de contaminação, miscigenação, dissolução e apagamento da cultura europeia (compreendida como branca e cristã). Promovendo a condensação de uma atmosfera ideológica marcada pela inquietação e insegurança representada pela chegada de milhares de refugiados de territórios pós-coloniais, de regiões do sudoeste da Ásia e do norte da África, nas quais o islamismo é uma religião de proporção significativa, o pânico social promovido pela extrema direita envolve um suposto plano de imposição e dominação da Europa e sua cultura por uma “contra-colonização” muçulmana – numa alusão às teses de Renaud Camus. Nessa conjuntura, Orbán mobilizou antigas

---

cristã estava ameaçada pelo liberalismo, pelo multiculturalismo e pela invasão de imigrantes de países predominantemente islâmicos. Ver: Steven Erlanger, Scott Shane. As Horrors Emerge, Norway Charges, Christian Extremist. New York Times, 24/07/2011.

In: <https://archive.nytimes.com/query.nytimes.com/gst/fullpage-9E01E5DE143FF937A15754C0A9679D8B63.html>

<sup>48</sup> Em 17 de junho de 2015, Dylann Roof, supremacista branco e neonazista, realizou um ataque na Igreja Episcopal Presbiteriana Africana Emanuel, em Charleston, Estados Unidos, no qual matou nove pessoas, todas afro-americanas, incluindo a pastora e senadora Clementa C. Pinckney. Em seu manifesto, alegava que estava iniciando uma “guerra racial”.

teorias da conspiração antissemitas, relacionando judeus, comunistas e a esquerda, como forma de arregimentar a identidade religiosa cristã contra os supostos planos do bilionário e filantropo húngaro-americano Georges Soros, interessado na invasão e destruição da cultura europeia e húngara a partir do financiamento e estímulo à imigração.

É a partir desta perspectiva que devemos compreender o discurso de Orbán em sua visita à Romênia em julho de 2022, quando defendeu que os europeus não querem se misturar com pessoas de fora do continente. “Esse é um mundo de raças mistas. E há o nosso mundo, em que os cidadãos da Europa transitam, trabalham e se movem. (...) É por isso que sempre lutamos: estamos dispostos a nos misturar, mas não queremos nos tornar povos mestiços”. Alertando em seguida que a “civilização islâmica” está “constantemente se movendo em direção à Europa”.

Na quinta edição da Cúpula Demográfica de Budapeste, Katalin Kovak, Presidente da República da Hungria, reafirmava a estratégia adotada pelo governo para lidar com a questão demográfica e com aspectos da crise migratória, a “política familiar”.

Ser a favor da família deve ser o mínimo denominador comum nacional (...). Devemos ter a liberdade de criar nossos filhos, livres de ideologias prejudiciais. Não podemos permitir que nossos filhos sejam privados de seu senso de segurança baseado em sua identidade e sua autoconsciência. Precisamos ter no poder um governo e legisladores favoráveis à família. A

Hungria não deve dar seu consentimento a decisões contrárias à família em questões internacionais. Segurança para nossas famílias: jardins de infância, escolas, vilarejos, cidades, o país e as fronteiras devem permanecer seguros. Oportunidades adequadas para as pessoas com filhos: não podemos permitir que as pessoas com filhos sejam arrastadas para a pobreza. Não devemos permitir que as dificuldades econômicas impeçam-nos de ter filhos. Devemos ter respeito pelos idosos. Devemos garantir a real liberdade de escolha para as mulheres, evitando que elas tenham de escolher entre família e carreira. Devemos ajudar os jovens a encontrar moradia para si próprios. Devemos ter uma educação pública competitiva, educação profissionalizante, educação superior e um sistema de saúde pública. Devemos dar atenção às famílias húngaras que vivem fora de nossas fronteiras<sup>49</sup>.

Trata-se, portanto, da proposição de medidas voltadas para o incremento da taxa de fecundidade do país, incentivando o casamento e a elevação da natalidade em famílias húngaras. Mas apenas de famílias etnicamente húngaras, tradicionais e heteronormativas - como define a nova constituição promulgada

---

<sup>49</sup> O jornal *Gazeta do povo*, com um perfil de direita, traduziu e publicou um artigo de outro jornal de direita, o italiano *La nuova bussola quotidiana*, citando o discurso de Katalin Novák, na V Cúpula Demográfica de Budapeste. De autoria de Luca Volonté, a matéria original apresenta perspectiva claramente favorável às políticas “pró-família” de Orban.

In: <https://lanuovabq.it/it/denatalita-i-numeri-premiano-la-cattiva-ungheria>; A tradução, por Rafael Salvi (29/09/2023), em *Gazeta do povo*, “Na contramão da baixa natalidade: os números premiam a “malvada” Hungria”.

In: <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/na-contramao-da-baixa-natalidade-os-numeros-premiam-a-malvada-hungria/>

com o apoio da grande maioria do parlamento alinhada a Orbán. Dessa forma, delimita-se constitucionalmente uma identidade nacional definida por uma perspectiva antigênero típica da direita radicalizada. Uma concepção excludente de identidade nacional, expressando teor nativista e autoritário, que se organiza a partir de uma específica interpretação da história social e cultural da Hungria, baseada na mobilização de valores religiosos e na manipulação da própria identidade húngara, supostamente homogênea em sua constituição como povo, nesse caso, cristão, conservador, ocidental, ameaçado por valores liberais e multiculturalistas propagados pelas elites globalistas. A difusão desde o Estado de uma identidade nacional exclusivista mobiliza concepções que recusam a alteridade, retratando o *outro*, no caso da Hungria, a população LGBTQIA+ e os imigrantes e refugiados de origem pós-colonial, sobretudo, como uma ameaça à coesão nacional e à integridade da cultura húngara, um inimigo que deve ser excluído, combatido, derrotado.

Durante a quinta Cúpula Demográfica de Budapeste, o primeiro-ministro Viktor Orbán saudou Giorgia Meloni e a direita italiana parabenizando pela vitória eleitoral naquele ano. Demonstrando alívio, afirmou que em Budapeste acreditavam “que a Itália nunca mais teria um governo patriótico, que amasse as famílias e fosse cristão”. Em sua perspectiva, Hungria e Itália guardavam semelhanças por compreenderem que “não pode haver liberdade sem autoridade, porque isso levará ao caos; e que não pode haver autoridade sem liberdade, porque isso

levará ao despotismo”. Orbán elogiou uma fala de Meloni por se mostrar alinhada com a concepção hegemônica de família imposta pelo Estado, heteronormativa, tradicional e conservadora. Numa tentativa de se colocar como uma liderança regional e internacional na defesa da família tradicional, conservadora e cristã, enfatiza que os húngaros foram “os primeiros a proclamar a paz religiosa na Europa, e a mantemos desde então – há quase 500 anos”. O que exigiria seu empenho na luta “contra a perseguição aos cristãos, onde quer que ela ocorra no mundo”. Para Orbán, a Europa continua sendo governada por uma elite liberal-progressista que se distancia cada vez mais das questões mais importantes para a população europeia: “constituir família, criar lares seguros e criar os seus filhos em paz e segurança. Estas são questões demográficas”. Em sua análise, o distanciamento entre as elites liberais e as demandas mais importantes da agenda política europeia é um desdobramento da forma como os liberais “hackearam” a vida política do ocidente, “o discurso, as atitudes, os modos de pensar, a estrutura para entender como o mundo funciona”. O que foi feito antropológica e estrategicamente, na forma como se pensa a humanidade e se planeja o futuro - afirma. Assim, se disseminou pela Europa a identificação com os valores da família, da pátria, da tradição e da nação com a tirania, exacerbando a importância do indivíduo na sociedade. Mobilizando a experiência do passado comunista da Hungria, Orbán procura identificá-lo como emblema da tirania, associando-o às supostas ameaças representadas pela elite liberal-progressista da Europa.

E anuncia um conflito que é internacional, destacando que é preciso substituir a “era progressista-liberal”.

O que aprendi é que não temos chance de persuadir e convencer as atuais elites progressistas-liberais. Nenhuma chance! Elas simplesmente precisam ser deixadas de lado. A era pós-liberal que ansiamos que substituirá a atual era progressista-liberal, não virá automaticamente. Alguém tem que fazer isso acontecer. E quem fará isso acontecer, senão nós? Para isso, precisamos transformar a paleta política. Digamos abertamente: uma mudança de rumo é necessária. Precisamos levar forças conservadoras e favoráveis à família para o governo no maior número possível de países europeus. Além disso, haverá eleições europeias no próximo ano, então todas as condições estão criadas para uma manobra abrangente no campo de batalha que vire as relações de poder a nosso favor<sup>50</sup>.

A política familiar do governo de Orbán admite convergências com a política anti-imigração na tessitura político-ideológica do inimigo político e das supostas ameaças à ordem social, à integridade das famílias, da cultura e do povo, pois ao enquadrar a identidade nacional em termos nativistas, autoritários, racistas e antigênero, determina grupos que

---

<sup>50</sup> Orbán, Viktor. *Speech by Prime Minister Viktor Orbán at the 5th Budapest Demographic Summit* (Discurso do Primeiro-Ministro Viktor Orbán na 5ª Cimeira Demográfica de Budapeste), 14/09/2023.

In: <https://abouthungary.hu/speeches-and-remarks/speech-by-prime-minister-viktor-orban-at-the-5th-budapest-demographic-summit>

legitimamente devem compor o processo de constituição e reprodução da nação e os grupos indesejáveis que devem ser rechaçados, incidindo sobre políticas públicas, direitos de cidadania e acesso a políticas sociais. Mas também impulsionando práticas discursivas empenhadas na desumanização do *outro* e formas de violência.

A questão demográfica, com o decréscimo populacional e o envelhecimento da população, é compreendida nos parâmetros de uma ameaça existencial à cultura e civilização húngaras. Por essa perspectiva, as elites liberais da Europa, representadas em figuras como George Soros, seriam responsáveis pela inserção de valores multiculturais na Europa e por um plano de financiamento e estímulo à migração de países do sudoeste asiático e do norte da África para a Hungria e demais países da União Européia.

## **5. Conclusão**

A recente ascensão da extrema direita como um fenômeno político global mobilizou historiadores, sociólogos, cientistas políticos, entre outros, em análises comparativas que buscam identificar vínculos, inspirações e semelhanças de tais movimentos, grupos, atores políticos, discursos e práticas com o fascismo histórico. Seja analisando a retórica da extrema direita, seus projetos políticos, as investidas para cerceamento da liberdade de imprensa, os ataques, aparelhamento e cooptação das instituições democráticas, o avanço sobre direitos

fundamentais de minorias ou a violência extrema é consenso de que estamos lidando com a maior ameaça à democracia nas últimas décadas. No presente estudo, nos debruçamos sobre uma característica específica da conjunção entre as experiências históricas do fascismo e a ressurgência da extrema direita em nosso tempo, qual seja, as formas discursivas empregadas pela extrema direita na desumanização do *outro*, seja ele palestinos, população LGBTQIA+ ou imigrantes e refugiados de origem pós-colonial. Nesse caso, nos interessa explorar a forma como a extrema direita empreende um processo sistemático de produção de mentiras sobre a realidade presente e a mobilização de interpretações falseadas sobre a história para legitimar projetos políticos atuais. Assim, analisamos alguns aspectos da política-ideológica mobilizada pelos governos de Israel e Hungria, sobretudo a forma como a construção discursiva acerca de supostas ameaças e inimigos existenciais permeiam ações políticas desde o Estado e imbricam, como enlaces, o presente e os passados autoritários.

A difusão sistemática de mentiras sobre o presente e a falsificação do passado e seu uso político são características compartilhadas pelos governos fascistas que vigoraram na Europa entre os anos 1930 e 1940 e pelos governos de extrema direita que ascenderam ao poder em diversos países nas últimas décadas. Líderes extremistas mobilizam um passado mitificado como estratégia político-ideológica para a concretização de objetivos do presente. O apelo ao passado tende a incidir sobre os aspectos da memória social que permitem a emergência e

circularidade de formulações discursivas anteriores, preservando ou adulterando significados, mas explorando determinadas operações tecidas no âmbito da interpretação sobre os fatos do passado para definir experiências comuns, fundamentar e reforçar os laços e sentimentos de pertencimento, produzir hierarquias e formas de classificação de grupos, posições e papéis sociais e delimitar as fronteiras socioculturais e identitárias de um povo, sua visão de mundo, sua compreensão do passado e expectativa de futuro.

Assim como na política fascista, a extrema direita mobiliza uma determinada ideia de povo, baseada em concepções míticas de diferenciação, construídas com base em um passado também fictício e romantizado. Mas assentadas sobre sentimentos de medo, insegurança, ressentimento, ansiedade e pânico sociais gerados por discursos acerca de supostas ameaças e inimigos fundamentais. Perspectivas convenientemente associadas à ideia de uma elite corrupta, disposta a conspirações internacionais, que abarcam plutocratas, oligarcas, banqueiros, judeus, comunistas ou mesmo minorias étnicas, religiosas e sexuais. As ameaças que perpassam a construção discursiva da extrema direita admitem caráter essencialista, incidindo sobre a integridade e coesão da comunidade, sua cultura e tradições, sua existência enquanto povo.

Permeadas por uma concepção mítica, racista e autoritária de povo, a extrema direita difunde a compreensão de que a sociedade se encontra dividida entre o “povo puro” e a “elite corrupta”. Mas também estabelece que o líder é o

representante maior daquela sociedade, personificando e expressando o “bem comum”, desdobrando-se numa compreensão delimitada a tomar a parte como o todo, numa construção fictícia de homogeneidade social – ainda que a diversidade seja evidente, assim como a exclusão de muitos grupos. Nessa construção discursiva, tanto a ideia de povo quanto de líder refletem uma visão de mundo na qual pairam ameaças de inimigos políticos à nação e ao Estado, o que aproxima a extrema direita atual do fascismo (Stanley, 2018; Finchelstein, 2019).

Em Israel, a construção discursiva do palestino como inimigo e ameaça existencial resulta de um processo histórico mais longo que remete aos tempos que antecedem à constituição do Estado, tangenciando a manipulação da memória sobre o passado traumático dos judeus no Holocausto nazista. Assim, apela-se à memória discursiva dos judeus enquanto vítimas num passado recente para a emergência de novas formulações discursivas e atualização de significados, “evidenciando sentidos” e delimitando interpretações sobre as experiências do passado e seus enlacs no tempo presente. Nessa atualização, o palestino é o *outro* desumanizado, visto como “atrasado”, “animal”, “terrorista”, o inimigo que representa a ameaça de um segundo holocausto, como expõem Finkelstein (2001) e Pappé (2008). O que é difundido sistematicamente pelo Estado, como sustentáculo de uma concepção de política defensiva que se verte em desumanização, *apartheid*, expulsão e extermínio – em genocídio, manifestação

maior dos enlaces entre o passado de catástrofes que “insiste em não passar”, como formas atualizadas em nosso tempo. Desta vez, registrado e publicizado amplamente pelas novas mídias digitais. Não mais como um passado traumático que se nega ou omite, mas como um trauma exposto diante do qual a mídia hegemônica, instituições e lideranças internacionais encolhem-se cúmplices e indiferentes.

Na Hungria, o governo de Victor Orbán mobiliza de maneira oportunista a questão demográfica com o declínio populacional do país e o envelhecimento da população para inflar o sentimento de insegurança da população, adicionando temores existenciais com a suposta ameaça da dissolução cultural e étnica da sociedade húngara, interpretada pela extrema direita como historicamente cristã. Assim, delimitam a população LGBTQIA+, os imigrantes e refugiados como uma ameaça à integridade cultural e étnica da Hungria, incidindo sobre a imposição de políticas antidemocráticas que atacam direitos e garantias fundamentais de minorias étnicas e sexuais.

Em ambos os casos, a política ideológica da extrema direita baseada na falsificação do passado e na mobilização de discursos acerca de supostas ameaças e inimigos existenciais atende a projetos políticos autoritários. Em Israel, para consolidar o genocídio, a limpeza étnica e o processo colonialista e racista sobre os territórios palestinos, além de silenciar qualquer forma de crítica ou oposição, classificando como manifestação de antissemitismo. Na Hungria, a construção discursiva do inimigo político se volta contra as balizas impostas

pelas normas democráticas, legitimando o fortalecimento do poder executivo, práticas persecutórias contra opositores políticos e instituições, como universidades, institutos de pesquisa, imprensa livre e atacando direitos e garantias de minorias.

Os enlaces entre o passado do fascismo histórico e a ascensão da extrema direita no tempo presente, sobretudo a forma como constroem e difundem uma visão de mundo maniqueísta baseada na ideia de um “povo puro” que se vê ameaçado por inimigos e conspirações, se não apontam para uma “era de catástrofe” no qual o fascismo aspira uma dominação global em formas atualizadas da extrema direita governante, já evidenciaram desumanização, racismo, matanças e autoritarismo preocupantes. O conhecimento e consciência históricas deveria provocar o senso de crítica e responsabilidade política diante dos fatos que somos testemunhas nesse quarto de século. A ressurgência da extrema direita é um fenômeno que arrasta o passado de autoritarismos, desumanização do outro, perseguição, retirada de direitos e formas de violência para o centro da arena política do tempo presente. A naturalização e consolidação da extrema direita nos sistemas políticos de diversos países é uma característica que singulariza a atual ascensão histórica do extremismo de direita. Seus atores políticos, seus discursos, ideias e projetos políticos estão sendo normalizados e debatidos publicamente em espaços da mídia tradicional. A profusão de discursos de ódio, carregados de racismo, xenofobia, intolerância, autoritarismo e culto à violência

estão ganhando perenidade. A normalização das barbáries cujos rastros vinculam o presente ao passado é uma ameaça que deveríamos evitar.

## Referências

- ABRAHAMSSON, C. *On the genealogy of lebensraum*. Geographia Helvética, 68, 2013.
- AMARASINGAM, Amarnath; UMAR, Sanober; DESAI, Shweta. "Fight, Die, and If Required Kill": Hindu Nationalism, Misinformation, and Islamophobia in India. *Religions*, 13 (380), 2022. In: <https://doi.org/10.3390/rel13050380>
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1998.
- BÉDARIDA, François. *Histoire, critique et responsabilité*. Paris. Éditions Complexe/IHTP, 2003.
- BIANCHI, Giorgio. Genocídio. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998.
- BÍRÓ-NAGY, András. Orbán's political jackpot: migration and the Hungarian electorate, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 2021.
- BOCSKOR, Ákos. Anti-immigration discourses in Hungary during the 'Crisis' year: The Orbán government's 'National Consultation' campaign of 2015. *Sociology*, v. 52, n. 3, 2018.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- CHAKRAVARTI, Uma; HAKSAR, Nandita. *The Delhi Riots: Three Days in the Life of a Nation*. New Delhi: Lancer International, 1987.
- CLEMESHA, Arlene. *Al Nakba e os percursos historiográficos de uma tragédia sem fim*. In: Osvaldo Coggiola. (Org.). *Guerra Israel, Palestina e Crise Mundial*. São Paulo: Livraria da Física, 2023.
- CHAPOUTOT, Johann. *A revolução cultural nazista*. Rio de Janeiro: Da Vinci Livros, 2023.
- COGGIOLA, Osvaldo. A genese do sionismo uma breve história do antisemitismo até a origem do sionismo. In. *A terra é redonda*, 01/12/2023. <https://aterraeredonda.com.br/a-genese-do-sionismo/?print=pdf>
- FINCHELSTEIN, Federico. *Do fascismo ao populismo na história*. São Paulo: Almedina, 2019.
- FINCHELSTEIN, Federico. *Uma breve história das mentiras fascistas*. São Paulo: Vestígio, 2020.

FINKELSTEIN, Norman. *A indústria do Holocausto – reflexões sobre a exploração do sofrimento dos judeus*. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2001.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere. Volume 3 – Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antônio. *Escritos Políticos*, v.1. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2004.

GUERMAN, Michel. *O início do sionismo no Brasil: ambiguidades da história*. São Paulo: Ed. Unifesp, 2021.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HOBBSBAWN, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

JUDENSNAIDER, Ivy; FORATO, Thais Cyrino de Mello. A sinergia entre a agenda política da extrema direita e o negacionismo vacinal: rastreando a convergência entre as duas pautas. *Acta Scientiarum, Human and Social Sciences*, v. 46, 2024.

KLEMPERER, Victor. *LTI: A linguagem do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

LIGUORI, Guido. Ideologia. In: LIGUORI, Guido & VOZA, Pasquale (Orgs.). *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*. São Paulo: Boitempo, 2017.

MAZOWER, Mark. *O império de Hitler: a Europa sob domínio nazista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MEURER, J. L.; DELLAGNELO, Adriana Kuerten. *Análise do Discurso. Centro de Comunicação e Expressão*. Universidade Federal de Florianópolis: Florianópolis, 2008.

MIGUEL, Luis Felipe. *Democracia na periferia capitalista: impasses do Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

MISLEH, Soraya. *Al Nakba: um estudo sobre a catástrofe palestina*. São Paulo: Editora Sunderman, 2022.

MORAIS, João Rafael Gualberto de Souza. Das Trincheiras à Blitzkrieg: a evolução operacional da guerra entre 1914-45. *REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS*, v. 15, p. 125-147, 2024.

MUDEDE, Cas. *A extrema-direita hoje*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2022.

OLIVEIRA, Carmen Irene Correia de; DILL ORRICO, Evellyn Goyanne. Memória e discurso: um diálogo promissor. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (org.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro: 2005.

ORLANDI, Eni. *Análise de discursos. Princípios e procedimentos*. Ed. Pontes, 2007.

PAPPÉ, Ilan. *La limpieza étnica de Palestina*. Barcelona: Ed. Crítica, 2008.

PAPPÉ, Ilan. *Dez mitos sobre Israel*. Rio de Janeiro: Editora Tabla, 2022.

PECHÊUX, Michael. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1995.

PELED-ELHANAN, Nurit. *Ideologia e propaganda na educação: a Palestina nos livros didáticos israelenses*. São Paulo: Boitempo, 2019.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

SAID, Edward W. *A questão da Palestina*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

SARKAR, Kaveri. Religious Nationalism, Securitization Narratives, and Hindu-Muslim Tensions in India, 2015-2020. *Pi Sigma Alpha: Undergraduate Journal of Politics*, Elon, v. 20, n. 2, p. 35-48, ago. 2020.

STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo – a política do “nós” e “eles”*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2018..

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. SCHURSTER, Karl. *Como (não) fazer um golpe de estado no Brasil: uma história interna do 8 de janeiro de 2023*. 1. ed. Recife, PE: Editora Universidade de Pernambuco, 2023.

TRAVERSO, Enzo. *La historia como campo de batalla: interpretar las violências del siglo XX*. Buenos Aires: Fondo Del Cultura Económica, 2012.

TURSE, Nick. *News Graveyards: How Dangers to War Reporters Endanger the World*. Watson Institute for International and Public Affairs, Brown University, 2025.

## 2.

### **Política Externa Ativa e Altiva: Então e Agora** <sup>51</sup>

Celso Amorim <sup>52</sup>

É uma distinta honra ter sido convidado para proferir pela segunda vez uma Aula Magna na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sempre tive grande admiração por esta instituição, que conheci quando fiz meu vestibular de filosofia – curso que tive que abandonar por circunstâncias diversas. Àquela época ainda se chamava “Universidade do Brasil”, o que denotava seu caráter pioneiro entre as instituições de ensino superior. Era também o cenário onde se desenrolavam eventos políticos e intelectuais de repercussão nacional. Para ficar com apenas um: recordo com nitidez a conferência proferida por Jean Paul Sartre, acompanhado de Simone de Beauvoir, depois da passagem do casal por Havana, para um público que abarrotava o salão nobre da Faculdade Nacional de Filosofia, ansioso por ouvir as reflexões do filósofo francês, criador do existencialismo, mas bem próximo do marxismo.

Proferi minha primeira Aula Magna na UFRJ em 12 de

---

<sup>51</sup> Aula Magna proferida na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 15 de abril de 2024.

<sup>52</sup> Assessor-Chefe da Assessoria Especial do Presidente da República. Diplomata de carreira do Itamaraty, representou o Brasil na ONU (1995-1999), na OMC (1999-2001) e no Reino Unido (2001-2002). Foi Ministro das Relações Exteriores entre 1992 e 1994, entre 2003 e 2010, e Ministro da Defesa entre 2011 e 2015.

março de 2004, a convite do Magnífico Reitor da época, o saudoso Aloisio Teixeira. Portanto há 20 anos. Esse arco temporal me lembrou o livro do grande pensador político Edward Carr, “20 anos de crise”. Eu poderia parafrasear Carr, sem querer ombreá-lo, e dizer que se trata de 20 anos de desafios, realizações e – há que admitir – algumas frustrações.

Confrontarei, de uma perspectiva necessariamente subjetiva, a realidade da época em que muitos dos alunos aqui presentes nasceram com a do momento em que ingressaram na Universidade. Em 2004, eu era ministro das relações exteriores no primeiro mandato do Presidente Lula, depois de uma breve experiência no cargo de Chanceler durante o governo Itamar Franco.

Lula chega ao poder em período que coincide com processos de transformação no Brasil e no mundo. As breves narrativas que se seguem se inserem nesse quadro de uma realidade em constante movimento e ilustram como é ilusório pensar que a História é linear e passível de definições apriorísticas. Na verdade, uma das características da História é que ela nos surpreende sempre. Acredito que esse deveria ser o primeiro ensinamento para quem vai estudar a política e as relações internacionais.

## **1. Então**

No início do milênio, chegava ao fim o período do imediato “pós-Guerra-Fria”, que se seguiu ao desaparecimento do chamado “socialismo real” e ao colapso da União Soviética, eventos que nenhum pensador sério ousaria prever,

especialmente com a rapidez que ocorreram. Recordo que pouco mais de um ano antes da queda do muro de Berlim, quando eu ocupava um cargo no ministério da Ciência e Tecnologia, fiz uma visita à República Federal da Alemanha. Em meio a comentários diversos, perguntei ao meu interlocutor se ele previa a reunificação da Alemanha. Sua resposta refletiu a visão da época. “Sim, voltaremos a ser um país único, mas nem meus filhos verão isso acontecer; só, quem sabe, os filhos dos meus filhos”.

A mesma miopia se revelaria, em sentido inverso, nos anos que se seguiram à derrocada do “mundo comunista”. Alguns analistas chegaram a imaginar que esse novo mundo, marcado pelo predomínio do capitalismo e da democracia liberal, viera para ficar. Em termos geopolíticos, essas mudanças seriam acompanhadas por um predomínio praticamente absoluto dos Estados Unidos, que exerceriam o poder, quando possível, através da ONU, ou unilateralmente quando necessário. Essa utopia conservadora durou pouco. Cerca de uma década depois de Francis Fukuyama ter decretado o “Fim da História”, em 1992, já era possível perceber que não permaneceríamos estáticos, sob o domínio de uma única superpotência. De meados para fins dos anos noventa, já se notava o crescente incômodo causado por ações militares unilaterais. Como embaixador do Brasil na ONU, pude perceber essa reação não só da parte de nações do chamado terceiro mundo, mas de membros permanentes do Conselho de Segurança. Enquanto a primeira Guerra do Golfo, após a invasão do Kuwait por Saddam Hussein, foi aceita com pouquíssima ou nenhuma resistência, as ações norte-americanas

contra o regime iraquiano passaram a ser objeto de contestação crescentemente vocal. Essa reação foi ainda mais estridente, quando, já no governo Bush, Washington, com o apoio de uns poucos aliados “incondicionais” resolveu recorrer à força de maneira unilateral. Essa resistência provinha não só dos adversários previsíveis (Rússia e China), mas também de potências consideradas aliadas, como França e Alemanha e, de forma oscilante, até de países em desenvolvimento, como o próprio Brasil. Embora com limitações, o mundo estava se tornando mais multipolar, com o poder mais descentralizado.

No plano econômico, o fracasso estrondoso da chamada Rodada do Milênio da Organização Mundial do Comércio (OMC) foi uma demonstração de que o consenso formado nos grandes países capitalistas não seria automaticamente aceito nos países em desenvolvimento. Aliás, ainda no campo da economia, é curioso notar que um estudioso como Fukuyama não tenha percebido a mudança profunda que decorreria da emergência da China, que, por sinal, só viria a entrar para OMC em 2001. Contrariamente à concepção e aos interesses da potência dominante, ingenuamente repetidos por políticos e intelectuais de países em desenvolvimento, a visão estática ou linear da história havia se tornado rapidamente obsoleta.

É nesse mundo em transformação que Lula chega ao poder. O clima que se vivia no Brasil era de otimismo. A passagem de faixa de Fernando Henrique Cardoso, um sociólogo, com grande influência intelectual, que contribuíra para o fim da ditadura militar, para Lula, um trabalhador e líder de um partido

de esquerda, foi um momento simbólico da consolidação da democracia brasileira. Embora problemas sempre tenham existido, era um Brasil de esperança.

Na política externa, muitos percebiam uma oportunidade para o Brasil vir a desempenhar um papel de maior relevância. Havia muitos desafios, mas também, para alguns de nós, clareza sobre o que era preciso fazer para enfrentá-los. As condições pareciam propícias para que o Brasil não se limitasse a reagir às propostas que estavam sendo discutidas. Queríamos influir diretamente na agenda internacional e de forma não limitada ao nosso entorno geográfico.

Eu já havia sido ministro, no governo Itamar Franco, e fora embaixador em postos relevantes, especialmente em Genebra, sede de vários organismos internacionais, e em Nova York, sede da ONU. Não ignorava a importância do Brasil, em função de seu tamanho, de sua cultura e de sua tradição diplomática, respeitada para além da nossa região. Eu sentia, entretanto, que padecíamos de um certo complexo de inferioridade, oriundo do nosso passado colonial e de nossa dependência econômica, que se estendia aos planos político e cultural. Sempre me recordo de uma afirmação de Jorge Castañeda, um sociólogo mexicano, que flertara com a esquerda, mas que mais tarde veio a integrar o governo neoliberal de Vicente Fox. Em um artigo que li no Herald Tribune, Castañeda afirmou que “Brazil punches below its weight” ou, em uma tradução livre, o Brasil é um time que joga abaixo da sua liga.

Esse sentimento de inferioridade, que o escritor e

dramaturgo Nelson Rodrigues, referindo-se ao futebol, definiu como “complexo de vira-lata”, foi algo com que tive que lidar muitas vezes durante a minha carreira e não só na diplomacia, mas nas experiências que tive fora do Itamaraty, como Presidente da Embrafilme e como Assessor Internacional no Ministério da Ciência e Tecnologia. Quando fui embaixador em Genebra, recebia por vezes instruções que podiam ser lidas da seguinte maneira: “defenda tal ou qual posição, mas não seja proativo; não faça nada que hostilize os Estados Unidos ou a Europa”. Ao Brasil, como “potência média”, cabia apenas se conformar, ou, no máximo, fazer pequenos ajustes a propostas das grandes potências ocidentais. Essa postura tímida, que caracterizava o Brasil como um país que não tem “excedente de poder”, fora teorizada no governo militar e retomada no período democrático – com apoio da mídia e de boa parte do meio intelectual e político.

O Brasil não deveria, segundo essa concepção, tentar influir na política mundial e muito menos se contrapor a iniciativas das potências dominantes. Por isso, na minha primeira aparição pública como ministro indicado pelo Presidente Lula, em vez de detalhar temas, limitei-me a definir a atitude que prevaleceria na nossa atuação internacional. Disse que teríamos uma política externa ativa e alta.

O governo Lula tinha, desde o início, uma ideia clara do caminho a seguir. Quem confrontar o “programa” de política externa exposto no discurso de posse do novo presidente com o que efetivamente ocorreu nos oito anos que se seguiram

constatará uma notável coincidência entre o proposto e o realizado, algo incomum no campo da diplomacia e das relações internacionais. Evidentemente, questões imprevistas tiveram que ser enfrentadas e oportunidades não cogitadas inicialmente se ofereceram. Deixo este registro para que historiadores e politólogos analisem – e possivelmente contestem – as razões desse traço, a meu ver singular.

Três temas exigiam de imediato um posicionamento que demonstrasse claramente qual seria o sentido da nova política externa. Dois deles tinham a ver com a área econômico-comercial, que era em grande medida o ponto nevrálgico do nosso relacionamento externo. O mais importante se referia à posição do Brasil em relação à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), uma iniciativa norte-americana; e o outro era como o Brasil reagiria às propostas que estavam sendo negociadas no contexto da Rodada de Doha da OMC. Mas havia um terceiro, relacionado à paz e segurança: a postura que adotaríamos em face da iminente invasão do Iraque.

A percepção de muitos no Brasil, entre os quais eu me incluía, mesmo que de forma cautelosa, por exercer cargo de embaixador, era de que a ALCA não nos favorecia. Talvez a voz mais expressiva neste sentido, tenha sido a do meu colega e companheiro de jornada, Samuel Pinheiro Guimarães. A ALCA era excessivamente intrusiva em questões delicadas para o Brasil, como propriedade intelectual e investimentos, e pouco favorável em temas de nosso interesse, como subsídios agrícolas e acesso a mercados para produtos em que éramos competitivos. Na parte

estritamente comercial, as negociações tarifárias seguiam uma metodologia que penalizaria nossa indústria, ao adotar como base, diferentemente do que ocorria no plano multilateral, a tarifa aplicada e não a tarifa consolidada, o que fazia com que nossa redução tarifária ocorresse de maneira muito mais acelerada.

A batalha não era fácil. Até entre pessoas críticas da ALCA, prevalecia a ideia de que o Brasil não poderia, ou não deveria, opor-se frontalmente a um tema defendido com empenho por Washington e aceito tácita ou expressamente pela grande maioria dos países latino-americanos e caribenhos. Apesar dos ataques constantes da mídia e de parte de nossa elite econômica, o governo Lula evitou uma confrontação aberta, mas soube buscar, por meio de uma tática apoiada na defesa de interesses legítimos e incontestáveis do Brasil, uma forma de redefinir os termos da negociação. Como consequência dessa postura, o tema foi sofrendo esvaziamento progressivo, que acabou resultando no abandono da iniciativa pelos próprios norte-americanos.

Algo semelhante ocorreu em relação à Rodada de Doha. Durante o ano de 2003, Estados Unidos e União Europeia procuraram encontrar um *modus vivendi* para os interesses frequentemente opostos de ambos, sobretudo no tema de agricultura, ao mesmo tempo em que faziam exigências excessivas e injustas aos países em desenvolvimento. Juntamente com países como Índia, Argentina e China, além de algumas nações mais pobres da África, o Brasil esteve à frente de um

movimento que ficou conhecido como G20 comercial. Atuando de forma unida – o que não deixou de ser motivo de surpresa – enfrentou as pressões e impediu um acordo que seria altamente desfavorável às nações do que hoje chamamos de Sul Global. Os impasses culminaram com mais um fracasso da OMC, com o melancólico final da Conferência Ministerial de Cancún, no México, em setembro de 2003. Na época, isso nos rendeu muitas críticas, mas com o tempo ficou claro que havíamos feito a coisa certa para evitar um resultado que seria muito prejudicial aos nossos interesses.

Assim, tanto no plano global, quanto no regional, o governo Lula disse a que veio, recusando-se a aceitar acordos que seriam desfavoráveis ao país, a partir da nossa visão de desenvolvimento. É tentador ver nessas posições um aspecto essencialmente obstrucionista. Não foi, entretanto, o que se passou, sobretudo no plano multilateral. A seriedade e a justiça da nossa atitude foram logo reconhecidas. Meses depois de publicar um artigo altamente crítico ao Brasil no Financial Times, o principal negociador norte-americano, Robert Zoellick, me telefonaria com o objetivo de convidar o Brasil a participar de um grupo restrito de países que deveria construir uma proposta de acordo para a Rodada de Doha. Esse grupo acabaria se consolidando como um G-4 composto pelos Estados Unidos, a União Europeia, a Índia e o Brasil. Inicialmente, ficaria conhecido como o “novo Quad”, que substituiria aquele que fora antes o núcleo das negociações no âmbito da OMC (Estados Unidos, União Europeia, Canadá e Japão). O novo G-4, para desconforto

de muitos, permaneceria no centro das discussões até a paralisação total nas negociações da Rodada em julho/agosto de 2008.

Esse papel destacado do Brasil só foi possível em função da clareza das nossas posições, com o respaldo integral do Presidente Lula, mas deveu-se também, em grande medida, à nossa capacidade de articulação com os demais países em desenvolvimento, inclusive as nações mais pobres. Mesmo sem conseguir alcançar todos os objetivos, a ação do Brasil no governo Lula contribuiu decisivamente para evitar um certo “congelamento” de relações altamente injustas, que tradicionalmente caracterizam o comércio internacional.

No plano ainda mais sensível da paz e segurança, o Brasil reagiu com firmeza ao sério ataque ao direito internacional que foi a invasão do Iraque pelos Estados Unidos, Reino Unido e outros aliados (“Coalition of the Willing”), sem a autorização do Conselho de Segurança da ONU. Mais do que a defesa da integridade de um outro país em desenvolvimento, a atitude brasileira representou um clamor de apoio ao multilateralismo. Ao nos opormos à invasão, não poderíamos imaginar que um compatriota nosso, Sergio Vieira de Mello, que atuou como representante do Secretário-Geral das Nações Unidas para o Iraque, seria uma das vítimas desse conflito, após o ataque à sede da ONU em Bagdá em 2003.

A atitude do Brasil na questão do Iraque viria a fortalecer nossa aproximação com os países do Oriente Médio. Em reconhecimento à crescente importância da voz do Brasil nos

temas relativos à região, fomos convidados a participar de eventos como as Conferências sobre o Iraque (Bruxelas, 2005), a Conferência sobre Afeganistão (Londres, 2006) e a Conferência de Annapolis que tentou reativar as negociações de paz sobre o conflito Israel-Palestina (2007). No caso dessa última, o Brasil foi um dos três países em desenvolvimento, não árabe, não islâmico, não membro permanente do Conselho de Segurança, convidados a participar da reunião. Os outros dois foram Índia e África do Sul, nossos parceiros no IBAS, de que falarei mais adiante. Nesse contexto de expectativa em relação à continuidade das negociações para a solução do conflito, tomamos a decisão corajosa e pioneira de reconhecer o Estado da Palestina em 2010. A importante revista norte-americana “Foreign Policy” registrou a audácia desse passo em um artigo com um título provocador, mas positivo, que cito de memória: “ao apagar das luzes, o governo Lula não cessa de nos surpreender”.

Um aspecto estruturante da nossa política externa foi a ênfase na integração da América do Sul, com ações concretas em favor do MERCOSUL (notadamente dos sócios menores, Uruguai e Paraguai) e os passos em direção à Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), depois rebatizada e institucionalizada como UNASUL, em 2008 pelo Tratado de Brasília. Poucos meses depois, realizamos, na Bahia, a primeira cúpula de países latino-americanos e caribenhos, sem tutela externa, processo que veio a desaguar na criação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).

Além das iniciativas institucionais, destacaria também o

papel pacificador que o Brasil teve em situações de conflito potencial grave na região, como as disputas entre Venezuela e Colômbia e entre Equador e Colômbia. Quando solicitado, o Brasil também atuou para diminuição de tensões internas, como no caso da Venezuela e da Bolívia. No caso da crise entre Equador e Colômbia, desencadeada pelo bombardeio de forças das FARC em território equatoriano, foi de particular importância a Reunião do Grupo do Rio (grupo que, de alguma maneira, foi absorvido pela CELAC), no final de 2007. A decisão – tomada e negociada exclusivamente entre latino-americanos e caribenhos – seria acatada pela OEA. Invertíamos assim a ordem de prioridades, elegendo o relacionamento com nossos vizinhos por sobre a configuração hemisférica, uma herança da Guerra Fria.

Um processo notável e de grande importância foi a articulação de países em desenvolvimento de diferentes regiões do mundo. Logo no início do governo, o presidente Lula comentou comigo a ideia de uma cúpula entre o Brasil e os países árabes, que, em sua visão, seria um passo para uma “nova geografia político-econômica mundial”. O presidente e eu mesmo viajamos a vários países da região com o objetivo de promover a iniciativa. Em maio de 2005, sediamos a primeira Cúpula América do Sul - Países Árabes (ASPA) em Brasília. Essa iniciativa, que teve seguimento com as Cúpulas de Doha (2009), Lima (2012) e Riad (2015), merece ser revigorada.

Movidos por um desejo de reconciliação com nossa própria história, buscamos reforçar nossas relações com a África. Foram muitas as iniciativas com países africanos no plano

bilateral, desenvolvidas na sequência de trocas de visitas presidenciais. Em 2006, com base em um entendimento entre o presidente Lula e o presidente Obasanjo, da Nigéria, inauguramos a Cúpula América do Sul - África (ASA). Tanto a ASPA quanto a ASA foram tentativas de buscar parcerias que representassem alternativas ao frequentemente assimétrico relacionamento Norte-Sul. Além dos méritos políticos de rebalanceamento das relações internacionais, essas iniciativas tiveram importante impacto comercial. Nosso intercâmbio com o Oriente Médio chegou, em números redondos, a crescer quatro vezes, e com a África cinco vezes, (2002-2008). E não é apenas porque a base é muito pequena. Se fôssemos tomar a África em conjunto, ela seria – naquela época – o nosso quarto mercado, depois dos Estados Unidos, da China, da Argentina e à frente da Alemanha. A política externa para a África não é só uma opção política, ela se justifica também por um interesse material do Brasil. Um dos elogios que mais me tocou sobre minha gestão foi de Matilde Ribeiro, ministra para Igualdade Racial. Anos mais tarde, em um encontro que tivemos, Matilde me disse que disse que a política externa influenciou nas ações afirmativas que ela empreendeu.

Outra importante iniciativa entre países em desenvolvimento foi objeto de discussão já no segundo dia de governo, por ocasião de um encontro meu com a ministra das Relações Exteriores da África do Sul Nkosazana Zuma. A partir de uma ideia de minha colega sul-africana, que supunha um número maior de países, sugeri a formação de um G-3 (Índia, Brasil e

África do Sul), três grandes democracias, multiétnicas, multiculturais, uma em cada região do mundo em desenvolvimento. Mais tarde, esse grupo passaria a ser conhecido como IBAS. Durante os dois mandatos do presidente Lula, realizaram-se cinco Cúpulas do IBAS, afora as muitas reuniões ministeriais e técnicas. Esse processo chamou a atenção de funcionários e políticos de países variados, inclusive o Alto Representante da União Europeia, Javier Solana, que procuravam se aproximar, de uma forma ou de outra, desse agrupamento original.

Mais importante: Rússia e China manifestavam o desejo de participar do IBAS. Não seria exagerado dizer que esse interesse, somado a outros fatores, está na origem da formação do BRICS. Mantive várias conversas com o então ministro das Relações Exteriores russo, Igor Ivanov, em que o objetivo de participação no IBAS foi repetidamente expressado. A China, por sua vez, fazia aproximações sobretudo com a África do Sul. Recordo-me também que o presidente Hu Jintao, dirigindo-se diretamente ao presidente Lula, à margem da Cúpula do G-8+5, em Heilingdam, na Alemanha, em 2007, elogiou a atuação do IBAS, sem que o assunto fizesse parte da pauta. Inicialmente, os ministros do exterior do G-3 resistiam à ideia de diluir o grupo com a incorporação de duas potências que carregavam agendas pesadas e eram membros permanentes do Conselho de Segurança. Afinal, o grupo BRICS viria a consolidar-se no final da primeira década dos anos 2000.

Um passo decisivo dessa evolução foi uma proposta que

me fez, em 2006, o ministro russo Sergey Lavrov, que sucedera a Ivanov e era meu velho conhecido da ONU. Nessa primeira fase tratava-se de BRIC, já que a proposta russa não contemplava a África do Sul. Inicialmente, foi formado um foro ministerial, que se reunia à margem da Assembleia-Geral das Nações Unidas. Em 2008, teve lugar o primeiro encontro ministerial fora da sede da ONU, em Ecaterimburgo, na Rússia. No ano seguinte, seria realizada a primeira Cúpula, também em Ecaterimburgo, seguida da Cúpula de Brasília de 2010. Aproveitando a ocasião de reuniões praticamente simultâneas entre IBAS e BRIC, a África do Sul participou da Cúpula de Brasília. Pretória passaria a integrar formalmente o grupo na Cúpula de Sanya, na China, em 2011.

É curioso notar que a Rússia se tenha interessado por essa configuração, possivelmente em função de dificuldades no relacionamento com as grandes potências ocidentais. Não por acaso, o ex-primeiro-ministro russo Yevgueni Primakov fora o primeiro estadista a utilizar, ainda nos anos 90, o termo multipolaridade. Ao Brasil, como a outros países do grupo, também interessava buscar maior equilíbrio nas relações internacionais, cuja agenda ainda era, em grande medida, dominada pelos Estados Unidos da América, que, segundo uma expressão da secretária de Estado Madeleine Albright se tornara, com o fim da Guerra Fria, a “única superpotência remanescente”.

Quando criamos o BRICS, talvez não tivéssemos a consciência plena do papel que o foro viria a ter na política mundial. Tampouco era evidente o peso que adquiriu o G20, surgido na esteira da crise do Lehman Brothers em 2008, que

abalou profundamente as finanças do mundo. A crise de 2008, pela primeira vez em muitos anos, pôs em questão a governabilidade do sistema econômico mundial, com óbvias implicações políticas. Os líderes das principais economias do mundo perceberam que era necessária uma nova arquitetura de concertação sobre temas financeiros, que fosse além do G-8, então composto pelos sete países mais ricos e pela Rússia. Sobre esta, recordo-me de uma frase dita ao acaso pelo então presidente Medvedev, na Cúpula de Ecatemburgo do BRICS. Segundo o presidente russo, Moscou tinha clareza de que só fazia parte do grupo porque tinha a bomba atômica.

Importante recordar que, desde 2003, o Brasil vinha sendo sistematicamente convidado para as Cúpulas do G-8, no formato que ficou conhecido como G-8 + 5, que incluía Brasil, China, Índia, África do Sul e México. Para esses cinco países, no entanto, tratava-se de uma participação marginal, já que sua opinião sobre os temas importantes não era refletida adequadamente nas declarações aprovadas pelo grupo. Mesmo antes da crise financeira de 2008, já se vinha discutindo a possibilidade de reformar o G-8+5 de modo torná-lo mais equilibrado ao conceder aos países emergentes status equivalente ao dos países desenvolvidos. Também se discutia a ampliação do grupo, com a possível participação de países como Indonésia e Egito. A crise de 2008 demonstrou de maneira mais evidente a precariedade da governança econômica mundial e tornou o tema mais urgente.

Nesse contexto, o presidente Bush propôs a elevação a

nível de Cúpula de um grupo de concertação pouco conhecido que existia no FMI, o G20. Recordo-me do telefonema em que o presidente Bush fez concretamente essa proposta ao presidente Lula. Bush certamente já tinha discutido a ideia com aliados mais próximos, como Reino Unido e França, mas tive a nítida impressão de que o Brasil era um dos primeiros países a ser consultado. Coincidentemente, já estava agendada uma reunião de ministros das Finanças do G20 do FMI em São Paulo, à qual o presidente Lula compareceu como anfitrião. Em novembro de 2008, o presidente Lula participou da primeira Cúpula do G20 em Washington.

A culminação desse processo de crescente participação do Brasil nos principais fóruns e temas internacionais foi o nosso envolvimento, juntamente com a Turquia, nas negociações do dossiê nuclear iraniano. Em julho de 2009, na Cúpula do G8+5, na Itália, o presidente Obama pediu explicitamente a ajuda brasileira nas relações com o Irã, em particular nas negociações sobre o programa nuclear. A fala do presidente Obama poderia ser resumida em três frases: 1) “estendi a mão para os iranianos, mas não fui correspondido”; 2) “o programa nuclear iraniano é o problema mais importante da segurança mundial” e 3) “preciso de amigos que possam conversar com países que se recusam a falar conosco”.

Especificamente na questão nuclear, tratava-se de retirar do Irã uma certa quantidade de urânio enriquecido, que seria utilizável em um armamento nuclear, em troca de acesso a elementos combustíveis para seu reator de pesquisa. Esse

esquema, que emanou de uma proposta norte-americana, ficou conhecido como “Swap Agreement” (Acordo de Troca). Depois de um longo processo negociador, chegou-se à Declaração de Teerã de 17 maio de 2010, um resultado que correspondia essencialmente à proposta do Acordo de Troca. Era uma medida de construção de confiança, que mereceu referências positivas de vários especialistas e conhecedores do tema, entre eles Mohamed ElBaradei, ex-diretor da Agência Atômica, Thomas Pickering, ex-Subsecretário de Estado dos Estados Unidos e Roger Cohen, articulista do New York Times e especialista em temas do Oriente Médio.

Ainda que tenha sido rejeitado na época, esse esforço teve influência no processo negociador que se seguiu. Anne Marie Slaughter, que fora diretora de planejamento diplomático do Departamento de Estado à época da Declaração, argumentou em um artigo publicado no Financial Times em novembro de 2011 que as potências ocidentais deveriam revisitar o acordo do Brasil e da Turquia. Um acordo provisório entre o Irã e as principais potências nucleares mais a Alemanha foi alcançado em 2013. O jornalista Clóvis Rossi, que foi por muitas vezes crítico das nossas políticas, reconheceu em um artigo de novembro de 2013 que o “acordo do Lula era melhor”. A versão definitiva, conhecida como JCPOA, foi aprovada pelas partes apenas em 2015 e logo seria abandonada por Donald Trump. Em recente encontro, funcionário norte-americano de primeiro escalão referiu-se à proposta brasileira como um “passo importante”.

O fato de termos sido chamados para participar de uma

negociação tão complexa em um campo altamente sensível era uma demonstração de que o Brasil tinha se colocado no mundo. E seu envolvimento no “grande jogo da política internacional” não se justificava apenas pela defesa de seus interesses, mas também pela importância global, como queria San Tiago Dantas, grande idealizador da política externa independente.

À altura do segundo mandato de Lula, apesar das tensões geopolíticas, a ameaça de guerra entre as grandes potências parecia afastada e as relações entre as grandes nações em desenvolvimento se multiplicavam. A integração da América Latina, em particular da América do Sul, parecia caminhar a passos rápidos. A multipolaridade era vista como algo essencialmente benigno e alcançável. O próprio Obama viria a se referir, já no seu segundo mandato, ao mundo multipolar, para desgosto dos “neocons”. Assim, ao tempo em que o governo Lula chegava ao fim, coincidindo com o final da primeira década do milênio, poder-se-ia dizer que, apesar de percalços e frustrações, havia um clima geral de otimismo.

## **2. Agora**

Retomo a ideia que mencionei no início desta Aula Magna, de que a História não é linear. Após um período de predominância de uma visão obscurantista, marcada pela negação da ciência e dos valores culturais, que levariam o ex-presidente à prisão, Lula volta ao poder em 2023 em um período de grandes transformações no mundo, possivelmente ainda mais

profundas do que as que estavam em curso no início do primeiro mandato. Em vez de oportunidades, o que percebemos de maneira mais evidente são crises gravíssimas. O Brasil tem hoje de navegar esse cenário turbulento em posição de grande visibilidade. Ao mesmo tempo, o país será sede das reuniões do G20 em 2024 e do BRICS e da COP 30 em 2025. Corresponder às expectativas depositadas por muitos em nosso país não será tarefa fácil.

O Brasil está ainda se recuperando de um trauma enorme, que teve reflexos também na política externa. Assistimos ao crescimento da extrema-direita, com sua postura autoritária e antidemocrática. Sem dúvida, tal crescimento é um fenômeno global, mas teve em nosso país consequências muito sérias que ainda estão sendo sentidas. Temos um tecido social esgarçado pela desinformação e pela polarização. A sociedade se divide em diferentes bolhas de informação. E o Estado saiu enfraquecido em decorrência do deliberado esforço de desconstrução. A eleição do presidente Lula representou uma retomada da confiança nas instituições democráticas e um retorno à racionalidade na política. Mas esse otimismo é matizado por uma sensação de fragilidade diante de tudo o que se passou nos últimos anos. Esse processo de recuperação ainda está em curso.

O período que sucedeu ao golpe contra a presidenta Dilma Rousseff e à prisão de Lula foi marcado pela ausência quase total do Brasil no cenário internacional. Pior ainda: em temas como gênero e raça, tanto internamente, como no debate

internacional, foram tomadas posições que estavam em total desconformidade com valores civilizatórios. Estivemos à beira de uma guerra com a Venezuela, a pretexto de uma intervenção supostamente humanitária, que teria levado à ruptura de uma história de 150 anos de paz entre o Brasil e seus vizinhos. Essa ausência do Brasil, agravada por posturas negativistas em relação a valores, é responsável pelo que algumas personalidades políticas sul-americanas chamavam de “hueco brasileño” (vazio brasileiro). Havia um reconhecimento de que, sem o Brasil, a atuação da América Latina, em especial da América do Sul, ficava muito debilitada.

A primeira tarefa do Lula III era, assim, recuperar a posição do Brasil no mundo. Daí a intensa agenda de viagens do presidente em seu primeiro ano de mandato. Depois de participar da Cúpula da CELAC, em Buenos Aires, Lula visitou os Estados Unidos e a China, participou da reunião do G-7 em Hiroshima e da Cúpula do G20 na Índia, apenas para destacar alguns desses compromissos. Logo no início do segundo ano, visitou a Liga Árabe, no Cairo, e a União Africana, em Adis Abeba, acentuando o universalismo de nosso relacionamento externo. Como diz o próprio presidente “o Brasil voltou”. Mas voltou para um mundo marcado por três grandes crises, que compõem um quadro extremamente preocupante: a climática, a da saúde e a geopolítica. Essas crises vêm somar-se a uma crise estrutural: a da fome e da desigualdade.

A ameaça à própria existência humana causada pela crise climática tornou-se um tema inescapável. Por outro lado, a ação

coletiva nessa área enfrenta imensas dificuldades, como se vê pelo fato de que o consumo mundial de petróleo continua a crescer. O limite de 1,5º do aumento da temperatura terrestre será provavelmente ultrapassado ainda nesta década, com consequências irreversíveis. O primeiro compromisso internacional de Lula como presidente eleito foi na COP 27, em Sharm El Sheik. Já em seu primeiro dia, o governo do presidente Lula deu início a um esforço de restauração das políticas públicas voltadas à mudança do clima, em particular o combate ao desmatamento, com a recriação do Fundo Amazônia. Sediamos, em agosto passado, a Cúpula da Amazônia, que propôs a concertação de posições dos países amazônicos nas negociações de clima. Como destacou o presidente, “o mundo sempre falou da Amazônia. Agora, a Amazônia fala ao mundo”.

O Brasil está empenhado em contribuir para manter a esperança de um planeta habitável. Temos defendido que uma transição só será justa se ocorrer no contexto do desenvolvimento sustentável e do combate à pobreza. Ao assumir suas responsabilidades, o Brasil também tem feito um chamado para que os países desenvolvidos cumpram suas promessas, sobretudo em matéria de financiamento. O presidente Lula foi especialmente enfático sobre esse tema na Cúpula de Paris sobre o Novo Pacto de Financiamento Global. Não por acaso esse tema foi incluído entre as prioridades do Brasil no G20.

Outra crise que escancara a fragilidade da vida humana é a da saúde global. No período em que estive fora do governo,

particpei de um painel de alto nível estabelecido pelo Secretário-Geral da ONU Ban Ki-moon para discutir as lições do Ebola. O relatório do painel (“Protecting Humanity from Future Health Crises”), publicado em janeiro de 2016, alertava sobre os riscos de novas pandemias com consequências desastrosas, caso certas medidas não fossem tomadas com sentido de urgência. Algumas delas diziam respeito ao fortalecimento dos sistemas de saúde dos países; outras tinham a ver com o acesso a medicamentos e vacinas. Nada ou muito pouco foi feito. Foi surpreendente testemunhar, quatro anos depois, que a pandemia de COVID-19 se desdobraria de forma tragicamente similar ao que estava previsto no relatório. Esse fato evidenciou que não basta ter boas ideias, é preciso trabalhar para colocá-las em prática.

O mundo que encontramos ao voltar ao governo no início de 2023 também é marcado por imensas tensões geopolíticas. Em alguns casos, trata-se de conflitos armados que trazem embutidos riscos de guerras globais. Isso coloca para o Brasil novos desafios. No período anterior, é claro que também houve momentos de tensão, como a própria guerra no Iraque, começo da expansão da OTAN para a Europa do Leste, o conflito na Geórgia e o contínuo e desumano bloqueio a Cuba.

É preciso acentuar aqui essa questão do bloqueio de Cuba. Porque Cuba, independentemente da ideologia, é erradamente classificada como país que promove o terrorismo. Essa falsa representação criou barreiras adicionais às que existiam, como as da lei Helms-Burton. A verdade é que Cuba hoje está sofrendo muito, e isso é algo que tem que permanecer

na agenda não só do governo, mas da sociedade.

Quando saímos do governo, a secretária de Estado dos Estados Unidos, Hillary Clinton, e o ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergey Lavrov, falavam no “Reset Button” (um recomeço). Agora, não seria exagero dizer que Estados Unidos e Rússia estão indiretamente em guerra, embora com níveis diferentes de participação. Há tempos, não se assistia a um enfrentamento militar no coração na Europa, como a guerra da Ucrânia. É uma situação de elevada tensão, como nunca vi. Mesmo a Crise dos Mísseis em Cuba era uma situação mais controlável, porque eram dois atores com uma linha vermelha, que discutiram entre eles e acabaram chegando a um acordo. Do ponto de vista “técnico” era mais simples. Hoje em dia a questão é muito mais complexa. Não se pode dizer que a Europa está apenas seguindo os Estados Unidos. Há também uma visão própria, inclusive no plano emotivo, o que torna mais difícil a busca de uma solução.

Indiscutivelmente, a Rússia atravessou uma linha vermelha ao invadir a Ucrânia e fazer uso da força sem autorização do Conselho de Segurança da ONU, o que despertou um sentimento de profunda insegurança na Europa e no Ocidente como um todo. A invasão da Ucrânia ensejou ampla condenação, à qual o Brasil se juntou. Mas não será possível encontrar uma solução estável para esse conflito, ignorando as legítimas preocupações de segurança da Rússia. Em meus contatos com autoridades estrangeiras sobre esse tema, tenho feito referência a uma palestra proferida à BBC pelo historiador

britânico Arnold Toynbee em 1952. Toynbee não era de nenhuma forma simpático à União Soviética, na época governada por Stalin, mas, ainda assim, reconhecia que a Rússia tinha sua própria experiência de invasões por parte do Ocidente, como as que ocorreram em 1941 (Alemanha nazista), 1915 (Alemanha), 1812 (França Napoleônica), 1709 (derrota na Batalha de Poltava) e 1610 (Comunidade Polono-Lituana).

A eventual solução para o conflito na Ucrânia não será perfeita para nenhum dos lados. Uma verdadeira negociação só terá início quando as partes perceberem que não atingirão seus objetivos maximalistas. Será preciso uma dose de realismo e um novo arranjo de segurança que envolva a Europa como um todo e também os Estados Unidos. Tenho participado de reuniões convocadas pela Ucrânia, a última das quais na Suíça. Países em desenvolvimento como Brasil, Índia e África do Sul têm sido convidados, sem, entretanto, que suas sugestões sejam levadas em consideração. O governo do presidente Lula tem também mantido um canal aberto com Moscou. Eu mesmo estive com o presidente Putin, em Moscou, como também com o presidente Zelensky em Kiev. E Lula também recebeu Zelensky na ONU. Mas até aqui, em que pese eventuais acenos retóricos, não foi possível perceber, de um lado e de outro, uma real disposição de negociar.

Por mais perigosa que seja a guerra na Ucrânia, ela de certa forma empalidece diante da intensidade da guerra em Gaza. Se no caso da guerra na Ucrânia é até possível vislumbrar, em teoria, uma solução, ainda que difícil, o conflito entre Israel e

Palestina é ainda mais intratável. A ação terrorista do Hamas é condenável sob todos os aspectos, mas a reação desproporcional de Israel também é inaceitável. A Corte Internacional de Justiça se pronunciou no sentido de que há plausibilidade de genocídio e adotou medidas cautelares correspondentes. Aliás, um aspecto que quero chamar atenção neste momento é o uso da inteligência artificial. Há um artigo muito interessante da jornalista Dorrit Harazim sobre a forma fria como a inteligência artificial decide, pelos algoritmos, quem vai morrer em Gaza, sem participação humana.

O conflito entre Israel e Palestina é singular na ressonância emocional que desperta e na maneira como se reflete na política interna de muitos países. A manipulação de símbolos e crenças religiosas é particularmente visível no Brasil. Este conflito é como um vórtice capaz de gerar turbulências globais. Ainda que saibamos os contornos de uma solução – que envolve a criação de um Estado palestino viável, com fronteiras seguras, vivendo ao lado do Estado de Israel – não existe hoje uma disposição efetiva em dialogar. A tentativa de fazer a Palestina um membro pleno da ONU acaba de sofrer mais um revés. Será necessária muita pressão internacional para que esse objetivo seja alcançado.

Durante os mandatos anteriores do presidente Lula, falava-se do Mapa do Caminho, da Iniciativa Árabe para a Paz, da Conferência de Annapolis. Tive a oportunidade de participar de algumas dessas discussões. Apesar das enormes dificuldades, parecia haver uma racionalidade básica na busca dos interesses

das partes, e por vezes até certo humor. Lembro-me particularmente de uma conversa que tive com o então negociador palestino Saeb Erekat, que faleceu em 2020. Disse a Erekat que me parecia que a raiz dos problemas do Oriente Médio era o fato de a região ter muita história. Erekat rapidamente acrescentou “muita história, e pouca geografia”. Hoje, esses processos de diálogo são inexistentes e a situação se agravou de maneira trágica, desafiando a consciência da humanidade.

Além desses conflitos, há também uma questão estrutural, a possibilidade de uma nova Guerra Fria. A rivalidade entre Estados Unidos e China, em termos econômicos, alcançou elevado nível de tensão, que levou alguns analistas a enxergarem a possibilidade de evolução para um conflito militar. Na obra “A caminho da guerra: Os Estados Unidos e a China conseguirão escapar da armadilha de Tucídides?”, o historiador Graham Allison compara a dinâmica de competição entre Estados Unidos e a China com a que existiu entre Atenas e Esparta e desencadeou a Guerra do Peloponeso. Em ambos os casos, uma potência emergente passa a ser uma ameaça direta aos interesses da potência dominante, aumentando as chances de conflito. Como indício positivo de que começa a haver uma percepção dos riscos e um esforço de superá-los, dois acontecimentos recentes merecem ser notados. Por ocasião do encontro da APEC em novembro passado, Xi Jinping foi aplaudido de pé por empresários norte-americanos ao final de discurso que proferiu na Califórnia. Por outro lado, o próprio Graham Allison

manteve diálogo fluido com Xi Jinping em recente visita à China. Nessa ocasião, foi lançado um livro de entrevistas de um autor chinês com o pensador americano com o título mais otimista “Escapando da Armadilha de Tucídides”.

Queria introduzir uma questão que para o Brasil é importante. Do ponto de vista dos países em desenvolvimento, tão perigoso quanto o conflito China - Estados Unidos é uma Entente China - Estados Unidos. Foi o que aconteceu entre Estados Unidos e União Soviética na questão da energia nuclear. Eles lançaram o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP): quem já tinha o domínio da tecnologia continuou tendo acesso a ela, inclusive para fins militares. Os demais foram excluídos (afora China, Reino Unido e França). Quando vejo Estados Unidos e China conversarem sobre inteligência artificial – que, como a energia nuclear, tem uma potencialidade extraordinária para fins pacíficos, mas também tem uma potencialidade mortífera enorme – me lembra a expressão do velho embaixador Araújo Castro sobre o “congelamento do poder mundial”, um verdadeiro condomínio entre as duas potências.

Aqui perto de nós, a situação não é menos complexa. Encontramos uma América Latina muito diferente da era que foi caracterizada como “onda rosa”. Depois de uma sucessão de governos progressistas – ou conservadores que não se furtavam ao diálogo –, houve um retorno de governos de direita, ou mesmo de extrema-direita, como ocorreu no Brasil. A fragilidade institucional passou a ser algo corrente em nossa região. Também é alarmante a gravidade da ameaça do crime

organizado, que em alguns casos tem levado à falência quase total do Estado.

Quando se discute a integração na América do Sul, é comum que muitas pessoas pensem apenas no comércio. O comércio é sobretudo um instrumento. O objetivo principal é a paz. A integração e a paz são as bases essenciais da projeção internacional do Brasil. Viver em paz em nossa região é o que nos dá tranquilidade para atuar no mundo.

Em minha Aula Magna de 2004, afirmei que a integração da América do Sul não era um objetivo fácil de realizar. A CELAC é um foro político que continua operante, mas sofre de limitações institucionais, enquanto o futuro da UNASUL – que tem força jurídica por ter sido criada por tratado – ainda é uma indagação. O MERCOSUL enfrenta dificuldades, especialmente no seu relacionamento externo, em virtude de concepções divergentes de como o bloco deve inserir-se na economia internacional. O fato auspicioso da adesão da Bolívia – finalmente aprovada pelo Congresso brasileiro – não chega a compensar totalmente essas divergências.

As negociações entre o MERCOSUL e a União Europeia duram mais de vinte anos e a resistência de vários setores, especialmente os agricultores franceses, é crescente. Pessoalmente, continuo a ver no acordo interesse mais estratégico do que estritamente econômico. A ideia do acordo ainda está muito ligada à esperança de construção e de consolidação de um mundo multipolar, mas a sua base conceitual, a crença de que o livre-comércio resolveria todos os

problemas, já não prevalece. O crescimento do protecionismo nos países desenvolvidos põe em risco o futuro da OMC, cujo pilar principal – o sistema de solução de controvérsias – parece irremediavelmente paralisado e acentua a crise do multilateralismo.

### **3. O futuro?**

É preocupante que, justamente em um momento em que o mundo precisa de soluções urgentes, as principais instituições encarregadas da governança global estejam sob ataque e não estejam sendo capazes de oferecer respostas efetivas. Precisamos de mais cooperação para enfrentar problemas gravíssimos como a mudança do clima, as pandemias, as guerras e a fome. Essa cooperação é necessária para lidar com novos desafios, como a regulamentação da inteligência artificial e das plataformas digitais. É urgente a reforma da governança global, com amplo escopo, como ocorreu nas conferências de Versalhes, São Francisco/Breton Woods. Quando contemplamos o anacronismo da governança atual, quase oitenta anos após sua origem, é como imaginar que depois da Primeira Guerra Mundial a ordem internacional ainda fosse regida pelos conceitos do Congresso de Viena (1814-1815).

Já se disse que a humanidade só coloca problemas que ela é capaz de resolver. Minha esperança é que a humanidade possa empreender um esforço para repactuar as bases da governança global sem que uma guerra mundial ou outra

catástrofe equivalente a obrigue a fazê-lo.

O G-20, ligeiramente modificado para dar mais peso ao continente africano, é uma esperança. Embora alguns puristas temam que as discussões no G20 – criado para lidar com temas econômicos – sejam contaminadas pelas crises do momento, não se pode desconhecer que as questões econômicas devem receber também um tratamento político. Inversamente, queira-se ou não, crises políticas e de segurança impactam na economia. A expansão temática do G20 já é uma realidade. Em alguns casos, trata-se de uma oportunidade de levar temas que são tratados pelos ministros especializados para discussão em nível presidencial. A mudança da governança global não pode ser fatiada.

Assim como a governança global precisa ser fortalecida, a democracia também precisa ser valorizada e protegida. Em todo o mundo, assistimos a expressões de uma extrema direita populista, que remete ao contexto da Europa nos anos 20 e 30 do século passado. É preocupante o grau de agressividade das discussões que ocorrem na internet, onde passamos tempo cada vez maior de nossos dias. A civilidade como princípio básico do debate público deixou de ser respeitada. Nesse ambiente, prevalecem explicações simplistas para temas complexos. Ganham tração aqueles capazes de mobilizar os sentimentos mais primitivos das pessoas, como o ódio e o medo. O que se vê como resultado dessa dinâmica é o crescimento da sensação de desconfiança dentro da sociedade, que acaba se voltando contra as instituições democráticas. A extrema-direita compreende

perfeitamente essa lógica e tem usado esses instrumentos como forma de mobilização política. É um movimento que se articula internacionalmente e que segue um “script” semelhante em diversos países. Não há resposta simples para esse fenômeno. Mas o abandono, tático que seja, de posições radicais pode ser um caminho. Assim como ocorreu no Brasil nas últimas eleições, representantes de um amplo espectro político que inclui a esquerda e o centro devem continuar a unir forças pela preservação da democracia.

#### **4. Conclusões**

Nos dois primeiros mandatos de Lula, o Brasil estava ascendendo ao tabuleiro das principais decisões internacionais. Hoje, mesmo quem discorda de nós não duvida que o Brasil faz parte do grande jogo da política mundial. Não há indiferença em relação à posição do Brasil em temas geopolíticos centrais como as guerras na Ucrânia e entre Israel e a Palestina, para não falar de clima e desigualdade.

A participação do Brasil em temas globais se torna mais natural, mas ao mesmo tempo mais difícil. O espaço para iniciativas inovadoras, uma das marcas da nossa política externa, é mais reduzido. Como muito bem colocou o ministro Mauro Vieira na reunião de chanceleres do G20, em fevereiro, “Não interessa ao Brasil viver em um mundo fracionado”. Da mesma maneira, também não nos interessa um Brasil dominado por uma espécie de duarquia. Ao Brasil interessa uma ordem internacional equitativa e equilibrada, em que o direito internacional (e não apenas uma “ordem baseada em regras”) seja respeitado. Apesar

das dificuldades, tropeços e assimetrias, ainda acreditamos nos benefícios da multipolaridade. O Brasil continuará atuando para fortalecer essa tendência.

Não desistimos dos nossos objetivos de lutar pela paz, pelo progresso dos países em desenvolvimento. Nossos interesses como nação são compatíveis e complementares com esses objetivos. Continuaremos buscando as melhores oportunidades para garantir o nosso desenvolvimento tecnológico e industrial. Continuaremos atuando com uma visão democrática e pluralista. E continuaremos a ter o combate à fome, à pobreza e às desigualdades como elemento norteador de nossas ações.

Em meio a tantos desafios, há também que reconhecer a evolução positiva de certos temas nas últimas décadas. Embora ainda haja muito por fazer, ampliou-se o papel das mulheres na vida pública, a luta pela igualdade racial avançou e os direitos dos povos indígenas têm sido reconhecidos. Mas como vimos no Brasil, visões retrógradas e obscurantistas continuam vivas e sempre prontas a forçar retrocessos. A Universidade, como defensora da razão e do livre debate de ideias, terá papel fundamental para garantir a continuidade do progresso.

Para voltar ao ponto de onde partimos. Uma política externa não será ativa e altiva se não defender com desassombro os interesses nacionais. Mas tampouco o será se não incorporar os valores civilizatórios e não refletir os ideais da democracia, da racionalidade e da justiça.

### 3.

## **Crises nas democracias americanas, os usos da linguagem e a criação de “novas gramáticas filo/antisemitas” das extremas direitas no século XXI**

Michel Guerman<sup>53</sup>

Stephanie Assaf<sup>54</sup>

### **1. Introdução**

No século XXI, vem ocorrendo um aumento exponencial de movimentos políticos e de agrupamentos de extrema direita ao redor do mundo. Esse crescimento ocorre não somente nos países da Europa, mas também é percebido em vários países do continente americano, a citar, EUA, Brasil e Argentina. Embora tais movimentos apresentem diferenças significativas entre si, por conta de contextos históricos-políticos específicos de cada sociedade, é possível, ainda assim, identificar uma narrativa comum baseada na estruturação de “novas gramáticas políticas” (Traverso, 2021) que se estabelecem e unem taticamente tais grupos.

---

<sup>53</sup> Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor do Departamento de Sociologia do IFCS-UFRJ e do Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS-UFRJ). Coordenador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos (NIEJ-UFRJ). Pós-doutorado pela Ben-Gurion University of the Negev (BGU- Israel).

<sup>54</sup> Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR-UFRJ, pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos (NIEJ-UFRJ) e da Ben-Gurion University of the Negev (BGU- Israel). Realiza estágio de pós-doutorado no PPGHIS-UFRJ.

Entre esses elementos de unificação, pode-se notar pautas que se repetem quase sempre em diferentes contextos nacionais. Entre elas, há uma presença significativa das chamadas pautas morais (tal como agendas anti-LGBTQIA+), de discursos anti-esquerda exacerbados (estabelecido em movimentos como os da Escola sem Partido, por exemplo), e a consolidação de severa polarização política baseada em identidades políticas ideológicas. Por fim, ainda há uma forte aversão aos estrangeiros e aos imigrantes que vão desde a xenofobia europeia até o ódio a migrantes provenientes do Nordeste no Brasil (Costa, 2025).

Nota-se, pois, nas identidades políticas apresentadas acima, um padrão de continuidade com agendas de uma extrema direita mais tradicionais e históricas (Mudde, 2000). Uma vez em que pulsões relacionadas com xenofobia, anticomunismo e homofobia claramente faziam parte do repertório das identidades fascistas históricas (Gentile, 2022) da primeira metade do século XX. Atualmente, essas pautas e padrões se repetem, seja nos movimentos “neofascistas” do final do século XX (Paxton, 2024), seja ainda nas versões pós fascistas (Traverso, 2021) das primeiras décadas do século XXI.

Aqui cabe destacar, entretanto, uma diferença fundamental entre as novas extremas direitas que surgem no Brasil e em outros lugares na Europa e nos Estados Unidos neste século com os movimentos desse tipo que aconteceram no século XX.

Nesses movimentos pós-fascistas contemporâneos não há, de forma aberta, referências ao antissemitismo, componente

típico das extremas direitas tradicionais. Ao contrário, neles se destacam um típico de apoio incondicional ao Estado de Israel e ao sionismo, bem como adoção de símbolos judaicos como parte central de suas identidades políticas.

Esses usos políticos mudam a estética das novas extremas direitas que emergem/emergiram no século XXI. No Brasil, por exemplo, vê-se que nas manifestações bolsonaristas o verde amarelo brasileiro divide espaço com o azul e branco de Israel, criando-se a percepção de um nacionalismo que parece convidar outro país para a celebração da sua nacionalidade. Nos Estados Unidos, há também a presença de símbolos judaicos nas manifestações de extrema direita. Na Europa, a bandeira de Israel também é presença constante em demonstrações de grupos tidos como neofascistas.

Esses usos deixam profundas marcas na linguagem políticas de tais grupos da nova extrema direita. Esse fenômeno de apoio a Israel e de usos de elementos do repertório associado ao judaísmo, por parte de agrupamentos e líderes da extrema direita no século XXI, pode parecer, à primeira vista, paradoxal. Pois, conforme dito e historicamente, as extremas direitas, principalmente as europeias que emergiram no século XX, estiveram visceralmente associadas ao antissemitismo e com posturas xenófobas.

No entanto, hoje observa-se uma mudança nesse cenário, com líderes de tendências populistas e autoritárias, adotando uma postura ostensivamente pró-Israel, além de, aparentemente, terem fortes vínculos com coletividades judaicas

de vários países. Essa prática reflete e se configura através da construção e mobilização de uma “nova gramática” das extremas direitas (Skinner, 1969), em que significantes como Israel, sionismo e judaísmo são ressignificados dentro de novos discursos políticos.

Essas mudanças não são meramente superficiais, mas apontam para aspectos fundamentais de tais grupos, sobretudo nos contextos do continente americano. Elas dizem mais de novas dinâmicas de linguagem, como mostram episódios específicos. Tais episódios não tem mais como alvo e apropriações as vítimas “tradicionais” dos grupos de extrema direita de um passado não tão distante. Mapear tais mudanças, constitui tarefa importante para o entendimento das crises aguda nas democracias pelas quais atravessam países como Brasil, Argentina e Estados Unidos nas duas últimas décadas.

Importante destacar também que a utilização do termo "gramática" e a insistência nos estudos de linguagem, para descrever e entender tais transformações, são inspiradas pela obra do filólogo judeu-alemão Victor Klemperer que, em sua análise sobre a linguagem do Terceiro *Reich* (Klemperer, 1947), descreveu como o nazismo reformulou o vocabulário e os significados das palavras alemãs para se consolidar no poder.

De maneira semelhante, a extrema-direita contemporânea parece estar criando uma “nova língua”, na qual palavras como “Israel”, “judeu” ou “sionismo” adquirem significados que escapam à compreensão do público não inserido nesse espectro político. Esses novos significados não são neutros;

ao contrário, carregam uma carga simbólica que legitima e fortalece as ideologias extremistas citadas acima.

No Brasil, na Argentina e nos Estados Unidos, essa nova gramática tem sido particularmente evidente e fortemente acionada. Líderes como Jair Bolsonaro, Javier Milei e Donald Trump, figuras emblemáticas da extrema-direita em seus respectivos países, ao menos ao longo de vinte anos, têm demonstrado um alinhamento explícito com temas como Israel, o judaísmo e o sionismo.

## **2. As gramáticas “flossemitas”/antissemítas das novas extremas direitas nas Américas**

Como parte do método de análise empregado nesse artigo, serão analisados como objetos empíricos discursos associados às principais lideranças políticas de extrema direita dos países citados acima e com recorte das primeiras duas décadas deste século.

Entender o letramento político operado por esses grupos, a partir da figura dos seus líderes, e que se dá em grande parte através da linguagem, é essencial para desvelar as estratégias de comunicação e propaganda que sustentam a ascensão das extremas direitas mundiais no tempo presente. Isso ainda contribui para a decodificação da estrutura ideológica e mobilização política de tais grupos.

Nas reflexões sobre como essas novas construções semânticas são empregadas por líderes como Bolsonaro, Milei e

Trump podemos identificar tanto as aproximações quanto as divergências entre eles na construção dessas novas gramáticas de poder. Focaremos aqui mais nas semelhanças entre eles.

### 3. O caso do Brasil e Jair Bolsonaro

Jair Bolsonaro declarou, em várias ocasiões diferentes, seu apoio ao governo israelense. Podemos destacar exemplos diversos pertencentes a vários momentos de sua trajetória política. No momento em que esse texto está sendo escrito (junho de 2025), há uma guerra brutal em curso no oriente médio onde as ações de Benjamin Netanyahu e seu governo no território de Gaza são criticadas no mundo inteiro. Também aqui, Bolsonaro, não mais presidente do Brasil, e seus apoiadores não esconderam seu apoio a Israel e ao seu primeiro ministro Netanyahu.

Em junho de 2025, ocorreu a entrada do Irã no conflito, o que escalou bastante sua proporção muito rapidamente. Bolsonaro, em decorrência desse processo, usou seu perfil na mídia social X (antigo *Twitter*) para rememorar uma viagem que fez para Israel, enquanto ainda era presidente da república (março de 2019). Nessa postagem, ele exibe um vídeo no qual ele foi recebido em uma área especial no aeroporto de Tel Aviv pelo próprio Netanyahu. Juntamente ao vídeo, Bolsonaro postou, no dia 15 de junho deste ano, a seguinte legenda: “Deus abençoe Israel. Deus salve o Brasil”.<sup>55</sup>

<sup>55</sup> Para mais informações, ver: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/deus-abencoe-israel-diz-bolsonaro-em-meio-a-conflito-com-ira/>. Acesso em: 23 de

O político também destacou que a “honraria” de ser recebido de tal forma em Israel foi direcionada para pouquíssimas pessoas, sendo que: “somente Trump, Obama, Narendra Modi e Bolsonaro obtiveram tal deferência”.<sup>56</sup>

No dia anterior, Bolsonaro havia postado, na mesma mídia e também em seu perfil pessoal, uma foto sua apertando as mãos de Netanyahu. Isso só para citar exemplos mais recentes, uma vez em que não é incomum ver a figura de Jair Bolsonaro, sua família e seus apoiadores, portando bandeiras de Israel e símbolos que podem ser associados ao judaísmo.

Na ocasião desta mesma visita já mencionada (2019), enquanto presidente, Bolsonaro fez um discurso de aproximadamente cinco minutos agradecendo a recepção israelense. Esse discurso está documentado na íntegra na biblioteca de discursos presidenciais do Brasil.<sup>57</sup> Destacamos aqui alguns trechos do que Bolsonaro disse para iluminar como Israel é acionada pela extrema direita brasileira em termos discursivos:

**Prezado amigo,**

**Prezado irmão, Benjamin Netanyahu.**

Há dois anos estive em Israel, visitei o Rio Jordão. Por coincidência meu nome também é Messias, senti-me emocionado naquele momento, aceitei o

---

junho de 2025.

<sup>56</sup> *Idem.*

<sup>57</sup> Biblioteca presidência da república do Brasil.

Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discorso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-em-cerimonia-oficial-de-chegada-a-israel-jerusalem-israel>.

Acesso em: 23 de junho de 2025.

chamamento de um pastor da nossa comitiva e desci as águas do Rio Jordão. Uma emoção, um compromisso, uma fé verdadeira que me acompanhará pelo resto da minha vida. **Sempre admirei o povo de Israel**, depois dessa passagem, no período de pré-campanha, citava sempre qual ensinamento que eu teria levado de Israel para o Brasil. Eu falava muitas vezes, nós sabemos **que Israel não é tão rico quanto o Brasil** em recursos naturais, entre outras coisas, então eu dizia olha o que eles não têm e veja o que eles são. Daí eu falava para os meus irmãos brasileiros, olha o que nós temos e veja o que não somos. **Como poderíamos ser iguais a eles? Tendo a mesma fé que eles têm.** E com esse sentimento e usando também uma passagem bíblica João 8.32 que diz “conheceis a verdade e a verdade vos libertará” conseguimos vencer desafios no Brasil. (...)

**Prezado irmão Netanyahu é uma honra poder voltar a Israel. Realizo essa visita antes mesmo de completar meus cem dias de mandato. Meu governo está firmemente decidido em fortalecer a parceria entre Brasil e Israel. A amizade entre os nossos povos é histórica, tivemos um pequeno momento de afastamento, mas Deus sabe o faz, voltamos.**

**Brasileiros e israelenses compartilham valores, tradições culturais e um apreço à liberdade e à democracia.** Juntas nossas nações podem alcançar grandes feitos. Temos que explorar esse potencial. É isso que pretendemos fazer nesta visita.

Em uma breve análise desse discurso, realizado no ano de 2019, Bolsonaro nitidamente mescla alguns elementos que, à primeira

vista e para quem não está habituado com a forma de expressão da extrema direita na atualidade, parecem díspares e contraditórios.

Primeiramente, é importante reparar que o então presidente brasileiro não direciona sua fala, a priori, ao povo israelense, mas sim, ao seu “amigo”/“irmão” Benjamin Netanyahu, primeiro-ministro de Israel, que assim como ele também é uma relevante figura de extrema direita no cenário mundial hoje. Como chefe de estado brasileiro à época, era de se esperar que ele falasse ao povo, e não ao primeiro-ministro do país e muito menos que o colocasse na estranha posição de “amigo” e “irmão”.

Todavia, há outro elemento maior de (aparente) incongruência presente nessa fala, e em várias outras proferidas por Bolsonaro: o pareamento entre Brasil e Israel pela possibilidade vista pelo ex-presidente do compartilhamento da mesma fé enquanto projeto ideológico e político.

Jair Bolsonaro, que se declara cristão, também expôs uma fórmula para os brasileiros (termo oculto na oração), serem próximos aos israelenses, que seria pela “mesma fé”. Importante notar, entretanto, que o Brasil é um país no qual, em sua maioria, a população se declara como cristã.<sup>58</sup> Ao passo que Israel, inclusive em sua base constitucional, é um estado judaico.

---

<sup>58</sup> Segundo dados do último censo do IBGE no Brasil, a maioria da população brasileira é católica. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43593-censo-2022-catolicos-seguem-em-queda-evangelicos-e-sem-religiao-crescem-no-pais>. Acesso: 26 de junho de 2025.

Esse ponto será melhor debatido na próxima sessão deste capítulo, mas, essa aparente incongruência é um dos elementos cruciais nos discursos das extremas direitas contemporâneas, nas quais significantes conhecidos assumem novos significados. Esse tipo de operação é o que permite não somente a aproximação/equivalência do judaísmo com vertentes da fé cristã, mas é o que torna possível entender elementos tão diferentes como próximos ou até mesmo iguais. Aqui os sentidos de palavras e ideias conhecidos se tornam outros e, na maioria das vezes, esses processos são desprovidos de lógica tradicional e de conexões com a realidade que conhecíamos.

Nesse sentido, um outro trecho desse discurso de Bolsonaro serve perfeitamente para reforçar esse ponto já demonstrado: “Brasileiros e israelenses compartilham valores, tradições culturais e um apreço à liberdade e à democracia”. Nesse compartilhamento de “valores e tradições culturais”, supostamente há algo maior do que a própria fé, mas o ex-presidente não os explicita com exatidão, destacando somente o apreço pela liberdade e pela democracia. Valores que constituem a política não a partir de perspectivas pragmáticas e práticas, mas sim de uma lógica moral e de aspectos afetivos.

Exemplos desse tipo não faltam para ilustrar as relações complexas entre os usos políticos de elementos como “Israel”, “judaísmo” e “sionismo” pela extrema direita brasileira contemporânea. Eles serão melhor analisados mais ao fim deste capítulo. Seguimos então, apresentando padrões discursivos semelhantes entre as extremas direitas da Argentina e dos

Estados Unidos. Procedimento também realizado pelas análises dos discursos de seus principais expoentes.

#### **4. Javier Milei e Argentina (2023 - )**

Javier Milei, atual presidente da república argentina, chegou a afirmar em diversas ocasiões que considera Israel um modelo a ser seguido, tecendo vários elogios à política de segurança do país e sua postura internacional.<sup>59</sup> Todavia, diferentemente de Bolsonaro, ele não parece confundir tanto o cristianismo como o judaísmo. Originalmente católico, tendo inclusive sido batizado, Milei aparentemente estaria se convertendo ao judaísmo.<sup>60</sup>

Aqui, é muito importante destacar como o fato da suposta conversão de Javier Milei ao judaísmo (processo inexistente na dinâmica de Jair Bolsonaro), não significará que Milei não operaria com elementos de um “judaísmo imaginário” (Gherman, 2022). Muito pelo contrário, uma vez em que sua conversão daria a ele “carta branca” para mobilizar livremente (e talvez com menos critérios ainda) símbolos próprios do judaísmo. Sua conversão, assim, o legitimaria, em algum lugar, a continuar usando tais elementos com ainda mais “propriedade”.

---

<sup>59</sup> Apenas um dos exemplos desse tipo de declaração:

<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/netanyahu-encontra-javier-milei-durante-visita-a-israel/>. Acesso em: 23 de junho de 2025.

<sup>60</sup> Para mais informação, acessar:

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2024/02/07/em-israel-javier-milei-leva-apoio-a-netanyahu-e-declara-guerra-a-oposicao-apos-derrota-no-congresso.htm>. Acesso: 22 de junho de 2025.

Fundamental perceber que a conversão suposta de Milei tem como alvo o judaísmo imaginário já praticado por ele enquanto um “não judeu” próximo da tradição judaica por simpatia e afinidades eletivas.

Sua conversão parece ressoar não somente com a relação supostamente positiva que as extremas-direitas direitas contemporâneas têm com Israel, sionismo e judaísmo, como pode significar também uma nuance ainda mais carregada das tendências “filossemitas” da extrema direita. Etimologicamente a junção do prefixo grego “filo” com “semitismo”, significa algo entre amor, amizade ou minimamente afeição com temáticas judaicas (embora a expressão semita se refira aos povos e grupos da Ásia ocidental, tal como os árabes, ela é popularmente associada somente aos grupos judeus/ao judaísmo).

No mais, assim como Jair Bolsonaro, Javier Milei, enquanto sujeito, parece sentir uma profunda “conexão espiritual” com os elementos próprios do que chamaremos aqui de civilização judaico-cristão. Para além de referências exclusivamente religiosas do judaísmo, percebe-se proximidade com dimensões de uma suposta civilização que seria a continuidade do judaísmo a partir da adoção de identidades cristãs.

Longe de discutir se essa conexão é real, ou se faz sentido, destacamos um importante elemento dela que é o que Milei denomina como “fator espiritual”. Não há, ao menos não temos conhecimento sobre admiração de ambos os políticos a nenhum intelectual, ou vertentes de pensamento, ou epistemologias

associadas com sobre admiração sobre intelectuais de origem judaica. Nem Milei, nem Bolsonaro, parecem ter nem conhecimento, ou se tem, não demonstraram, assim como não parecem ter qualquer conexão com figuras mais amplas do judaísmo no sentido mais plural. O acionamento se justifica, nos discursos de ambos, pela aproximação ideológica e política com o que temos chamado de judaísmo imaginário.

Isso ressoa também que tais conexões (positivas) entre as extremas direitas contemporâneas com o judaísmo não ocorre por vias racionais, mas sim, por afetos, pela emoção, ou, nos termos de Milei, por “conexões espirituais”. Javier Milei afirma que “sua aliança incondicional com Israel” “passa por uma visão pessoal e espiritual, mas também política e ideológica”.<sup>61</sup>

Parece um detalhe, mas é fundamental a ordem dos elementos que permeiam a conexão entre o atual presidente argentino e judaísmo. Pessoal é um termo que ressoa ao sujeito, em suas razões subjetivas, assim como o termo “espiritual” aproxima ainda mais tal conexão por fatores subjetivos e emocionais, e não racionais. A “racionalidade”, que pode ser simbolizada pelos termos “política” e “ideológica”, só é possível se houver antes essa identificação pessoal/espiritual. Ou seja, ela não se dá por base em ideias, na intelectualidade, mas sim, emerge no campo dos afetos e depois, na percepção desses sujeitos, pode se deslocar para esse lugar.

Por fim, tal como Bolsonaro, Milei teceu comentários muito elogiosos a respeito da gestão de Benjamin Netanyahu

---

<sup>61</sup> *Idem.*

durante a guerra. Associando a postura do primeiro ministro israelense com força e declarando, sempre que possível, seu apoio “inabalável” a Israel.<sup>62</sup> Mais do que Milei e ainda mais do que Bolsonaro, quem presta grande apoio à Israel atualmente é o atual presidente estadunidense Donald Trump.

## **5. Donald Trump e Estados Unidos**

Donald Trump, atual presidente dos Estados Unidos, efetivamente e, apesar das nítidas diferenças e animosidades com o atual primeiro ministro israelense – Benjamin Netanyahu, oficialmente presta apoio militar efetivo (e não somente discursivo) à Israel, principalmente desde a guerra com Irã em junho de 2025.<sup>63</sup>

Apesar da gravidade desse conflito, esse artigo se distancia de quaisquer reflexões sobre ele e apresenta análises de como elementos como Israel, sionismo e judaísmo são incorporados e ressignificados dentro das gramáticas das extremas-direitas nos Estados Unidos. O que acontece sobretudo pela ótica de processos que podem nomeados como filosemitismo e de novos contornos do antisemitismo que assumiu formas diferentes no século XXI.

---

<sup>62</sup> Idem.

<sup>63</sup> No dia 21 de junho de 2025, o atual presidente estadunidense, Donald Trump, anunciou ataque às instalações nucleares do Irã. País que, no último mês, deflagrou uma série de ataques direcionados à algumas das principais cidades israelenses (Tel Aviv e Haifa) como reação ao conflito que ocorre na Faixa de Gaza desde outubro de 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/trump-anuncia-ataque-dos-eua-contra-instalacoes-nucleares-do-ira/>. Acesso: 22 de junho de 2025.

Usaremos apenas trechos de um discurso de 2016, enquanto ele ainda era pré-candidato à presidência dos Estados Unidos no Comitê de Assuntos Públicos Americano-Israelense (AIPAC) na ocasião em que discursou sobre as relações entre os EUA e Israel. Segue a transcrição de algumas de suas observações.

Falo com vocês hoje como um apoiador de longa data e um **verdadeiro amigo de Israel**.

Sou novato em política, mas não em **apoiar o estado judeu**. Em 2001, semanas após os ataques à cidade de Nova York e a Washington e, francamente, os ataques a todos nós, ataques perpetrados pelos **fundamentalistas islâmicos**, o prefeito Rudy Giuliani visitou Israel para mostrar solidariedade às vítimas do terrorismo.

Enviei meu avião porque **apoei 100% a missão de Israel**.

Na primavera de 2004, no auge da **violência na Faixa de Gaza**, fui o grande marechal da 40ª Parada de Saudação a Israel, o maior encontro em **apoio ao Estado judeu**.

Foi um momento muito perigoso para Israel e, francamente, para qualquer um que apoiasse Israel. Muitas pessoas recusaram essa honra. Eu não. Assumi o risco e estou feliz por ter feito isso.<sup>64</sup>

Recortamos esse discurso de 2016, parte para distanciarmos um pouco da atual guerra, mas, principalmente

---

<sup>64</sup> Discurso na íntegra: <https://time.com/4267058/donald-trump-aipac-speech-transcript/>. Acesso: 23 de junho de 2025.

por essa fala nos permitir traçar importantes paralelos entre os discursos apresentados de Bolsonaro e Milei. Assim como Bolsonaro, Trump usa o termo “amigo”. Todavia, diferente do brasileiro que se refere ao primeiro ministro israelense de tal forma, Trump se diz amigo de um país. Independente se a expressão é inadequada para o contexto, especialmente no caso do Trump, o uso parece ainda mais desconexo. Pois, logicamente, a única possibilidade de uma pessoa ser amiga de um país é de forma metafórica. Ou seja, é a partir uma construção imaginária desse país que seria possível a existência de laços de amizade entre um país com uma pessoa.

O tom do seu discurso segue no mesmo “assujeitamento” do país, ou, em seus termos do “Estado judeu”. Ele não fala de gestão, de políticos, mas sim do país como uma pessoa. Ele fala de uma “Israel imaginária” (Gherman, 2022). No mais, ele demonstra sua amizade a partir de referências repetidas do apoio. Ainda há muitos elementos desse discurso que gerariam análises muito interessantes. Desde os paralelos com o islamismo com o terrorismo, traços fortes de islamofobia, o tom messiânico geral, mas focaremos em um outro ponto para avançarmos a discussão.

Assim como Milei, e diferente de Bolsonaro, Trump não parece fazer equivalências entre judaísmo e o cristianismo. Ao menos nesse discurso analisado, Trump deixa claro que Israel é um “Estado judeu”, enquanto Bolsonaro constantemente traça relações de equivalência entre o judaísmo e o cristianismo.

A seguir, voltamos a falar com mais detalhe sobre o bolsonarismo, especialmente por um evento fundamental em

sua construção de persona de extrema-direita, que foi uma fala de Jair Bolsonaro, já em campanha presidencial no ano de 2017 em um clube judaico, a Hebraica do bairro de Laranjeiras, na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro.

## **6. Judaísmo imaginário no Brasil a partir de 2013**

Nos últimos sete anos temos nos debruçado, nos usos políticos que a nova extrema direita faz do judaísmo no Brasil. Isso foi iniciado pelas manifestações que sacudiam as grandes cidades brasileiras. Manifestações que se iniciavam em 2013 que avançaram, com mudanças significativas, pelos anos de 2016 e 2017 em diante.

Foi ali que percebíamos que estávamos diante da entrada dos símbolos judaicos, israelenses e sionistas no espaço público brasileiro. Uma entrada que se configurava de uma forma que ainda não conhecíamos. Frequentávamos atos e demonstrações, discursos e comícios como forma de coletar dados. Em praticamente todos eles, nós víamos bandeiras de Israel e símbolos judaicos.

Ao vermos esses usos, reconhecíamos as bandeiras e os artefatos utilizados, mas não entendíamos, por completo, sua utilização. Em atos que pediam a intervenção militar no Brasil, por exemplo, que ocorriam na praia de Copacabana (zona sul do Rio de Janeiro) e em 2016, notávamos uma série de bandeiras de Israel que eram seguradas por pessoas e por grupos que não precisam ter, de forma alguma, relação com a judeus brasileiros,

ou com grupos historicamente ligados ao judaísmo e ao sionismo.

Era como se conhecêssemos profundamente os significantes que estavam diante de nós, mas desconhecíamos seus significados.

Um oceano de pessoas, um mar de bandeiras difusas. Correntezas de agendas incongruentes e ambíguas inundavam as ruas e praças das metrópoles do país. Junto dessa difusão de significados, víamos significantes familiares daqueles que lidam com estudos judaicos, mas desconfiávamos que as ilhas em azul e branco em um mar de bandeiras verde e amarela traziam novidades. Ilhas de “representação judaica” se estabeleciam entre as correntes de manifestações cada vez mais conservadoras e de direita.

Uma representação judaica que se constituía de uma representação feita do judaísmo na ausência, ou quase ausência dos judeus. Um judaísmo imaginário que se produziria como uso político de branquitude, conservadorismo, nacionalismo exacerbado, ultraliberalismo e fundamentalismo cristão. O não-judeu-judeu (Gherman, 2022) estava presente para usar o judaísmo imaginário como legitimador de uma nova extrema direita que se consolidava no país como movimento de massas e, que em breve, teria peso eleitoral relevante.

“Uso político”, entretanto, é uma expressão imprecisa. Uma bandeira de Israel em um ato que pedia a instauração de uma ditadura, símbolos religiosos judaicos sendo utilizados por políticos extremistas, o uso de referências da história judaica

para justificar a não aceitação dos resultados das eleições, isso tudo pode ser classificado sim como “uso político”. Mas certamente constitui-se mais do que isso. Trata-se de um uso específico e determinado por uma agenda específica.

Não nos referimos aqui simplesmente a apropriação de símbolos judaicos. Nos referimos a apropriação de símbolos judaicos como um dos elementos centrais de uma força política definida e que conta com a participação de setores da “comunidade judaica”. Os não judeus-judeus estão dentro dessa nova comunidade política-ideológica que, de alguma forma, substitui a comunidade judaica étnico e cultural. Enquanto isso, judeus que não se adequam a referências expostas por essa nova coletividade política (branquitude, ultranacionalismo e ultraliberalismo) estão fora. Fora do Judaísmo, fora da nova comunidade, fora da nova apreensão de judaísmo que estava sendo construída nesses processos.

Não é apenas, portanto, uso político, é um processo de colonização do judaísmo (Gherman, 2022). E, como qualquer processo colonizador, esse também se estabelece com a participação de membros da “comunidade original” como legitimadores da nova comunidade colonizada.

No caso dos judeus, e não somente no Brasil como vimos acima, esse processo de colonização também é auxiliado pelas entidades de representação da coletividade nacional judaica. Israel e o sionismo hegemônico preferem os não judeus-judeus ideologicamente alinhados, a Judeus Plurais (ou os judeus não judeus nos termos de Isaac Deutscher) (Deutscher, 1968), estes

se tornariam desalinhados politicamente.

Nesse contexto, o governo e as representações do sionismo estatal hoje são agentes do processo de colonização que o “judaísmo imaginário” promove em relação ao que vamos chamar aqui, nos termos de Abraham Leon, de “judeus históricos” (Leon, 1942).

Nessa perspectiva política de colonização do judaísmo pelo judeu imaginário, a diáspora inclui a nova extrema direita não judaica, mas pró Israel, e exclui setores progressistas de judeus críticos a política israelense e ao próprio Estado de Israel. Esse é um fenômeno novo, de “rediasporzação” de Israel, onde as posições políticas e ideológicas são anteriores às definições étnico-políticas clássicas.

Como vimos acima, esse fenômeno não é restrito ao Brasil de Bolsonaro, mas se reproduz de maneiras específicas em diferentes países. Conforme demosramos brevemente através dos casos dos Estados Unidos e Argentina. O judeu imaginário determina relações de grupos políticos com uma representação específica da identidade judaica. Isso ocorre claramente com Trump nos Estados Unidos, ultimamente com Milei na Argentina, ocorre com Le Pen na França e com Kast no Chile. Certamente também com Netanyahu em Israel.

Assim, a relação se produz com vínculos potentes entre uma suposta civilização judaico cristã e a uma identidade judaica ideologicamente definida.

Usando a cartada da “pluralidade comunitária”, as instituições representativas gerais dos judeus brasileiros

mostraram estranha tolerância com surtos pós fascistas e autoritários do ex-presidente e ainda hoje se sentem impressionantemente confortáveis ao lado de aliados do bolsonarismo.

Um segundo ponto, específico do Brasil, aqui, Jair Bolsonaro decidiu “sair do armário” enquanto um candidato de extrema direita justamente em um clube judaico. Se até abril de 2017, Jair era uma caricatura galhofa de um político polêmico e que “fala a verdade”, foi justamente na Hebraica do Rio de Janeiro que ele assume perspectivas claramente extremistas de direita.

Em um auditório do clube judaico, Bolsonaro estabelece um discurso colérico e francamente extremista, diante de um público predominantemente judaico, Bolsonaro deixa claro suas posições sobre indígenas e sobre o movimento negro. No meio de elogios a Israel, o então candidato a presidente da república elogia as três raças boas (alemães, italianos e japoneses) e crítica “raças ruins”. Tudo isso sobre aplausos entusiasmados de uma plateia que, ao que parece, não percebia semelhanças entre o discurso no auditório na Hebraica e discursos de algozes históricos de seus antepassados.

Outro elemento, que merece ser citado foi a manifestação realizada por judeus e não judeus na porta da Hebraica Rio. Membros de movimentos juvenis e representantes de coletivos de esquerda judaica produziram o que teria sido a primeira manifestação de rua contra o candidato Bolsonaro.

Judeus “de dentro” e “de fora” (Zertal, 1998) estiveram nos limites do enfrentamento físico, o que acabou por produzir, no auditório, um comentário jocoso de Bolsonaro a respeito dos “cérebros de galinha” que se manifestava fora da Hebraica. Ao citar os protestos de forma ofensiva e debochada, Bolsonaro foi freneticamente aplaudido.

Judeus contra judeus.

Em nossa perspectiva temos nesse contexto um processo complexo e dialético, excludente e de complementaridade. Um processo colonizador e de higiene comunitária. Um processo que acontece no Brasil, com suas especificidades, mas que se reproduz em outros lugares do mundo, onde haja judeus e extrema direita, Tanto da diáspora quanto de Israel. Trata-se pois de um processo de conversão, não judeus de direita passam a ser parte de uma comunidade política ideológica judaico-cristã, e de desconversão, judeus de esquerda passam a não fazer parte da tradicional comunidade étnico-cultural, necessariamente plural e tensionada internamente.

## **7. Conclusão**

Discutimos, ao longo deste artigo, as complexas relações entre as extremas direitas do século XXI e as apropriações que elas operam com elementos do judaísmo, do sionismo e até mesmo com Israel. Esse processo, que ocorre muito pela linguagem e, simultaneamente, acarreta profundas mudanças na linguagem, pode ser entendido em parte através da categoria de “filossemitismo”.

Apesar de iluminar as relações de afetos, aparentemente, positivos, nos exemplos tratados aqui, sobretudo no brasileiro, o filossemitismo é um procedimento irmão do que expusemos aqui como das tentativas de colonização da pluralidade do judaísmo por diferentes agrupamentos de extrema direita.

Por fim, é fundamental reforçar que, ao contrário do que parece, o filossemitismo não nomeia uma dinâmica oposta ao antissemitismo. Evidentemente, as materializações de antissemitismo características do século XX não se assemelham em nada ao que vemos hoje. Todavia, assim como ocorre na linguagem e na história das ideias, o que reconhecemos como antissemitismo também assumiu novas formas. Formas essas que são perfeitamente congruentes (e inclusive complementares) com processos e dinâmicas antissemitas.

Nesse contexto, representações típicas do antissemitismo clássico são estabelecidas na relação de grupos tidos como perigosas ameaças aos valores europeus, ocidentais e liberais. Um complô, uma conspiração, surge no afã de tratar grupos politicamente liberais como fortes ameaças organizadas que avançam sobre os valores do ocidente. Mulheres, homossexuais, movimento negro e muçulmanos são percebidos como elementos poderosos, homogêneos e degeneradores, eles devem ser atacados e combatidos.

Se não há mais um antissemitismo ontológico, mas, há na nova extrema direita uma gramática antissemita. No qual as vítimas são outras, mas a estrutura se mantém a mesma. E, dessa forma, filo e antissemitismo parecem ser fenômenos atávicos.

## Referências

- Arendt, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. [1963]
- Assaf, Stephanie. *Linguagens da cidade: Entre democracias, autoritarismos e fascismos*. Orientador: Robert Moses Pechman. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2024. Rio de Janeiro, 2024. 333 f.
- Aubry, Laurance; Turpin, Béatrice (orgs.). Victor Klemperer: *repenser le langage totalitaire*. *Colloque de Cerisy*. CNRS Éditions, Paris, 2012.
- Benjamin, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet; Prefácio: Jeanne Marie Gagnebin. 8. Edição revista. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras escolhidas v.1)
- Borges, A.; Vidigal, R. (Eds.). Para entender a nova direita brasileira: polarização, populismo e antipetismo. Porto Alegre: Editora Zouk, 2023.
- Brown, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo. Editora Politéia, 2019.
- Brown, Wendy. *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*. New York: Zone Books, 2015.
- Deutscher, Issac. *O Judeu não Judeu e Outros Ensaios*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- Cepêda, Vera Alves. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 23, n. 2, p. 40–74, 2018. DOI: 10.5433/2176-6665.2018v23n2p40. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/34801>. Acesso em: 22 mar. 2024.
- Faye, Jean-Pierre. *Introdução às linguagens totalitárias: teoria e transformação do relato*. Tradução: Fábio Landa e Eva Landa. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- Forti, Steven. *Extrema derecha 2.0. Qué es y cómo combatirla*. Madrid: Siglo XXI, 2021.
- Gherman, Michel; Klein, Misha. *From Beacon to Siren: The Transformation of Brazil from Racial Utopia to Racist/Antisemitic Dystopia*. Revista Videre (ON LINE), v. 13, p. 65-88. 2021
- Gherman, Michel. *O não judeu judeu: A tentativa de colonização do judaísmo pelo bolsonarismo*. São Paulo: Fósforo, 2022.
- Girardet, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Kahan, Emmanuel Nicolás. "“¡ Eso no nos representa!” Historia, contexto (s) y representación en el Monumento Nacional a la Memoria de las Víctimas del Holocausto Judío de Buenos Aires, Argentina." *Historia Crítica* 93 (2024): 101-127.

Klemperer, Victor. *LTI: a linguagem do Terceiro Reich*. Tradução, apresentação e notas Miriam Bettina Paulina Oelsner. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009. [1947].

Leon, Abraham. *Concepção materialista da questão judaica*. Global, 1981 [1942].

Lvovich, Daniel. *Nacionalismo y antisemitismo en la Argentina*. Buenos Aires: Ediciones B., 2003.  
MUUDE, Cas. *The Ideology of the Extreme Right*. Manchester: Manchester University Press. 2000.  
Paxton, Robert. *A anatomia do fascismo*. Tradução: Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2023.

Piovezani, Carlos; Gentile, Emilio. *A linguagem fascista*. São Paulo: Hedra, 2020.

Poliakov, Leon. *The History of Antisemitism*, vol. 4, Suicidal Europe, 1870–1933. Oxford: Oxford University Press, 1985.

Rancière, Jacques. *Los necios y los sabios*. En: AA.VV., *Neofascismo*, 2022.

Rocha, João Cezar de Castro. *Bolsonarismo: da guerra cultural ao terrorismo doméstico*. São Paulo: Autêntica, 2023.

Schwarcz, Lilia Moritz. *Bolsonaro e seu reino: retóricas visuais do poder*. *Revista de fotografia Zum Quarentena do Instituto Moreira Salles*. Publicado: 06 de julho de 2020. Acesso: 23 de agosto de 2020.

Semán, Pablo (Coord.). *Está entre nosotros. ¿De dónde sale y hasta dónde?*, 2023.

Singer, André. *A reativação da direita no Brasil*. 2020. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/1664>. 2020. Acesso: 29 de março de 2020.

Borges, A.; Vidigal, R. (Eds.). *Para entender a nova direita brasileira: polarização, populismo e antipetismo*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2023.

Skinner, Quentin. *Meaning and understanding in the history of ideas*. *History and Theory*, v. 8, n. 1, p. 3-53, 1969.

Starling, Heloísa Maria. (org.). *Linguagem da destruição: A democracia brasileira em crise*. Heloísa Murgel Starling, Miguel Lago, Newton Bignotto. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Teitelbaum, Benjamin. *Guerra pela Eternidade: O retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

Traverso, Enzo. *As Novas Faces do Fascismo*. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2021.

Zertal, Idith. *From Catastrophe to Power: The Holocaust Survivors and the Emergence of Israel*, Berkeley, University of California Press, 1998.

## 4.

### **A materialidade da filosofia da práxis como ferramenta da classe trabalhadora: o fortalecimento da participação popular no controle social em contexto de avanço da ofensiva conservadora**

Camila Faria Pançardes <sup>65</sup>

#### **1. Introdução**

O presente artigo tem como objetivo compreender a materialidade da filosofia da práxis, como ferramenta para construção de respostas da classe trabalhadora, frente ao avanço da ofensiva neoconservadora sob a participação popular no controle social.

A emergência do projeto neoconservador, em decorrência da crise do capital, teve início na década de 1970 em escala global, com a chamada reestruturação produtiva. As medidas empreendidas tinham como objetivo assegurar às classes dominantes a hegemonia política, social e cultural da reprodução das relações sociais e configuravam-se como reais ameaças à classe trabalhadora.

O advento do receituário neoliberal no Brasil, na década de 1990, trouxe um progressivo desmonte das políticas sociais

---

<sup>65</sup> Doutora em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal. Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-doutorado em Política Social na Escola de Serviço Social da UFF.

e ataques à participação popular no controle social, visando destruir o padrão de seguridade social, assegurado com a Constituição Federal de 1988.

A égide do neoliberalismo pode ser vista, desde então, em meio e através das sucessivas crises cíclicas do capitalismo e as reiteradas estratégias de enfrentamento dessas. É nesse contexto que os governos PT, nas duas primeiras décadas dos anos 2000, em um processo de transformismo, cooptam lideranças fundamentais da classe trabalhadora para o jogo da pequena política.

Mais recente, há a ascensão política da extrema direita, que é, sem dúvidas, um dos mais exponents fenômenos sociais no Brasil contemporâneo. O *impeachment* e a consequente saída da presidente Dilma Rousseff, em 2016, da presidência da República, deflagrou a fragilidade democrática diante do avanço do projeto neoconservador. Tal perspectiva se coloca como parte das estratégias de enfrentamento da crise que o capital se encontra desde 2008.

As reconfigurações no modo de produção capitalista implicam no acirramento da luta de classes. Ademais, as contrarreformas do Estado representaram o avanço neoconservador sobre as políticas sociais, interferindo sobre o atendimento das necessidades sociais da classe trabalhadora e gerando desigualdades sociais, vistas no aumento expressivo da violência, da pobreza, da fome e da miséria, o que impactou nas formas de organização política, social e cultural.

Como consequência, nos últimos anos as instâncias de

participação e controle social nas políticas sociais sofreram relevantes retrocessos no Brasil, um país engendrado pela extrema direita e pelo capital internacional.

Em termos metodológicos, a pesquisa tem natureza qualitativa, de cunho bibliográfico, fundamentada no materialismo histórico-dialético, a partir do filósofo italiano Antônio Gramsci, o qual permite capturar as múltiplas determinações do objeto sob um prisma de totalidade.

O ponto de partida são as categorias gramscianas Estado ampliado, sociedade civil e hegemonia, extraídas da realidade italiana de 1920, que vivia sob a égide do fascismo. A materialidade da filosofia da práxis, além das elaborações do autor sobre os conselhos operários, auxilia na compreensão e análise da realidade social contemporânea.

O lócus do autor era o Sul, a própria região de nascimento, que, segundo ele, apresentava disparidades com relação ao norte daquele país. Segundo Netto (2011, p. 5) o problema central da pesquisa marxiana se circunscreve “na gênese, consolidação, o desenvolvimento e as condições de crise da sociedade burguesa, fundada no modo de produção capitalista”.

Os avanços sobre o tema abordado são consequências dos esforços teóricos metodológicos do projeto de pesquisa e extensão MapeaSuas (Mapeamento dos processos de resistência nas instâncias de participação e controle social no SUAS de Niterói - RJ (2018-2023), atualmente em andamento na Escola de Serviço Social (ESS), da Universidade Federal do

Rio de Janeiro (UFRJ).

Para análise do objeto, dividiu-se o trabalho da seguinte forma: Em Antônio Gramsci, filosofia da práxis e conservadorismo (subitem 2.1) há a compreensão histórica do papel da filosofia da práxis, na construção de estratégias pela classe trabalhadora para combater o fascismo, sob a perspectiva gramsciana. São elencadas as elaborações do filósofo italiano marxista Antônio Gramsci e a função dos subalternos na questão da hegemonia, visando discutir a importância das classes subalternas no tensionamento pela disputa de hegemonia, por dentro do Estado e na sociedade.

Apresenta-se a experiência da Comuna de Paris e o caso dos conselhos operários de Turim, sob o olhar crítico de Gramsci, como um exemplo dos esforços para a participação dos subalternos na construção de uma contra-hegemonia ao fascismo italiano. Essas experiências são consideradas por se tratarem de importantes fatos históricos, que destacam a capacidade revolucionária dos trabalhadores e podem nortear as lutas sociais contemporâneas.

O texto avança para Conservadorismo e radicalização do neoliberalismo no Brasil (subitem 2.2), que busca compreender a emergência do conservadorismo e a mediação com a radicalização do neoliberalismo no Brasil. Demarca a conservadora formação sócio-histórica da sociedade brasileira e as consequências no campo democrático.

Por fim, em Ascensão da extrema direita, a destruição da práxis e as ameaças a participação popular no controle social

brasileiro (subitem 2.3), destaca-se o avanço da extrema direita como parte do projeto neoconservador e a destruição da práxis como parte dos ataques sofridos pela classe trabalhadora, além das ameaças concretizadas à participação popular no controle social, durante o governo de Jair Messias Bolsonaro.

Nas considerações finais, indica-se como resultado que o avanço da extrema-direita brasileira é parte da ofensiva neoconservadora como estratégia do capital que, com a crise das hipotecas estadunidenses em 2008, alterou a dinâmica de reprodução e impactou tanto a vida da classe trabalhadora, como as formas de participação política e popular.

As importantes contribuições do filósofo Antônio Gramsci, no campo da filosofia da práxis, enquanto ferramenta teórico-prática, visam estabelecer mediação com o tempo presente. Assim, há o intuito de construir frentes de resistência para a classe trabalhadora, como forma de sobrevivência e estabelecimento de uma sociabilidade capaz de promover a emancipação política e humana.

## **2. Antônio Gramsci e filosofia da práxis**

Antônio Gramsci creditava à classe trabalhadora a capacidade revolucionária e organizativa no enfrentamento do fascismo<sup>66</sup> na Itália, na primeira metade do século XX.

---

<sup>66</sup> Umas das interpretações de Gramsci (2004, p. 57) é que o fascismo “é o nome da profunda decomposição da sociedade italiana que pode ser explicada apenas com referência ao baixo nível de cultura que a nação italiana atingiu em sessenta anos de administração unitária.”.

Segundo Gramsci (2000), não é possível pensar em política, transformação social, democracia, revolução ou unidade nacional sem o protagonismo dos subalternos.

Na mediação dos interesses privados, na luta por hegemonia, está o Estado, que deve ser visto como o resultado histórico de processos de forças entrelaçadas, processos tais que raramente produzem condições vantajosas para os grupos subalternos. A conformação da teoria ampliada do Estado se deu numa época histórica determinada, momento que Coutinho (1994, p. 54) sinaliza com uma “maior concretização ou ampliação do fenômeno estatal.”.

Os Cadernos do Cárcere simbolizam o marco fundamental da reflexão de Gramsci no contexto histórico e para a produção de determinados conceitos, cuja vigência transcende a conjuntura em que foram pensados.

Na obra gramsciana, as primeiras noções sobre o termo subalterno aparecem nos escritos pré-carcerários, empregadas para designar a submissão de uma pessoa a outras, mais especificamente no contexto da hierarquia militar. É, no entanto, em *Cadernos do Cárcere* que Gramsci amplia largamente o significado desse conceito, demarcando os nexos dialéticos com o Estado, a sociedade civil, a hegemonia, a ideologia, a cultura e a filosofia da práxis.

Para Antônio Gramsci (1999, p. 111), a superação da condição de subalternidade requer a construção de novos modos de pensar, a elaboração de uma concepção de mundo crítica e coerente, necessária para suplantar o senso comum e

tornar as classes subalternas capazes de produzir uma contra-hegemonia.

Com isso, Gramsci (1999, p. 100) propõe a transformação do senso comum, isto é, do modo de pensar dos subalternos, em bom senso, sendo capaz de superar o modo de pensar anterior através da filosofia da práxis e buscando forjar um bloco intelectual-moral, que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais.

Para a formação de uma nova práxis política, é fundamental o papel dos intelectuais para organização das ideias e das vontades dos subalternos. O intelectual orgânico das massas deve ter atenção às lutas da classe trabalhadora e ao atendimento das necessidades sociais. A filosofia da práxis carrega consigo um princípio teórico-prático da hegemonia, na construção de vontades coletivas que correspondem à compreensão e à transformação da realidade social. A práxis permanece como uma atividade humana racional e, com isso, o filósofo introduz um elemento novo na relação que medeia a ação do homem: a luta de classes.

Este progresso só é possível através da interação com a política, do fortalecimento entre teoria-prática para leitura do mundo e articulação de ações que estabeleçam novos arranjos em relação à hegemonia. Gramsci ressalta que não basta a direção política, é necessária uma reforma intelectual e moral, bem como a valorização da dimensão cultural.

A dimensão da construção de uma nova cultura requer

a socialização das informações e da valorização do cotidiano dos subalternos. Pode ser visto como um elemento central na viabilização de uma contra-hegemonia, que garanta a conquista do consenso e da direção político-ideológica por parte das classes subalternas.

Possibilita a construção de uma nova visão de mundo e de uma proposta transformadora de sociedade a partir de 'baixo', fazendo com que toda uma classe participe de um projeto radical que envolva toda a vida do povo e ponha cada qual, brutalmente, diante das próprias responsabilidades inderrogáveis (Gramsci, 2002, p. 268).

Visando a contra-hegemonia com a direção operária, é preciso que, além da vontade de classes subalternas, haja aliança com trabalhadoras e trabalhadores do campo, além da instauração de uma educação libertadora, vislumbrando a emancipação, o que pode assegurar que ocorram processos democráticos e libertários. Vale lembrar que o processo de unidade operária deve acontecer no plano nacional e internacional.

Um exemplo dos esforços voltados para a participação dos subalternos, visando a construção de uma contra-hegemonia ao fascismo italiano, é o caso dos conselhos operários de Turim (Itália). Gramsci, a partir da experiência no movimento operário italiano entre 1919 e 1929, abordou sobre os conselhos e as novas formas possíveis de constituição de um poder proletário, que se colocasse para além do capital.

Segundo o autor (2015), a viabilização do processo revolucionário dos trabalhadores pode ser alcançada pelos conselhos de fábrica, delineando a democracia operária. O texto sobre tais conselhos está inserido em uma disputa sobre a autonomia dos conselhos (poder operário) em relação aos sindicatos (poder político) na cidade de Turim.

Dizemos que o período atual é revolucionário porque a classe trabalhadora começa a exercer toda a sua força e sua vontade de estabelecer seu próprio Estado. É por isso que dizemos que o nascimento dos conselhos de fábrica é um grande evento histórico – o início de uma nova era na história da humanidade (Gramsci, 2021, p. 189).

A ascensão do movimento operário no período de expansão do capitalismo industrial (durante o século XIX), teve materialidade na experiência da Comuna de Paris, sendo inédita e forjando no horizonte dos trabalhadores a possibilidade de superação da ordem societária vigente.

A Comuna foi um importante movimento popular e governo provisório, liderado pelos operários como resposta à crise socioeconômica na França, que se encontrava em guerra com a Prússia. Com integrantes escolhidos por sufrágio universal, as principais reivindicações eram melhores condições de vida para os trabalhadores e trabalhadoras, além de igualdade social. Ocorrida entre março e maio de 1871, tomou importantes medidas para a reprodução material da classe trabalhadora, como a redução da jornada de trabalho, a abolição do trabalho noturno, a concessão de pensões às viúvas

e órfãos, entre outras. Esta experiência revolucionária foi duramente reprimida pelo governo francês.

Em certa medida, é possível correlacionar que a experiência dos Conselhos de Turim foi motivada pelos pressupostos da Comuna de Paris, em que o movimento operário se reivindicou como agente autônomo, trabalhando em prol dos próprios interesses.

Para Gramsci (2015), os conselhos e comissões internas, apesar de fazerem parte da estrutura sindical, constituíam-se como potentes mecanismos que, com o devido trabalho de articulação e de educação das massas, poderiam ir na direção contrária do Estado burguês, afinal o centro da vida proletária e da acumulação do capital estavam localizados no chão da fábrica.

Ele [o problema das comissões internas] é, para nós, o primeiro elo da cadeia histórica que leva à ditadura do proletariado e ao comunismo, no que se refere aos operários fabris. Mesmo na forma tosca e primitiva com que se apresentam atualmente, tais comissões correspondem a este princípio afirmado nas revoluções da Rússia e da Hungria: o de que a luta de classe, no período atual da história da indústria capitalista, realiza-se em um novo tipo de organização proletária, que se baseia na fábrica e não na categoria profissional [...] Nela [comissão interna], portanto, realizam-se embrionariamente todos os princípios que irão informar a Constituição do Estado dos Conselhos; nela se realiza a democracia operária (Gramsci, 2004, p. 272).

Em Sindicatos e Conselhos (2023), Gramsci afirma que o Conselho de Fábrica é o verdadeiro modelo do Estado proletário e introduz o espírito de solidariedade de classe entre os trabalhadores. Também pode ser considerado como o lócus em que se torna possível desenvolver uma educação recíproca e uma unidade orgânica entre os trabalhadores. O contexto histórico demonstrava que o espaço da fábrica era o terreno privilegiado da ação política.

Historicamente, a capacidade revolucionária dos trabalhadores teve, tanto na Comuna de Paris, como também nos conselhos e comissões de fábrica, exemplos da mediação teórico-prática proposta pela filosofia da práxis, na construção de estratégias de enfrentamento ao capitalismo.

Indubitavelmente, a contribuição do pensamento de Antônio Gramsci está na compreensão da dinâmica da realidade social, as contradições existentes e a busca por estratégias que garantam a emancipação da classe trabalhadora.

### **3. Conservadorismo e radicalização do neoliberalismo no Brasil**

Historicamente, o conservadorismo se adequou aos pressupostos capitalistas, com o objetivo de perseguir e criminalizar as classes subalternas, ao passo que elas atingem, diante dos processos históricos, ascensão e amadurecimento. Tal fenômeno adensa a luta de classes e o enfrentamento das

desigualdades e expressões da questão social <sup>67</sup>. No Brasil, o conservadorismo <sup>68</sup> tem raízes na formação sócio-histórica do povo, a relação com a dominação da Igreja Católica, o caráter colonial, a exterminação dos povos originários, o patriarcado e a escravidão. O trato da questão social, a partir da moralização, criminalização e naturalização da pobreza, bem como a ascensão de privilégios das elites, demonstram a base conservadora na qual a sociedade escravagista brasileira foi calcada. Felipe Demier (2016, p. 12) ressalta que o Brasil tem uma classe dominante “divorciada do povo”, como se referia Trotsky ao caracterizar a antiga burguesia russa.

Na esteira das tensões e lutas de classe, verifica-se o esgotamento do modelo capitalista fordista, em mais uma crise cíclica do capitalismo, em meados da década de 1960 e início da década de 1970, dando início à reestruturação produtiva e o advento do neoliberalismo como estratégia para superação da crise. O enfrentamento das tensões sociais oriundas da ofensiva neoliberal, no contexto de crise mundial do capitalismo, contou

---

<sup>67</sup> Adota-se o conceito de Yamamoto (2003, p. 27) sobre o que é a questão social: “[...] conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade.”.

<sup>68</sup> Segundo Mota e Rodrigues (2021), o conservadorismo deve ser considerado um sistema de ideias que avança historicamente e se desenvolve de acordo com os pressupostos econômicos, políticos e culturais, determinados em cada tempo histórico. A emergência do conservadorismo clássico parte dos pressupostos revolucionários, ocorridos no século XVIII na sociedade moderna burguesa, com o advento da revolução francesa e os ideais iluministas.

com a reatualização do conservadorismo.

A emergência do neoconservadorismo, que segundo Netto (2021, p. 1) deve ser considerado um fenômeno, apresenta-se como forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista. Com isso, combate o Estado social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado e reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais.

Como exemplo da interação do neoconservadorismo, há o governo estadunidense de Ronald Reagan (1981 - 1989) como protagonista, ao defender a reformulação do Estado e a supremacia do mercado na reprodução das relações sociais.

Para Cabrita (2017, p. 119), o neoconservadorismo estadunidense se sustenta em quatro pilares. O primeiro é a liberdade, considerando que os indivíduos têm a liberdade inata à vida, às escolhas e à propriedade. Assim, o bem comum e coletivo é suprimido pelas liberdades individuais. O segundo pilar é a defesa da ideia de ordem e tradição, tendo como essência a defesa de um conjunto de valores, estabelecido ao longo dos séculos, visando a ordem. Já o terceiro pilar é a defesa do Estado de Direito (*rule of law*). Os conservadores acreditam numa sociedade baseada em um sistema jurídico confiável, regrador de leis e liberdades. Por fim, o quarto e último pilar é a defesa da crença religiosa, na busca de uma suposta sociedade de bem e paz, assentada em valores morais e religiosos.

O advento do neoliberalismo no Brasil, na década de 1990, é considerado como estratégia da ofensiva neoconservadora e resposta à crise do capital (iniciada na década de 1970). O processo de redemocratização foi permeado pela adesão às orientações conservadoras, com o objetivo de solucionar o “recrudescimento do endividamento externo e suas consequências.”.

Em grande medida, a dívida brasileira se deu em parte pela alta do petróleo, que é fonte vital para uma estrutura produtiva mais complexa e do sistema viário baseado no transporte rodoviário. Entretanto, a dívida, em essência, deve-se a uma articulação entre a burguesia nacional, o Estado e o capital estrangeiro, que findou o chamado milagre econômico, ainda durante a Ditadura Civil-Militar. Com o problema da dívida negociada, diante da possibilidade de colapso financeiro internacional, impõe-se o discurso da necessidade de ajustes e dos planos de estabilização em toda a América Latina. As medidas fizeram parte de um ajuste global, reordenando as relações entre o centro e a periferia do mundo do capital.

Com a redemocratização, há o advento da Carta Magna de 1988, que recebeu o nome de Constituição Cidadã por ter instituído a participação civil no desenvolvimento democrático de políticas públicas, decisões governamentais e serviços públicos. O controle social pressupõe a participação dos indivíduos sociais e as respectivas representações na gestão pública do orçamento da Seguridade Social. Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, com direitos

inscritos na lei máxima do país, diversos deles nunca saíram do papel ou, quando efetivados em políticas sociais, foram limitados pela coerção da política econômica neoliberal, dos anos 1990 em diante. Castelo (2017, p. 61) destaca que, ao final do processo de abertura democrática, os subalternos conseguiram avanços na ordem estabelecida, mas a resultante foi a vitória dos dominantes, implementando o novo projeto de classe.

Mesmo com direitos básicos assegurados na Constituição Federal de 1988, as medidas conservadoras que balizaram a política econômica nacional comprometeram as lutas sociais, bem como os direitos civis, políticos e sociais. Este contexto econômico levou os movimentos sociais a um declínio e conseqüente criminalização, sendo comparados às facções criminosas, da mesma forma que o movimento sindical e os partidos políticos de esquerda.

Para Tavares (2009, p. 14), na América Latina os efeitos devastadores da crise financeira e a explosão da crise da dívida externa nos anos 80 levam a um reforço do modelo que vinha sendo aplicado em alguns países, desde meados da década anterior, pelo Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o governo dos EUA, no chamado Consenso de Washington.

O esvaziamento dos sindicatos e a subordinação progressiva à mesma lógica, torna-os suscetíveis a esta engrenagem. Como cultura, tem-se a redução do homem como objeto da técnica, vivendo na ilusão de que possui

vontade, estilo, opiniões e sentimentos próprios.

Marx (1977, p. 119) explica como a constituição social da "essência humana não é algo abstrato, interior a cada indivíduo isolado. É, em sua realidade, o conjunto das relações sociais". No contexto neoliberal, a expressão máxima da construção histórica do indivíduo social foi o individualismo.

No bojo do neoliberalismo brasileiro estão as contrarreformas do Estado, operadas pelos ditames do capital internacional, promovendo, sob orientações conservadoras, uma verdadeira redução dos direitos sociais dos trabalhadores. A premissa do Estado mínimo, na verdade, representava o mínimo para os trabalhadores. As classes dominantes demonstraram a hegemonia ao financiar, legislar e investir na produção de mais-valia.

Lesbaupin (2002) ressalta que o Estado se manteve forte e interventor, utilizando a coerção ao reprimir movimentos dos trabalhadores operários, lavradores, sem-terras e funcionários públicos. Para cumprimento do objetivo central, o Estado colocou a economia do país a serviço do capital internacional e o nacional para pagamento de juros, quebrando o setor público da economia, para liberar inteiramente o mercado de qualquer entrave na busca de lucros crescentes. Para o autor, "retira sistematicamente os recursos públicos dos serviços à população", transferindo-os para o pagamento dos juros, único débito que o governo se dispõe a pagar.

A disputa pelo orçamento público e o avanço dos pressupostos conservadores contribuíram para o desmonte da

Seguridade Social, do controle social e da participação popular, gerando um expressivo esvaziamento das instâncias democráticas e decisórias que, em outrora, foram fomentadas para a participação da sociedade civil no âmbito do Estado.

Segundo Behring (2021, p. 97), o fundo público é um dos meios pelos quais o Estado capitalista e os governos materializam políticas e projetos, expressando a própria razão de ser do Estado. Trata-se de um Estado burguês, cujas funções – econômicas e políticas – se realizam ao mesmo tempo em que ocultam a essência de classe.

Para a autora, o fundo público é “um compósito de mais valia incidindo sobre lucro/juro e a renda da terra e sobre a renda do trabalhador” (Behring, 2021, p. 98), atuando, ao mesmo tempo, na reprodução ampliada do capital e do trabalho. São riquezas apropriadas através da exploração tributária, pela qual o Estado cumpre importante papel na rotação do capital, por meio de créditos, débitos, financiamento e endividamento público.

Os anos 2000 foram marcados pela chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo federal. Segundo Iasi (2012, p. 43) foi “um dos maiores e mais significativos partidos de base trabalhadora já criado na América Latina”. O partido, desde a fundação, já traçava como estratégia fundamental chegar à classe trabalhadora com um conjunto de reformas estruturais, que poderiam modificar o curso histórico. Entretanto, ao chegar à Presidência da República, o que se verificou foi, de acordo com Iasi (2012, p. 45), “um excelente exemplo do movimento

de constituição de uma classe contra a ordem do capital que acaba por se amoldar aos limites da ordem que queria superar.”

Cabe ressaltar que Gramsci (2000) chama a atenção para a diferença entre o popular e o populismo, sendo o populismo uma concepção demagógica e paternalista no trato com o povo. Na América Latina, a ascensão de governos populares e progressistas, a exemplo, os governos do PT no Brasil (2003-2016), segundo Behring *et al* (2020), não reverteu e sequer interrompeu a aplicação do receituário neoliberal. Pelo contrário, fez do reconhecimento de pautas populares, associadas às políticas sociais focalizadas, uma estratégia na cooptação de lideranças sindicais, feministas, de movimentos antirracistas e LGBTQIA+ para formação de um novo consenso.

A supremacia do capitalismo neoliberal provocou mudanças no interior do Estado, ao longo dos anos, desde a entrada no Brasil, na década de 1990, sendo a classe trabalhadora a mais impactada e espoliada durante esse processo. Ressalta-se, portanto que, mesmo sob a égide dos preceitos neoliberais, bem como os governos do PT, os interesses privados da extrema direita e do governo por este grupo dirigido – com Jair Messias Bolsonaro na presidência da República seguem outra direção: o neofascismo.

Na direção hegemônica atual, coordenada pela extrema direita, há a radicalização da pobreza e o conseqüente enfraquecimento das bases sociais das esquerdas, os trabalhadores e as trabalhadoras. Neste contexto, destaca-se a ultrafinanceirização, que não apenas tem produzido frequentes

colapsos econômicos, como também promove uma acelerada destruição do meio ambiente e amplia as reduções de direitos trabalhistas, ou seja, um mecanismo para compensar os prejuízos causados por sua própria irracionalidade.

Verifica-se o trabalho massivo das *big techs* para censurar e direcionar conteúdos, modular algoritmos, violar privacidades e leis comerciais. Essas tecnologias estão nas mãos da pequena fração de super-ricos que são 1% da população mundial e comandam o sistema capitalista. A centralidade no neoconservadorismo, calcado no fundamentalismo religioso e na ideia de cidadão de bem, adquire força com medidas punitivistas e militaristas.

#### **4. Ascensão da extrema direita, a destruição da práxis e as ameaças a participação popular no controle social brasileiro**

No Brasil, para garantir o avanço do bloco hegemônico, liderado pela extrema direita, foi desenhado o processo de *impeachment* da presidente da república, Dilma Rousseff, no ano de 2016. A justificativa para o processo em curso foram as pedaladas fiscais<sup>69</sup>.

Gramsci (2000) destaca a importância da classe trabalhadora quando chama a atenção para a condição desagregada e episódica dos grupos subalternos, além da

---

<sup>69</sup>O mecanismo das pedaladas fiscais consiste em utilizar recursos dos bancos públicos para pagar dívidas que são do governo, o que é considerado ilegal pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Sindicatos dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, 2024).

contínua e reiterada iniciativa dos grupos dominantes sobre eles, mesmo quando se rebelam. Somente a vitória permanente, isto é, consistente e contínua, pode evitar a insubordinação aos grupos dominantes.

A condição histórica e ameaçada precisa estar na pauta permanente das lutas sociais e populares. No Brasil, há esta condição no governo de Dilma Rousseff, sob os efeitos da crise do capital de 2008 na economia brasileira. A crise de 2008 fez crescer em várias partes do globo o irracionalismo de caráter neofascista, como citado anteriormente, considerado como uma variação do neoconservadorismo, ou seja, uma expressão particular do pensamento conservador, que emergiu nos EUA nos anos 1960 e converge com uma nova direita, crítica ao liberalismo. Segundo Rodrigues e Mota (2021, p. 913) a visão particular de mundo da nova direita:

persegue o propósito de tornar-se universal graças a utilização das redes de computadores para propaganda política, cujo caso mais emblemático foi o vazamento de dados de milhões de norte-americanos, por parte do Facebook, para a empresa de consultoria política Cambridge Analytica, que assessorou, nas eleições para presidência dos EUA, o candidato republicano Donald Trump, em 2016.

Segundo Cassin (2022, p. 22), a dissolução da conjuntura externa favoreceu governos de conciliação de classes e o neoliberalismo teve que ser aprofundado, o que pressupunha a criação de uma base ideológica de consenso —

que teve no avanço da extrema direita e na grande imprensa os principais alicerces, além de uma correlação de forças que intensificasse os mecanismos de repressão contra os trabalhadores. Antunes (2020, p. 291) aponta que o golpe deu início a um novo período de “contrarrevolução preventiva, agora de tipo ultraneoliberal e em fase ainda mais agressiva.

Uma das medidas mais contundentes desse período foi a Emenda Constitucional nº 95 (EC 95), aprovada em 15 de dezembro de 2016, conhecida como a PEC 95 ou, mais popularmente, como a PEC do fim do mundo, que instituiu um novo regime fiscal, restringindo o gasto público primário, destinado aos direitos sociais fundamentais, como a saúde, a educação e a assistência social pelos próximos 20 anos (Brasil, 2020)<sup>70</sup>.

A ascensão da extrema direita tem, nas eleições presidenciais de 2018, com a vitória de Jair Messias Bolsonaro, um capítulo significativo na luta da burguesia por hegemonia, demonstrando um caráter reacionário e fascista, que corrobora para a radicalização do projeto neoliberal e na contenção da crise do capital. Com objetivo de invadir a esfera pública para defender interesses privados, desqualifica as políticas estruturantes e instaura o caos por meio da retirada de

---

<sup>70</sup>A EC 95 estabelece um teto de gastos para as despesas primárias. Dessa forma, o gasto público primário só poderá ser ampliado para cobrir a inflação do ano anterior. Isto é, não haverá aumento dos recursos financeiros, o que se tornará cada vez mais incompatível com as demandas pelos serviços sociais públicos, já que desconsidera o crescimento demográfico e a taxa de longevidade brasileiro.

investimentos em saúde, educação, ciência, tecnologia e meio ambiente. Cabe ressaltar que, neste contexto, a moralização das expressões da questão social foi direcionada à punição dos indivíduos e à lógica da morte.

Verifica-se também o uso massivo das redes sociais, sobretudo como ferramenta de engajamento, pelos candidatos de diferentes esferas representativas. A estratégia ideológica por detrás do uso das redes sociais são as *fake news* que, cada vez mais, são vistas no cenário supracitado. As notícias falsas são viralizadas na internet, com o intuito de propagar falsas verdades e destruir o processo democrático em curso. Cabe ressaltar que são informações não verificadas, sem fontes confiáveis e de grande consumo por parte da sociedade civil, o que fomenta a irracionalidade em torno da política, fazendo da polarização um pressuposto do neofascismo.

No cerne da crise global capitalismo contemporâneo, são reeditados valores e estratégias provenientes do fascismo que, como na primeira metade do século XV, tenta suprimir o movimento operário de diferentes formas. Segundo Fresu (2019, p.19), a característica mais moderna do projeto autoritário do fascismo está na capacidade de abrir novas trincheiras, visando a tarefa de controlar as massas. E aqui está o papel das palavras de ordem, voltadas a prospectar um futuro de grandeza. Portanto, a habilidade de exercer também domínio e direção, falando com categorias gramscianas: força mais hegemonia (Fresu, 2019, p. 19).

De acordo com Behring *et al* (2020, p. 25), a eleição de Bolsonaro converge com a tendência internacional de ascensão da extrema-direita reacionária, autoritária e/ou neofascista. Löwy (2020, p. 13) reforça que essa tendência “já governa metade dos países em escala planetária: um fenômeno sem precedente desde os anos de 1930.”

Uma das expressivas ameaças à seguridade social pode ser vista na redução orçamentária, que incidiu significativamente sobre a educação. O governo Bolsonaro extinguiu cerca de 27.500 cargos em universidades públicas e vedou a abertura de concursos para 68 cargos, por meio do Decreto 10185/2019, objetivando o sucateamento da educação superior pública.

Além de cortes no investimento na educação básica, profissional e superior, cujo orçamento caiu de R\$ 2.2 bilhões, para R\$ 1.9 bilhões em 2020, houve a paralisação de sete cursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), destinados à educação dos trabalhadores em quatro estados. Neste mesmo ano, houve ainda cortes das bolsas ofertadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), de mais de R\$ 2.1 bilhões de reais em relação ao ano anterior.

No âmbito da participação popular no controle social, em 2019, o Presidente Jair Bolsonaro assinou o Decreto 9.759, que visou a diminuição do número de conselhos previstos pela Política Nacional de Participação Social (PNPS) e pelo Sistema

Nacional de Participação Social (SNPS). Esses programas, criados pelo governo Dilma Rousseff, em 2014, também foram extintos.

De acordo com Ribeiro (1996), as experiências do orçamento participativo e dos conselhos gestores possibilitaram a valorização contemporânea da escala local da vida coletiva, que está associada à filosofia da práxis. O senso comum ganhou novo lugar, em detrimento de projetos pedagógicos das classes dominantes. Ribeiro ressalta que o teor democrático, em relação à nova cultura política, possibilitaria a incorporação da experiência social e cultural do povo brasileiro no tratamento da coisa pública.

Entretanto, o que se verifica são as constantes ameaças à participação popular no controle social, como parte do projeto neoconservador, empreendido pela extrema direita brasileira. A ideologia dominante dissemina o aumento de práticas autoritárias, a explosão da violência e a conseqüente corrosão da democracia, como pano de fundo para subsidiar a destruição do coletivo e das práticas coletivas, desenhadas pela Constituição Federal de 1988.

A destruição da práxis libertadora se justifica sob a ótica do neoconservadorismo porque se trata de um elemento central, no quadro de respostas construídas historicamente pela classe trabalhadora, para o enfrentamento da ordem vigente e na busca por emancipação.

## 5. Considerações finais

O processo de redemocratização no Brasil, na década de 1980, trouxe para a cultura política brasileira novos pressupostos e valores calcados no Estado democrático de direito. A participação da sociedade civil na construção do Estado e das políticas públicas foi considerado um fato inédito, uma vez que o processo histórico de formação social é conservador e arcaico, baseado na hegemonia das elites, em detrimento da classe trabalhadora.

A formação de uma ampla frente das esquerdas, ainda durante a Constituinte (1987-1988), colaborou para legitimação dos pressupostos democráticos da participação popular no controle social e na fundamentação ideológica da filosofia da práxis. Para Antônio Gramsci, esta filosofia só é possível de ser realizada quando subsidiada pela capacidade revolucionária da classe trabalhadora, em defesa dos interesses coletivos da população, com o objetivo de transformar o Estado.

A inserção da participação popular e do controle social, no campo democrático brasileiro, com a Constituição Federal de 1988 possibilitou o fomento à participação popular no controle social no campo institucional e democrático, possibilitando o início de novas bases da relação entre Estado e sociedade.

A elaboração clássica de Gramsci, acerca da teoria do Estado ampliado como sociedade política e sociedade civil, além da disputa por hegemonia, ganham lugar central na realidade brasileira contemporânea. A importância dos

conselhos e comitês operários, na experiência de Turim, demonstram como a educação operária pode propiciar novos tensionamentos na luta de classes e na ascensão das classes subalternas, em todas as instâncias.

Como desafios à classe trabalhadora brasileira, diante da ofensiva neoconservadora, desde o advento do neoliberalismo, na década de 1990, há a disputa por hegemonia no campo democrático e por dentro do Estado e da Constituição Federal de 1988.

O avanço da extrema direita e dos pressupostos neoconservadores, em relação à gestão democrática, incidem na participação popular no controle social, que sofre ameaças no conjunto de medidas que visam o desmonte da seguridade social brasileira.

Tal projeto tem a função ideológica de manter historicamente os privilégios da burguesia nacional, destruindo qualquer possibilidade de avanço das pautas progressistas, reprodutoras das necessidades sociais dos trabalhadores e trabalhadoras. A sociedade brasileira se funda nas elites, com racismo, preconceito de classe, horror ao comunismo e ao ideário de liberdade.

O papel dos subalternos, na construção dos processos de resistência, seja por adesão ativa ou passiva, pode contribuir para travar, no campo da hegemonia, novos caminhos e possibilidades para afirmar a autonomia e construir projetos societários para além dos limites postos pela hegemonia burguesa.

Devemos reconhecer que esse é um processo, como nas palavras de Gramsci (1999, p. 104), "longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e de recuos, de desdobramentos e reagrupamentos", que exige persistência e pressão advindas da contra-hegemonia popular.

Ressaltamos a materialidade do pensamento gramsciano para o enfrentamento das ideias neofascistas, do crescimento exponencial da cultura conservadora e balizadora de uma importante fração da sociedade civil, que se afina à extrema direita com o discurso punitivista e militarista.

Por fim, destaca-se que os desafios postos no campo democrático e nas insurgências do tempo histórico atual, em que será possível decifrar as reais demandas e reivindicações da classe trabalhadora, encontram na filosofia da práxis o fermento para fortalecimento das bases sociais.

## Referências

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

AVRITZER, L. **Instituições participativas e desenho institucional**: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. Opinião Pública, Campinas, vol. 14, n.1, junho, p.43-64, 2008.

BEHRING, E. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. CISLAGHI, J. F. SOUZA, G. Ultraneoliberalismo e Bolsonaroismo: impactos sobre o orçamento público e a política social. BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.F. (Org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

BEHRING, E. R. **Fundo público, valor e política social**. São Paulo: Cortez Editora 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.4.ed. São Paulo.

CASTELO, R. **Supremacia rentista no Brasil neoliberal e a violência como potência econômica**. Universidade e Sociedade, Brasília, n. 60, p. 58-71, jul. 2017.

CASSIN, M. P. S. **Dependência e ultraneoliberalismo**: As políticas sociais no Brasil no pós golpe de 2016. Temporalis, Brasília (DF), ano 22, n. 43, p. 17- 33, jan./jun. 2022.

COUTINHO, C. N. **Marxismo e Política**, Cortez, 1994.

CABRITA, Cristiano. **Conservadorismo americano e o neoconservadorismo**: A Dicotomia na Cultura Política Norte-Americana. IDN - Revista Nação e Defesa, [s. l.], ed. 148, p. 116-138, 2017. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/33175>. Acesso em: 6 jan. 2025.

DOIMO, A M. **A Vez e a Voz do Popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. RJ: Ed. Relume Dumará, 1995.

FERNANDES, F. **Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo** 2. ed. – São Paulo: Globo, 2006.

FREIRE, S. & CORTES, T. Políticas de combate à pobreza e avalanche ultraneoliberal aportes para reflexão. BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.F. (Org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

FRESU, Gianni. GRAMSCI E O FASCISMO. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, [S. l.], v. 4, n. 4, p. 9–20, 2020. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/PHP/article/view/10701>. Acesso em: 6 fev. 2025.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Volume 2. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002 . v. 5.

GRAMSCI, Antônio. **Escritos políticos**. Volume 1. Organização e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 6. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2014. V. 3

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. V. 1. Ed. e trad. Carlos Nelson Coutinho. Coedição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 8ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2015.

GRAMSCI, A. **O conselho de fábrica, em Homens ou máquinas?** Trad. Nelson Coutinho e Rita Coitinho. São Paulo, Boitempo, 2021.

IAMAMOTO, Marilda. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2003.

IASI, M. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. 2. Ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.

LESBAUPIN, I. & MINEIRO, A. **O desmonte da nação em dados**. Petrópolis: Vozes, 2002.

LÖWY, M. **Marxismo e teologia da libertação**. São Paulo: Cortez/Associados, 1991.

LÖWY, M. **Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil**. In: Por que gritamos golpe? para entender o impeachment e a crise política no Brasil. Org. Ivana Jinkings, Kim Doria, Murilo Cleto. 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2020.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, [1852] (2011).

MOTA, A. E; RODRIGUES, M. **Ultraconservadorismo, Política Anticivilizatória e Luta de Classes**. VI Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina. Londrina. 2021.

NETTO, J. P. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 8. Ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, R. M. **O neoconservadorismo nos Estados Unidos a América e a experiência política no Governo Ronald Reagan (1981 - 1989)**. Revista Hist. São Paulo, 2021.

PINHEIRO, L. F. **Serviço Social, Religião e Movimentos Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Gramma, 2010.

RIBEIRO, A. C. T. **O Poder local e a ampliação da democracia no Brasil**. Org. Ivo Lesbaupin. Edições Loyola, São Paulo, 1996.

SAMPAIO JUNIOR, P. A. **Imperialismo, reversão neocolonial e revolução na América Latina**. In: CASTELO, R. (Org.). Encruzilhadas da América Latina no século XXI. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

SEMERARO, G. **Gramsci e a religião: uma leitura a partir da América Latina**. Revista O Social em Questão - Ano XX - nº 39 - Set a Dez/2017.

TAVARES, L. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 3. Ed. – São Paulo, Cortez, 2009.

## 5.

### **Democracia vulgar e processo de fascitização no Brasil: as estratégias de delimitação dos protagonistas na estrutura de poder e de imobilização dos “indesejáveis”**

[Douglas Ribeiro Barboza](#) <sup>71</sup>

#### **1. Introdução**

No interior dos desafios que se (re)põem na análise dos novos fenômenos complexos da política, a tarefa de examinar criticamente o passado e reavaliar as estratégias adotadas no que diz respeito à questão da democracia torna-se de extrema urgência, considerando que tal questão se configurou (e ainda se configura) como um dos problemas cujo equacionamento e resolução apresentam as mais variáveis e distintas alternativas – particularidade esta que, não por acaso, acarretou em graves consequências para a luta social. No interior dos mais diversos setores da corrente crítica (todos eles auto-definidos como legatários dos principais teóricos do marxismo), percebe-se uma grande tendência em tratar a questão da democracia a partir de uma equivocada disjuntiva, que separa duas

<sup>71</sup>Professor Adjunto da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (SSN). Professor permanente do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social (PPGPS/UFF/NITERÓI) e Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PPGSSDR/UFF/NITERÓI). Doutor e Mestre em Serviço Social pelo PPGSS/ CCS/ UERJ.

proposições que possuem uma referência intrínseca entre si.

Em um extremo, sustenta-se um caráter *fetichizado* da democracia, no qual, ao compreender que a postulação da democracia moderna no capitalismo é um produto e consequência das lutas populares, decai no equívoco de concebê-la, fundamentalmente, como um *valor em si* para as classes trabalhadoras e como um espaço emancipatório por excelência e um poder exclusivo destas classes. Esta compreensão subestima o fato histórico de que o funcionamento regular das instituições democráticas (eleições regulares, pluralismo partidário, liberdades políticas etc.) passaram igualmente a contribuir para a legitimação da ordem burguesa, haja vista que, nos marcos do capital, a ideologia do Estado neutro e do Estado representante da totalidade da população encontra um aconchegante esteio na realização da democracia representativa vista pela perspectiva liberal.

No outro extremo, preza-se pela *desqualificação* da democracia – postura amplamente predominante nos setores marxistas dogmáticos – caracterizando-a como um simples ardil concebido pela burguesia para garantir a manutenção da sua dominação de classe sobre o proletariado, incorporando- os, de forma subordinada, à ordem do capital. Afirma-se que o conjunto das instituições e direitos integrante do ordenamento democrático não passa de um instrumento criado pela burguesia para ludibriar e neutralizar o ímpeto revolucionário dos trabalhadores, e que, por ser uma simples expressão dos interesses burgueses, deve ser considerado pela classe

trabalhadora apenas como um instrumento tático que será suprimido após a tomada do poder pelo proletariado.

Cabe destacar que, ao tratar a democracia como irremediavelmente burguesa, essa perspectiva desconsidera (ou não compreende) o fato de que, apesar de ser "geneticamente" funcional à constituição e ao desenvolvimento da sociedade burguesa, a democracia *moderna* revela-se – a partir de um dado patamar de evolução desta sociedade (aproximadamente em meados do século XIX) – contraditória à mesma; isto é, se a democracia (restrita no plano político) revela-se compatível com a ordem burguesa, não significa que esta compatibilidade seja estática e que a democracia política é incorporada pela burguesia como valor abstrato, haja vista que esta democracia (na condição de instrumento tático) torna-se para ela descartável na medida em que a extensão e a ampliação de instituições democráticas representam qualquer ameaça aos seus interesses de classe – ou seja, torna-se supérflua não como uma função da "vontade" da classe burguesa, mas como elemento posto pelas conjunturas históricas, determinadas pela interação das classes em seus conflitos <sup>72</sup>.

Buscando romper com a constante polarização anti-dialética (e anti-histórica) de tratamento da questão democrática através ou da sua *desqualificação* ou da sua *fetichização*, parto aqui do pressuposto de que a democracia

---

<sup>72</sup>Uma análise mais cuidadosa acerca da questão da democracia no interior da teoria política foi desenvolvida em Barboza (2024a; 2024b)

não deriva de um princípio ou projeto, nem mesmo representa um *valor em si* para uma determinada classe social, mas sim é um instrumento para a consecução dos interesses das classes, cujas relações para com a democracia são alteradas em consonância com a natureza desses interesses. Esta formulação fundamenta-se na compreensão da existência de uma *similitude analítica na divisão marxiana entre economia política clássica/economia vulgar e entre democracia/democracia vulgar*<sup>73</sup>. Ou seja, *a relação de Marx com a questão da democracia se dá no mesmo patamar que se realiza a sua relação com a economia política - a partir de uma superação crítica dos fundamentos que baseiam esses conceitos na sociedade capitalismo.*

No momento do capitalismo em formação, quando a pesquisa científica ainda era uma possibilidade, a compreensão das relações, processos e estruturas da democracia tal como ela se conformara até então – ou seja, a partir das referências das primeiras práticas que foram cunhadas sob a expressão grega que a definia como poder soberano ou governo (*krátos*) pelo povo (*demos*), considerado no seu sentido social – possibilitou a construção de uma forma de organização política que precisava negar o seu caráter democrático como maneira de garantir a dominação da elite burguesa. Ou seja, na necessidade científica de distinguir o capitalismo de qualquer outro sistema, a aceitação da democracia a partir da sua

---

<sup>73</sup> Sobre a construção do conceito de “*democracia vulgar*”, cf. Barboza (2014).

significação clássica (de participação política e o exercício do poder de amplos setores sociais) chocava-se com as pretensões das elites que emergiam como dominantes e com os objetivos do liberalismo clássico em articular um desenho institucional que não apenas permitisse à burguesia controlar o Estado, mas também salvaguardar o que ela entendia por direito do indivíduo: o direito do *indivíduo* na concepção liberal implica a negação dos direitos da maioria dos *indivíduos*.

Com a consolidação política e econômica da ordem burguesa – e com a ampliação das lutas entre as classes fundamentais burguesia e proletariado assumindo um patamar onde se torna impossível negar tão diretamente a participação das classes trabalhadoras no âmbito do poder político - foi necessária uma redefinição da democracia que passa a associá-la ao liberalismo e ao capitalismo retirando-a de seu conteúdo econômico e social. A negação científica teve de se transformar em assimilação descaracterizante, reduzindo a democracia ao seu caráter puramente formal: se a idéia de democracia como igualdade implicava a subversão da ordem burguesa, sua tradução através de mecanismos de liberdades jurídicas e constitucionais permitiu a inserção desta demanda nos princípios básicos do pensamento liberal, reduzindo a sua reivindicação à divisa estritamente “política”. Ao incorporar o significado da democracia aos bens políticos ainda toleráveis pelos seus interesses particulares, as classes dominantes dela se apropriaram e naturalizaram-na – assim como as teorias revolucionárias foram “domesticadas” pelas classes

dominantes inglesa, americana e francesa. Em outras palavras, quando o liberalismo e o capitalismo “incorporam” a democracia, só a incorporam na condição de que ela já nasça definida a partir de uma perspectiva “vulgar”.

Em outras palavras, assim como pode ser denominada de "vulgar" a economia que restringe o seu alcance à esfera da circulação, de forma analiticamente similar também pode ser denominada de “vulgar” a democracia que mutila do seu terreno político tanto as concretas condições de vida quanto as reais relações de poder que sobre esta estrutura se produzem. Com a consolidação da democracia burguesa (e a consolidação de seu caráter vulgar), formata-se uma comunidade política que é puramente a metamorfose do espaço da circulação: nela se deparam unicamente "cidadãos" sem consecutiva caracterização ou distinção; apenas compradores e vendedores de mercadorias que usufruem o “livre direito” de escolherem diferentes produtos políticos. Nestas condições, a democracia burguesa já nasce como uma “*democracia vulgar*”.

A consolidação deste caráter vulgar da democracia burguesa se amplifica com a assimilação do mercado político ao mercado econômico. Às vésperas da instauração da ditadura fascista na Itália, a apreensão com a turbulenta entrada das massas populares no cenário político e a impossibilidade de neutralizar de forma direta o sufrágio universal foi o estopim para que emergissem várias sugestões críticas à democracia, as quais propunham desde a adoção de medidas como o voto plural, o voto corporativo etc. (que, posteriormente, perderam

o seu sentido com a brutalidade do fascismo), até a denúncia do sistema proporcional. Foi neste cenário que emergiu a necessidade de impulsionar a dissociação entre cidadania ativa e passiva e de relacionar esta última tanto a requisitos de censo e de cultura, quanto a requisitos de um sistema eleitoral de segundo grau, de base profissional ou corporativa. Foi este processo que desaguou nas teorias minimalistas a cargo dos pensadores elitistas liberais, os quais, consolidando o caráter vulgar da democracia burguesa, apontavam para a impossibilidade de realização dos ideais de participação política direta diante da complexidade do mundo moderno, da incapacidade das massas (compreendidas ou como criaturas inertes e maleáveis, ou excitadas e desregradadas), e que redefiniram a democracia para o seu caráter “procedimental” por meio da qual é recolocada à serviço da conservação da ordem existente.

Cabe destacar que a questão das restrições democráticas se agravava no cenário clássico da construção das revoluções burguesas na medida em que o discurso liberal difundia-se através de uma forma auto-apologética que ocultava as tensões e contradições das reivindicações de igualdade e liberdade e seu estreito entrelaçamento com a justificação da escravidão e aniquilação dos povos coloniais. Constata-se que os países protagonistas das três primeiras revoluções liberais (Holanda, Inglaterra e Estados Unidos) não somente acumularam um ritmo radicalmente lento no próprio terreno histórico da emancipação política, como também são

os protagonistas de um estrito entrelaçamento entre as reivindicações de liberdade e a justificação da escravidão e aniquilação dos “bárbaros” nativos. Estas revoluções consagraram, nas palavras de Losurdo (2006), o autogoverno de uma sociedade civil constituída ou hegemonzada pelos proprietários de escravos, fortemente decididos a não tolerar interferências por parte do poder político central e da própria igreja. A exaltação da liberdade vem muitas vezes acompanhada com a assimilação dos trabalhadores assalariados a instrumentos de trabalho e com a teorização do despotismo e até da escravidão em detrimento dos povos coloniais, o que nos revela a imensa dificuldade de conciliar, nos marcos do liberalismo, a defesa das liberdades individuais com a realidade das relações políticas e sociais.

As contradições eram mais facilmente camufladas porque as diferentes formas de trabalho compulsório que sustentaram o processo de acumulação do capital foram transladadas do cenário da “liberdade” das metrópoles para o ambiente “indolente” e “selvagem” das colônias. O argumento de que os “povos bárbaros” coloniais eram incapazes de decidir pelo seu auto-governo serviram de substrato para que, no momento de redefinição da democracia nos marcos burgueses, a tradição liberal assimilasse os trabalhadores assalariados e os não-proprietários à “multidão criança” cuja extensão dos direitos políticos deveria ser neutralizada. Assim, sob os marcos liberais e nas “vias clássicas” de transformação capitalista, a democracia (vulgar) burguesa se propaga no oco.

Estas premissas nos ajudam a compreender que a imensa dificuldade de conciliar, nos marcos do liberalismo, a defesa das liberdades individuais com a realidade das relações políticas e sociais se torna cada vez mais expressiva e reveladora quando analisada a partir da particularidade do desenvolvimento das formações sociais consideradas “periféricas”, para onde o despotismo e a escravidão foram “empurrados” como forma de camuflagem das contradições inerentes ao liberalismo e ao capitalismo metropolitano.

Mais ainda, essa formulação nos ajuda a compreender que o conteúdo antidemocrático do liberalismo e a inerente dimensão vulgar da democracia associada à consolidação da revolução burguesa assume um caráter mais revelador da sua restritividade quando analisada na sua particularidade brasileira. As contradições da igualdade e da liberdade proclamadas pelo liberalismo se revelaram de forma mais clara na particularidade de nossa “via não clássica” de transformação capitalista, pois não havia mais um “cenário externo” para onde seriam transladadas e ocultadas as relações de “servidão perfeita” do trabalho compulsório. Ambas puderam andar livremente de “mãos dadas” e, durante um certo tempo, acompanhadas pela “servidão imperfeita” das diferentes formas de trabalho livre aqui desenvolvidas <sup>74</sup>. Ao

---

<sup>74</sup> Para exemplificar as argumentações dos pensadores liberais acerca da distinção entre “servidão perfeita” e “servidão imperfeita”, ver Locke (1983) e Grotius (2005).

compreender-se a forma como se realizou a transição do país para os marcos do capitalismo, percebe-se que este processo de transição formatou um elemento fundamental para a neutralização e controle dos surtos libertários e das reivindicações políticas: conformou-se, aqui, um cenário favorável para que o *conteúdo* antidemocrático do liberalismo se revelasse em condições sociais e econômicas propícias ao desenvolvimento do capitalismo sem que a justificação da manutenção da escravidão precisasse assumir *formas* ocultadoras e apologéticas.

Assim, a que se coloca como uma “redefinição” da noção de “democracia burguesa” no cenário brasileiro na verdade é a revelação de forma mais clara do conteúdo *vulgar* que é inerente à própria democracia burguesa. Na particularidade brasileira, o que ocorreu foi que a instituição de um autogoverno de uma sociedade civil constituída ou hegemônizada pelos proprietários de terras e escravos, fortemente decididos a não tolerar interferências no seu poder político, consolidou-se de maneira muito mais enraizada que nos marcos europeus. A velha oligarquia agrária, dos proprietários de terras e de escravos, foi, aqui uma das protagonistas da via não clássica de nossa transformação capitalista, modernizando-se recompondo-se economicamente, refazendo alianças para se manter no bloco de poder e influenciando decisivamente as bases conservadoras da dominação burguesa. Nestes marcos, a restrição da participação do poder político às forças populares assumia um

caráter, por parte das classes dominantes, de uma “sequência natural” para uma formação econômico-social cuja marca determinante, ao longo de mais de trezentos anos, era o elemento escravista. São estas condições que possibilitam que parte significativa da vida republicana no Brasil se configure como um contínuo reiterar de formas autocráticas de resolução do antagonismo de classe, “pinceladas” com alguns poucos interstícios democráticos pouco substantivos.

Considerando a particularidade da construção da “*democracia vulgar*” no processo da revolução burguesa no Brasil, este capítulo explicitará como estes elementos da história de longa duração que se constituem como determinações fundamentais da formação social brasileira e o caráter extremamente violento assumido pela luta de classes no país se vinculam ao atual processo de fascistização que envolve a ascensão do governo Bolsonaro e o fenômeno sociocultural e político do bolsonarismo.

## **2. Da *democracia vulgar* dos oligarcas à ditadura do grande capital: a neutralização dos “desordeiros” e “selvagens” na participação política**

O Estado primeiro-republicano brasileiro não hesitara em se valer, até as últimas forças, da violência física para imobilizar os “indesejáveis”. Neste cenário, a decretação do estado de sítio foi prática corrente de sucessivos presidentes que suprimiram as leis ordinárias e submeteram o país ao

regime de guerra sempre que encontraram oposição aos interesses que representavam - seja quando da luta pelo poder entre presidentes militares e parte da elite que necessitava da autonomia dos estados, seja quando da resposta oficial aos movimentos de trabalhadores. Podemos citar os exemplos de Floriano Peixoto, que suprime as liberdades públicas, inaugura a ditadura, inicia as violências pessoais, a guerra civil e as deportações; e de Epitácio Pessoa, que instaura a “lei de repressão do anarquismo”, considerando crime não só a prática de atos violentos como também “fazer a apologia dos delitos praticados contra a organização da sociedade”. Contra os setores populares que se organizavam para reduzir a exploração ou lutavam para avançar as conquistas democráticas, o arbítrio dos governantes foi a principal marca deste Estado oligárquico, marcando o período por uma infinidade de exemplos de brutalidade repressiva. A orientação declarada pelos governantes e apoiada por industriais e fazendeiros foi muito bem sintetizada pelo presidente Washington Luís, quando definiu a “questão social” (termo com o qual se designava o problema operário) como “caso de polícia”.

Muitos foram aqueles que padeceram com a violência desses grupos oligárquicos. Contra as movimentações dos seguidores de Antônio Conselheiro, no sertão de Canudos (na Bahia, 1893-1897) e dos seguidores de João Maria, no sertão de Contestado (no Paraná e em Santa Catarina, 1912-1916), as forças militares compostas por milhares de soldados do

Exército e das polícias estaduais combateram violentamente apresentando-as como se fossem inimigas da República. Conforme sinaliza Rodrigues (1982, p. 92), “nunca houve seguridade no sertão, mas sempre com sangue se manteve a segurança material. [...] os alicerces sociais se mancharam de sangue e com sangue se foi formando a consciência social e política”. Na ocasião da primeira greve geral que parou cerca de 50 mil trabalhadores da cidade de São Paulo, em 1917, o governo mobilizou tropas e navios de guerra para Santos, arrefecendo a onda grevista com uma repressão que se abateu fortemente sobre os dirigentes operários. Também fora na brutalidade repressiva a neutralização da greve de operários numa fábrica de sapatos no Rio de Janeiro (1902); do movimento grevista na Cia. Doca de Santos (1904); na greve de ferroviários paulistas (1906); na greve da Cia. Mogiana, em 1920, dos seringueiros na Amazônia, quando tentavam escapar da verdadeira escravização a que eram submetidos; na Revolta da Chibata (quando marinheiros negros e mulatos rebelaram-se contra o uso do chicote como instrumento de punição na Marinha) e assim por diante.

Uma ilustração perfeita desse cenário se revela quando utilizamos o exemplo de São Paulo: nas quatro primeiras décadas republicanas, o número de detenções por “comportamento desordeiro” foi quase três vezes maior do que as ocorridas na Londres do mesmo período. Os relatórios de secretários da Justiça e de chefes de Polícia da capital paulista no período revelam que 83,8% das prisões efetuadas entre

1892 e 1916 se deram por prática de crimes sem vítimas, como “embriaguez”, “desordem” e “vadiagem”. Tal número de detenções nessas categorias (da qual faziam parte também os “suspeitos” e os detidos para “averiguações”) elevava-se à medida que o aparato policial crescia *pari passu* com a preocupação com a ordem pública, fato sugestivo no terreno social de então (Fausto, 1984).

Mais elucidativo se torna este exemplo quando atenta-se para quem era enquadrado na categoria de “vadios” e “desordeiros” nas estatísticas de detenção. Na massa de “vadios” eram incluídos tanto os negros e mulatos sem ocupação que haviam sido deixados à própria sorte desde a Abolição e que permaneciam como objeto de preconceito racial, como também toda uma gama de “pobres livres” cujo trabalho era considerado “socialmente desnecessário”.

A luta diária pela vida impelia-os a improvisar vários tipos de afazeres, que flutuavam desde ocupações autônomas, bicos e subemprego temporário (que movimentavam a economia informal), até outras formas de sobrevivência, como o roubo, o jogo, a prostituição e a mendicância. Entre os “desordeiros”, enquadravam-se não somente “embriagados” e “briguentos” que “perturbavam” o espaço público, mas também, e em sua maioria, imigrantes, principalmente “anarquistas, socialistas, sindicalistas, grevistas, propagandistas anti-religiosos, anti- voto, feministas etc.”, dados estes facilmente comprovados se as pesquisas não se aterem apenas aos registros das autoridades policiais mas também a outras

fontes como os jornais, principalmente a imprensa operária (Silva, 1983, p. 212).

Assim, a vida social brasileira do período da Primeira República foi marcada pelo profundo traço do uso permanente, ilegal e impune do aparato repressivo para estancar o protesto dos espoliados, tirar de circulação a força de trabalho desnecessária e restaurar a ordem social nos moldes requeridos pelos interesses da classe dominante. Era a confirmação da transmutação, no Brasil, do recurso ideológico que se fez fortemente presente na Europa do século XIX, de justificação do domínio de “civilizados” sobre “primitivos”, de brancos sobre não-brancos, entre metrópoles e colônias, como subsídio para a justificação do domínio de ricos sobre pobres. A exploração econômica, a rudeza do aparato repressivo e a conformação de um simulacro de *democracia vulgar* amparada no exercício oligárquico do poder era justificada pelo efficientíssimo artifício ideológico domesticador que se articulou intimamente com o discurso “científico”. A disseminação de uma imagem de desqualificação das classes subalternas - que naturalizava a sua condição social e que se fez perdurar na cultura brasileira - realizava-se através de um eficiente deslizamento semântico, em que os termos emprestados da demonologia, que anteriormente definiram a natureza do povo insubordinado (Mello e Souza, 1993), foram substituídos para (apoiados na “ciência”) se adequarem melhor às novas condições conflitantes. *Negro* passou a significar *escravizado* (ou *ex-escravizado*), que equivalia a *trabalho subalterno*, que

equivalia a *inferior, dominado* (Ianni, 2004). E com a abolição e proclamação da República o *inferior, dominado* passou a significar *pobreza*, que passou a equivaler a *doença e sujeira*, que significava *degradação*, que equivalia a *imoralidade*, que passou a ser sinônimo de *subversão*.

Assim, sentimentos de revolta eram postos lado a lado com doenças físicas e hábitos tidos como “viciosos”, e todos encarados sob o mesmo rótulo de patologia. Nestes marcos, para a justificativa oficial das classes dominantes, não era a submissão à completa miséria que fazia o povo adoecer e infringir as leis ou a existência de uma injustiça real e revoltante que fazia o ativista político se rebelar. Era porque povo e rebeldes eram compostos de raças inferiores predispostas à doença física e mental, ao crime e à insubordinação. Na confluência da preocupação com o “caos social” e da tese da degeneração trazida pela mistura racial, Nina Rodrigues (2006) fala em “coletividades anormais” ao se referir aos lavradores paupérrimos de Canudos, e sustenta a tese de que os negros, indígenas e mestiços eram “raças inferiores”, de “mentalidade infantil”, que não conseguiriam ser responsáveis tanto quanto as raças superiores e por isso não poderiam ter o mesmo tratamento no Código Penal (Nina Rodrigues, 1894).

Adepto da crença na inferioridade das raças formadoras da nacionalidade brasileira e de seu povo mestiço, Sylvio Romero (1875) afirmava que o “o nulo desenvolvimento de nossas letras e a nenhuma originalidade do nosso gênio” explicava-se pelo fato de que o nascimento do povo brasileiro

provinha do consórcio “de velha população latina, bestamente atrasada, bestamente infecunda, e de selvagens africanos, estupidamente indolentes, estupidamente talhados para escravos [...] [e] rebelde[s] aos progressos intelectuais” (Romero, 1938, p. 75). Ao combater a democracia socialista concebendo-a como uma intervenção no processo de evolução social via classe operária, não se preocupa com a intervenção dos militares, nos momentos de crise política.

O forte racismo permeando a tese da “incapacidade” do povo reforçou a tese da “necessidade” de um Estado forte, sobrepondo-se e impondo-se aos interesses populares. Oliveira Vianna (1927; 1952) preconizava soluções autoritárias, privilegiando a organização e a atividade de um Estado forte, conferindo-lhe um papel preeminente, “civilizador”, capaz de subordinar o interesse privado ao social e controlar os efeitos destrutivos desencadeados com a Abolição. Esta sociedade civil débil e incapaz precisava ser tutelada, administrada por um poder estatal cada vez mais corporativo, dinâmico, modernizador.

Entre 1930 e 1937, o Brasil viveu uma fase de muitas incertezas e grande agitação política que culminaram na instauração de um novo tipo de Estado, marcado por extraordinária centralização do poder, implementando, com um discurso nacionalista, um “governo forte” cujo objetivo era transferir para si as bases de poder arraigadas nos regionalismos. A anterior Carta Magna era esfacelada pela “Aliança Liberal” que chegou ao poder com a “revolução de

1930”, instaurando uma situação de exceção autocrática. As fronteiras e a vulgarização do curto período de regime “democrático” efetivado nos anos 1930 se revela mais claramente após a “revolução constitucionalista” de 1932.

Mantém-se uma concepção de democracia e cidadania estreita e formal, que supõe como manifestação política adequada aquela que se dá dentro dos limites previstos no sistema legal, nas modalidades de participação internas aos mecanismos legais de representação, sobretudo a introdução do voto secreto e das mulheres e a criação de uma justiça eleitoral. A necessidade de se encontrar uma saída para os problemas conjunturais (a eliminação do poder das elites partidárias e regionais) somou-se à compreensão da necessidade de uma nova maneira de construir uma representação política considerada mais adequada ao caso nacional (partindo-se da premissa da fraqueza da sociedade e, conseqüentemente, da tendência à perversão da representação). A resolução de ambas as tarefas efetivava-se como um remédio plausível contra a ameaça do agravamento e da radicalização da luta de classes no país.

Com a instauração da ditadura de Vargas, em 1937, consolida-se o processo de transformação “pelo alto”. Como reação aos movimentos populares reais ou potenciais – os quais, após um longo período de recrudescimento do caráter repressivo, só conseguiram alcançar manifestações nos limites do “subversivismo esporádico e elementar” (Gramsci, 2002) – as classes dominantes reagiram e se empenharam em

“restaurações” que, em última instância, acolheram uma certa parcela das exigências provenientes “de baixo” e produziram importantes modificações na composição das classes, preparando o caminho para novas transformações reais. A defesa por parte do regime autoritário veio acompanhada, nos intelectuais do regime, por classificações do mesmo como “um novo tipo de democracia”, “adequada” às necessidades da sociedade brasileira: uma democracia sem povo, sem eleições e eleitores; pela via autoritária e elitista a partir do Estado centralizado, forte e personalizado, cuja “mão de ferro” saberia guiar os passos da nacionalidade para o engrandecimento do Brasil (Vianna, 1927; Campos, 1940; Amaral, 1941). Era o caráter extremamente dissimulado do simulacro da *democracia vulgar* liberal.

A neutralização violenta dos “subversivos” como forma de desmobilização e despolitização da classe trabalhadora prepara o terreno para a sustentação da concepção de “harmonia” e “integração” entre as classes sociais. A questão social passa a ser legitimada e reconhecida no interior do Estado, mas agora sob o disfarce da “dádiva”, do “favor” de uma elite governante “benevolente” capaz de antecipar as soluções necessárias para o bem-estar dos trabalhadores sem a necessidade de grandes confrontos. Assim, a legislação social como resultante de todo um histórico de lutas é travestido no discurso da “outorga” a um povo cuja predisposição ao “espírito pacífico” não abre espaço para empreitadas violentas em longos processos de lutas.

Tais argumentações nos trazem importantes chaves analíticas para pensarmos as fases posteriores de consolidação da *democracia vulgar* no cenário brasileiro. No período entre 1945 e 1964, com o alcance da fase denominada de industrialização pesada (principalmente entre 1956 e 1961), formata-se o cenário onde, segundo as formulações de Fernandes (1976), se completará a revolução burguesa e a constituição do capitalismo no Brasil. Esse é um processo de constituição simultânea das estruturas sociais e políticas da dominação e do poder burguês. Neste momento, constituem-se concomitantemente as bases materiais sobre as quais repousa o poder da burguesia, assim como as estruturas políticas - o Estado - através das quais a dominação e o poder burguês se expressarão como um poder unificado, como interesses especificamente de classe [que] podem ser universalizados, impostos por mediação do Estado a toda a comunidade nacional e tratados como se fossem interesses da Nação como um todo. (Fernandes, 1976, p. 14).

Este processo da industrialização brasileira, ainda que retardatário, está na base das pressões democráticas que, segundo Weffort (2003), as “classes populares” exercem sob o Estado no Brasil de 1945 a 1964, pressões estas referentes às possibilidades de ascensão socioeconômica e de consumo, desencadeadas com a migração campo-cidade em face do processo de urbanização e das péssimas condições de vida nas áreas rurais. Considerado por muitos como o período “efetivamente democrático”, esta democracia na verdade se

realizará sob as bases do auge do populismo como poder ideológico de Estado, garantindo a transição da hegemonia da burguesia cafeeira para a burguesia industrial. Durante os governos de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, a centralidade conferida ao desenvolvimento estava indissociavelmente vinculada à ordem capitalista, onde os setores financeiros operaram vultuosos e lucrativos empréstimos que aprofundaram a condição capitalista dependente vis-à-vis ao núcleo do capitalismo (Cardoso, 1978), processo este que se desenvolve num contexto de profundas contradições, conflitos e embates advindos do ajuste das frações burguesas locais ao capitalismo monopolista (Fernandes, 1981).

Como a pressão popular se dirige sobre a ampliação do consumo e da participação política, o desafio imposto à política populista é compatibilizar desenvolvimento econômico com desenvolvimento democrático, o que, nos marcos da experiência contraditória da formação social dessas classes populares e de consolidação do caráter vulgar da democracia, impulsiona uma conquista da cidadania (ou mais especificamente da igualdade de direito) que cria a possibilidade de que se manifeste a insatisfação perante a desigualdade, porém sem de fato eliminar esta desigualdade.

O “oco dentro do oco” dessa democracia que se efetiva no quadro brasileiro é tão revelador que, no momento de crise econômica e dissensos no bloco de poder sobre o direcionamento da sociedade, ela já havia configurado

novamente o cenário propício para que a vulgarização democrática servisse de antessala para o restabelecimento de um regime autocrático tão funcional aos interesses centrais do capitalismo: a acumulação desenfreada despreocupada em ter que arcar com a trágica tarefa democrática de incorporação das classes populares ao processo político. Mais além, o caráter de simulacro do simulacro desta *democracia vulgar* é tão funcional aos interesses das classes dominantes que, ao instaurarem a ditadura a partir de 1964 com o suporte da “doutrina de Segurança Nacional” e o apoio da “Marcha da Família com Deus pela liberdade”, os militares a invocam sobre o pretexto de “purificar a democracia de seus elementos subversivos”.

De acordo com Ianni (1981), a ditadura militar criou condições jurídico-políticas e econômicas sob as quais a taxa de mais-valia potencial passou a se realizar em taxas extraordinárias de mais-valia. A violência concentrada e organizada do poder estatal é transformada em técnica produtiva, e passa a atuar no sentido de garantir e reforçar a subordinação econômica e política da classe operária e do campesinato. Intensifica-se um processo singular de militarização do Estado e de Instituições paraestatais e privadas. Baseada na doutrina de “segurança e desenvolvimento”, instaura-se a regra de suspeição geral e difusa, sob a qual se acusa a sociedade civil de incompetente, amorfa, porém potencialmente perigosa e sujeita à “subversão e corrupção”. Essa imagem fascista da sociedade serviu de

justificativa para a conformação de um Estado forte, abrangente e repressivo, capaz de se precaver contra os subalternos e subordinados (ou seja, o conjunto das categorias sociais que não se encontravam dentro do bloco do poder). Subordinado totalmente ao Poder Executivo, o conjunto do aparelho estatal é transformado numa máquina civil–militar–policia; uma instituição autossuficiente e todo–poderosa que, ao mesmo tempo em que oprimia o trabalhador, paralelamente imputava políticas que atendiam aos interesses particulares do grande capital financeiro e monopolista (Ianni, 1981)

### **3. A “Nova República” entra em cena: neoliberalismo e social-liberalismo consolidando uma nova etapa da democracia vulgar**

A troca da ditadura por um governo de "conciliação conservadora" se tornou o desdobramento mais conveniente às elites econômicas, culturais e políticas das classes dominantes, traduzindo perfeitamente o que estas são capazes de fazer no plano das atividades políticas esterilizadas e sem risco: a mistificação de uma montagem política e ideológica bizarra batizada de “Nova República”, alardeada como uma “vitória do Povo na luta pela democracia!”. Os militares e civis comprometidos com a “transição lenta, gradual e segura” desfrutaram de uma grande vitória que não se resumiu à sua capacidade de determinação, através de um pacto político, do

sucessor e das condições políticas desta “transição” via colégio eleitoral. O desígnio mais importante e essencial para apaziguar o temor destes extratos era a neutralização da possibilidade de uma transferência de poder com uma acelerada acumulação de forças políticas das classes subalternas (Fernandes, 1981).

A transição entre o final da década de 1980 e o início da década seguinte se formata num amplo processo regressivo pautado nos postulados do receituário neoliberal. Se as lutas sociais empenhadas na necessidade de profundas transformações no direcionamento político-econômico do país conseguiram alcançar algumas conquistas na Carta Constitucional de 1988, estas foram violentamente atacadas pelas forças da sociedade alinhadas às diretrizes das agências multilaterais encarregadas de tomar as decisões estratégicas do capital. Passa-se a exercer uma pressão para a redefinição das funções do Estado, abolindo o seu controle sobre o movimento do capital e as condições de utilização da força de trabalho, e retirando as suas obrigações de proteção e garantia das políticas sociais públicas para que as suas atividades no campo econômico e social pudessem ser entregues aos negócios privados. A guinada rumo a esse conjunto de contrarreformas neoliberais – centradas fundamentalmente nas políticas de ajustes, privatização, desregulamentação e flexibilização das leis trabalhistas – inicia-se a partir de 1990, com as gestões de Fernando Collor de Mello e Itamar Franco, e se consolidam e se intensificam, em forma e substância, nas duas gestões de

Fernando Henrique Cardoso (1995–2002).

A crescente radicalização da questão social e a refração do Estado no enfrentamento da mesma, a privatização no atendimento das necessidades sociais das grandes majorias, o crescimento das organizações não governamentais e a precarização do emprego foram as principais marcas da “onda neoliberal” que assolou o país. As já precárias condições sociais da grande maioria da população se agravaram de forma crescente com as irreparáveis perdas sofridas pelas políticas sociais universais, como Previdência, Saúde, Assistência e Educação Básica. Para que o capital pudesse garantir sua reprodução e ampliação em tempos de (des)ajustes neoliberais, a ascensão de um violento processo de criminalização em direção às classes subalternas tornou-se um aspecto orgânico da sua política de controle social, reciclando-se a noção de “classes perigosas” sujeitas à repressão e extinção. Tratar a luta pelos direitos sociais como “delitos” e os sujeitos sociais envolvidos nessas lutas como “delinquentes” ou “vândalos” se conformou como a principal ação cultural presente no núcleo desse processo de criminalização dos movimentos populares/sociais (Korol, 2008).

Tais formulações nos auxiliam a compreender e levantar novas questões acerca do período de consolidação de uma *democracia vulgar* em que, pressionados pelo recrudescimento das lutas sociais antissistêmicas derivadas da crise das políticas neoliberais de primeira geração, os setores dominantes abertos à revisão do Consenso de Washington

conseguiram atrair para o seu bloco de poder importantes setores de seus antagonistas, conformando um processo transformista que contribuirá para formatar a chegada do Partido dos Trabalhadores à presidência da República em 2003. Abre-se uma era de conciliação de iniciativas aparentemente contraditórias: as diretrizes do receituário liberal e a pauta desenvolvimentista. Através da mediação do mercado e do crescimento econômico induzido pelo Estado, o governo atendeu algumas das reivindicações das classes subalternas, ao mesmo tempo em que assegurou as exigências das classes dominantes. Na primeira etapa do governo Lula, por exemplo, ao mesmo tempo em que expandia-se a assistência social e aumentava-se o salário mínimo (concomitantemente com a expansão do crédito ao consumidor e dos empréstimos populares), realizava-se as contrarreformas da educação e da previdência. Nas análises de Braga,

O governo Lula apoia-se em uma forma de hegemonia produzida por uma revolução passiva empreendida na semiperiferia capitalista que conseguiu desmobilizar os movimentos sociais ao integrá-los à gestão burocrática do aparato de Estado em nome da aparente realização das bandeiras históricas desses mesmos movimentos, que passaram a consentir ativamente com a mais desavergonhada exploração dirigida pelo regime de acumulação financeiro globalizado (Braga, 2010, p.14).

Consolida-se um novo formato do caráter extremo da vulgaridade democrática do simulacro brasileiro: construir um Brasil mais democrático e passível de erradicar a pobreza se traduz na capacidade de impulsionar as camadas mais subalternizadas à órbita do mercado, na potencialização do consumo, fórmula esta amplamente difundida nos diversos momentos de campanha eleitoral que garantiram a (re)eleição dos governos Lula e Dilma.

Constitui-se, assim, conforme nos esclarece Oliveira (2010), um processo de “hegemonia às avessas”, um novo movimento constitutivo da hegemonia das classes dominantes, desenvolvido com as armas da despolitização em prol da conservação dos seus interesses. Coutinho (2010b), dialoga com tal formulação afirmando que este movimento que comporta a convivência com os novos movimentos sociais e com algumas das reivindicações de necessidades sociais (como o acesso à renda e ao consumo) formatava uma outra pedagogia: a da *socialização da sociedade brasileira* em que as demandas dos “de baixo” são atendidas no âmbito da “pequena política”, como meio de situar a “grande política”. De acordo com as argumentações de Ana Elizabete Mota (2010),

Se do ponto de vista estas medidas minimizam e reduzem as condições de pobreza e viabilizam o acesso mercantil a bens e serviços, por outro lado, elas explicitam no plano prático, político e teórico, que não há qualquer indício de redução das desigualdades, se a definimos sob a ótica das disparidades das rendas do trabalho e dos

lucros, juros, renda da terra, aluguéis e outros rendimentos do capital. [...] a partir do governo Lula da Silva, o atendimento de parte das reivindicações e necessidades das classes subalternizadas se fez afastando-se dos referenciais classistas de socialização da riqueza socialmente produzida. Por isso, as respostas à luta social e histórica contra a miséria e a desigualdade social se deram com estratégias que negam o antagonismo das classes, obtendo, assim, o consentimento ativo e passivo de grande parte dos “trabalhadores” e do “lumpem” (Mota, 2010, p. 36-37).

Além dessas aproximações com as propostas neoliberais anteriormente implementadas, os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff, com suas pequenas diferenças, não alteraram significativamente os propósitos do governo FHC no tocante aos programas preocupados com a garantia da “Lei e da Ordem”. A adaptação à tática eleitoral “a qualquer custo” e a opção por grandes (e díspares) coalizões e coligações (que englobam de setores da esquerda à direita) contribuiu, por um lado, para a dissimulação dos conflitos de classe e, por outro, para a manutenção da estratégia de criminalização das lutas sociais, dos movimentos sociais e suas lideranças, abrindo portas para uma retomada das velhas práticas dos setores mais conservadores no país no tocante à neutralização das reivindicações dos diferentes extratos da classe trabalhadora. Dois exemplos são paradigmáticos. Sob a justificativa da necessidade de políticas de segurança para a realização dos

megaeventos desportivos que ocorreriam no país (Copa do Mundo e Olimpíadas) o Governo Dilma Rousseff implementa medidas de fortalecimento e maior integração das instituições de segurança (Forças Armadas, Polícia Federal e polícias estaduais). Com a instituição da Operação Garantia da Lei e da Ordem (Op GLO), em 2013, autoriza-se o uso das Forças Armadas como forças de segurança pública na ocorrência de situações onde haja uma “presunção de perturbação da ordem”. Três anos depois, o mesmo governo Dilma enviou ao Congresso, trabalhou para aprovação e sancionou o projeto de lei 13.260/2016 que tipifica o terrorismo no país. O conteúdo fascista da denominada Lei Antiterrorismo foi denunciado em amplos protestos de entidades de direitos humanos e da sociedade civil e foi rejeitada por parte da própria bancada do PT, o que exigiu, ao então governo, fazer alianças com políticos do DEM e do PSDB para que fosse possível aprovar a mesma tanto na Câmara quanto no Senado (Barboza; Andrade, 2020).

O período de 2013 a 2016 foi extremamente turbulento: grandes manifestações de rua explodiram, trazendo uma diversidade de temas e problemas. A pauta colocada pelas elites e seus aparelhos privados de hegemonia, classificando a radicalização das manifestações como uma exacerbação de “selvageria”, “banditismo” e “vandalismo”, retoma a dialética do povo desordeiro-selvagem/passivo apolítico que fundamenta a via repressiva de contenção das reivindicações populares como forma de manutenção do *status quo* e garantia de funcionamento da “*democracia vulgar*”. É importante

considerar que, se a repressão aos jovens e a prepotência dos governantes funcionaram como um catalisador das contradições que germinavam sob a aparência de que tudo era “divino e maravilhoso” em nosso país, quando as contradições explodiram acabaram se expressando numa multifacetada manifestação de elementos de bom senso contra a ordem ao lado de rerepresentações de conteúdos conservadores e mesmo preocupantes do senso comum - como o nacionalismo exacerbado, o antipartidarismo, a retomada da extrema-direita.

São essas conjunturas de crises (não somente econômica, mas também com seus componentes políticos e ideológicos) que possibilitam a germinação e o desenvolvimento das diversas formas e expressões de ideologias, movimentos, governos e líderes políticos de extrema direita, seja de teor fascista ou não, devido a incapacidade estrutural do capitalismo incorporar os interesses dos “de baixo”; ou seja, emergem como a resposta decorrente “[...] do conflito, cada vez mais agudo, entre capitalismo e democracia, ao mesmo tempo em que expressa a crise do Estado nacional colocado em “xeque” pela mundialização do capital”. As crises econômicas se universalizaram em todo mundo e a instabilidade gerou um “sentimento de insegurança, raiva e ódio difuso, fobias de todos os tipos, ressentimentos com relação a algum ou alguns ‘outros’” (Filgueiras; Druck, 2019, n/p.). Conforme já sinalizara Octavio Ianni (1998), sob o neoliberalismo se recriam e se favorecem as condições e ingredientes do nazifascismo. A fábrica de tensões, fragmentações e contradições construídas e

agravadas pelas ideologias e práticas do neoliberalismo – na qual se “produzem e reproduzem os grupos e as classes subalternas, as subclasses, o desemprego estrutural, o pauperismo e a lumpenização” – é a mesma fábrica de tensões, fragmentações e contradições na qual se produzem e se generalizam as ideologias, organizações e as práticas nazifascistas. Daí “[...] as reivindicações, os protestos e as lutas sociais, com frequência mesclados de etnicismos, xenofobias, racismos, sexismos, fundamentalismos e outras expressões das desigualdades sociais multiplicadas pelo mundo afora” (Ianni, 1998, p. 113). Na mesma direção, Poulantzas (1972) já havia nos alertado que tais crises, que podem conduzir e desaguar em diferentes formas de Estado de Exceção, nascem do aprofundamento e da exacerbação das contradições internas entre as classes e frações de classe dominantes.

Sabemos que, durante a ditadura militar, realizou-se largamente a articulação do aparelho estatal com a grande burguesia financeira sem que essa precisasse necessariamente fazer-se presente no exercício do governo - que ficou à encargo dos representantes da caserna (Ianni, 1981). Por outro lado, ao analisarmos o cenário onde os governos ditos progressistas apostaram na governabilidade via estratégia democrático-popular amparada pela “conciliação de classes”, podemos afirmar que tal condição apontou para um estágio de consolidação da “*democracia vulgar*” que, ao fermentar o cenário de organização (ou desorganização) social e política, se conformou como uma antessala que possibilitava a emergência

de um novo período autocrático de organização política que potencializaria o atendimento às exigências do desenvolvimento do capital financeiro e monopolista sem que necessariamente fosse instaurado um regime ditatorial nos seus moldes “clássicos”.

Esse novo estágio de consolidação da “*democracia vulgar*” se abre após o golpe institucional-jurídico-parlamentar-midiático que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, em 2016, retomando um intenso período de restauração do neoliberalismo ortodoxo com Michel Temer (PMDB). A despeito do seu alto índice de impopularidade registrado nas enquetes (a mais alta rejeição desde a instauração da “Nova República”), Temer conseguiu aprovar uma série de medidas de caráter antipopular, ancorado no expressivo apoio político que obteve a partir da construção de uma forte base parlamentar. A aplicação radical da plataforma neoliberal gerou a resistência dos movimentos sociais e partidos de esquerda que resultou em grandes mobilizações de massa e no chamamento de duas greves gerais. Mediante o crescimento das reivindicações populares, Michel Temer reage elevando o patamar autoritário da política de manutenção da “Lei e da Ordem”, reprimindo violentamente as manifestações e mobilizando os militares para o controle do conflito político e para a garantia da segurança pública. A intensificação da perspectiva repressiva se formata com a utilização do decreto presidencial que determinou a intervenção federal na área de segurança pública do estado do Rio de Janeiro, em fevereiro de

2018 (com validade até final do mesmo ano), quando a segurança pública fluminense deixou de ser coordenada pelo poder estadual e passou para a gestão federal, sob o comando de um interventor militar (Barboza; Andrade, 2020).

Apesar da crença dos diferentes setores do capital de que o governo Temer conseguiria alcançar a recuperação da economia e reestabelecer a acumulação - pois seguia a ortodoxia nas políticas econômicas e executava algumas contrarreformas institucionais ditas como necessárias (trabalhista e teto de gastos) - tais objetivos de crescimento não foram cumpridos conforme almejado. Os níveis trágicos que afetavam os indicadores sociais fermentaram uma forte crise econômica, política e institucional que gerou um cenário de altos níveis de desemprego, insegurança e instabilidade.

#### **4. O definhamento da *democracia vulgar* como antessala para o “processo de fascistização”: a nova roupagem dos elementos de longa duração**

A consequência mais deletéria da crise aberta após o golpe institucional-jurídico-parlamentar-midiático que destituiu a presidenta em 2016 foi a emersão e o reforço dos traços mais regressistas da nossa herança histórica, sob novas roupagens. Num terreno onde o processo político foi pautado pela necessidade de reestabelecimento das taxas de lucratividade através da combinação entre ortodoxia liberal e reforço das intervenções antidemocráticas e antipopulares, ganha força a

crítica “antissistêmica” a partir do viés antipolítico, anticomunista e conservador-cristão. O terreno estava adubado para a ascensão de uma candidatura de extrema-direita.

Assentada no mantra do combate à corrupção e à ineficiência do Estado, combinado com a defesa da ditadura militar e o ataque odioso a todos os setores da esquerda; impulsionando, sob a vestimenta do fundamentalismo religioso cristão, uma pauta sócio-cultural- educacional moralista, com a disseminação de práticas punitivistas, de ataques aos direitos humanos, de discursos racistas, machistas, misóginos e lgbtfóbicos; e se valendo de uma forte manipulação da informação e de um culto ao negacionismo histórico e ao desprezo a qualquer pensamento científico e progressista, a extrema-direita tomou o Planalto para aplicar o programa ultraliberal com Bolsonaro e Paulo Guedes, e elevar a um novo patamar a escalada autocrática aprofundada após o golpe de 2016 e o processo de criminalização dos movimentos sociais e populares. Esse processo fermentado significativamente ao longo do período do governo Temer até se materializar na expressão da vitória política de Jair Bolsonaro, em 2018, reacendeu os traços mais reacionários historicamente presentes nas elites, com o agravante da extrema capacidade de enraizamento desses traços em camadas significativas das classes trabalhadoras.

Como resposta às insatisfações de vários setores da sociedade em relação ao agravamento da crise

socioeconômica e à profunda crise do sistema de representação política, o Estado que se construiu a partir da eleição do ex-capitão do exército, num processo de “renovação-restauração”, combinou substantivas violações do liberalismo político com a preservação parcial de alguns de seus elementos formais, de forma a se adequar – de modo subordinado – a uma estrutura autocrática de poder que impedia o livre exercício da soberania popular através de significativas restrições à competição política (Martins, 2018).

Através de Emendas Constitucionais, Medidas Provisórias, Decretos, leis e outros subterfúgios administrativos, aprofundou-se a reconfiguração do formato constitucional e institucional do Executivo que se moldou através de um aparelhamento do conjunto do Estado, resolvendo os problemas nacionais através da violência política, onde os órgãos de controle, de informação, de repressão e de violência estatal foram “submetidos à retomada das práticas de mando ditatoriais” (Fontes, 2019, n/p.).

Para compreendermos a dimensão da realidade que vivenciamos no período presente, as ameaças que vêm se construindo e as ações possíveis para combatê-las, é preciso distinguirmos fascismo e fascistização. Conforme nos explicita Bezerra (2019), a fascistização pode ser compreendida como um processo que, de forma constante e progressiva, reifica diferentes ações políticas e jurídicas e manifestações ideológicas que ratificam as táticas e ou princípios políticos, organizativos e filosóficos do fascismo clássico, sem que

necessariamente este processo tenha correspondência ou se associe a todas as dimensões do fascismo.

Importantes analistas da experiência do fascismo em seus moldes “originais” explicitaram que o fenômeno do fascismo não surge apenas de uma crise conjuntural. O seu nascimento e desenvolvimento é derivado (e favorecido) por alguns elementos da história de longa duração das respectivas particularidades das formações sociais onde ele se instaurou – como, por exemplo, o tardio processo de unificação da Alemanha e da Itália, a posição intermediária desses países na cadeia imperialista, o peso de instituições e ideologia feudais remanescentes (a Prússia, o Mezzogiorno) - dentre outras determinações (Togliatti, 1978; Poulantzas, 1972).

Gramsci também se esforçou em demonstrar como o fascismo se associava com a profunda decomposição da sociedade italiana e o caráter “semibárbaro” e “extremamente violento” assumido pela luta de classe no país. Ou seja, a violência entranhada nesta sociedade foi um elemento social de longa duração fundamental para a compreensão do surgimento do fascismo na Itália, que, ao se apresentar como antipartido, prometia a impunidade e abria as portas para todos os candidatos, permitindo que “[...] uma multidão informe cobrisse com um verniz de idealismo político vago e nebuloso o transbordamento selvagem das paixões, dos ódios, dos desejos” (Gramsci, 2004, II, p. 57)<sup>75</sup>.

---

<sup>75</sup> “O fascismo tornou-se assim uma expressão de nossos costumes, identificando-se com a psicologia bárbara e antissocial de alguns estratos

Togliatti (1978) e Poulantzas (1972) afirmam que o fascismo não se configura como um fenômeno limitado ao século XX (principalmente entre as décadas de 1920 a 1940) ou geograficamente confinado a duas formações sociais europeias, pois o mesmo pode assumir novas roupagens em outros contextos. Ou seja, o fascismo não deve ser considerado como algo fixo, um esquema ou um modelo, mas sim como algo em desenvolvimento, como consequência de uma série de relações econômicas e políticas reais, resultantes de fatores reais, da situação econômica, da luta de massas. Poulantzas (1972) adensa este raciocínio sobre a possibilidade de ascensão e consolidação do fascismo em diferentes épocas históricas a partir da sua proposta de periodização política do processo de fascistização. Partindo dos casos concretos de constituição do fascismo como forma de regime na Alemanha e Itália, Poulantzas observa certa dinâmica política que se desenvolve

---

do povo italiano, ainda não modificados por uma nova tradição, pela escola, pela convivência em um Estado bem organizado e bem administrado. Para compreender todo o significado destas afirmações, basta recordar que a Itália tinha o primado em homicídios e linchamentos; que a Itália é o país onde as mães educam os filhos com golpes de tamanco na cabeça, o país onde as jovens gerações são menos respeitadas e protegidas; que, em algumas regiões italianas, parecia natural, até poucos anos atrás, pôr uma focinheira nos vindimeiros para que não comessem as uvas; que, em algumas regiões, os proprietários trancavam a chave os seus trabalhadores nos estábulos, quando estes voltavam do trabalho, a fim de impedi-los de reunir-se e de frequentar as escolas noturnas” (Gramsci, 2004, II, p. 57).

por meio de algumas etapas, abordando as diferentes dimensões do processo político e sua conexão com as lutas travadas entre as classes e frações de classe.

Por sua vez, Florestan Fernandes (1981) afirma a necessidade de não se negligenciar outras formas de fascismo existentes, de menor refinamento ideológico, mas que se baseia fundamentalmente na monopolização de classe do poder estatal e em uma modalidade de “totalitarismo de classe”. No cenário de desenvolvimento capitalista associado e dependente latino-americano, um dos processos políticos importantes que podem ser observados é o uso estratégico do espaço político sendo organizado e dirigido para ajustar o Estado e o governo a uma concepção nitidamente totalitária de utilização do poder, projetando-os a uma tendência intensa e permanente de fascistização em todos os níveis das funções e dos processos de decisão em estejam envolvidos. Nestes marcos, o totalitarismo de classe produz o seu próprio tipo de fascismo que, ao invés de ser sistemático e concentrado, configura-se como difuso e fluido, e que, mesmo possuindo um nexa especificamente político *dentro do Estado e do Governo*, consegue impregnar socialmente todas as estruturas de poder *no interior da sociedade*.

Apesar de ter sua base nos movimentos de massa, o autor ressalta que foi após ter sido politicamente apoderado pela burguesia ou por uma de suas frações que este movimento conseguiu se consolidar no poder, tendo a finalidade de superar a crise política e implementar “um governo

antidemocrático, antioperário e antipopular” (Boito Jr., 2019a, n/p). Para o autor, o fascismo é uma forma de Estado, assim como “a democracia burguesa ou a ditadura militar” (Boito Jr., 2019b, n/p). Nessa linha, compreende-se que, ante ao Estado fascista, existem distintas formas políticas econômicas que podem ser assumidas. Isto é, o Estado fascista pode ser nacionalista, entreguista, intervencionista ou neoliberal, e que serão tais políticas que retratarão “composições e arranjos dos blocos no poder vigente”, o que nos torna compreensível a possibilidade da emergência do fascismo no atual século.

Partindo desta premissa, é importante compreender e levantar algumas questões acerca do processo de fascistização que se aprofunda, fundamentalmente, entre os anos de 2016 e 2022. O desfecho político derivado da complexa conjuntura recente do país – que envolve a experiência petista de governos de conciliação de classe, o golpe de 2016 e a ascensão do governo Bolsonaro – cimentou um conjunto de transformações estruturais que fez emergir significativas determinações na composição das forças sociais em luta no cenário brasileiro. O novo momento de renovação/restauração possui um nível de eficiência no plano político e ideológico que foi capaz de conformar importantes mecanismos norteadores de subalternidade política, os quais, a partir de uma forma particular de articulação entre coerção e consenso, inseriram o conjunto das classes subalternas no processo de instauração de uma nova fase de hegemonia do capital.

A ascensão do Governo Bolsonaro (instância mais

institucional de representação) e do fenômeno do Bolsonarismo (que é a célula mais pulsante que busca sempre uma ativação da radicalização, onde convergem diferentes agrupamentos e tendências que expressam as ideias de uma extrema direita que transcende ao governo em si) não podem ser explicados de forma reducionista (e reconfortante) como uma mera adaptação e reprodução de uma agenda política global, como uma mera expressão de um fenômeno que ocorre em outros países, como Polônia, Hungria e, sobretudo, o caso do “trumpismo” nos EUA. A potencialização do fenômeno do bolsonarismo e a consolidação de Jair Bolsonaro no Poder precisam ser analisados em sua interação internacional/global, mas também a partir da sua composição local/nacional, isto é, a composição social e a formação do caldo político e cultural que tornou essa experiência possível.

O fenômeno sociocultural e político do bolsonarismo está vinculado ao conjunto de práticas e representações de longa duração que se constituem como determinações fundamentais da formação social e histórica brasileira em suas distintas regiões, e que concorreram, de formas variadas, para a formação do quadro histórico que favoreceu o desenvolvimento do atual processo de fascistização da sociedade brasileira. Esta vinculação não se constitui como um mero produto ou subproduto das nossas arcaicas estruturas de poder, mas através de um processo de modernização que as relacionam com os interesses do grande capital e seus representantes no atual estágio de acumulação capitalista. Este

conjunto de práticas e representações de longa duração pode ser caracterizado pelo longo, recente e brutal passado escravista; pelos processos de transições políticas “pelo alto” (como os casos de 1888/89, 1930, 1937, 1964 e 1985); pela tradição do pensamento autoritário e autocrático, sob o qual se construiu formas, organizações e uma mentalidade política que alimentou a ideia da formação de uma identidade nacional fundamentalmente anticomunista e bastante elitista que nunca poupou esforços em atacar de forma cruenta os movimentos sociais e organizações da classe trabalhadora; além do caráter extremamente instável da nossa “*democracia vulgar*”, cuja mais recente expressão de um governo democrático-popular fermentou um cenário de desorganização e desmobilização política pautados na construção de um consentimento ativo e passivo de grande parte da classe trabalhadora.

Concordamos com a hipótese de que, durante os anos de governo Bolsonaro, se fez presente uma ideologia neofascista, um movimento neofascista e um governo no qual os neofascistas disputaram a hegemonia com um grupo militar preso a um autoritarismo mais propenso a outro tipo de ditadura; todavia, não foi alcançada a efetivação de um regime político fascista, pois o que se configurou no país foi “uma democracia burguesa deteriorada e em crise” (Boito Jr., 2019a, n/p); ou melhor, um aprofundamento do caráter mais deletério da *democracia vulgar* brasileira. Mas acreditamos que este projeto momentaneamente inconcluso da extrema direita não

necessariamente significa o encerramento do processo de fascistização que se potencializou na sociedade brasileira ao longo dos últimos anos, mesmo com a atual retomada vitoriosa de uma perspectiva política tida como progressista no cenário eleitoral.

Neste sentido, torna-se crucial compreender qual foi o patamar alcançado pela intensificação do processo de destruição dos direitos da classe trabalhadora no Brasil após a combinação entre estratégias ultraliberais e ideologia fascista, e quais as consequências desse processo no nível da organização (ou desorganização) social e política, principalmente no tocante ao recrudescimento da polarização na sociedade entre projetos democráticos progressistas e projetos ultraliberais/fascistas. Esta compreensão trará elementos fundamentais para avaliarmos quais os perigos (e possibilidades) desse atual estágio de retomada do simulacro *de democracia vulgar* que se abre em 2023. A depender de quais setores serão fortalecidos no âmbito da atual correlação de forças, e da lentidão (ou ausência) na radicalização dos elementos democráticos mais radicais por parte do atual governo, este período de “democracia vulgar” que se reabre pode vir a se conformar como uma antessala para um posterior cenário autocrático de organização política que potencializará as perspectivas fascistas que se mantém em fermentação, atendendo assim, de forma mais brutal, às necessidades de acumulação do capital.

## Referências

AMARAL, A. Realismo político e democracia. In: ANDRADE, A. de. (Org.). **O pensamento político do presidente**. Separata de artigos e editoriais dos 25 primeiros números da Revista Cultura Política. Rio de Janeiro: DIP, 1943.

BARBOZA, D. R. **A construção da democracia (vulgar) no processo da revolução burguesa no Brasil**. 2014. 566 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014

BARBOZA, D. R. **Democracia e teoria política**: do poder do demos grego à revolução proletária. Uberlândia: Navegando Publicações, 2024a.

BARBOZA, D. R. **Gramsci e a democracia radical**: elementos para a construção da sociedade (auto)regulada. Uberlândia: Navegando Publicações, 2024b.

BARBOZA, D. R.; ANDRADE, C. As particularidades do Estado na formação social brasileira: a reiteração da via repressiva de contenção das reivindicações populares. In: BARBOZA, D. R.; BOTELHO, J. (Org.). **Lutas sociais e ofensiva do capital no Brasil contemporâneo**: desafios e estratégias de organização da classe trabalhadora. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, v. 1, p. 295-331. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-lutas-sociais-e-ofensiva-do-capita> acesso em: 12 abr. 2022

BEZERRA, F. O atentado e a fascistização da sociedade. **PCB**. Dez. 2019. Disponível em. <<https://pcb.org.br/portal2/24595>>. Acesso em: mai. 2022

BOITO JR., A. O neofascismo já é realidade no Brasil. **Brasil de fato**. São Paulo. Mar. 2019a. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/2019/03/19/artigo-or-o-neofascismo-ja-e-realidade-no-brasil>>. Acesso em: mai 2022.

BOITO JR., A. A questão do fascismo no governo Bolsonaro. **Brasil de Fato**. Jan. de 2019b. <<http://www.brasildefato.com.br/2019/01/10/artigo-or-a-questao-do-fascismo-no-governo-bolsonaro>>. Acesso em: mai. 2022

BRAGA, R. Homenagem. In: BRAGA, R.; OLIVEIRA, F. de; RIZEK, C. (orgs.). **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010, p.15-18.

CAMPOS, F. **O Estado nacional**: sua estrutura, seu conteúdo ideológico. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

- CARDOSO, M. L. **Ideologia do desenvolvimento, Brasil**: JK-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FAUSTO, B. **Crime e cotidiano**. A criminalidade em São Paulo (1890-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- FERNANDES, F. **Poder e contrapoder na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- FILGUEIRAS, L.; DRUCK, G. Para entender a conjuntura: neoliberalismo, neofascismo e burguesia no Brasil. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/para-entender-a-conjuntura-neoliberalismo-neofascismo-e-burguesia-no-brasil/>. Acesso em: 2 maio 2022.
- FONTES, V. O profascismo – arranjo institucional e policialização da existência. **Revista eletrônica Marxismo 21**, 2019. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2017/05/Virg%C3%ADnia-Fontes--O-protofascismo-%E2%80%93-arranjo-institucional-e-policializa%C3%A7%C3%A3o-da-exist%C3%Aancia.pdf> . Acesso em: 18 mar 2022.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 6 v.
- GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. 2 v
- GROTIUS, H. **O direito da guerra e da paz**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.
- IANNI, O. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1981.
- IANNI, O. Neoliberalismo e nazi-fascismo. **Crítica Marxista**, São Paulo, Xamã, v.1, n.7, 1998, p.112-120.
- IANNI, O. “Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira”. In: IANNI, O. (org). **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante**. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p.15-73
- KOROL, C. Criminalização dos Movimentos Sociais na América Latina. **Revista da Associação dos Docentes da UFF – Classe**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 10–13, out/nov/dez. 2008
- LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- LOSURDO, D. **Contra-história do liberalismo**. São Paulo: Ideias & Letras, 2006.
- MARTINS, C. E. Escalada fascista no Brasil: as tarefas do campo popular e democrático. **Blog da Boitempo**. 09 out. 2018. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2018/10/09/a-escalada-fascista-no-brasil-as-tarefas-do-campo-popular-e-democratico/> . Acesso em: 18 mar. 2022.

MELLO E SOUZA, L. de. Tensões sociais em Minas na segunda metade do século XVIII. In: NOVAES, Adauto (org.). **Tempo e história**. São Paulo: Cia das Letras/ Secretaria Municipal de Cultura, 1993.

MOTA, A. E. “Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro”, in: MOTA, A. E (org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012, p. 29-45.

NINA RODRIGUES, R. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Salvador: Imprensa Popular, 1894.

NINA RODRIGUES, R. **Coletividades anormais**. Brasília: Senado Federal, 2006.

OLIVEIRA, F. de. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, F. de; BRAGA, R.; RIZEK, C. (orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010, p.21-27.

POULANTZAS, N. **Fascismo e ditadura**. Porto: Portocalense Editora, 1972.

RODRIGUES, J. H. **Conciliação e reforma no Brasil**. Um desafio histórico-cultural. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982

ROMERO, S. O caráter nacional e as origens do povo brasileiro, 1871. In: ROMERO, S. **Etnologia selvagem**, Recife: [S. n.], 1875.

ROMERO, S. A literatura brasileira e a crítica moderna. In: MENDONÇA, C. S. de. **Silvio Romero: sua formação intelectual (1851-1880)**. São Paulo: Editora Nacional, 1938.

SILVA, L. Comentário ao texto de Boris Fausto. In: PINHEIRO, P.S. (org.). **Crime, violência e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

TOGLIATTI, P. **Lições sobre o fascismo**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

VIANNA, F. O. **O Idealismo da Constituição**. Rio de Janeiro: Terra de Sol, 1927.

VIANNA, F. O. **Populações Meridionais do Brasil: populações rurais do centro-sul**. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952. 2V.

WEFFORT, F. **O populismo na vida política brasileira**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

## 6.

### A Direita Cruceña e o Golpe de 2019 na Bolívia: O Papel do Jornal El Deber na Construção da Narrativa

Mayara de Oliveira Jardim <sup>76</sup>

#### 1. Introdução

Em 2019, a Bolívia passou por uma ruptura institucional que foi o ápice de um processo histórico que se apresentava desde o início dos movimentos de Evo Morales, em 2016, para sua reeleição. Foram três anos de movimentos populares nas ruas e na mídia, mobilizados pelas direitas dentro do país. Uma delas é a direita cruceña que, em sua essência, mantém-se como um movimento conservador, católico, racista e defensor da elite fundiária. O seu discurso reflete a resistência da elite em reconhecer direitos para os "outros" <sup>77</sup>, especialmente os indígenas e as minorias do país, pois o departamento de Santa Cruz não teve uma renovação de sua elite e ainda hoje se sustenta numa visão latifundiária e extrativista. Além dessa não atualização da elite, o grupo cruceño tem um sentimento de afastamento com o país gerado pela construção histórica do

---

<sup>76</sup> Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, pesquisador bolsista da CAPES associada ao Laboratório de História Política e Social (LAHPS-UFJF). Email para contato: [mayarajardim@outlook.com.br](mailto:mayarajardim@outlook.com.br).

<sup>77</sup> Para os cruceños, o outro é aquele que não está inserido na identidade cruceña, o que os coloca como selvagens e hostis, principalmente a população indígena da região.

Estado-Nação da Bolívia, já que desde o século XIX havia duas visões diferentes do projeto para o país que era entre pensar a nação e a região (Sorucu, 2016, p.45). Esse sentimento criou a identidade cruceña e são os pilares da direita e seu discurso até hoje. Sua postura política é moldada pela história de Santa Cruz e pelas especificidades de sua identidade. É uma direita situada no departamento de Santa Cruz de La Sierra, que faz parte da Media Luna boliviana, que é um território boliviano que fica concentrado na parte leste do país, com maior desenvolvimento econômico e onde estão concentrados os grandes latifundiários. Os departamentos dessa região estão situados no oriente boliviano e tem uma grande diferença territorial/geográfica e cultural com a parte andina e amazônica da Bolívia.

Essa direita cruceña foi um dos agentes políticos de grande atuação para que o golpe de Estado de 2019 acontecesse. Com base nas decisões políticas de Evo Morales, esse grupo intensificou sua oposição, construindo uma narrativa crescente de um presidente autoritário e contrário à opinião pública desde 2016. Esse ano marcou a insistência de Morales em disputar a eleição, mesmo após a população ter votado "não" no referendo sobre o tema. Esse processo foi desencadeado a partir dos conflitos de classes sociais no país, pois sua classe dominante tenta, desde a entrada de Morales no governo, voltar a controlar os aparelhos estatais. A reorganização política e social que foi feita no início do século XXI pelos movimentos sociais populares e indígenas pautaram a ideia de novos horizontes e a refundação de uma nova Bolívia,

de onde os latifundiários e a elite boliviana, principalmente de Santa Cruz, não faziam parte. Pensar o Estado Boliviano é compreender a existência de diversos atores e perspectivas que se enfrentam diariamente há séculos e isso permite que traumas, memórias e a luta pelo poder continue se fazendo presente.

Esse processo faz parte da crise democrática que toda a região da América Latina estava envolvida. Segundo os autores Karl Schurster e Alana de Moraes Leite (2022), desde 2013, a América Latina está em alerta para “a fragilidade da representação política e das instituições da democracia liberal na América Latina” (Schurster; Leite, 2022, p.208), além do golpe de 2019 na Bolívia, o Brasil com o golpe de 2016 e o Bolsonarismo em 2018 são exemplos disso. Dessa forma, analisar a Bolívia é compreender o micro de um processo maior. A partir do jornalismo, é possível analisar a construção narrativa da direita cruceña neste momento. Dessa forma, o jornal El Deber foi escolhido por ser da região de Santa Cruz. O periódico foi fundado em 1953, quando as lutas cívicas ocorreram em Santa Cruz de La Sierra. No editorial de junho de 2019, onde se conta a história do jornal, o veículo deixa claro que seu papel desde o início era estar atento às atividades da região frente a negligência do governo central, tendo como objetivo servir à Santa Cruz e à Pátria em busca da verdade.

Ele pertence ao Grupo El Deber S.A e é um jornal de circulação nacional e alcance relevante na sociedade. Esse grupo tem a “Sociedad Administradora de Activos Inmobiliarios

S.A. (SAAINSA)” para administrar os ativos do Grupo (EL DEBER, 2023). O El Deber tem papel importante no desenrolar político e seu discurso editorial se aproxima da direita cruceña que tem como base o Comitê Cívico de Santa Cruz. Os usos políticos da narrativa já estavam traçados pela oposição desde os movimentos de 21-F, onde acusavam Evo Morales de autoritário e golpista. E, nesse período, a América Latina está com uma direita fortíssima, com tendências fascistas, uso de ideias militares e conservadoras e com domínio das mídias a partir das redes sociais e *fake news*.

Para construir a análise, foram utilizados os editoriais do jornal El Deber do período da ruptura institucional. Os editoriais foram recolhidos a partir do site oficial do jornal e de sua hemeroteca. A escolha foi feita porque a sociedade é composta por diversos poderes e a mídia é um deles e, a partir dela, a população tem acesso a informações e opiniões onde podem se basear para tomar decisões. O jornal tem na linguagem uma forma de impor sua opinião usando métodos diversos, seja mais incisivo ou não. Dessa forma, a análise das fontes foi usada para analisar a participação da direita cruceña na ruptura institucional com o objetivo de investigar a construção narrativa do jornal El Deber sobre o golpe de Estado de 2019 na Bolívia, com foco em sua relação com a direita cruceña.

Em 2019, a Bolívia passou por uma ruptura institucional onde Evo Morales, em nova tentativa de reeleição, foi acusado de fraude eleitoral por seus opositores. Na noite de 20 de outubro de 2019, o sistema tecnológico "*Transmisión de*

*Resultados Electorales Preliminares*" (TREP), que permite saber a parcial da votação, foi suspenso e parou de transmitir as contagens dos votos por um período de tempo. O governo pediu para que a Organização dos Estados Americanos (OEA) fizesse uma auditoria e nesse momento começaram os movimentos de bloqueios e manifestações da oposição. A auditoria preliminar da OEA foi feita e supõe que uma possível fraude ocorreu com essa falha do aparelho, dizendo que havia uma diferença alarmante. Isso foi o estopim para as tensões políticas e ajuda a dar o apoio à tese das eleições fraudadas que os opositores queriam usar para anular os resultados da mesma, que era positivo pro governo masista (Araujo, 2021). Meses depois, foi constatado no relatório final que não havia tido fraude e que o processo eleitoral poderia sim ter sido mantido legalmente.

Pablo Stefanoni e Molina no texto "*¿Cómo derrocaron a Evo?*" (2019) colocam que a oposição já aguardava para tentar barrar a eleição usando a fraude eleitoral como um meio, pois já vinham se aproveitando do discurso, desde o referendo de 2016, que Evo Morales queria se manter no poder a todo custo, sendo autoritário e desrespeitando a decisão popular dessa forma, só precisavam do pretexto para os auxiliar, o que é feito a partir do relatório. Com o Referendo de 2016 e a não aceitação por parte de Evo, a direita boliviana passou a mobilizar mais fortemente as ruas. O líder do Comitê Cívico pró Santa Cruz, Luiz Fernando Camacho, desde 2017 se posicionava mais abertamente com a tentativa de reeleição do então

presidente e foi um dos nomes do movimento anti-reelecionista que tinha uma forte base da juventude boliviana (Stefanoni, 2019). Esse movimento ganhou mais força em 2018 depois que o *Tribunal Constitucional Plurinacional* permitiu que Evo e Linera viessem a concorrer em 2019.

Durante este período, o Comitê Cívico de Santa Cruz<sup>78</sup> apareceu mais fortemente, depois de alguns anos com uma atuação mais branda, para se posicionar. O Comitê Cívico Pró Santa Cruz (CCPSC) foi fundado em 1950 a partir de alguns alunos da *Federación Universitaria Local* (FUL), da *Universidad Autónoma Gabriel René Moreno* (UAGRM), para que fosse o governo moral de Santa Cruz perante o vazio deixado pelo governo central e lutasse pelo departamento (Comitê Cívico Pró Santa Cruz, s.d.)<sup>79</sup>. A oposição da direita cruceña é debatida desde a chegada do MAS ao poder em 2006, principalmente quando as patronais cruceñas passam a ser vistas como a vanguarda da oposição ao Morales (Cunha Filho 2018) e permanecem até hoje. Durante o golpe de 2019, ele fez alguns discursos e performances políticas, sendo uma delas do líder Luiz Camacho, vinculado à extrema-direita da Bolívia, ligado às elites empresariais e com discurso com teor religioso e racista. Ele tentou ir ao departamento de La Paz, capital do país, para entregar uma carta de renúncia do presidente Morales, sendo

---

<sup>78</sup> O comitê é uma organização cívica do departamento de Santa Cruz, sem fins lucrativos e não partidária. Atualmente, tem 200 instituições divididas em 24 grupos e se coloca como o símbolo da *cruceñidad*.

<sup>79</sup> História da instituição pelo próprio Comitê Cívico. Disponível em: <https://www.comiteprosantacruz.org.bo/announcement/1950-fundacion-del-comite-pro-santa-cruz/>

um dos primeiros nomes a levantar o pedido de renúncia. Em sua primeira tentativa, a população a favor do governo impediu sua passagem no aeroporto de El Alto.

Nesse momento, o Comitê Cívico liderava o pedido para que houvesse um novo pleito, mas outros opositores, como o ex-presidente Carlos Mesa e a própria OEA, pediam para que fosse feito o segundo turno; o próprio Evo Morales falou em se fazer uma nova eleição, concordando com o pedido da organização, como forma de tentar diminuir as reivindicações opositoras e a crise social gerada. A oposição chamava Evo Morales de um autoritário que tentaria se manter no poder a todo o custo, utilizava as questões governamentais como o Caso Zapata ou de questões econômicas para manter a sociedade fervilhando, uma tática explicada por Marcos Napolitano como “estratégia de tensão” (2019) onde a direita fica utilizando da própria tensão da população para jogar contra o governo e desestruturar politicamente.

No dia 10 de novembro, Camacho consegue então entregar a carta de renúncia no palácio do governo junto do líder do Comitê Cívico de Potosí. A carta foi entregue aos pés do escudo boliviano, com uma bíblia e a bandeira do Estado Nação da Bolívia. Neste mesmo dia, ocorreu o pedido da COB (*Central Obrera Boliviana*) de renúncia do presidente e, logo depois, o Comandante Chefe Williams Kaliman também veio a público pedir a saída de Morales. A figura do Comandante foi emblemática, pois a Constituição de 2009 o identifica como aquele que tem a posição de chefiar toda a Força Armada em

caso de guerra e que tem como parte da sua missão garantir a estabilidade do Governo, a proteção a constituição e a segurança e estabilidade do Estado, não devendo realizar ação política como é feito pelo Comandante Kaliman (BOLIVIA [Constituição], 2009).

O motivo que foi dado por eles é a crise social e as disputas violentas que ocorriam nas ruas. Há uma extrema violência durante todo o período de crise social desde outubro e não era esperado o banho de sangue que se tornou o processo, a direita boliviana esperava um golpe como ocorreu em outros territórios, como no Brasil, porém Evo Morales, apesar de desgastado, ainda tinha uma força social (Castro; Fuser, 2021). Evo Morales renunciou ao cargo de presidente, sendo seguido por seu vice, Álvaro Linera García, e outros políticos das cadeiras do MAS. Evo denunciou os ataques e ameaças que sofreu da oposição, inclusive a violência praticada contra familiares de integrantes do MAS que faziam parte do Governo, agradeceu o apoio de todos e fez um pedido para que a comunidade internacional falasse sobre o assunto e se atentasse ao golpe de Estado que aconteceu em seu governo.

A renúncia gerou uma reação popular com maior intensidade onde seus apoiadores foram às ruas em defesa dele e da legalidade democrática. Jeanine Añez era senadora da direita do Departamento de Beni no momento da renúncia de Evo Morales, sendo a segunda vice-presidente do senado e já se colocava como sucessora da presidência desde o momento inicial da saída de Morales. Sua entrada é marcada por

controvérsias políticas e sociais, pois apesar de estar na linha de sucessão realmente, antes de assumir há o debate previsto constitucionalmente que não foi continuado pela falta de quórum, que ocorre não só pelas renúncias, mas porque os próprios políticos não conseguem chegar pelas barreiras nas ruas.

Em 12 de novembro de 2019, ela se autoproclamou presidente da Bolívia, atropelando os processos constitucionais, e foi reconhecida no dia seguinte por países como Estados Unidos e Brasil<sup>80</sup>. Sua obrigação oficial era a convocação de uma nova eleição, mas, além disso, ela manteve em suas atribuições banir Evo Morales e seus ministros, tendo inclusive ordem de prisão para eles (Closs, 2019). Logo após sua chegada ao poder, houve dois massacres no país: Sacaba em Cochabamba e de Senkata em El Alto, com participação da força armada e paramilitar nos mesmos que e tiveram mais de 20 mortos e 130 feridos, sendo os mortos dos grupos de defesa do MAS. As manifestações foram duramente reprimidas pela polícia e pelas forças armadas, que posteriormente foram absolvidas de responsabilidade penal a partir do decreto 4078, que anistiou aqueles que cometeram algum ato durante as repressões da manifestação civil e, ainda, liberou o uso de armas de fogo. No dia 17 de novembro, já eram contabilizados 24 mortos, 715 feridos e 50 detidos<sup>81</sup>.

---

<sup>80</sup> Este período do golpe teve apoio e conversa com o então presidente brasileiro na época, Jair Messias Bolsonaro.

<sup>81</sup> Brasil de fato. Bolívia: Em cinco dias, golpistas aprofundam violência e elevam número de mortos a 24. Online, 2019. Disponível em:

## 2. A construção da narrativa pela direita

Neste momento de intensa polarização política, o jornal El Deber atua como um influente instrumento de poder, com uma posição claramente definida no cenário boliviano. A mídia, em geral, possui mecanismos próprios de operação e persuasão, moldando a mensagem que deseja transmitir (Charadeuau, 2010). No caso da imprensa escrita, seu material é a palavra, que, embora hoje alcance o mundo virtual e tenha diminuído isto, historicamente se caracteriza pela distância entre leitor e escritor, bem como pela defasagem temporal entre o acontecimento, o registro escrito e a leitura. Como a historiadora Maria Helena Capelato expõe, é necessário olhar o jornal de forma crítica, não apenas com sua leitura superficial de extração de informação, mas tentando analisar o que ele fala para além disso, vendo, por exemplo, "os interesses em jogos e os artifícios utilizados pelos seus produtores" (Capelato, p. 115, 2015). Dessa forma, a análise dos editoriais do jornal El Deber se faz aqui como um instrumento dotado de discurso político e que tem suas próprias informações embutidas que são movimentadas a partir da direita.

Os editoriais de 2019 analisados abrangem o período de setembro até a ascensão de Jeanine Añez ao poder em novembro. Ao todo, foram examinados 49 editoriais que

---

<<https://www.brasildefato.com.br/2019/11/18/bolivia-em-cinco-dias-golpistas-aprofundam-violencia-e-elevam-numero-de-mortos-a-24>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2022.

abordam a questão do período eleitoral, o pleito em si, a renúncia de Evo Morales e a subsequente chegada de Añez à presidência. No dia 22 de setembro de 2019, o jornal inicia com um editorial que vai sustentar a teoria do autor Pablo Stefanoni de que a direita já estava esperando uma brecha para denunciar fraude (Stefanoni, 2019), com o editorial expressando que “Esse é contexto que dá pé para a oposição manifestar seu temor de que haja fraude eleitoral, mesmo que o partido oficialista e as vozes do TSE falem que não” (EL DEBER, p.28, 22 de setembro de 2019, tradução nossa)<sup>82</sup>. Para o editorial estava sendo um processo onde havia dúvidas e constroem o texto em torno de um discurso culpando a falta de transparência do TSE que estaria gerando a desconfiança dos cidadãos.

Além de iniciarem uma construção de discurso com temores à fraude ainda no início do processo eleitoral, mobilizaram o sentimento cruceño quando passa a expor que o departamento de Santa Cruz é o centro político do país, que os líderes desse departamento deveriam enxergá-la assim e que ela merece mais do que as migalhas que estão sendo dadas por eles e pelo governo central. Este discurso aparece algumas vezes e se relaciona com a mobilização que o Comitê Cívico de Santa Cruz fez durante toda sua trajetória político-social, já que não aceitam o departamento não ser reconhecido, pois por séculos esteve afastado do governo central. No editorial do dia

---

<sup>82</sup> EL DEBER. La peligrosa falta de transparencia en el TSE. Editorial [ONLINE], p.29, 2019. Disponível em: <https://epaper.eldeber.com.bo/2019/09/22/1/epaper/#p=29>. Acesso em: 08 de maio de 2021.

24 de setembro de 2022, “*El liderazgo nacional de Santa Cruz*”. Pensando na posição desse departamento ao longo da história recente da Bolívia e do jornal ser do próprio, há uma estratégia política quando o departamento se auto afirma como líder, afirmando inclusive que “não se pode maltratar os cruceños com migalhas” (EL DEBER, p.20, 24 de setembro de 2019, tradução nossa)<sup>83</sup>, principalmente pelas aspirações políticas de um cruceño voltar à presidência.

Para tensionar ainda mais as questões sociais, é citado poucas vezes o que se refere a população indígena das terras do oriente e suas necessidades e, quando citado, é para contrapor o que Evo Morales nada fez por eles, mas sim pelos indígenas do ocidente. Inclusive com um discurso do tema utilizando aspectos da emoção para chegar ao leitor, apesar do afastamento e do racismo e manutenção da colonialidade que Santa Cruz perpetua aos povos originários. O editorial coloca que “Os povos indígenas do Oriente não tem o mesmo peso que os do Ocidente” (EL DEBER, p.20, 25 de setembro de 2019, tradução nossa), sendo essa uma disputa que ocorre a décadas na Bolívia, principalmente pelos grupos indígenas serem diversos e contrapor que Morales beneficia o ocidente. Apesar de não se importarem com as mudanças efetivas para esse grupo, os interessa trazer essas questões para se opor aos feitos masistas e tensionar ainda mais um grupo político que já

---

<sup>83</sup> EL DEBER. *El liderazgo nacional de Santa Cruz*. Editorial [ONLINE], p.20, 2019. Disponível em: <https://epaper.eldeber.com.bo/2019/09/24/1/epaper/#p=20>>. Acesso em: 08 de maio de 2021.

enfrentava o presidente na época. Essas questões sobre a população indígena das terras baixas são pouco vistas nos editoriais, tendo sido lidos apenas dois.

Quando falam das manifestações, o departamento de Santa Cruz aparece como a liderança para o resto do país. Inclusive, ao citar sobre respeitar as constituições e vontades do povo, apresentam algumas vezes pensando em Santa Cruz e Bolívia como se fossem partes separadas, o que é explicado por Soruco (2016, p.45). Desde a formação da região, eles se identificam primeiro como cruceños, depois como bolivianos. No último parágrafo do editorial “De cara al cabildo cruceño del 4 de octubre” do dia 29 de setembro de 2019 é expressado essa posição com o trecho

Temos que esperar que o cabildo permita recuperar a unidade inquebrável dos cruceños que seja o primeiro passo para assumir a liderança política nacional e que se converta no grito que necessita escutar o poder para respeitar a Constituição, as leis, a natureza e a verdadeira vontade dos habitantes de Santa Cruz e de Bolívia. (EL DEBER, p.16, 29 de setembro de 2019, tradução nossa)<sup>84</sup>

Dessa forma, alimentam uma visão de Santa Cruz como a liderança para a salvação da Bolívia e que seria isso que levaria aonde o povo quer, quase um ato de heroísmo departamental.

---

<sup>84</sup> EL DEBER. *De cara al cabildo cruceño del 4 de octubre*. Editorial [ONLINE], p.29, 2019. Disponível em: <<https://epaper.eldeber.com.bo/2019/09/29/1/epaper/#p=29>>. Acesso em: 08 de maio de 2021.

O editorial de 4 de outubro de 2019 foi sobre o *cabildo* que ocorreu a partir da convocação dos Cruceños, a partir da *Assembléa da Cruceñidad*, por causa das queimadas, mas também por causa do 21-F<sup>85</sup>. As duas coisas se tornam base da luta cruceña encabeçada pela direita e, conseqüentemente, também do El Deber para falar sobre o governo masista. Logo após, o Comitê Cívico pede dois *paros* departamentais e o jornal coloca que é pelo respeito à democracia, onde “o Comitê Cívico tem a imensa tarefa de liderar estas mobilizações com grande responsabilidade para não decepcionar as expectativas nacionais” (EL DEBER, p.16, 04 de outubro de 2019, tradução nossa)<sup>86</sup>. Nesses momentos, a história das lutas pela autonomia, ou as lutas separatistas, em 2006, são revividas nos editoriais. Nos editoriais, a visão de que a população de Santa Cruz, cruceña, como o povo que deve e merece ser respeitado, sempre partindo da sua visão própria, é construída abertamente, inclusive para defender a terra para cruceños e não para outros. No editorial do dia 06 de outubro de 2019, defendem que “É bom que o presidente e seus colaboradores se deem conta que sua atuação tem sido unilateral e não respeitosa com os habitantes deste departamento” (EL DEBER, p.16, 06 de outubro de 2019, tradução nossa)<sup>87</sup>.

---

<sup>85</sup> Foi um movimento de oposição a Evo Morales que retomava o Referendo de 2016 onde a população votou não para a reeleição do então presidente.

<sup>86</sup> EL DEBER. *Las expectativas sobre el cabildo cruceño*. Editorial [ONLINE], p.21, 2019. Disponível em: <<https://epaper.eldeber.com.bo/2019/10/04/1/epaper/#p=21>>. Acesso em: 08 de maio de 2021.

<sup>87</sup> EL DEBER. *Santa Cruz hace historia com el Cabildo*. Editorial [ONLINE], p.28,

Em outubro, o editorial reforçou a diferença de manifestantes nas ruas utilizando o paralelo da História Boliviana do início do século XXI. No editorial “2003 y 2019, siempre octubre, no siempre igual” do dia 13 de outubro de 2019, apontam que em outubro de 2003 quem estava nas ruas eram obreros, campesinos e indígenas pedindo reformulação e que em 2019 eram jovens e classe média que protestavam. Ao falarem disso, expressam que as de 2019 tem respaldos de grupos originários que não apoiavam Evo, mas como se eles estivessem nas costas do movimento em si que ocorria e não com o protagonismo do início do século. Para eles “em 2019 a Bolívia está atravessando uma nova mudança de ciclo” (EL DEBER, p.28, 13 de outubro de 2019, tradução nossa)<sup>88</sup>.

Segundo El Deber, a eleição foi um período de “guerras sujas” e agressões. Também assumem nos editoriais que foi uma das campanhas mais superficiais da história, porque a preocupação estava focada na transparência, não nas propostas. Outro ponto que levantam é que a campanha eleitoral foi feita não só por candidatos, mas por partes do próprio Estado, já que tinha os feitos do próprio oficialismo. Em seus editoriais, apontam a eleição atípica com um processo eleitoral muito longo, pois vê um período que se iniciou em

---

2019. Disponível em:

<<https://epaper.eldeber.com.bo/2019/10/06/1/epaper/#p=29>>. Acesso em: 08 de maio de 2021.

<sup>88</sup> EL DEBER. 2003 y 2019, sienpre octubre, no sienpre igual. Editorial [ONLINE], p.28, 2019. Disponível em: <<https://epaper.eldeber.com.bo/2019/10/13/1/epaper/#p=29>>. Acesso em: 08 de maio de 2021.

2016 e se estendeu até 2019. O editorial do dia da eleição, 20 de outubro de 2019<sup>89</sup>, tencionou como um crucial para a democracia vencer. Relembrou os diversos cabildos e *paros* no período, debatendo que eram os cidadãos que estavam na frente. Por causa da tensão “tiveram 90 diplomáticos e 130 observadores internacionais vigiando os comícios” (EL DEBER, p.24, 20 de outubro de 2019, tradução nossa), como nunca havia tido antes.

No editorial do dia seguinte à votação, o El Deber alimentava que existia um segundo turno que já estava “consolidado virtualmente” (EL DEBER, p.28, 21 de outubro de 2019, tradução nossa)<sup>90</sup> a partir da contagem de votos. Em nenhum momento é citada a paralisação do TREP, que aconteceu na madrugada, e de uma denúncia de uma suposta fraude por parte da oposição. No dia seguinte, no editorial de terça-feira, 22 de outubro de 2019<sup>91</sup>, é que o discurso de fraude passa a ser usado para o momento eleitoral e, pelo editorial, é perceptível que se dá após a afirmação de Morales de que não

---

<sup>89</sup> EL DEBER. *Bolivia vá a las urnas em uma elección crucial*. Editorial [ONLINE], p.24, 2019. Disponível em: <<https://epaper.eldeber.com.bo/2019/10/20/1/epaper/#p=25>>. Acesso em: 08 de maio de 2021.

<sup>90</sup> EL DEBER. *Un compromiso renovado com la democracia*. Editorial [ONLINE], p.28, 2019. Disponível em: <<https://epaper.eldeber.com.bo/2019/10/21/1/epaper/#p=29>>. Acesso em: 08 de maio de 2021.

<sup>91</sup> EL DEBER. *La palabra fraude retumba en el país*. Editorial [ONLINE], p.20, 2019. Disponível em: <<https://epaper.eldeber.com.bo/2019/10/22/1/epaper/#p=21>>. Acesso em: 08 de maio de 2021.

teria um segundo turno, isto é, acabaria ali a tentativa da saída do binômio oficialista do poder a partir dos meios legais. Aproveitam a fala do próprio Morales de que não reconhecer o voto da eleição de 2019 seria um golpe de Estado, e fazem um paralelo com sua não aceitação do voto ao “Não” do referendo de 2016.

Nos dias seguintes, os editoriais estão voltados a falar sobre a mobilização cívica em partes do país, principalmente a mobilização daqueles que entoam o grito de que foi uma fraude eleitoral, que partia principalmente da direita cruceña mobilizada pelo Comitê Cívico de Santa Cruz. Durante a semana até o fim da análise de todas as atas, os editoriais mostram que há uma polarização no debate, onde há diferença explícita entre movimentos de oposição e aqueles que estão apoiando o MAS. Não há para eles um povo em duas vias. Inclusive, quando se fala dos movimentos sociais ligados ao MAS, os colocam como ameaça e incitadores de violência, debatendo que “Pode ser pior se os movimentos sociais ligados ao MAS cumpram a ameaça de se mobilizar” (EL DEBER, p.18, 23 de outubro de 2019, tradução nossa)<sup>92</sup>.

Ao falar do “paro cívico nacional”, relembram a histórica movimentação boliviana de retirar presidentes a partir da pressão popular nas ruas. Apesar da visão que alimentam de ameaça de uma parte do povo, pedem de forma explícita que

---

<sup>92</sup> EL DEBER. *Horas decisivas para Bolívia*. Editorial [ONLINE], p.18, 2019.

Disponível em:

<<https://epaper.eldeber.com.bo/2019/10/23/1/epaper/#p=19>>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

não ocorra violência no fim de cada editorial, o que entra em alguns momentos em contradição, já que ao mesmo tempo que dizem para não ocorrer violências, incitam discursos de ódio. Após o fim da análise de todas as atas, o El Deber expôs que ocorreram manifestações nas ruas, principalmente pelas dúvidas geradas pelo processo. A partir de 27 de outubro, os editoriais começaram a consolidar a visão de que as manifestações contrárias ao governo eram maiores, majoritárias, e a denunciar fraudes. Existe também um aumento no que se fala sobre Evo Morales, inclusive sobre ele ser presidente e dirigente cocaleiro, tendo então uma dúvida sobre qual Evo Morales escutar<sup>93</sup>.

A violência volta a aparecer, mas nunca vindo dos que estão se opondo a Evo Morales. Neste caso, quem incitou a violência, para o jornal, foi a fala de se fazer cercos das cidades do presidente. Neste mesmo editorial, é falado também que o presidente cívico de Santa Cruz teve um problema ao ir para La Paz, pois foi agredido e retornou a Santa Cruz; apesar de expor esse momento, não se fala o que estava fazendo nesse trajeto e nem quem seria o presidente cívico (Luis Fernando Camacho), porém é o momento que ele tenta levar a carta de renúncia de Evo.

No dia 30 de outubro de 2019, no editorial “*Qué viene tras una semana del paro*”, passam a inserir o nome do

---

<sup>93</sup> EL DEBER. *¿A cuál Evo Morales debe escuchar el país?* Editorial [ONLINE], p.18, 2019. Disponível em: <https://epaper.eldeber.com.bo/2019/10/28/1/epaper/#p=19>>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

presidente do Comitê Cívico de Santa Cruz, Luis Fernando Camacho, e é quando a opinião do editorial muda sobre as eleições, passando a ser mais radical. Vão então apresentar a posição do Camacho e do Comitê ao informar que Camacho

reafirmou ontem (29 de outubro de 2019) a nova posição da mobilização de Santa Cruz ao propor que a única solução passa por anular o processo eleitoral pelos vícios de fraude que afetaram também a eleição de senadores e deputados. (EL DEBER, p.18, 30 de outubro de 2019, tradução nossa)<sup>94</sup>

Defendiam neste editorial que os líderes do *paro*, como Camacho, por exemplo, e o Conade precisavam estar nos debates sobre o tema eleitoral, não apenas o Carlos Mesa (candidato em 2019). Passam então a construir a participação da direita cruceña e seu vetor de mobilização, o Comitê, na política nacional e não só departamental. Num primeiro momento, diziam que iam esperar a auditoria da OEA para confirmar a fraude, mas na virada de chave, passaram a suscitar que Luis Almagro, secretário geral da OEA, não era parcial e estava ao lado de Evo Morales, criando também uma dúvida sobre a OEA e sua transparência. Fazem um editorial inteiro para falar o porque duvidam da OEA e porque não tem como confiar neles, mesmo antes da auditoria ser feita. O jornal, na sua narrativa, passa a construir todos os pontos possíveis para

---

<sup>94</sup> EL DEBER. *Que viene tras una semana del paro*. Editorial [ONLINE], p.18, 2019. Disponível em: [https://epaper.eldeber.com.bo/2019/10/30/1/pdf/pag\\_18.pdf](https://epaper.eldeber.com.bo/2019/10/30/1/pdf/pag_18.pdf). Acesso em: 20 de maio de 2021.

não dar opções do discurso de não ser fraude ser aceito popularmente. Partindo do que é debatido por por Cas Mudde sobre a organização de mídia para a direita ser aquelas que são de dentro delas, seja sendo de partidos ou financiada por grupos (Mudde, 2022, p.69), o jornal El Deber é uma organização de direita financiada por eles e faz seu papel de articulador político dentro da sociedade, mesmo que seja levantando hipóteses e fundamentando naquilo que se têm de primário.

O primeiro editorial de novembro foi sobre as duas mortes que ocorreram em Santa Cruz num confronto entre opositores e defensores<sup>95</sup>. Há lamento pelas mortes e, novamente, geram tensão entre os grupos políticos em embates. Afirmaram que Santa Cruz tinha *paro* nacionais pacíficos, com muita fé e oração - os elementos cristãos aparecem para reforçar a ideia do pacífico e civilizado e que foram os grupos defensores de Morales que atacaram eles com paus e pedras. Mesmo expondo que ocorreu um pedido de Evo para que seus movimentos sociais não fossem mais a rua, culpam a ele pelas violências que seguem acontecendo. No dia 02 de novembro estebelecem que ocorreu uma fraude evidente no processo, além disso, utiliza as questões das manifestações para falar que esse conflito político está atrasando as questões da escola e do trabalhador, por exemplo, e são pensados em

---

<sup>95</sup> EL DEBER. *Libertad, paz y democracia*. Editorial [ONLINE], p.18, 2019.

Disponível em:

<<https://epaper.eldeber.com.bo/2019/11/01/1/epaper/#p=19>>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

três frentes de embates e colocações: 1) o Governo de Morales, 2) Comunidad Ciudadana com Carlos Mesa (o segundo lugar da eleição) e 3) com os comitês cívicos e o CONADE, cada um pedindo algo, inclusive o grupo 3 não só é contra Morales, mas também “rechaçam o candidato Carlos Mesa” (EL DEBER, p.18, 02 de novembro de 2019, tradução nossa)<sup>96</sup>, o que apresentou uma nova tentativa de Santa Cruz de ter uma eleição e querer construir outro candidato.

No editorial de 04 de novembro de 2019, “*Horas oscuras y fundamentales para Bolívia*”<sup>97</sup>, o jornal assinala que o presidente cívico cruceño (Camacho) “pediu que as Forças Armadas se coloquem ao lado de seu povo” (EL DEBER, p.18, 04 de novembro de 2019, tradução nossa), e completaram dizendo que a Bolívia segue os passos da Venezuela, onde expressam que “fora a confrontação e o luto, há um estado de fome, falta de medicamentos, de miséria que causou um êxodo de milhares até outros países do continente” (EL DEBER, p.18, 04 de novembro de 2019, tradução nossa). Neste momento, expôs que 6 comitês cívicos e o Conade pediram a renúncia do presidente Evo Morales com um ultimato de 48 horas.

---

<sup>96</sup> EL DEBER. *El peligro de las posiciones extremas*. Editorial [ONLINE], p.18, 2019. Disponível em: <<https://epaper.eldeber.com.bo/2019/11/02/1/epaper/#p=19>>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

<sup>97</sup> EL DEBER. *Horas oscuras y fundamentales para Bolivia*. Editorial [ONLINE], p.18, 2019. Disponível em: <<https://epaper.eldeber.com.bo/2019/11/04/1/epaper/#p=19>>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

A divisão social fica clara em alguns momentos nos editoriais. Em um deles é quando dizem que “se o governo vangloria-se da inclusão dos camponeses e indígenas, não se deu conta que excluía a classe urbana, e agora é maioria e coloca em xeque o poder político” (EL DEBER, p.18, 05 de novembro de 2019, tradução nossa)<sup>98</sup>, deixando claro uma divisão e, em alguns momentos, um ressentimento pelas mudanças sociais que ocorreram. A ideia do ressentimento está presente em diversos grupos de direita e suas ações, sendo um dos sentimentos que fortalece esse movimento político. A autora Wendy Brown explica que esse ressentimento, que se torna um ato político, se deriva do declínio da dominação daqueles que estavam no poder antes (principalmente homens brancos), que passam a agir com raiva e ressentimento para com aqueles que esse grupo acredita que os humilham ou tomam seu espaço (Brown, 2019, p.215). Esse sentimento fortalece a guinada à direita radical, como aconteceu no golpe de 2019, que se baseia na crise dos governos progressistas para lidar com os escândalos de corrupção, manutenção de desigualdades e uma ligação mais forte com as lideranças políticas do que com o sistema em si (Schurster; Leite, 2022, p. 211), mas também tentam voltar e proteger uma tradição que Santa Cruz aponta, que acreditam estar sendo abandonada e destruída.

---

<sup>98</sup> EL DEBER. *Bolivia ya no es la misma*. Editorial [ONLINE], p.18, 2019.

Disponível em:

<<https://epaper.eldeber.com.bo/2019/11/05/1/epaper/#p=19>>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

Durante os editoriais seguintes, desenvolvem que o que divide a Bolívia é o discurso de oligarquia versus indígena e que isso aumenta a violência entre o povo. Inclusive, quando Morales acusa o racismo das oligarquias, o editorial expressou que havia racismo na militância masista de El Alto para com eles. Acusa que a violência foi gerada pelos cocaleiros e por movimentos ligados ao MAS e exploraram esse tema em todos os editoriais até a renúncia de Evo Morales. Apesar de apontar Morales como o causador dessa polarização, o editorial segue dividindo os grupos nas ruas. No final, assume a violência como a linguagem oficial da Bolívia nesse período.

No editorial de 9 de novembro de 2019, “*La vía institucional y la de las calles*”<sup>99</sup>, Luis Fernando Camacho é oficialmente fixado pelo El Deber como um líder dos atos principais das ruas e só então ele passa a ser cada vez mais construído e citado pelo jornal. É também ali que ditam que havia dois caminhos: institucional ou das ruas. Porém, a via institucional a todo momento é expressa como um caminho sem confiança alguma, onde há muitos quesitos para não dar credibilidade a ela e que os que trabalham no tribunal eleitoral não devem apenas renunciar, mas serem processados pelos atos que cometeram e ao descrédito que deram à instituição.

Em 10 de novembro de 2019, o editorial “*El riesgo de no escuchar la voz del pueblo*” fez um percurso por toda a história,

---

<sup>99</sup> EL DEBER. *La vía institucional y la de las calles*. Editorial [ONLINE], p.19, 2019. Disponível em: <<https://epaper.eldeber.com.bo/2019/11/09/1/epaper/#p=19>>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

desde 2016, para relembrar o que veem como erros de Evo Morales. No final, assinalam que Evo denunciava um golpe de Estado, mas que ele não se deu conta de que tem milhões de cidadãos que foram às ruas “não por um ou outro dirigente que convoca, mas pelo cansaço acumulado de ações unilaterais e soberbas do Governo de MAS” (EL DEBER, p.21, 10 de novembro de 2019, tradução nossa)<sup>100</sup>, como se fosse então a manifestação popular pedindo sua saída. Ainda colocaram que seria bom que Morales se atrevesse a escutar o povo, já que, para o jornal, estava o ignorando desde 2016. Em 11 de novembro de 2019 saiu o editorial sobre a renúncia do presidente, vice-presidente, presidente do senado e dos deputados, intitulado a “*Renuncia la Presidencia y deja vacío de poder*” e nele colocam que Evo saiu sem aceitar o que a população falava e sem fazer uma “autocrítica”. Dão ênfase que saiu no dia do informe preliminar da OEA, onde tinha, para eles, sinais o suficiente de fraude eleitoral, porém que Evo “questionou o informe e considerou que é político e não técnico” (EL DEBER, p.19, 11 de novembro de 2019, tradução nossa)<sup>101</sup>. Não é falado sobre o pedido do General Geral, Kaliman, em nenhum momento ou da COB, mas pediram para

---

<sup>100</sup> EL DEBER. *El riesgo de no escuchar la voz del pueblo*. Editorial [ONLINE], p.21, 2019. Disponível em: <<https://epaper.eldeber.com.bo/2019/11/10/1/epaper/#p=21>>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

<sup>101</sup> EL DEBER. *Renuncia a la Presidencia y deja vacío de poder*. Editorial [ONLINE], p.19, 2019. Disponível em: <<https://epaper.eldeber.com.bo/2019/11/11/1/epaper/#p=19>>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

que as forças armadas e a polícia intervissem e estabelecesse a ordem social e a segurança dos bolivianos por causa do vazio de poder.

O editorial de 12 de novembro teve um discurso voltado para o emocional do leitor. Seu título já expressava a ideia teatral com o “*El abominable acto final*”. Utilizaram comparações poéticas como “(...) a violência transborda-se embaixo da sombra das noites que iluminaram as chamas dantescas (...)” (EL DEBER, p.19, 12 de novembro de 2019, tradução nossa)<sup>102</sup>. Para escrever sobre a Bolívia, utilizaram uma comparação com o Nazismo e a “noite dos cristais quebrados”, comparando que o país estaria com a sua própria noite, no mesmo nível de violência. Além disso, ao falar de Evo Morales, o editorial não expressa que houve uma renúncia, mas sim que ele abandonou o poder. Afirmaram que houve fraude, mesmo sendo apenas o informe preliminar, e que Evo Morales falava de ter sido deposto por um golpe de Estado, enquanto na realidade teria sido uma sociedade pacífica que o tirou do poder, ignorando o nível de violência que aconteceu no país. O uso das orações religiosas aparecem constantemente nessas manifestações e é colocado como positivo e o motivo desse grupo ser pacífico pelo El Deber, dizendo que poderiam mover montanhas em contraposto com a violência do MAS.

---

<sup>102</sup> EL DEBER. *El abominable acto final*. Editorial [ONLINE], p.19, 2019.

Disponível em:

<<https://epaper.eldeber.com.bo/2019/11/12/1/epaper/#p=19>>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

A entrada de Jeanine Añez é relatada pelo El Deber como algo legal. Eles constroem o discurso de que tem respaldo constitucional, principalmente expondo que o MAS abandonou a Bolívia com a renúncia de todos os sucessores. Para eles,

Jeanine Añez assume por sucessão constitucional. Ninguém votou por ela como presidenta, mas neste momento tem a legitimidade, baseada na esperança dos bolivianos que pararam o país para que se tire Morales; esses que querem recuperar paz, democracia, liberdade e sobretudo democracia. (EL DEBER, p.17, 14 de novembro de 2019, tradução nossa)<sup>103</sup>

Afirmam que Evo Morales tentaria criar manobras para tirar ela do poder, mas que ela teria a fé dos bolivianos, sendo um mandato transitório para ter “eleições livres”. O caminho que o jornal seguiu foi pensar nos acordos necessários para a Bolívia sair da crise e, para o El Deber, a melhor maneira é mudar como se é manejado. Sendo assim, no editorial “*Acuerdos, el camino correcto para el país*” situam que era preciso sair de um “discurso de 500 anos de opressão indígena” (EL DEBER, p.18, 15 de novembro de 2019, tradução nossa)<sup>104</sup>,

---

<sup>103</sup> EL DEBER. *Misión crucial de la presidenta Jeanine Añez*. Editorial [ONLINE], p.17, 2019. Disponível em: <<https://epaper.eldeber.com.bo/2019/11/14/1/epaper/#p=17>>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

<sup>104</sup> EL DEBER. *Acuerdos, el camino correcto para el país*. Editorial [ONLINE], p.18, 2019. Disponível em: <<https://epaper.eldeber.com.bo/2019/11/15/1/epaper/#p=19>>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

pois ele seria manipulado para usar o racismo para benefício de Morales, e conduzir a Bolívia pelo respeito de uma democracia de verdade. Além disso, rechaça as falas de Morales de que Añez era fruto do golpe de Estado e de um governo racista, pois agora a Bolívia poderia ter uma unidade na diversidade. O confronto com a questão étnica é sempre utilizado pela direita cruceña, que não enxerga o indígena como pertencente.

No editorial de 16 de novembro de 2019 foi introduzida a vontade da Bolívia de conhecer os autores que fizeram a fraude eleitoral. Pediam para que ocorresse a prisão de todos e que não ocorresse a impunidade, se baseando ainda nas atas do informe preliminar da OEA, pedindo os autores intelectuais e materiais<sup>105</sup>. O do dia 17 de novembro de 2019<sup>106</sup>, é voltado para grupos subversivos (colocam que 100 cocaleiros foram presos com porte de arma branca) denunciados pela presidenta, também acharam membros da Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), além de afirmarem a presença da Guarda Nacional da Venezuela e a de cubanos no país que foram capturados. Isso é dito e o El Deber utiliza o discurso para ligar, de forma indireta, esses grupos ao Evo Morales. São grupos e nacionalidades características da direita

---

<sup>105</sup> EL DEBER. *Bolívia quiere conocer a todos los autores del fraude*. Editorial [ONLINE], p.17, 2019. Disponível em: <<https://epaper.eldeber.com.bo/2019/11/16/1/epaper/#p=17>>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

<sup>106</sup> EL DEBER. *El peligro de los grupos subversivos*. Editorial [ONLINE], p.28, 2019. Disponível em: <<https://epaper.eldeber.com.bo/2019/11/17/1/epaper/#p=29>>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

botar em cheque quando se fala sobre a esquerda latino-americana, para que possam então utilizar a manobra de que eles invadiram pelo mando de Morales.

No editorial de 18 de novembro de 2019 o El Deber seguiu culpando Evo Morales pela violência ou pelo cerco às cidades, além de colocar que a renúncia foi uma escolha unilateral de Evo Morales. Compararam nesse editorial os *paros* cívicos realizados pela oposição, com os cercos às cidades feitas pelos que apoiam ao MAS, dizendo que “As principais cidades estão cercadas; não recebem alimentos e, ainda, muitas delas estão sob ameaça de incursões armadas e violentas” EL DEBER, p.19, 18 de novembro de 2019, tradução nossa)<sup>107</sup>. O último editorial do periódico El Deber analisado foi o do dia 19 de novembro de 2019, “*La batalla informativa en el exterior*”<sup>108</sup>, onde assumiram a posição de defender os acontecimentos na Bolívia, onde expressaram que ocorreu uma disputa sobre a opinião pública, principalmente no exterior com as falas de Morales nas entrevistas que o mesmo conta o evento como um golpe de Estado ao seu governo. O El Deber sustentou que Jeanine Añez deveria falar com os meios de comunicação e

---

<sup>107</sup> EL DEBER. *El chantaje inaceptable de Evo Morales*. Editorial [ONLINE], p.19, 2019. Disponível em: <<https://epaper.eldeber.com.bo/2019/11/18/1/epaper/#p=19>>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

<sup>108</sup> EL DEBER. *La batalla informativa en el exterior*. Editorial [ONLINE], p.17, 2019. Disponível em: <<https://epaper.eldeber.com.bo/2019/11/19/1/epaper/#p=17>>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

órgãos internacionais para dizer que houve uma fraude que favorecia Evo Morales, constatado pelos informes da OEA.

Ao analisar os editoriais, foi possível notar que o El Deber tem pautas recorrentes durante o período de 2019 aqui recortado. Em suas falas, são citados: 21-F, Santa Cruz, incêndios florestais, comitê cívico, paro, economia, fraudes, atas desviadas, cerco das cidades, violência e democracia. São utilizados em diversos momentos para ligar e exaltar o tema que querem expor. Na verdade, tensionam em alguns momentos conceitos ou notícias da época, mesmo que deturpadas ou não averiguadas corretamente. Além disso, citaram também alguns países como Equador, Venezuela e Nicarágua e sempre comparando com o que a Bolívia estava passando, trazendo esses três como oposto negativo. O El Deber se põe ao lado dos acontecimentos de forma declarada, construindo a imagem de Evo Morales como um homem autoritário e que cometeu fraude, utilizando sua articulação política para construir uma opinião pública apoiando-se nos movimentos da oposição, principalmente do Comitê Cívico Pró Santa Cruz e seu líder.

### **3. Conclusão**

A direita cruceña e o jornal El Deber juntos conseguiram construir uma narrativa política sobre a ruptura institucional de 2019 que não se assemelha com o apresentado pelas fontes historiográficas do período. A análise mostra como o jornal adotou um discurso em seu editorial que deu legitimidade às

ações contra o governo de Evo Morales, caracterizando o golpe como uma resposta a uma suposta fraude eleitoral e ao autoritarismo do então presidente. O jornal faz parte dos tentáculos da direita cruceña com sua proximidade com o Comitê Cívico e Grupo Líder e se alinha com as demandas da direita cruceña. A relação entre El Deber e a direita cruceña é, portanto, estratégica, pois consolida e reforça a visão política e tensiona os debates que essa classe política deseja. Sendo assim, o jornal foi utilizado não apenas para apresentar os fatos, mas para argumentar e apoiar os desejos da direita cruceña.

## Referências

- ARAUJO, Rafael Pinheiro de. Entre a revolução, a instabilidade política e a ruptura democrática: um olhar sobre a história do tempo presente boliviana entre 2006 e 2019. *Estudos Ibero-Americanos*: Porto Alegre, v. 47, n. 2, p. 1 -27, 2021.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BOLÍVIA. *Constitución Política del Estado*. La Paz: Presidente da Bolívia, 2009
- BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Politéia, 2019.
- CASTRO, Fábio S. M. de, & Fuser, Igor. *Bolívia em tempo de pandemia: crise humanitária e conflito político*. *Intellèctus*, v. 20, n. 2, pp. 50-77, 2021.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. São Paulo: Editora Contexto, 1º edição, 1º reimpressão, pp. 251-268, 2008.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Informar em que circunstâncias? Os dispositivos de encenação*. In: CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. Tradução de Angela S. M. Correã. São Paulo: Contexto, pp. 104-126, 2010.
- NAPOLITANO, Marcos. *Golpe de Estado: entre o nome e a coisa*. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo: USP, vol.33, n.96, pp. 395-420, 2019.
- SCHURSTER, Karl; LEITE, Alana de Moraes. *As novas direitas na América Latina: desigualdade, corrupção e violência*. In: ARAÚJO, Rafael; KALIL, Luís Guilherme Assis; SCHURSTER, Karl (Org.). *Trajetórias americanas: volume 2 (séculos XX-XXI)*. 1. ed. Recife: EDUPE, v. 2, p. 205-230, 2022.
- SILVA, F. P. da. *O fim da Onda Rosa e o Neogolpismo na América Latina*. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 4, n. 2, 165-178
- SORUCO, Ximena. *Da borracha à soja: 100 anos de poder em Santa Cruz, Bolívia*. Em: CUNHA FILHO, Clayton M.; VIANA, João Paulo Saraiva Leão (org.). *A Bolívia no Século XXI: Estado Plurinacional, mudança de elites e (pluri)nacionalismo*. Curitiba: Appris, pp.43-69, 2016.
- STEFANONI, P. y MOLINA, F. “¿Cómo derrocaron a Evo?”, *Anfibia*, 2019. Disponible en: [https://revistaanfibia.com/ens\\_ayo/como-derrocaron-a-evo/](https://revistaanfibia.com/ens_ayo/como-derrocaron-a-evo/).
- YASUNAGA KUMANO, Mayumi. *La media Luna boliviana como factor de inestabilidad*. Documento de Opinión IEEE, 2021.

## 7.

### A democracia racial e as interdições à cidadania:

Gilberto Freyre e depois

Felipe Cazetta<sup>109</sup>

#### 1. Introdução

A entrada da democracia no século XXI, especialmente a partir dos anos 2010, foi tomada por sintomas de esgotamento. A ascensão do paradigma identitário, com demandas específicas a determinados grupos tensiona o modelo liberal estabelecido com a Revolução Francesa e hegemônico até então, onde a igualdade é estendida a todos na sociedade. Por outro lado, a organização política em classes ou partidos, canais privilegiados de representação entre os séculos XIX e XX, também são vistos como insatisfatórios para mediação e pressão por agendas nas arenas de conflito institucional e instâncias decisórias. Diante deste panorama, há o desgaste e tendência de ruptura dos tendões que unem a sociedade e seus representantes políticos, escolhidos pela população.

O perfil dos candidatos eleitos para a câmara dos deputados em certa medida, é um sintoma desse mal-estar

---

<sup>109</sup> Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), professor de História Moderna e Contemporânea e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). E-mail: [felipecazetta@yahoo.com.br](mailto:felipecazetta@yahoo.com.br)

político, ao menos em âmbito nacional. Isso é afirmado ao perceber a dissociação dos aspectos econômicos e sociais da população brasileira de modo geral em relação aos representantes eleitos, por ela escolhido. Haja vista o deputado médio ser homem branco, com mais de 50 anos, ensino superior completo e patrimônio acima de 2 milhões de reais<sup>110</sup>, tal amostra é incoerente com o modelo geral de brasileiro. Fixando-se no critério de remuneração, a renda média nos três primeiros meses de 2024 era de R\$ 3137,00, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)<sup>111</sup>. Diante deste cenário, o diagnóstico de mal-estar em relação ao funcionamento da democracia não se faz pela iniciativa de golpes (apesar dos atos vergonhosos do 8 de janeiro de 2023, e a tentativa de ruptura com o Estado democrático). Tampouco é um fenômeno nacional, pois sintomas similares ocorrem nos Estados Unidos, Hungria, Argentina, Polônia e a lista se estende.

A detecção se dá, portanto, pela eleição democrática de presidentes que são avessos ao regimento político constitucional e legal de seus respectivos países. Assim, uma vez escolhidos pelo voto popular (em seus diferentes formatos, conforme

---

<sup>110</sup> Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/perfil-da-nova-camara-escancara-desigualdades-sociais/amp/>. Acesso em 19 nov. 2024.

<sup>111</sup> Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15092-renda-media-do-trabalhador-brasileiro-cresce-4-0-no-primeiro-trimestre-de-2024-na-comparacao-com-o-primeiro-trimestre-de-2023>. Acesso em 19 nov. 2024.

sistema eleitoral de cada país), tais representantes empenham-se em concentrar poderes no Executivo, perseguem lideranças ou órgãos de comunicação opositores, assim como desacreditar as regras eleitorais (Barroso, 2023, p. 1657-1658). Alguns autores, como o próprio ministro Luís Roberto Barroso, chamam tal modelo de ação de democracias iliberais, outros buscam a atualização do conceito de populismo, para classificar a ascensão de tais lideranças ao poder. Este é o caso de Lynch e Cassimiro (2021).

Os autores detectam a ascensão do populismo a partir do mau funcionamento da democracia liberal, que tem como dinâmica a competitividade plural entre os projetos, como meio de expor a diversidade de pensamentos em disputa através de seus representantes. No populismo, por sua vez, há a inclinação de simplificar, homogeneizar campos em disputa, em polos antagônicos e inconciliáveis (Lynch e Cassimiro, 2021, p. 225). Diante da polarização e a incapacidade de diálogo, o líder emerge como o tradutor das vontades do povo, ainda que “povo” e “popular” passem a ser categorias bastante flexíveis, não correspondendo necessariamente à totalidade da população.

Assim, para os autores (Lynch e Cassimiro, 2021, p. 224), o populismo é um formato de fazer política em democracias ou ambientes de massas, onde o poder se desloca da representação institucional e dos projetos políticos, para a imagem personificada da liderança carismática.

Se por um lado o conceito elucida as disfunções do sistema democrático, por outro, negligencia geografia acidentada

e as fronteiras distintas referentes ao apoio fornecido à liderança populista, compreendendo todo o suporte como emanado das massas. Tal tratamento transparece que a população se torna magnetizada e entra em transe diante da sedução do líder. Ao proceder dessa forma, a análise isenta os grupos de apoio de qualquer responsabilidade, visto serem reduzidos tão somente a massa de manobra passiva que obedece aos caprichos e mandos pessoais de um líder. Ora, é necessário compreender que a população deseja estes líderes, e se há o desejo é crucial estabelecer análise sobre quais aspectos conduziram à emergência destes anseios, em lugar de atribuir aspectos mágicos de sedução e carisma personificado.

A disfunção da democracia e, portanto, a oportunidade de ascensão de aventureiros ao poder surge em situações onde a cidadania é incompleta, e não se manifesta de forma plena para todas as classes e camadas sociais. Logo, a adesão a tais figuras “populistas” não se faz por estupidez ou imaturidade política, mas como mecanismo de buscar em novas experiências políticas, oportunidades que a instituição em seu funcionamento tradicional não oferece. Assim, chamar de “burro” o “pobre de direita”, não evitará que ele se conduza ao radicalismo, apenas o incentivará ainda mais a distanciar ideologicamente do grupo que o ofendeu.

A investigação acerca da construção do Estado e, portanto, o usufruto e gozo da cidadania é salutar para, ao menos nos limites nacionais, compreender o patriarcalismo, que reveste a dinâmica “populista”, e suas manifestações na política

brasileira, entre representante e representados. Souza (2017, p. 38) compreende a alteração da personificação do poder do patriarca, a partir da vinda da família real para o Brasil, modernizando as instituições políticas. A nova forma de Estado, foi acompanhada de mudanças econômicas e a constituição de um mercado capitalista-comercial, ainda que incipiente.

A partir desta análise, há interpretação (do autor deste artigo, e não de Souza) de que a alteração das configurações do Estado, consonante à inserção do comércio de mão de obra via mercado de forma mais dinâmica, fez da cidadania um produto, onde o usufruto completo é acessível apenas àquelas camadas que possuem capacidade econômica para desfrutá-lo. Para o restante da população, há a sujeição ao comércio de direitos em troca de favores. Desse modo, a alteração das formas de exploração econômica, não provocou solavancos ou fissuras na disposição de direitos e na cobertura da cidadania, mas zelou pela manutenção da estrutura social e do acesso restrito aos dispositivos de poder.

Portanto, é ilusório crer que o mercado funcionaria como garantidor de acesso político. Pelo contrário, o poder se manteve cristalizado nas mãos das elites mesmo após o processo de abolição da escravidão. Porém, a dificuldade em se inserir no mercado e ter emprego, trouxe novos estigmas, visto que a ausência de ocupação era sinônimo de ser um criminoso, ou estar fora da proteção de direitos básicos.

O acesso aos direitos civis, sociais e políticos, requerido para pavimentar o caminho para a cidadania ativa (Marshall,

1967), não foi alterado, ainda que os regimes políticos se modificassem, e a participação da população na política fosse progressivamente dilatada. Logo, entende-se, igualmente, que o direito ao voto em si, sem a integração a outros direitos, tais como o acesso ao ensino, subsistência, à dignidade, não garante alteração dos representantes no poder, tampouco a politização dos representados. Tais formas incompletas de cidadania estabelecem a reprodução das elites no poder em forma de clãs, seja pelo afeto patriarcal entre o senhor e o explorado, ou pelo desconhecimento e falta de interesse acerca dos participantes da disputa política.

A exclusão política e as formas anômalas e assimétricas de exercício da cidadania são assinaladas historicamente na trajetória da formação institucional do Brasil. Aspectos como o patriarcalismo, a personalização dos direitos e as relações verticais de poder são ramificadas nas formas de organização do Estado e da sociedade brasileira, revelando, assim, o Estado desigual que carrega consigo, as permanentes desigualdades econômicas e sociais. Diante destes apontamentos estarem presentes na média e longa duração, essas distorções apresentam fronteiras porosas entre a cor/raça e classe, e é seguro para as elites econômicas do país obscurecer tal relação, em vista da relevância demográfica que as camadas pobres e pretas possuem.

Portanto, é objetivo desta investigação apresentar análise do desenvolvimento da construção do mito da democracia racial, a partir da obra de Gilberto Freyre (1900- 1987), com a finalidade

de compreender como tal imaginário coletivo tem potencial de desmobilização política e manutenção do *status quo*. Tal esforço se inscreve na História do Tempo Presente, justamente por abranger múltiplas temporalidades, e partir da compreensão que estes regimes de historicidade, não concluídos, ainda exercem impacto nas práticas sociais, mentais e políticas do presente (Silva e Schurster, 2023, p. 38). Para tal objetivo, serão utilizadas as obras de Freyre, principalmente aquelas publicadas no intervalo dos anos 1940 e 1960 (de projeção do conceito de lusotropicalismo), mas também suas produções nas colunas do Diário de Pernambuco, periódico que atuou quase sete décadas, de forma razoavelmente regular.

## **2. A mestiçagem como formação do Brasil e sob interpretação de Gilberto Freyre**

A organização do Estado brasileiro, em suas bases, foi de costas para a América Latina, negando, portanto, sua condição de, obviamente, país latino americano, e buscando conexões com a Europa. A própria manutenção do trono dinástico, apesar da independência é bastante significativa. Na viragem do século XIX para o XX, quando os Estados se esforçavam por estabelecerem conexão com (ou construir sua imagem através do) povo, as análises referentes à mestiçagem se avolumaram em aspectos científicos e ideológicos.

Os pensadores brasileiros foram permeados por tais influências etnocêntricas vindas da Europa. Diante dos valores

hegemônicos, referentes à pureza racial, o esforço pelo “embranquecimento” da população, e o caráter biologicamente negativo da mestiçagem eram salientados, para a observação do processo de construção da identidade nacional (Munanga, 1999, p. 51). Para a elite intelectual, econômica e política do Brasil, no início do século XX, o negro era visto como base social mais elementar, e portador de características geneticamente negativas.

É a população negra que não foi dissolvida, depurada nas enxertias arianas em termos de fixar num tipo ascendencial a sociedade fluminense. (...). D’ahi essa apavorante industria do crime que em alguns pontos do Estado assume aspectos inéditos de barbaria em flagrante desaccordo com as tradições da sua sociedade adiantadíssima e directa dependência civilisadora da Capital Federal (Coutinho, 1922, p. 5).

A associação entre criminalidade e cor/raça era entendida pelo viés biológico em detrimento de qualquer análise social ou econômica das condições de existência das camadas marginalizadas, em maioria de cor preta. Logo, havia a concepção da natureza corrompida, através dos “comportamentos desviantes” e dos traços genéticos e biológicos intrínsecos à “raça”. Tal discurso racista e cientificista foi fundamental para a organização normativa da população brasileira, inclusive em quesitos legais.

Como observa Boris Fausto (1984, p. 35), entre os finais do século XIX e anos 1920, algumas tipificações no código penal eram acionadas ideologicamente com maior incidência, em relação a outras, apesar de terem características muito próximas. Assim, Fausto observa o baixo número de prisões por mendicância, diante desta exercer pressão necessariamente para ações do Estado no sentido de mitigar a desigualdade social e econômica, e cobrar ação institucional por assistência social, o mesmo não ocorria com o crime de vadiagem. Tal como este, acontecia com o delito de “capoeiragem”, que tratava de reprimir grupos sociais muito específicos, constituídos por escravos e afrodescendentes no início da República. Retomando às prisões por vadiagem, estas também assumem ascensão nos primeiros anos após a proclamação da República, diante da necessidade formação de uma nova moral do trabalho, e um forte aspecto de “educação” dos libertos para o assalariamento e a nova dinâmica do mercado e do capitalismo.

Consideradas a trajetória histórica do negro na formação econômica do Brasil, e sua aquisição parcial de cidadania, diante das obstruções à propriedade (conforme a Lei de Terra, de 1850), à educação formal (com restrições à população escravizada) ao longo do Império, e mantidas durante a República, foi lhe destinado os lugares periféricos de ocupação de representação política e, portanto, de usufruto e gozo de direitos de modo geral. Jessé de Souza (2017, p. 47) compreende que uma vez animalizado enquanto “tração muscular”, e definidos a ele apenas trabalhos manuais

desqualificados (salvaguardadas poucas exceções), a percepção do trabalho era compreendida como algo punitivo, e não enobrecedor, ao negro. Assim, os crimes de vadiagem, do início do século XX, possuíam a finalidade de “educação” e “estímulo” para o trabalhador de forma geral, mas especificamente, de punição e vetos a grossa parcela da população do país, de cor preta, contingente de maior atenção e violência policial e de Estado.

O papel dos intelectuais e ensaístas brasileiros, desde Silvio Romero até Oliveira Viana, foi de abastecimento teórico para a fundamentação de tal comportamento repressivo, assim como de legitimação do mesmo, ao aderirem ao conceito de superioridade e inferioridade racial (Munanga, p. 1999, p. 60). Apesar de compreendido nesta discussão, e inscrito no grupo de ensaístas brasileiros, Gilberto Freyre altera o eixo do debate referente à mestiçagem migrando a atenção da questão biológica para a formação cultural. Assim, observa-se a potencialidade da contribuição do negro à identidade nacional.

No entanto, é importante observar o processo de alteração das percepções de Freyre, assim como algumas (não poucas) permanências em suas perspectivas e interpretações, entre os anos de 1918 (quando começa a colaborar com colunas no Diário de Pernambuco) e os anos de 1930 (período de publicação de suas obras canônicas, ou seja, *Casa Grande & Senzala*, e *Sobrado e Mocambos*). Por um lado, entre os anos de estudos em Columbia e a elaboração de seu mestrado, a mestiçagem “(...) ainda não ocupava o centro de suas

preocupações e não era sobre ela que o trabalho que então desenvolveria ia versar” (Pallares-Burke, 2005, p. 264). Por outro lado, Freyre utiliza de uma potente concepção que capacita a interpretação de singularidade da sociedade brasileira, desde seu processo de formação, ainda no período colonial, e além disso, tornaria a luta de classes algo exótico internamente: o equilíbrio dos antagonismos. Inspirada em leituras de Herbert Spencer, Thomas Carlyle e Franklin Giddings, foi destas bases que Freyre fundou sua concepção de democracia, a partir da diversidade étnica, desqualificando o significado político do conceito e investindo em um modelo de democracia social ou racial (Baggio, 2010, p. 28).

Durante seus estudos nos Estados Unidos, Freyre pode ter contato com a Antropologia de Franz Boas, porém, não deixou se encantar pela modernidade estadunidense. O pernambucano, então com vinte e dois anos criticava o moralismo religioso bem como o materialismo e as formas como tudo se reduzia ao consumo material. “Dois feios gigantes projectam suas sombras sobre o teatro americano: o puritanismo e o commercialismo. Este é o acariciador dos gastos rasteiros, dos desejos vulgares, da mania do ‘happy end’ – tudo desejo de ganhar dinheiro” (Freyre, 1922, p. 3). Apesar de neste trecho não revelar diretamente a valorização à tradição aos moldes conservadores, Freyre salientava ainda jovem, sua aversão à modernidade anglo-saxã e aos seus valores (materialismo, o consumo, o individualismo).

Encerrada a Primeira Guerra Mundial, Freyre viajou para a Europa, onde era desejo cursar seus estudos finais, porém o conflito frustrou tais projetos. No Velho Mundo Freyre pode estreitar contatos com correntes políticas de extrema-direita como a *Action Française* e o Integralismo Lusitano, notórias por defenderem a monarquia corporativa e serem antiliberais e antidemocráticas. Todavia, este não foi o primeiro acesso a tais teorias, pois Freyre escreveu que “por mais de um anno eu estivera em contacto com a literatura ante-Revolucionaria de Maurras; sabia-o mestre influente e inquietante” (Freyre, 1923, p. 3). Em mesmo espaço, Freyre entende os intelectuais da *Action française* como filósofos da autoridade, ordem e hierarquia, contrapostos aos filósofos da revolução, da liberdade e da igualdade. No ano seguinte, ainda sob influência do contato, reverberava as palavras de Léon Daudet sobre o “estúpido século XIX”, por idealizar falsamente a democracia e o progresso da ciência (Freyre, 1924, p. 4). Apesar das referências posteriores ao grupo de Charles Maurras e Daudet se escassearem, Freyre não alterou sua postura em relação aos valores por eles criticados.

Pallares-Burke (2005, p. 180) avalia como breve flerte tal contato de Freyre na França, diante do sociólogo pernambucano acreditar que não seria a partir da democracia ou da ciência que seriam encontradas as soluções buscadas pela Civilização Ocidental, mas através da tradição – no caso francês, a partir das instituições monárquicas. Porém, Freyre encontrou consonância destas ideias em outros autores, que fizeram

marca mais duradoura, tais como os portugueses e espanhóis. Deste modo, se o flerte com a *Action Française* foi breve, as causas em comum foram mantidas, ou seja: a condenação aos valores da modernidade, a democracia e o individualismo, e o materialismo (tanto capitalista quanto socialista).

Freyre buscou nos portugueses Antero de Quental e António Sardinha e nos espanhóis Angel Ganivet e Miguel de Unamuno entre outros, matizes para instrumentalizar suas bases de condenação à modernidade e meios de apresentar como o Brasil e, posteriormente, o mundo lusitano (através do lusotropicalismo), eram singulares e inadaptados à democracia liberal. “Já Anthero sentia ser inconciliável em Portugal o nacionalismo e o liberalismo. E quanto mais o serão na Hespanha! (...). / Portugal se desnacionalizou, republicanizando-se” (Freyre, 1924a, p. 3).

Freyre compreendia, tal como os ibéricos, que a modernidade desviava seus respectivos países do caminho desenhado pela tradição. Assim o liberalismo, o individualismo e a igualdade seriam corrupções quando postas em contato com as organizações do humanismo ibérico. Em substituição à esta modernidade aderiu aos projetos tais como defendidos por António Sardinha, de Aliança Peninsular. Ao lamentar a morte de Sardinha, Freyre elogiou em 13 de janeiro de 1925: “No forte trabalho ‘A Aliança Peninsular’ defende António Sardinha a unidade hispânica na cultura e na acção; (...)” (Freyre, 1925, p. 3). Em escala reduzida, o que era proposto por Sardinha era o pensado por Freyre a partir do “equilíbrio dos antagonismos”,

regulado pelo patriarcalismo da sociedade colonial.

Assim, se as ex-metrópoles e ex-colônias poderiam se unir cultural e politicamente, em reação às ameaças imperialistas dos países anglo saxões, conforme proposto por Sardinha; inscrito em uma sociedade, senhores e escravos poderiam constituir um universo harmonioso, porém, sem desqualificar as violências e poderes pessoais, típicos do sistema disposto, segundo interpretação de Freyre. Tal entendimento, de maneira dialética, transcendeu os limites da organização social brasileira, após a década de 1940, e tomou contornos transnacionais a partir das teorias do lusotropicalismo. Nestes termos, a obra de “engenharia social” desenhada na trajetória de Portugal no mundo, fez exercício de fundação, onde a cultural portuguesa deitou raízes, mesmo em regiões distantes de Portugal. “São outros Brasis e outros Portugais essas províncias do Oriente em que se fala a língua portuguesa, lêem-se os mesmos clássicos, cultivam-se as mesmas artes, conservam-se monumentos do mesmo sabor arquitetônico” (Freyre, 1952, p. 5).

O lusotropicalismo, além de interpretação do processo de desenvolvimento dos espaços de sociabilidade entre os portugueses e os povos em contato com os lusos, tinha como proposta ser disciplina acadêmica. A luso-tropologia, pilar científico do lusotropicalismo implicaria na investigação dos “(...) processos biossociais de adaptação e transculturação, em que a interpretação cultural e miscigenação biológica tem cooperado de modo raro na história dos contatos inter-

humanos e interculturais dessa espécie” (Freyre, 1961, p. 7). Sem desqualificar as violências presentes no contato, Freyre salientava a capacidade plástica do português e de sua identidade cultural, manifesta na relação com o “outro” em espaços distintos, porém nas zonas tropicais do globo.

Apesar de Freyre construir o conceito de lusotropicalismo na década de 1940, foi nos anos 1950 e 1960 que recebeu maior importância do regime salazarista. A década de 1960 foi tomada pelo agravamento das guerras por independência dos territórios afro-asiáticos. Ao apontar que a herança portuguesa seria dada no patrimônio cultural, e assim inscrita na identidade dos povos que teve contato, Freyre dava contornos de relações de intercâmbio cultural inter-étnico, e não de dominação imperialista, às possessões de Portugal em outros continentes. Era um recurso utilizado tanto pelo sociólogo pernambucano quanto pela ditadura salazarista para sublinhar a singularidade das relações de metrópole e suas colônias (ou províncias ultramarinas, após o Estatuto do Indigenato, de 1954).

Salazar objetivava arrefecer as pressões internacionais e manter os vínculos com suas possessões, por compreender que o domínio destas colocava Portugal em prateleira geopolítica superior à que estaria sem aqueles territórios. Freyre, por sua vez, possuía o interesse de afirmar que o Brasil foi resultado de um processo de colonização específico, originando uma sociedade distinta daquelas colonizadas por potências inglesas e francesas (que aderiram à modernidade).

Uma vez tocadas pelo humanismo ibérico, as interrelações eram mediadas por aspectos pessoais, sem a necessidade institucional de registro de igualdade entre as partes. A forma encontrada era apresentar os territórios africanos de língua portuguesa como “Brasis” na infância. Apesar da existência das denúncias de trabalho compulsório, castigos físicos e restrições a direitos básicos nas colônias, feita tanto por representantes de países independentes a agências internacionais (UNESCO, OIT) e intelectuais africanos, Freyre mantinha a interpretação do contato harmônico entre as partes.

A integração portuguesa nos Trópicos – sobretudo no Brasil – dá a Portugueses e a Brasileiros o direito de considerarem uma modesta, mas valiosa terceira força no esforço, que será um dos maiores empreendimentos de nossa época, de se reorganizar o sistema de relações de brancos com povos de cor, dentro de um critério de reinterpenetração não só cultural como étnica de valores que, em vez de repudiar, valorizem a mestiçagem, (...). (Freyre, 1961, p. 2)

Portanto, tal como Bourdieu (2002) afirmou com relação à circulação intelectual de modo geral, não havia um vínculo ingênuo de Freyre à política colonial da ditadura salazarista. Torna explícita a proposta de projetar o Brasil a condição de modelo das relações sociais interétnicas, em um contexto de acirramento das lutas pelo fim da segregação racial (nos EUA e na África do Sul, por exemplo) e das lutas por independência em África e Ásia. Para executar tal projeto de análise, Freyre

compreendia que a formação de Espanha e Portugal foi, ela mesma, singular, pois desprezou o estatuto de pureza racial, e envolveu o contato de mais povos na formação destes países.

Esse modelo de formação fez dos países ibéricos, segundo Freyre (1971, p. 33), regiões de transição entre Europa e África, não sendo integralmente nenhum dos dois continentes. Deste modo, houve a apropriação de práticas cristãs e maometanas na composição de identidade, valores e comportamentos internos e para com o outro, no processo de expansão de Portugal, visto que esse contato com o diferente fazia parte da própria constituição do português.

Como meio de integrar o debate, Freyre citava intelectuais espanhóis nestas considerações ao apresentar “ainda que alguns autores modernos, (...), como Unamuno, por exemplo, desejem a completa europeização da Espanha e Portugal, outros, como Ganivet, sustentam que é procurando no Sul, a África, que Portugal e Espanha encontram a chave de seu futuro e a explicação de seu *éthos*” (Freyre, 2001, p. 58). Portanto, não se tratava apenas da posição geográfica, mas das relações étnicas, culturais e de relações sociais com outro que Freyre afirmava as bases da civilização lusotropical. Deste modo, o homem, integrado a geografia e o clima seria o caminho explicativo para o entendimento da singularidade da civilização portuguesa nos trópicos e da plasticidade do lusitano para se aclimatar nas regiões mais quentes.

Diante dessa inclinação ou propensão do português às terras de clima quente, Freyre busca explicação do

entrecruzamento sexual de portugueses com mulheres de pele morena ou preta através do mito da “moura encantada”. Portanto, concluía que a maioria dos portugueses

(...) sabia que o povo de côr pode ser superior ao branco, como tinha sido os mouros em Portugal e na Espanha; e no seu longo contato com os mouros, considerados naquela parte da Europa, não raça inferior, mas gente superior em civilização ou em arte e ciência, muito haviam os portugueses assimilado dos usos e ideias do povo africano (Freyre, 1971, p. 47).

Freyre avança em termos de desenvolvimento e exploração de novas fontes e caminhos para as pesquisas, apesar de sua linguagem não acadêmica e inclinada ao ensaio. Todavia, tal viés explicativo não deixa de ser problemático, e foi alvo de críticas já nos anos 1950. Buanga Fele (1955, p. 40) (pseudônimo de Mario Pinto de Andrade) criticou incisivamente a percepção de Freyre de que as relações sexuais eram consensuais e mobilizadas pelo fetiche da “moura encantada”. Fele ou Pinto de Andrade desqualificava a interpretação sociológica dada por Freyre, em referência ao funcionamento do aparelho de dominação colonial, entendendo tal fraqueza de análise dada à recusa de se compreender o exercício do poder político e os aspectos econômicos, inscritos nas formas de dominação. Além disso, no artigo, rejeitava a tese de que os aspectos morais faziam o português se interessar pelas índias e negras. A justificativa recaía na desproporção demográfica entre

homens e mulheres brancos na colônia, sendo a mestiçagem algo imposto pelas circunstâncias aos portugueses, e através de violência, em detrimento do entendimento harmonioso e plástico contido nas análises de Freyre.

Tal desenvolvimento, através destas bases sexuais e familiares, a partir da linha argumentativa freyreana, reforçaram o poder pessoal do patriarca e constituiu uma sociedade politicamente desigual, diante das funções de cada indivíduo, em seu interior, tal como os lugares ocupados em uma família (filhos, pai, mãe). Por outro lado, conspirou para que fosse socialmente menos opressiva e segregadora, diante da assimilação destas diferenças, em detrimento do repúdio, como nos EUA, por exemplo. Para uma sociedade cultural e racialmente híbrida, a assimilação não desqualifica ou minimiza o conteúdo de violência (Souza, 2017, p. 33), tampouco afirma a igualdade entre as partes – igualdade esta que Freyre buscava distanciar-se ao criticar a democracia liberal, e o individualismo. Pelo contrário, afirmava a subordinação como elemento estruturante dentro daquele sistema de organização social, porém a partir do “equilíbrio dos antagonismos” retirava o ingrediente explosivo da luta de classes.

Diante das distinções de “raça” e, portanto, de classe, serem revestida pelos “afetos” (amor, simpatia, inveja, repúdio, ódio) do patriarcalismo, as barreiras não são estabelecidas a toda parcela negra da população de forma explícita e institucional. Se por um lado, a segregação assume caráter menos violento do que a congênere nos EUA, por exemplos, por

ser informal, apesar de estruturante da sociedade brasileira; por outro oferece terreno movediço para uma percepção coletiva e única de exclusão, afinal há os atenuantes aplicados pelas camadas dominantes e médias, tais como o ser “quase da família”, “já é de casa”, “já está conosco há tempos”, que obscurecem as relações de dominação acomodando estas através do “afeto” aparente.

Deste modo, o mito da democracia racial, em seus elementos culturais e biológicos dissimula os impedimentos existentes aos negros e não-brancos, através da valorização da circulação e da diversidade. Porém, de forma discreta geralmente, delinea os limites onde cada um pode transitar – e quando rompidas tais fronteiras (apesar de não necessariamente incorrer em infrações legais ou criminais<sup>112</sup>), a violência de Estado é acionada, através da mobilização de aparato policial. Assim, a convivência harmoniosa, enaltecida por Freyre, é atualizada como mecanismo de manutenção da

---

<sup>112</sup> Os “rolezinhos”, diminutivo de “rolê” – gíria referente a passeio - foram um fenômeno marcante para explicitar as formas de exclusão que até então eram invisíveis, por serem impostas pelo poder de consumo, porém, sem impedimentos legais. No início da década de 2010, grupos de jovens da periferia passaram a frequentar locais de alto-padrão de consumo. Apesar de apenas exercerem seus direitos referentes a liberdade de locomoção (previsto no artigo 5º da Constituição federal), tais grupos sofreram sanções ora de seguranças particulares dos shoppings, ora por policiais (por vezes igualmente negros e provenientes de regiões periféricas). Tais jovens promoveram, indiretamente, um exercício sociológico, demonstrando as tensões existentes no interior da democracia racial, onde cada grupo é aceito em sua diferença, de forma harmoniosa, desde que contente com seu lugar imposto.

segregação, de forma escamoteada e ramificada na sociedade brasileira (Munanga, 1999, p. 80).

Contrastante à Freyre, que lança análise social de estrutura harmoniosa e fluida, apesar das regulações existentes e exigidas no interior de um sistema patriarcal, Darcy Ribeiro (1995) enxerga segmentações, em uma estrutura de losango como representação da sociedade brasileira. Em sua disposição tradicional, o topo é ocupado por dois grupos distintos: o patronato empresarial – com poder através da exploração econômica das demais classes, e o patriciado – estabelecido através da dominação política, assim são generais, deputados, lideranças sindicais, etc. Tal estrutura sofreu a inserção de um terceiro elemento, estrangeiro à sociedade brasileira, que são as empresas internacionais, acomodando assim, tecnocratas, que exercem igualmente poder sobre as mídias e veículos formadores de opinião. No setor intermediário, seguem os pequenos oficiais, profissionais liberais, professores etc. Abaixo, estão aqueles que possuem emprego estável apesar de mal remunerado, pequenos proprietários rurais ou arrendatários e administradores de grandes proprietários rurais.

No último extrato “(...) fica a grande massa das classes oprimidas, dos chamados marginais, principalmente negros e mulatos, moradores de favelas e periferias da cidade” (Ribeiro, 1995, p. 208-209). São destas camadas que saem os serviços e funções de menor remuneração e prestígio social (empregados da limpeza, empregadas domésticas, prostitutas, boias frias, enxadeiros etc). Portanto, Ribeiro expõe a associação de classe

e raça de forma explícita, desnudando o que a democracia racial deseja cobrir, ou seja, que a sociedade brasileira se estabeleceu sobre o racismo estrutural. Apesar de não ser institucionalizado ou previsto juridicamente, a dinâmica de exploração da força de trabalho durante a colônia, e após a entrada no mercado capitalista (que em lugar de desestruturar com o assalariamento, corroborou e fortaleceu tal estrutura), o racismo estrutural estabeleceu a coluna vertebral da sociabilidade e cordialidade brasileira.

Diante de tal estrutura excludente e de baixa mobilidade sócio econômica, é difícil de compreender como a sociedade funciona, com camadas exploradas tão largas, e uma elite tão estreita em termos numéricos. No entanto, há uma pactuação interclassista, em lugar do choque entre as mesmas, onde se prefere a manutenção da estrutura, desde que exista uma camada imediatamente abaixo dos pés daquela dominada. Assim, há a acomodação e conformidade, com baixos movimentos de transformação; mas, e às camadas que ocupam o último nível da estrutura de classe social desenhada por Ribeiro?

A elas a assimilação cultural e o “embaquecimento social” são utilizados como instrumento de desmobilização coletivo, concomitante à promoção individual. Assim, a democracia racial e a estruturação a partir do afeto, demonstram seus aspectos mais perversos, pois oferecem ascensão de prestígio individual, dividindo o grupo excluído, coibindo ou dificultando reivindicações por melhorias coletivas.

Há a segmentação do tecido de classe/raça mais numeroso e mais desfavorecido, a partir do repertório ideológico da valorização das diferenças e da miscigenação, da promoção de figuras negras e não brancas, somente individualmente, e a partir daí, há a construção do discurso de que a partir do esforço individual e empenho pessoal na profissão, é possível o sucesso - a que a contrapelo significa igualmente, que se não há avanço, a fracasso não pertence a qualquer outro que não a si mesmo. Deste modo, as estruturas de competitividade, neoliberalismo e individualismo, são aplicadas com eficiência não entre os setores de ponta ou a camada intermediária, mas na base da sociedade. A partir de então há a possibilidade da manifestação do poder patriarcal, e coesão não da classe, mas do indivíduo com o patrão.

Deste modo, o racismo assimilacionista, existente na estrutura da democracia racial, não apenas imobiliza a consciência de classe das camadas subalternas, na luta contra a pobreza, como dissimula o poder sobre o negro. Se processa discurso de sociabilidade dinâmica e sem entraves e em troca da valorização do repertório cultural e culinário negros, mas não as comunidades negras e pobres em si. Se ressalta as danças, a culinária, a “representatividade” que o negro tem “na nossa cultura”, no entanto, cria-se vetos e entraves estruturais para que possam ter representação política, promoção em termos de instrução escolar e, portanto, mobilização social de forma coletiva, e não como elementos individuais e casos excepcionais.

### 3. Considerações Finais

O exercício de poder não se faz apenas pelo imperativo da força, pois assim demandaria mobilização constante e grande dispêndio de recursos físicos e econômicos por parte das camadas dominantes. Há a necessidade de coerção e cooptação de indivíduos e grupos não pertencentes a aderir às práticas e concepções da classe dominante, porém sem inserirem-se nestas. Isto não é feito por doutrinação, mas através da média e longa duração, com convencimento pela violência, seja ela física ou mental.

Deste modo, apesar da sociedade brasileira ser majoritariamente constituída por homens e mulheres negros, não se encontra representação política correspondente institucionalmente, pois a conexão entre classe e cor são interrompidas pelas relações de afeto patriarcal, ou pela sedução da ideologia da democracia racial. Apesar do esforço de lideranças sociais, líderes de movimentos negros e intelectuais buscarem pressão por alterar as estruturas sociais, a democracia racial ainda continua manifesta, como um forte alicerce para o racismo estrutural. O afeto que esconde a violência, o discurso de harmonia dentro de uma sociedade desigual, porém pacífica obscurece as formas de dominação e opressão de classe e, por isso, racial, que se manifesta historicamente no país. Apesar de Freyre nos anos 1930 se posicionar no sentido de promover a participação negra na

composição da identidade nacional como algo positivo, seus textos nas colunas do Diário de Pernambuco, nos anos 1920, revelam um jovem saudosista das tradições e avesso à modernidade. Em outros termos, Freyre valorizava a transmissão das histórias de forma oral, pela ama preta, desde que ela fosse ama e fizesse suas contações na cozinha.

A forma como Freyre estabelecia a circulação dos mestiços na sociedade, e a promoção destes no patriarcalismo, era através da bastardia, das relações extraconjugais. Deste modo, a valorização da identidade negra na sociedade brasileira, era um caminho de conservar as outras estruturas garantidoras da sociedade organizada tal como ela estava. A sociedade brasileira se modernizou, e para isso as elites herdeiras dos coronéis latifundiários, modernizaram igualmente as estruturas de conservação do poder, gerando ruídos no exercício democrático na política e desgastando a legitimidade do sistema.

## Referências

COUTINHO, S. Galeão. “O Problema Imigratorio no Estado do Rio de Janeiro”. In. *América Brasileira: Resenha da Actividade Nacional*. Ano 1. n. 4. Rio de Janeiro: Fevereiro de 1922. Biblioteca Nacional. Setor: Obras Raras. Localização: PRSOR 63125.

FREYRE, Gilberto. “Da Outra América”. *Diário de Pernambuco: jornal mais antigo em circulação na América Latina*. Ano 93. Domingo, 23 de abril de 1922.

FREYRE, Gilberto. “20”. *Diário de Pernambuco: jornal mais antigo em circulação na América Latina*. Ano 99. Domingo, 2 de setembro de 1923.

FREYRE, Gilberto. “49”. *Diário de Pernambuco: jornal mais antigo em circulação na América Latina*. Ano 99. Domingo, 23 de março de 1924.

FREYRE, Gilberto. “88”. *Diário de Pernambuco: jornal mais antigo em circulação na América Latina*. Ano 99. Domingo, 21 de dezembro de 1924a.

FREYRE, Gilberto. “Antonio Sardinha”. *Diário de Pernambuco: jornal mais antigo em circulação na América Latina*. Ano 100. Terça-feira, 13 de janeiro de 1925.

FREYRE, Gilberto. “O Contato de Portugal com o ultramar”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 8 de abril de 1952.

FREYRE, Gilberto. *O luso e o trópico: sugestões em torno dos métodos portugueses de integração dos povos autóctones e de culturas diferentes da Europa num complexo novo de civilização lusotropical*. Lisboa: Comissão executora de comemoração do V centenário da morte do Infante D. Henrique, 1961.

FREYRE, Gilberto. *Novo Mundo nos Trópicos*. São Paulo: Editora Nacional, Editora da USP, 1971.

FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil: aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BAGGIO, Katia Gerab. “Iberismo, hispanismo e latino-americanismo no pensamento de Gilberto Freyre: ensaios e impressões de viagens”. (p. 15-44). In. BEIRED, José Luis Bendicho;

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio (orgs), *Política e identidade cultural na América Latina*, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

BARROSO, Luís Roberto. “Populismo, autoritarismo e resistência democrática: as cortes institucionais no jogo do poder”. *Revista Direito e Praxis*, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 3, 2023 (p. 1652-1685).

BOURDIEU, Pierre. “Les conditions sociales de la circulation internationale des idées”. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Vol. 145. Dez., 2002.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FELE, Buanga (pseud. de Mário Pinto de Andrade), “Qu’est-ce que le ‘lusotropicalisme’?”, *Présence Africaine* 4 (1955): 24-35

LYNCH, Christian; CASSIMIRO, Paulo Henrique. “O populismo reacionário no poder: uma radiografia ideológica da presidência Bolsonaro (2018-2021)”. *Aisthesis*, n. 70, 2021 (p. 223-249).

MARSHALL, T.H.. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: a identidade nacional versus a identidade negra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. *Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SCHURSTER, Karl. *Como NÃO fazer um golpe de Estado no Brasil: uma história do 8 de janeiro de 2023*. Recife: EdUPE, 2023.

SOUZA, Jessé de. *A Elite do Atraso: da escravidão à Lava-Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

## 8.

### O discurso da corrupção como estratégia política da direita:

o caso de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018

Juan Ignacio Assandri <sup>113</sup>

Marcio Jose Melo Malta <sup>114</sup>

#### 1. Introdução

Ao longo de sua história recente, o Brasil tem sido marcado por uma profunda desigualdade estrutural, crises econômicas recorrentes e uma relação complexa entre cidadãos, instituições democráticas e a classe política. Nos anos seguintes ao *boom* das *commodities*, especialmente após 2014, o país entrou em um ciclo de recessão econômica, aumento do desemprego, perda de confiança nos partidos políticos e descrédito generalizado do sistema institucional.

Esse cenário, agravado pelo escândalo da Operação Lava Jato, levou a um processo de deslegitimação da política tradicional que abriu caminho para o surgimento de figuras de direita que se apresentavam como “outsiders” do sistema.

Nesse contexto, a eleição presidencial de 2018 foi um marco na história do país. A ascensão de Jair Bolsonaro, ex-

---

<sup>113</sup> Mestrado em Estudos Estratégicos da Defesa e Segurança pela Universidade Federal Fluminense, Brasil (2025). [juan.assandri1@gmail.com](mailto:juan.assandri1@gmail.com)

<sup>114</sup> Doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense, Brasil (2012). Professor Associado (PPGEST/UFF), e pesquisador do INCT-InEAC. Brasil. [marciomalta@id.uff.br](mailto:marciomalta@id.uff.br)

capitão do exército e deputado federal por mais de duas décadas, ocorreu em meio a um clima social profundamente polarizado. Apesar de estar no Congresso desde 1991, Bolsonaro conseguiu se construir como um outsider, posicionando-se no imaginário coletivo como uma alternativa autêntica à “corrupção” e à decadência institucional. O impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e a subsequente prisão de Luiz Inácio Lula da Silva, figuras centrais do Partido dos Trabalhadores (PT), reforçaram uma narrativa que associava a esquerda ao declínio político e econômico. Nesse contexto, Bolsonaro articulou um discurso que colocava a corrupção como o núcleo simbólico da crise nacional e, ao mesmo tempo, como o eixo de sua própria campanha.

O objetivo deste capítulo é analisar como Jair Bolsonaro construiu discursivamente sua identidade política em torno da corrupção, entendida não apenas como um fenômeno político, mas também como uma categoria performativa que ordena, classifica e exclui. Por meio de uma abordagem pós-estruturalista, com as contribuições de autores como François Debrix (2003) e Mariela Cuadro (2013), abordaremos a ideia de que o discurso não é simplesmente um reflexo da realidade, mas uma ferramenta que a molda e transforma. Em outras palavras, o discurso de Bolsonaro carregou a corrupção de significados morais e políticos e a utilizou como um dispositivo para deslegitimar governos progressistas.

Seguindo essa linha, recuperamos a noção de narrativas históricas proposta por David Campbell (1998), entendidas

como histórias que não apenas descrevem um evento, mas também lhe dão significado a partir de uma perspectiva particular. No caso de Bolsonaro, a corrupção é narrada como um mal sistêmico do qual ele pode redimir o país. Nessa operação discursiva, uma identidade moral também é construída, em oposição a uma alteridade degradada representada pelo PT e seus aliados. Como argumenta William Connolly (1991), toda identidade política é configurada com base em uma diferença hierárquica: o “eu” honesto é definido contra o “outro” corrupto, perigoso e degenerado.

Para examinar como essa narrativa é articulada, o capítulo analisará uma série de publicações feitas por Bolsonaro na rede social Twitter durante sua campanha presidencial. Essa plataforma desempenhou um papel central na construção de sua figura política; nela, Bolsonaro não apenas expressou sua opinião sobre a corrupção, mas também invocou inimigos, definiu a direção moral de seu governo e convocou o povo a se juntar a ele em sua cruzada contra o sistema. Como metodologia, optamos por analisar essas publicações a fim de abordar não apenas o conteúdo de seu discurso, mas também sua forma, estilo e impacto performativo. Lembrando que a performatividade indica que a própria linguagem usada durante os discursos realiza a ação, ou seja, o discurso da corrupção não apenas descreve o fenômeno em si, mas também age e tem um impacto sobre o eleitorado, pois tem a capacidade de gerar e instalar verdades (Connolly, 1991). As publicações selecionadas mostrarão como a corrupção é transformada em um significante

totalizante que organiza o campo político em termos binários e morais.

O capítulo está organizado em quatro seções. Primeiro, apresenta uma visão histórica recente que contextualiza o surgimento da nova direita na América Latina, dando atenção especial ao impacto da desigualdade, da recessão econômica e do descontentamento dos cidadãos. Em segundo lugar, se examina as características discursivas e estratégicas dessa nova direita, com ênfase especial no caso brasileiro. Na terceira seção, será desenvolvida uma análise a partir de uma abordagem pós-estruturalista, com foco na performatividade do discurso de Jair Bolsonaro sobre a corrupção e a construção de identidades políticas. Por fim, oferece um estudo empírico dos discursos disseminados por Bolsonaro no Twitter durante a campanha presidencial de 2018, com o objetivo de identificar como essas declarações produziram efeitos, legitimidade e verdade. O capítulo conclui com uma reflexão crítica sobre os discursos performativos utilizados por Bolsonaro.

## **2. A crise e o surgimento da nova direita na América Latina**

A América Latina passou por flutuações econômicas significativas nas últimas décadas. Desde 2003, os países latino-americanos têm se beneficiado de um super ciclo de commodities que ajudou a melhorar relativamente a posição dos mais pobres e a criação de uma massa de cidadãos que entraram na classe média. No entanto, esse ciclo de commodities entrou em colapso em 2015, afetando gravemente

as economias latino-americanas, causando recessões econômicas e uma crescente perda de legitimidade dos governos que administravam essa situação. Essa crise econômica teve um impacto direto nas estruturas sociais e políticas dos países latino-americanos, causando um aumento nos níveis de descontentamento político em relação aos partidos tradicionais e às instituições democráticas.

Por sua vez, a América Latina é, de acordo com dados da CEPAL (2020), a região mais desigual do mundo em termos econômicos, políticos e sociais. Essa desigualdade se deve a múltiplos fatores: condições estruturais, políticas fiscais regressivas, déficits nos serviços públicos, sistemas educacionais desiguais e trajetórias familiares diferenciadas. Além desses elementos estruturais, há uma dimensão profundamente simbólica e política: a corrupção. Mayumi Yasunaga Kumano, em um artigo publicado em 2018 pelo Instituto Espanhol de Estudos Estratégicos (IEES), argumenta que uma parte importante da desigualdade no Brasil está enraizada na corrupção, que tem sido um fator determinante em praticamente todos os processos eleitorais.

Nesse contexto, surgiram novas lideranças que conseguiram canalizar a inquietação social. Os candidatos de direita, em especial, direcionaram seus discursos contra o chamado “socialismo do século XXI”, ao mesmo tempo em que apontavam a corrupção como um mal endêmico dos governos progressistas. Dessa forma, a direita latino-americana começou a se consolidar como uma alternativa política que combina

elementos neoliberais, discursos autoritários e um forte componente moralizador.

Cristóbal Rovira Kaltwasser (2015) identifica uma “nova direita”, que vem desenvolvendo diferentes estratégias de adaptação na região. Em termos gerais, o autor argumenta que é possível identificar três mecanismos estratégicos de ação. A primeira estratégia consiste em recorrer a mecanismos de ação não eleitorais, ou seja, construir um discurso em relação a “governos corruptos”. Uma dessas práticas é o lobby de vários órgãos estatais por organizações empresariais, tecnocratas e comunidades epistêmicas. Uma segunda estratégia empregada pela direita é desenvolver opções eleitorais não partidárias. Nesse caso, isso dá origem à formação de lideranças que buscam competir nas eleições, mas que deliberadamente evitam criar partidos políticos tradicionais. Quando a classe política como um todo é mal avaliada e os partidos políticos existentes têm baixos níveis de legitimidade, alguns líderes podem achar mais lucrativo se apresentarem como pessoas de fora e críticos do mundo político. A nova direita consegue se apropriar e transformar em discurso o descontentamento de parte da população em relação à classe política tradicional. Por fim, uma terceira estratégia é investir recursos e tempo na formação de partidos políticos, ou seja, mergulhar na batalha programática para competir nas urnas.

Diante do exposto, é importante destacar também a perspectiva de Carolina Jiménez Martín (2020), que sustenta que essa nova direita apresenta traços neoconservadores:

classistas, racistas, colonialistas, militaristas e machistas; narrativas que geram legitimidade em determinados setores da população. Esses discursos se manifestam por meio de posições xenofóbicas e anti-imigração, negacionistas das mudanças climáticas, nacionalismo, oposição à integração regional, uma aparente postura antiglobalização e a consolidação de um capitalismo ultraconservador. Segundo a autora, essas ideias conquistaram espaço na sociedade contemporânea e marcaram parte da agenda eleitoral durante a campanha presidencial de 2018.

Nesse contexto, Jair Bolsonaro conseguiu articular um discurso alinhado com a direita, em que a corrupção se tornou o tema central da campanha presidencial. A desconfiança generalizada nas instituições, a crise econômica e o desencanto com o Partido dos Trabalhadores (PT) após o impeachment de Dilma Rousseff constituíram um terreno propício para a ascensão de uma liderança com traços autoritários e uma linguagem de confronto.

Esse novo cenário político latino-americano, no qual as forças emergentes de direita estão conseguindo disputar significados comuns e construir novas formas de governança, exige uma análise que não se limite a fatores estruturais. Também é necessário observar os modos discursivos pelos quais essas forças conseguem representar a realidade, produzir identidades políticas e consolidar novas formas de legitimidade. Esse é o tema do próximo capítulo.

### **3. O discurso de Jair Bolsonaro sobre corrupção: uma leitura pós-estruturalista**

A campanha eleitoral do Brasil foi marcada pela transformação dos fatos de corrupção em uma narrativa histórica<sup>115</sup>, marcada pela performatividade discursiva. Bolsonaro primeiro recorreu a mecanismos de ação não eleitorais para construir um discurso de oposição à corrupção e depois se posicionou como um possível presidente fora da esfera política tradicional, a fim de vencer as eleições presidenciais.

A corrente pós-estruturalista busca compreender a importância da linguagem utilizada durante a campanha eleitoral. Esse discurso nos permite observar o caráter performativo, indicando que a própria linguagem realiza a ação, ou seja, o discurso da corrupção não apenas descreve o fenômeno em si, mas também age. Dessa forma, a divisão entre o que é dito e o que é feito é abolida (Butler, 1997). A narrativa discursiva exhibe a transformação do ideal para o material, da concepção para o objeto, ao mesmo tempo em que reproduz essas materialidades, ou seja, transforma o fenômeno da

---

<sup>115</sup> Uma narrativa histórica é uma construção discursiva que dá forma e significado aos eventos, organizando-os a partir de um ponto de vista específico. Essas narrativas não refletem uma “verdade objetiva” do passado, mas a produzem por meio da linguagem, carregada de intenções, exclusões e ênfases. Elas são uma forma de intervenção política no presente, pois o que é lembrado e como é lembrado tem efeitos materiais sobre as identidades, os valores e as práticas atuais (White, 1992).

corrupção em um fato em si, como uma verdade universal. A performatividade nos permite pensar que nomear governos anteriores como corruptos não era simplesmente uma descrição, mas um ato que buscava estabelecer uma nova ordem de verdade. A corrupção, assim enunciada, tornou-se uma identidade política negativa contra a qual a liderança de Bolsonaro se posiciona como uma alternativa supostamente moralmente superior.

Por sua vez, para compreender a narrativa de seu discurso eleitoral, é fundamental entender de qual agente ele vem. Nesse caso, Jair Bolsonaro, originário do setor militar, que é carregado de subjetividade e perspectiva. O caráter militar de Bolsonaro, seu pertencimento a uma instituição que historicamente foi apresentada como “disciplinada” e “patriótica”, conferiu ao seu discurso uma carga simbólica de autoridade moral. Esse histórico reforçou a imagem de um candidato que veio para “trazer ordem” diante do caos atribuído aos governos anteriores. A corrupção, nessa lógica, não é mais apenas um crime ou uma irregularidade administrativa: ela se torna uma ameaça civilizatória que exige uma resposta política.

Por sua vez, uma identidade é gerada com base nas diferenças com um outro, uma identidade em termos de oposição à corrupção e, dessa forma, a noção do “outro” começa a surgir. William Connolly (1998) alerta para o fato de que toda construção de identidade implica a produção de um “outro” - uma alteridade - que é desvalorizado a fim de afirmar

a própria superioridade. Bolsonaro se apresentou como a antítese da velha política: incorruptível, alheio às práticas clientelistas e em conexão direta com o povo. Nessa lógica dicotômica, o “nós” é construído em oposição a um “eles” corrupto e decadente, um inimigo dos valores nacionais.

O discurso de Bolsonaro também foi performativo em outro nível: ele não apenas produziu um senso de corrupção, mas também possibilitou ações concretas em nome dessa narrativa. Assim, propostas autoritárias, intervenções militares, ataques ao sistema judiciário e desprezo pelos mecanismos de controle institucional foram legitimados, tudo sob a bandeira de uma suposta “luta contra a corrupção” (Girón, 2019). Nesse sentido, a linguagem não era apenas um veículo para comunicar intenções políticas: era uma prática constitutiva que possibilitava ordenar a realidade, marcar inimigos e justificar decisões.

Por fim, é importante ressaltar que o discurso de Bolsonaro não foi apenas reativo ou defensivo: foi produtivo. Ele produziu identidades políticas, afetos coletivos, práticas sociais e estruturas interpretativas. Em sua campanha, a linguagem não se limitou a narrar a crise: ela a criou, nomeou-a e organizou-a simbolicamente de uma forma eficaz do ponto de vista eleitoral. A corrupção deixou de ser uma categoria analítica e se tornou uma palavra de código, um significante vazio disponível para ser preenchido com qualquer tipo de crítica ao adversário.

Esse processo de construção discursiva se apoiou fortemente nas redes sociais, especialmente no Twitter, uma plataforma que permitiu a Bolsonaro estabelecer um canal direto com seus seguidores, evitando a mídia tradicional. O Twitter se tornou um espaço privilegiado para a produção de sentido, no qual foram disseminadas representações, denúncias e slogans com o objetivo de consolidar uma narrativa de antagonismo. Como apontam Hong e Nadler (2012), as mensagens políticas frequentes nas redes sociais aumentam a visibilidade e a influência dos candidatos, permitindo a consolidação de uma imagem pública coerente e eficaz. Conforme observado acima, os discursos eleitorais serão analisados em termos de corrupção, com base nas postagens de Jair Bolsonaro no Twitter.

#### **4. Análise dos tuítes de Bolsonaro (2019)**

A ascensão política de Jair Bolsonaro não pode ser compreendida sem colocá-la no contexto da crise política e institucional pela qual o Brasil vem passando desde 2013. A presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), enfrentou um processo de impeachment em 2016, formalmente acusada de “crime de responsabilidade fiscal”. Isso foi feito na operação conhecida como “Lava Jato” (lavagem de dinheiro obtido com o desvio de recursos ilegais por meio da empresa Petrobras). O julgamento do impeachment ocorreu em um clima de profunda polarização e com uma cidadania insatisfeita

com a liderança política tradicional. Um relatório elaborado pela Corporação Latinobarômetro (2018) mostra que os cidadãos avaliaram a popularidade do governo com 6 pontos em 100. Esse documento também reflete a perda de confiança nas instituições brasileiras, onde os brasileiros consideram a corrupção como o segundo maior problema do país.

Nesse cenário, a corrupção tornou-se uma narrativa dominante, capaz de explicar todos os males do país: recessão econômica, insegurança, desconfiança institucional e ineficiência do Estado. A Operação Lava Jato gerou um profundo desencanto entre a população brasileira, especialmente na classe média urbana, historicamente sensível à questão da corrupção. Bolsonaro soube ler esse mal-estar e transformá-lo em capital político.

Naquele momento, surgiu uma figura já conhecida no Congresso brasileiro, Jair Bolsonaro. Um oficial militar retirado e empresário de extrema direita que construiu sua carreira política no Congresso. O político brasileiro foi promovido por um partido pequeno e periférico no sistema político, o Partido Social Liberal (PSL), que não tinha uma estrutura e do qual Bolsonaro se tornou membro apenas no início de 2018. Ele potencializou sua chegada a uma grande porcentagem de brasileiros, que viram nele um político transparente que não tinha medo de apontar e expor aqueles que considerava corruptos. Em última análise, as posições “politicamente incorretas” (por exemplo, em relação a expressões e dizeres sexistas, homofóbicos, racistas etc.) foram percebidas por

muitos eleitores como um sinal de autenticidade, que contrastava Bolsonaro com a classe política tradicional. Aqui podemos observar uma das estratégias da nova direita delineadas acima: como o governo do PT foi mal avaliado pelos brasileiros, como mostra o relatório da Corporação Latinobarômetro, foi lucrativo para Bolsonaro se apresentar como um estranho ao mundo político tradicional. Ele conseguiu assumir o controle e transformar o discurso da aversão de parte da população à classe política tradicional e formar um partido que concorreria às eleições presidenciais de 2018.

Jair Bolsonaro consegue se apresentar aos brasileiros como o “messias” que conduzirá o país para fora da crise política, social e econômica por meio do combate à corrupção. Isso significa que Bolsonaro foi capaz de pegar esse elemento, a consideração da corrupção como o segundo maior problema do país, e moldá-lo como parte de seu discurso eleitoral. De acordo com Debrix (2003), o discurso não é apenas um reflexo da realidade, mas também pode moldá-la e, a partir disso, o fenômeno se torna tangível e moldável.

Um dos aspectos mais inovadores de sua campanha foi o uso intensivo do Twitter, não apenas como um canal de comunicação, mas também como uma ferramenta de performatividade discursiva. Bolsonaro não precisou da intermediação da mídia tradicional: sua presença digital permitiu que ele construísse uma narrativa direta e emocional, gerando uma comunidade virtual de seguidores ativos. A plataforma foi o palco a partir do qual “verdades” foram

enunciadas, inimigos foram delineados (“o corrupto PT”) e o povo foi chamado à ação.

Um tuíte de 29 de julho de 2018 resume essa estratégia: “queremos um Brasil sem corrupção, sem ideologia de gênero, sem impunidade, sem violência, sem Foro de São Paulo, e com Deus acima de todos! (BOLSONARO, 2018)”.

Essa mensagem sintetiza seu discurso: uma luta moral (Deus), uma ameaça externa (Foro de São Paulo) e um inimigo interno (corrupção, ideologia de gênero). Uma identidade coletiva “pura” é construída em face de uma alteridade “degenerada”, nos termos propostos por William Connolly (1991), em que o corrupto é o outro, é inferior, deve ser excluído do corpo político. Em 7 de outubro de 2018, dias antes da eleição, Bolsonaro tuitou:

Não permitiremos que controlem a mídia e a internet e que acabem com a Lava Jato. Nosso país não merece ser governado de dentro da cadeia ou por seus alinhados políticos mascarados como opções, mas com a mesma essência que nos destrói. Vamos juntos impedir que destruam o Brasil. (BOLSONARO, 2018)

Bolsonaro assume o papel de um “líder salvacionista” que conclama a população a se unir para impedir que eles destruam o Brasil. Em vez de criticar a corrupção em si, o discurso se compromete a lutar contra ela. Ele busca construir um inimigo que precisa ser impedido de destruir o país.

Por sua vez, o tom messiânico se intensificou com o ataque que sofreu em setembro de 2018, que foi

discursivamente instrumentalizado como prova de seu papel de “salvador” em uma cruzada moral. A partir de então, as mensagens no Twitter apelaram para uma retórica de sacrifício pessoal, destino histórico e redenção nacional. Em 1º de outubro, ele tuitou: “Deus preservou minha vida. Mais do que nunca, estou determinado a mudar o destino do nosso Brasil. A corrupção e o sistema vão ter fim. Nosso compromisso é com a verdade e o povo. (BOLSONARO, 2018)”.

Essa mensagem ilustra a construção simbólica da liderança salvacionista: Bolsonaro se apresenta como um homem escolhido por Deus para acabar com o “sistema” corrupto. O uso de fórmulas como “a verdade e o povo” cria uma relação direta entre o líder e os cidadãos, apagando as mediações institucionais e reforçando uma imagem de pureza moral.

Por outro lado, em 17 de outubro de 2018, dias após as eleições, Bolsonaro tuitou:

Ninguém entende melhor os problemas de uma região do que seu próprio povo, por isso vamos descentralizar os recursos e dar mais autonomia financeira aos estados e municípios. Além da melhor aplicabilidade, a medida facilita a fiscalização e o combate à corrupção de perto (BOLSONARO, 2018).

Podemos ver que ela está estabelecendo uma ideia de sujeito coletivo, a luta contra a corrupção não é responsabilidade apenas do futuro presidente eleito, mas da maioria da população que é contra esse fenômeno. Essa voz

coletiva invoca um senso de povo, de que o povo entende os problemas do país e a corrupção. Esses dois tweets refletem uma ideia de identidade e alteridade levantada por Connolly (1991) e uma clara assimetria. O outro é aquele que está em um degrau mais baixo, os corruptos, os governos do PT, enquanto o tuíte clama por uma identidade coletiva, um ideal do povo que está acima dos corruptos.

Vale ressaltar que a corrupção não era apenas uma causa instrumental (para captar votos), mas também uma ferramenta para redefinir o campo político: o inimigo não era apenas o PT, mas qualquer um que questionasse sua visão de mundo. Assim, o combate à corrupção tornou-se um princípio de exclusão, com efeitos concretos sobre a democracia brasileira, corroendo o pluralismo e justificando práticas autoritárias em nome de uma suposta “purificação” do Estado. Um elemento central do discurso de Jair Bolsonaro durante a campanha eleitoral de 2018 foi a apropriação de uma estratégia típica da chamada “nova direita”: a autoapresentação de si mesmo como um ator fora da política tradicional, desvinculado de práticas clientelistas e, portanto, legitimamente autorizado a enfrentar a corrupção.

Essa representação evidencia a natureza performativa de seu discurso, na medida em que ele não apenas nomeia uma realidade, mas também a produz: ele se apresenta como uma figura redentora, um “messias” político que incorpora a restauração da ordem moral. Por sua vez, esse processo discursivo envolve a construção de identidades e alteridades

claramente delimitadas, em que o “nós” puro e honesto se opõe a um “eles” corrupto e decadente. Essa polarização não apenas estrutura o campo simbólico da campanha, mas também legitima a exclusão e a deslegitimação do adversário político.

## **5. Da campanha ao governo: a ressignificação do discurso anticorrupção**

Uma vez no poder, Jair Bolsonaro enfrentou o desafio de transformar seu discurso em política pública, sem perder a força simbólica que lhe permitiu vencer as eleições. No entanto, a transição de “candidato outsider” para presidente institucional trouxe contradições que prejudicaram sua narrativa original. O discurso anticorrupção - a base de sua legitimidade - teve de ser redefinido para se adaptar às demandas do governo e aos conflitos internos do executivo.

Durante a campanha, a corrupção foi denunciada como um mal absoluto externo ao próprio Bolsonaro; uma vez no governo, os limites entre o discurso e a prática começaram a se confundir. A figura de seu ministro da Justiça, Sergio Moro, um ex-juiz da operação Lava Jato, foi fundamental para sustentar simbolicamente a luta contra a corrupção. Sua nomeação foi vista como uma continuação do discurso moralista e punitivista. No entanto, esse capital simbólico foi rapidamente corroído por uma série de escândalos envolvendo membros da própria equipe do presidente.

Um dos casos mais significativos foi o de Flávio Bolsonaro, filho do presidente e senador, investigado por desvio de recursos públicos (o caso das “rachadinhas”). Diante dessas denúncias, Bolsonaro começou a modular seu discurso: de uma condenação absoluta da corrupção, passou a uma defesa fechada de sua família e círculo político, argumentando que era vítima de perseguição ideológica. Nesse ponto, a corrupção deixou de ser uma categoria universal e se tornou uma ferramenta seletiva de ataque: foi denunciada contra seus oponentes, mas relativizada ou negada quando afetou o próprio governo.

Essa ressignificação também pode ser observada no uso subsequente do Twitter, onde o tom moralista inicial é diluído e uma retórica mais defensiva e polarizadora ganha espaço. Um tweet de 19 de janeiro de 2020 reflete essa mudança: “Alguns querem a volta da impunidade e da corrupção. Com o nosso governo, isso acabou. As narrativas de sempre não vão colar. O Brasil mudou. (BOLSONARO, 2020)”.

Aqui, não se anuncia mais um futuro a ser construído, mas afirma-se que “a corrupção acabou” com sua chegada ao poder, fechando assim qualquer possibilidade de crítica. A corrupção passa a ser algo que existia “antes” e não pode - e não deve - ser associada ao presente. Essa fórmula encerra o debate, nega a possibilidade de responsabilidade institucional e reforça o personalismo da liderança: a “mudança” não está nas instituições, mas na figura do presidente.

Além disso, o discurso anticorrupção foi progressivamente substituído por outras questões que ganharam centralidade: segurança pública, ideologia de gênero, antivacinação, confrontos com o Supremo Tribunal Federal e ataques ao processo eleitoral. Isso mostra como o discurso moral foi instrumentalizado e depois subordinado a uma lógica de governança baseada no confronto, marcando uma ruptura com os compromissos iniciais.

Do ponto de vista pós-estruturalista, esse processo confirma a performatividade do discurso, como diz François Debrix: o que é dito não é apenas uma representação, mas produz efeitos reais, molda percepções e estrutura campos de ação. Bolsonaro construiu uma verdade “a corrupção como a essência do outro” que, uma vez no poder, teve de ser gerenciada e reconfigurada para não se voltar contra ele. Em outras palavras, a verdade que o legitimou como candidato tornou-se um limite para seu exercício do poder.

## **6. Conclusões**

Ao longo deste capítulo, analisamos como o discurso sobre corrupção, no contexto da campanha eleitoral de Jair Bolsonaro em 2018 e sua subsequente administração governamental, funcionou não apenas como uma descrição de um fenômeno, mas também como um dispositivo performativo que produziu efeitos concretos na configuração do cenário político brasileiro. A partir de uma perspectiva pós-

estruturalista, ficou evidente que os discursos não são meros reflexos de realidades preexistentes, mas participam ativamente da construção de significados, subjetividades e identidades políticas.

Essa análise nos permitiu observar que o discurso anticorrupção, longe de constituir uma denúncia neutra, foi instrumentalizado como um significante-chave por Bolsonaro. Nesse sentido, o discurso foi articulado como uma estratégia para a produção de alteridade, por meio da qual foram criminalizados e deslegitimados os atores ligados aos partidos tradicionais e aos governos progressistas que predominaram na região durante as primeiras décadas do século XXI. A corrupção, portanto, funcionou como uma categoria politizada, cuja eficácia estava em sua capacidade de mobilizar emoções, gerar apoio popular e justificar propostas autoritárias em nome de uma suposta regeneração moral do Estado.

Também ficou claro que esse processo discursivo não pode ser entendido isoladamente das mudanças estruturais pelas quais a América Latina passou nos últimos anos, em especial o esgotamento do ciclo econômico das commodities e a consequente crise de legitimidade dos governos progressistas. Esses fatores abriram espaço para a ascensão de lideranças radicais de direita, que encontraram na denúncia da corrupção um recurso central para a construção de uma identidade política diferenciada.

Em uma perspectiva teórico-metodológica, a análise desenvolvida foi nutrida por categorias-chave como a

performatividade do discurso, a construção de identidades e alteridades. O uso do Twitter como plataforma de divulgação e amplificação dos discursos de Bolsonaro mostrou como os processos de comunicação política são reconfigurados no contexto da midiatização digital, intensificando a espetacularização das ameaças e favorecendo a consolidação de lideranças personalistas.

Em síntese, este trabalho propõe uma reflexão crítica sobre os perigos implicados na apropriação do discurso anticorrupção por parte dos setores da nova direita latino-americana. Longe de contribuir para o fortalecimento das instituições democráticas e da cultura da transparência, essa narrativa, baseada em uma moralização punitivista da política, tem servido como plataforma para a deslegitimação do sistema político tradicional, a estigmatização do adversário e a legitimação de práticas autoritárias. Compreender a dimensão performativa do discurso anticorrupção torna-se, nesse contexto, fundamental para analisar como se reconfiguram as coordenadas da política na América Latina e como emergem novas formas de subjetivação cidadã que, em nome do combate à corrupção, podem enfraquecer os princípios democráticos, pluralistas e republicanos.

## Referências

BOLSONARO, Jair. [@jairbolsonaro]. Queremos um Brasil sem corrupção, sem ideologia de gênero, sem impunidade, sem violência, sem Foro de São Paulo, e com Deus acima de todos! Twitter, 29 out. 2018. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1056983692003387392>.

BOLSONARO, Jair. [@jairbolsonaro]. Não permitiremos que controlem a mídia e a internet e que acabem com a Lava Jato. Nosso país não merece ser governado de dentro da cadeia ou por seus alinhados políticos mascarados como opções, mas com a mesma essência que nos destrói. Vamos juntos impedir que destruam o Brasil. Twitter, 20 out. 2018. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1053746882790078464>.

BOLSONARO, Jair. [@jairbolsonaro]. Deus preservou minha vida. Mais do que nunca, estou determinado a mudar o destino do nosso Brasil. A corrupção e o sistema vão ter fim. Nosso compromisso é com a verdade e o povo. Twitter, 7 set. 2018. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1038189776371652609>.

BOLSONARO, Jair. [@jairbolsonaro]. Ninguém entende melhor os problemas de uma região do que seu próprio povo, por isso vamos descentralizar os recursos e dar mais autonomia financeira aos estados e municípios. Além da melhor aplicabilidade, a medida facilita a fiscalização e o combate à corrupção de perto. Twitter, 9 out. 2018. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1049733096371349504>.

BOLSONARO, Jair. [@jairbolsonaro]. Alguns querem a volta da impunidade e da corrupção. Com o nosso governo, isso acabou. As narrativas de sempre não vão colar. O Brasil mudou. Twitter, 26 ago. 2020. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1298621642412568576>.

CAMPBELL, David. Politics without principle: sovereignty, ethics and the narratives of the Gulf War. London: Lynne Rienner, 1998. Cap. 1, p. 7-20.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). Informe especial COVID-19 nº 5. Santiago: CEPAL, 2020.

CONNOLLY, William. Identity/difference: democratic negotiations of political paradox. London: University of Minnesota Press, 1991. Cap. 2, p. 36-63.

CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO. Informe 2018. 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/Candela/Downloads/INFORME\\_2018\\_LATINOBAROMETRO.pdf](file:///C:/Users/Candela/Downloads/INFORME_2018_LATINOBAROMETRO.pdf).

CUADRO, Mariela. El posestructuralismo en las Relaciones Internacionales: una perceptiva alternativa. In: LLEDEROZAS, Elsa (org.). Relaciones Internacionales: teorías y debates. Buenos Aires: EUDABA, 2013. p. 107-130.

DÉBRIX, François. Language, agency and politics in a constructed world. New York: M.E. Sharpe, 2003. Introdução e Cap. 1, p. ix-xix, 3-25.

FIGUEROA GIRÓN, Pablo Andrés. La caída de la izquierda brasileira y el levantamiento do ultra derechismo: corrupção, la iglesia, la economía y el populismo. 2019.

GIRÓN, Lucas. A nova direita e o discurso anticorrupção: o caso de Jair Bolsonaro. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 30, p. 1-25, 2019.

HONG, S.; NADLER, D. Which candidates do the public discuss online in an election campaign?: the use of social media by 2012 presidential candidates and its impact on candidate salience. Government Information Quarterly, v. 29, n. 4, p. 455-461, 2012.

JIMÉNEZ MARTÍN, Carolina. Crisis capitalista y triunfos electorales de la derecha: desafíos políticos para Nuestra América. In: CONTRA NUESTRA AMÉRICA LATINA: estrategias de la derecha en el siglo XXI. Buenos Aires: CLACSO, 2020. Cap. 3, p. 81-105.

KALTWASSER, Cristóbal Rovira. La derecha en América Latina y su lucha contra la adversidad. Nueva Sociedad, n. 254, 2014.

LIVINO, Virgínio Pinheiro Neto. Jair Bolsonaro e a busca pelo conflito permanente: análise crítica do discurso das publicações no Twitter de Jair Bolsonaro durante a eleição presidencial brasileira de 2018. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, 2019.

MAYUMI YASUNAGA KUMANO. El ciclo electoral 2017-2019 en América Latina. Madrid: Instituto Español de Estudios Estratégicos (IEEE), 2018.

QUINTERO, Yoiver Giraldo. Interacción a partir de los mensajes sobre corrupción publicados en Twitter por los precandidatos a la presidencia de Colombia (2018-2022). Revista Colombiana de Ciencias Sociales, Manizales, v. 9, n. 2, p. 440-476, 2018.

ROA, M. C. La corrupción es el principal problema del país, según encuesta Gallup. Blu Radio, 30 ago. 2017. Disponível em: <https://www.bluradio.com/nacion/la-corrupcion-es-el-principal-problema-del-pais-segun-encuesta-gallup-152079>. Acesso em: 25 maio 2025.

WHITE, Hayden. Meta-história: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: EDUSP, 1992.

## 9.

### **Raça de Atlantes:** a Raça cósmica e o mito do eterno retorno dos heróis integralistas ao continente perdido

Márcia Carneiro <sup>116</sup>

Em diversos livros Integralistas, sobretudo A Quarta Humanidade do Chefe Nacional Plínio Salgado e O Quarto Império de Gustavo Barroso, se fez menção a Atlântida e sua volta no cenário realístico da Humanidade. O que seria para nós Atlântida?? O Continente perdido?? Um lugar comparável a pasárgada?? Uma montanha??

Bebendo do misticismo e espiritualismo integralista, com a reinterpretação moderna linearista podemos responder facilmente a essa pergunta: Atlântida não é um lugar no espaço e no tempo; porém uma cosmovisão, um meio de vida, uma harmonia esplendorosa e eterna, que foi roubada desse mundo pelos materialismos judaizantes de 5000 anos.

Cassio Guilherme Reis, presidente do Movimento Integralista e Linearista Brasileiro (MIL-B), em 12/02/2022.

O movimento Integralista no Brasil teve início em 1932, quando foi criada a Ação Integralista Brasileira (AIB). O principal mentor do Pensamento Integralista, Plínio Salgado, escritor

---

<sup>116</sup> Doutora em História Social pela Universidade Fluminense, professora associada do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da UFF, do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória-UFF) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas (UFF-Campos). Coordenadora do Laboratório de Estudos das Direitas e dos Autoriratismos (LEDA-UFF).

modernista, jornalista diletante, teve parcela da sua trajetória intelectual forjada na cidade de São Paulo, por onde circulou ao lado de intelectuais estabelecidos na capital e entre uma intensa juventude, por vezes migrada do interior paulista para a cosmópole, como estes consideravam a capital do Estado de São Paulo nas primeiras décadas do século XX. Estavam esses intelectuais metropolitanos e essa juventude, ávidos, como Salgado, para participarem de um esforço comum de traduzir o Brasil conforme sua “raça” e “cultura nacional”. Neste aspecto, o movimento modernista paulista, ao qual se juntou Salgado, em 1926, intentava abarcar diversas correntes em disputa, objetivando “definir” o povo brasileiro, como o *Abaporu*, o antropófago; *Macunaíma*, “o herói sem nenhum caráter” e o caboclo, o caipira<sup>117</sup>, o miscigenado. Todos almejavam desvendar o *specimen* autêntico do brasileiro traduzido da leitura de Machado de Assis<sup>118</sup> sobre a dicotomia que se queria realista, mas fez-se romântica e manifesta: “O país real, esse é bom, revela os melhores instintos; mas o país oficial, esse é caricato e burlesco” (MACHADO DE ASSIS, 1938, p. 111). No sentido idealizado da oposição Brasil Oficial X Brasil Real, há o estigma

<sup>117</sup> As categorias *caboclo* e *caipira* eram tratadas na primeira metade do século XX, em termos racialistas, eugênicos, enquanto distinção: campo X cidade; branco X mestiço. F. COELHO & CARNEIRO, 2024. A aproximação/similaridade caipira-sertanejo é uma construção midiática com objetivos de valorar de forma capitalista o agronegócio. Conferir: ALEM, João Marcos, 2004-05.

<sup>118</sup> O debate entre o “Brasil Real X Brasil Oficial” é remetido à crônica publicada pelo escritor Machado de Assis do dia 29 de dezembro de 1861, em qual ele apresenta uma crítica à corrupção velada no período imperial. Nesta crônica. Machado de Assis expõe o que considerou como a dicotomia Brasil Real *versus* Brasil Oficial.

latente: a população pobre do interior e periférica das metrópoles é [ainda] a que pertence ao limbo, a não cidadã.

Marilena Chauí (1978) abordou esta temática ao analisar o Pensamento Integralista, sua propaganda e repercussão nacional nos anos 1930:

mas não porque ‘tudo é indeciso’ e sim porque há dois Brasis antagônicos, votados a uma luta mortal. Há, de um lado, o Brasil letrado e minoritário dos residentes na faixa litorânea que inventaram um país constitucionalista e liberal, caricatura da Europa. Há, de outro lado, o Brasil analfabeto e majoritário, formado pela massa sertaneja, pelos proletários e pelos aglomerados municipais fragmentados. Esse é o Brasil concreto e essencial, mas submetido ao poder de caudilhos porque seu individualismo aventureiro, sua dispersão e incultura o fazem presa fácil do Brasil liberal. (...) Para que o Brasil concreto vença é preciso demolir o Brasil formal e dar ao primeiro o que lhe falta, isto é, um Estado forte que lhe dê coesão (CHAUÍ, 1978, p.136).

Outra referência “mítica” em relação à oposição Brasil Real X Brasil Oficial, apontada por Chauí, é a máxima atribuída ao Frei Vicente de Salvador que teria declarado que os colonos portugueses, nos primeiros séculos da colonização, viviam a arranhar o litoral como caranguejos, o que retrataria a desigualdade entre progresso, representado pelos núcleos urbano-industriais localizados na zona atlântica das Regiões Sudeste e Sul e o interior brasileiro, “atrasado” e “sempre a se desbravar”, pois desconhecido e submetido. Quanto à oposição

interior X litoral, Sérgio Buarque de Holanda apresentou sua origem:

(...) E frei Vicente do Salvador, escrevendo no século seguinte [XVII], ainda poderá queixar-se de terem vivido os portugueses até então “arranhando as costas como caranguejos” e lamentará que os povoadores, por mais arraigados que à terra estejam e mais ricos, tudo pretendam levar a Portugal, e “se as fazendas e bens que possuem souberam falar, também lhes houveram de ensinar a dizer como papagaios, aos quais a primeira cousa que ensinam é: papagaio real para Portugal, porque tudo querem para lá” (BUARQUE DE HOLANDA, 1995, p. 107).

Sobre os dois paradigmas dicotômicos que ainda distinguem o povo brasileiro, estes não modelam explicitamente a desigualdade social, mas o que se julga ser o real interesse pela terra brasileira e pela nacionalidade e, por abrangência textual, no integralismo, o esforço heroico (e bandeirante) empreendido pelos atlantes para um novo e definitivo “concerto do mundo” totalitário, sob a liderança de uma raça de heróis.

E, como descrito na epígrafe acima, o presidente do MIL-B, Cassio Guilherme Reis, um engenheiro mineiro, com mestrado em Física, concebe o ideal da Atlântida que fora esboçado na década de 1930 como uma cosmovisão, um caminho a ser conquistado pela crença, pela catarse absoluta: a Revolução Espiritual Integralista. Para o MIL-B. a “evolução”

linear levaria ao rompimento com toda referência judaica no Integralismo, ao considerar que, ao ser investido da coroa de um novo reinado, a vida, e não a morte, de Jesus Cristo teria significado de ruptura com o Velho Testamento, com o Deus dos judeus.

O MIL-B não é o único grupo que se considera herdeiro do Pensamento Integralista. Ainda há grupos, como a Frente Integralista Brasileira (FIB), e outros que buscam conexões entre o Integralismo do passado e a Monarquia Lusitana (das Casas de Avis e de Bragança), e mesmo há, quanto aos usos do passado integralista, o chamado Integralismo Sinistro, que busca, no Integralismo da década de 1930, suas referências místicas perenialistas não cristãs, as das crenças pagãs europeias e orientais.

O integralismo que surgiu no Brasil no século XX ainda é um ninho para o Pensamento das Direitas brasileiras e não se resume ao lema “Deus, Pátria e Família”.

Tanto no século XX como no século XXI, a Revolução Espiritual vale-se de um ideal de pertencimento genético à raça brasileira como a que deriva do amálgama do cristão velho, o colonizador português purificado na pia batismal, com a indígena inocentemente catequizada. Não toda a ascendência europeia nem os descendentes dos movimentos diaspóricos africanos estão automaticamente incluídos entre os “camisas-verdes”. No entanto, a Revolução Espiritual possibilitaria a inclusão de “outros” na horda heroica integralista, seja como homens guerreiros ou mães submissas

ao Chefe da Família e educadoras de futuros heróis e moças gentis, recatadas.

O “matrimônio cósmico” descrito por Plínio Salgado, que permanece no imaginário integralista, representaria não a mistura de sangues, mas a união de almas. Almas das quais estariam ausentes quaisquer vestígios da razão materialista, de acordo com este Pensamento: o sangue semita e os sem-alma que aderem à Modernidade maçônica e comunista.

Nesta análise, considerando convergências temáticas conjunturais e a forma como determinados temas tornam-se emergentes em certas ocasiões, busca-se apreender nos textos integralistas pertinentes, os efeitos da compreensão da categoria trans-historicidade, aproximando-a de abordagens confluentes como as de Bourdieu, para quem “a atualização, entendida como o fato de tornar presente, tem por efeito de torná-lo atuante, eficiente e disponível para novos usos” (BOURDIEU, 1997, *apud* MONTAGNER, 2003).

Em Benveniste se observa

O presente (...) imprime na consciência o sentimento de uma continuidade que denominamos “tempo”; continuidade e temporalidade que se engendram no presente incessante da enunciação, que é o presente do próprio ser e que delimita, por referência interna, entre o que vai se tornar presente e o que já não o é mais (Benveniste, 1989, p. 86).

E por Teixeira da Silva (em QUADRAT, 2024), que pontua metodologicamente a importância de observar o “deslocamento” do Tempo “num processo *trans-histórico* e comparativo entre

processos que se desenvolvem em tempos diferenciados”. Este é o desafio da História do Tempo Presente que, nas palavras de Bédarida “leva a uma redefinição de a leitura histórica do acontecimento em ao mesmo tempo que uma recomposição do período de tempo” (BÉDARIDA, 2001, p. 155).

Outro aspecto a se considerar é em relação às apropriações classicistas, compreendidas enquanto recepção e usos do passado, conforme apontam Funari, Silva e Garraffoni (2020), que examinam as mobilizações e reutilizações do passado que assume um caráter pragmático e instrumental em outros contextos.

Não se trata de “equalizar” as definições de História do Tempo Presente com a concepção de “Usos do Passado”. Não há convergência em relação aos métodos e teorias destes dois campos de uma ainda recente abordagem historiográfica: “Usos do Passado” refere-se à busca de vestígios, geralmente relacionados à História das Civilizações Ocidentais, o período clássico, considerando a observância dos sentidos e significados do mimetismo exposto e sua inteligibilidade por meio da teoria da recepção. Quanto à História do Tempo Presente, esta parte de outra constatação, a das evidências do acúmulo da História que ressurgem enquanto fenômenos. Podemos buscar em Aristóteles uma comparação: “Usos do passado” corresponderia à epopeia e a História do Tempo Presente à tragédia.

Há, no entanto, uma observação sobre uma ‘equiparação’ da tragédia à História do Tempo Presente, pois este método só assume o aspecto trágico como narrativa, mas não como fato.

Este apresenta-se, tal como a percepção de Marx e do modo como a História do Tempo Presente demonstra com sua metodologia, que o fato, no tempo presente, em sua trans-historicidade, ressurge como farsa.<sup>119</sup> A farsa serve, em Marx, desde sua concepção à prática, a fins políticos manipuladores nos quais o uso de uma referência mítica não espelhará o mito em si, pois, os contextos, abrangendo outras condições sócio-estruturais históricas, demandam outras relações políticas. A farsa, portanto, tende à outra tragédia. Eis que a superação dialética encontra sua negação não apenas como antítese, também na síntese que decorre do processo dialético. A expectativa iluminista marxiana, que alguns dos seus críticos entendem como mecanicista, demonstra-se à altura da sua dialética e da capacidade desta lógica que rompe com o “círculo vicioso lógico-formal” (PRADO JR., 1969, p. 12). A gênese histórica, a da experiência humana que antecede o acontecimento (a tese), é o ponto de partida para a análise de Marx d’*O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. No “18 Brumário”,

---

<sup>119</sup> Refiro-me, aqui, à célebre crítica de Karl Marx, na sua obra “O 18 Brumário de Luís Bonaparte” no qual Marx adverte sobre a concepção hegeliana de que fatos e personagens ocorrem duas vezes na História. Marx conclui que, se a história se repete, primeiro, é como tragédia e, depois, como farsa. Esta é a mensagem de Marx ao descrever o episódio, do segundo “autogolpe”, o do sobrinho de Napoleão. Marx demonstra que não fora Luís Bonaparte que, ao se alçar por sua própria vontade ao posto de imperador da França, anteriormente ocupado por seu tio, Napoleão Bonaparte, que teria ele, o sobrinho, criado as condições históricas que se percebem nesse contexto, mas, teriam sido as “circunstâncias e condições” em que se encontraram as lutas de classes que teriam permitido um “personagem medíocre e grotesco representar um papel de herói” (MARX, 2008, pp. 7-8).

Marx trata do uso de um mito, o da autoproclamação de dois imperadores, o que os legitima diante de oposições, o que seria definido como “bonapartismo”, em 1816.

Quanto ao mito, o elemento “místico” se faz presente como objeto de culto, tanto em seus aspectos transcendentais, como abstração religiosa ou política, quanto nos seus aspectos imanentes, o dos rituais, reprodutores das tradições que conservam modos de sobrevivência física comunitária e comportamentos sociais.

Para Jean-Pierre Vernant, o mito teria sido substituído pela tragédia, em fins do século VI, quando o mito passa a representar o tempo decorrido, mas ainda estaria

presente nas consciências, e aos novos valores desenvolvidos (...). No conflito trágico, o herói e o tirano ainda aparecem tão presos à tradição heroica e mítica, mas a solução do drama escapa a eles: jamais é dada pelo herói solitário e traduz sempre o trunfo dos valores coletivos impostos pela nova cidade democrática.” (VERNANT, pp. 7-8).

Vernant questiona se o interesse do mito não vem precisamente da “extraordinária distância” entre o acontecimento original e o ciclo de narrativas que o descrevem e ainda põe em dúvida se não seria, justamente, a distância temporal que nos impressiona<sup>120</sup>.

A relação dos Integralistas com o Passado apresenta-se como drama de uma experiência trágica que serve ao desfecho

---

<sup>120</sup> Cf. RODRIGUES, R., 2017, pp. 151-161.

auspicioso sob a égide divina providencial. Enquanto farsa, o movimento integralista posiciona-se, enquanto *mimesis*<sup>121</sup>, representação. Como escreveu Auerbach, a *mimesis*, a imitação ou a repetição pode ser compreendida como “unidade dentro do plano divino”. Esta é a compreensão do Integralismo que está inscrita no alto do seu primeiro Manifesto, o da AIB, escrito em 1932: “Deus dirige o destino dos povos”. Um único destino para todos os povos, a unidade mítica do eterno retorno, o encontro de paralelas que, tal como ilusão de ótica, unem o início e o fim de um destino designado em sua origem pelo mito.

Para a Metodologia do Tempo Presente, no entanto, não é o mito que se reapresenta em suas características históricas originais, mas a presença do mito e sua representação no imaginário social, em realidades temporais que atualizam mitos e ou mitologias latentes, rompendo com outro mito, o do progresso, não aquele da complexificação dos meios e das relações de produção, mas o do “caminho irretornável” da racionalidade.

---

<sup>121</sup> O termo *Mimeses* é usado de acordo com a interpretação de Erich Auerbach, que se dedicou ao estudo da produção textual da literatura ocidental e que, ao se aprofundar na pesquisa filológica, segundo Segismundo Spina, teria criado um instrumento analítico da vida espiritual de um povo ou de uma civilização. Em *Mimeses – A interpretação da realidade na literatura ocidental* (1976), Auerbach percorre a produção literária europeia desde Homero a Virginia Woolf buscando demonstrar algo comum nesta literatura: os modos de interpretação dos acontecimentos humanos, que demonstram, a seu ver “um acontecimento terreno significa, sem prejuízo da sua força real concreta aqui e agora, não somente a si próprio, mas também um outro acontecimento que repete preanunciadora ou confirmativamente.” (p. 500).

Para François Bédarida, o historiador do Tempo Presente, citando Balzac (*La Vieille Fille*) e Marx (*Le 18 Brumaire*), escreve:

Agora, no universo ao nosso redor, os mitos estão em toda parte. Porque os mitos das sociedades modernas têm pelo menos tanta relevância quanto os mitos das sociedades arcaicas.” (BÉDARIDA, 2003, p. 235).

A partir destas reflexões, toma-se a análise do movimento integralista, com sua longa duração, no que se refere a sua continuidade, desde 1932 à atualidade, em que se denota a relação à fidelidade dos integralistas à Doutrina do Sigma, considerada em sua totalidade: movimento e pensamento que se pretende ato, enquanto síntese paradigmática<sup>122</sup>, como exemplo de uma concepção trans-histórica, em termos filosóficos e geracionais que preza por considerar uma temporalidade escatológica, em que a História é composta por rupturas, por Eras definidas, com seus inícios e fins bem demarcados, como Gustavo Barroso, escritor, folclorista e Chefe das Milícias Integralistas entre 1934 a 1935, depois, Secretário Nacional de Educação Moral e Cívica da AIB as descreveu, dividindo-as em etapas dominadas por “Impérios”:

---

<sup>122</sup> Um exemplo desta trans-historicidade pode ser entendido a partir da análise do militante integralista Sergio Vasconcelos (2015) ao descrever, corroborando a longa duração do movimento integralista, sua história recente, da qual é importante protagonista, relacionando-a à obediência à Doutrina forjada na década de 1930.

Gustavo Barroso descreveu estas etapas procurando definir os seus contextos históricos com base em critérios de caracterização social de “raças”: o “Império do Carneiro” corresponderia à Antiguidade, com o aporte civilizatório dos europeus, brancos sobre outros povos; representando um período de “estado de guerra” hobbesiano; no “Império de Loba” predominariam os aspectos religiosos, morais, de poder militar e civil, força e individualismo, representando o domínio romano; no “Império de Capricórnio” venceriam os aspectos materiais decorrentes da confusão gerada pela Reforma Protestante, pela Revolução Francesa e pelo liberalismo; a salvação e finalidade última desta evolução estariam no “Império do Cordeiro”: o tempo da síntese econômica-política-espiritual, ‘da totalidade absoluta’<sup>123</sup>. Para isso, seria preciso remover os obstáculos do avanço do espiritualismo, da síntese sonhada pelos integralistas. Segundo Barroso, os provadores da discórdia materialista: os judeus e comunistas. (CARNEIRO, 2007, p. 105).

A importância da releitura do passado para o Movimento, em sua longa duração, na qual carrega os traços geracionais, é o de selecionar textos políticos e doutrinários que afirmem uma constante legitimidade do Pensamento Integralista enquanto Pensamento político autenticamente nacional. A Doutrina é atualizável posto que condensa perspectivas e expectativas do povo brasileiro em conjunturas diversas, encontrando, nestas conjunturas a permanência de um sofrimento que teria sido

---

<sup>123</sup> Cf. MAIO, Marcos Chor. Nem Rotschild nem Trotsky – o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

causado pelo rompimento com um ideal de combate e de esforço heroico. Assim, a trans-historicidade integralista define-se no esforço de manter o passado eternamente presente, reproduzindo o eterno trabalho de Sísifo, que, para a militância integralista, representa manter o heroísmo (atlante) de jamais abandonar o trabalho de levar o ideal integralista à condição hegemônica e enganar a Morte, lutando contra o sofrimento, sofrendo. Esta é a saga do herói integralista: carregar eternamente a pedra, até o fim dos tempos e, através deste, alcançar o último Ocidente e o primeiro Oriente: a Era Integralista. Porém, o caminho representa o sacrifício frente ao destino. Para Salgado, a tragédia é o fardo a ser vivido:

A conjuração das fatalidades constitui o espírito do velho teatro grego, que exprimiu, tão ao vivo, a vibração da consciência dos povos da antiguidade, arrastados todos como títeres aos conflitos em que a imprescritível vontade dos deuses traduzia a inamovibilidade das forças naturais no embate com as superiores diretrizes do espírito humano (SALGADO, 1934, p. 95).

Gustavo Barroso, assim comparou o Integralismo à pedra:

O Integralismo é a pedra que rola da montanha. Quando o fogo que lavra eternamente nas entranhas da Terra, para que ela sofra o seu sofrimento rebente em messes desse ouro à superfície, rasga as paredes laterais de pedra bruta, as águas revoltas do oceano penetram nas cavidades subterrâneas. Um duelo formidável, então, se trava no fundo misterioso dos abismos. Rompido o leito que separa o mar do foco de

minerais em ebulição, o oceano de água se encontra peito a peito com o oceano de lavas derretidas (BARROSO, 1935, p. 15).

Opondo as trevas subterrâneas à luz “das primeiras auroras da Criação”, Barroso expõe, no mesmo texto que as trevas e a luz são duas forças contrárias que “lutam pelo domínio do mundo. E é da sua dor e do seu equilíbrio que a vida e a evolução podem continuar à face do planeta.” (BARROSO, 1935, p. 15)<sup>124</sup>. Neste sentido, o Pensamento Integralista não opõe temporalidades, as integra à duas perspectivas que estão presentes na compreensão do Tempo pela Igreja Católica, ambas apontando para a eternidade enquanto teleologias divina e humana: a da eternidade e a da utopia.

Outra contribuição possível para compreensão da presença da trans-historicidade como comparação entre processos que se desenvolvem em tempos diferenciados do Movimento Integralista é o uso da análise do Mikhail Bakhtin:

A aptidão para ver o tempo, para ler o tempo no espaço do mundo e simultaneamente, para perceber o preenchimento do espaço como um todo em formação, como um acontecimento, e não como um pano de fundo imutável ou como

---

<sup>124</sup> Esta compleição escatológica do povir no Pensamento Integralista reflete a explanação de Agostinho: “Dois amores formaram duas cidades: o amor de si mesmo, atingindo até o desprezo de Deus, uma cidade terrena; e o amor de Deus, atingindo até o desprezo de si mesmo, uma cidade celestial.” (AGOSTINHO, Sto . De civ. Dei, 14, 28 (PL 41, 436) *apud* IGREJA CATÓLICA. Carta Encíclica *Humanum Genus* do Sumo Pontífice Papa Leão XIII – Sobre a Maçonaria, 1884).

um dado preestabelecido. A aptidão para ler, em tudo – tanto na natureza quanto nos costumes do homem e até nas suas ideias (nos seus conceitos abstratos) –, os indícios da marcha do tempo em tudo (...). Tudo é relacionado com os momentos que lhe correspondem na vida do homem (com seus costumes, na sua atividade, seu trabalho) e que constituem o tempo cíclico (BAKHTIN, 2000, p. 243).

Considerando as abordagens que, direta ou indiretamente, apontam para a fluidez abstrata do Tempo na História, entende-se que estes aspectos não tratam apenas de algum esforço subjetivo da Ciências Humanas. Consultando a Física, como alegoria, não uma analogia, o Paradoxo dos Gêmeos (restrito) pode servir de inspiração aos que a rigidez do cartesianismo nos impede de refletir sob outro paradigma, anulando a possibilidade do “sentimento de funcionamento defeituoso” (KUHN, 1998, p. 126), e impondo limites academicistas (muitas vezes anacrônicos) ao que Thomas Kuhn considera como diferentes perspectivas entre o observador externo e o interno, no caso deste tema abordado, a trans-historicidade que é compreendida pelos integralistas e a que é entendida pelos analistas externos. Segundo Paulo Crawford (2012), estudos aprofundados das construções geométricas de espaço-tempo e soluções das equações de Einstein, da sua Teoria da Relatividade Geral, levam à possibilidades de admissão de curvas temporais fechadas que podem significar a possibilidade ao observador que segue determinado trajeto no espaço-tempo a expectativa de retorno ao passado desejável.

Quanto ao gênero do discurso integralista, em relação à possibilidade de sua apreensão trans-histórica, referimo-nos a esse como Romance, compreendo a Doutrina do Sigma como uma obra inacabada (BAKHTIN, 2010). Bakhtin aponta como características do Romance que podem ser atribuídas à Doutrina do Sigma e sua recepção através das gerações, desde a década de 1932, a partir da mentoria de Plínio Salgado.

A língua e o estilo do romancista são tratados não como a língua e estilo do romance, mas qualquer coisa como a expressão de uma determinada personalidade artística, como o estilo de um determinado movimento, ou, finalmente, como um fenômeno geral da linguagem poética (BAKHTIN, 2010, p. 364).

E, nos aprofundando dos aspectos polifônicos presentes no Romance de Dostoievsky, continuamos com Bakhtin, no entendimento de que a constituição polifônica da Doutrina do Sigma, tanto quanto em relação às contribuições contemporâneas, da década de 1930, e como ao nexo geracional que, vinculado à Doutrina original, se adapta aos tempos coevos, adquirindo trans-historicidade, sendo reinterpretadas por personagens/autores independentes, significando a eterna juventude dos integralistas, como é aclamada no Hino Avante, composto pelo próprio Chefe Plínio Salgado:

Avante! Avante!  
Eis que desponta outro arrebol  
Marchar, que é a primavera  
Que a Pátria espera

Uma das tarefas dos atlantes (heróis) integralistas é afirmar o Pensamento Integralista enquanto Pensamento Político autônomo. Neste sentido, em coletânea publicada em 2015, *Existe um Pensamento Político Brasileiro? Existe, sim, Raymundo Faoro: o Integralismo!*, organizada por Gumercindo Rocha Dórea<sup>125</sup>, apresenta-se como exemplo desta constância em unir as paralelas de um drama trágico, de sofrimento que se julga causado pela modernidade.

É significativo, para os atuais integralistas, buscarem em texto do jurista e politólogo Raymundo Faoro, uma resposta para uma definitiva compreensão do Integralismo como ação política fundamentada em uma Doutrina coerente em relação aos aspectos interpretativos do Brasil enquanto Pensamento Político e apartada do epíteto fascismo. Também é importante consultar a compreensão de Raymundo Faoro acerca da distinção que faz entre Filosofia Política e Pensamento Político:

A filosofia política — lembra Leo Strauss - não se identifica ao pensamento político. O pensamento político é coevo à vida política. A filosofia política, entretanto, emergiu de uma vida política específica, na Grécia, em passado que deixou

---

<sup>125</sup> Gumercindo Rocha Dórea foi um fiel militante, líder dos “Águias Brancas”, como eram chamados por Plínio Salgado, os jovens da década de 1940 que se reuniram nos Centros Culturais da Juventude. Rocha Dórea, como proprietário da Editora GRD, publicou e republicou centenas de obras integralistas, desde as produzidas na década de 1930 até as escritas por militantes neointegralistas do século XXI. Rocha Dórea manteve-se integralista atuante até sua morte, em 2021, aos 96 anos.

registros escritos (FAORO, 1987, p. 9).

Faoro ainda distingue:

*O logos, a filosofia política, a ciência política, as ideologias, transita, pode ser exportado e catalogado, comunica-se, frequenta os livros e os discursos. Expressa-se em proposições enunciativas, escrito nos livros e pôs discursos: é um saber formulado. O pensamento político, entretanto, como ação, como atividade concentrada, não se confunde com o exercício de jornadas intelectuais, como exercício retórico. A ideologia e a filosofia política corporificam um princípio político e se propõem a realizá-lo (FAORO, 1987, p. 9).*

Embora os modelos fascistas imprimam-se pelo pragmatismo, pelo imediatismo das ações e do uso de neolinguagens, atribuindo-lhe ausências de apriorismos, ou planejamentos intelectuais, o Pensamento Integralismo reuniu vasta literatura inspirada na Filosofia Clássica e na História política romana. Porém, seguindo a compreensão de Faoro, como a assumiu o Integralismo da geração do pós-Guerra em diante, o Integralismo se faria na ação política enquanto ato heroico de promover a Revolução Espiritual integralista: tornar implícita ao militante sua missão e explícita ao restante da nação, um único desígnio: a cosmogonia atlante, seja católica ou da Religião Integralista.

Neste sentido, pode-se atribuir ao integralismo à construção de uma filosofia política, enquanto Doutrina, baseada numa compreensão atribuída a Miguel Reale de que a Doutrina

do Sigma resultaria de somatório, simbolizado pelo Sigma ( $\Sigma$ ), das filosofias compreendidas como não materialistas. Isto exclui quaisquer formas de pensar, seja filosófica ou científica que tenha contribuição judia. No contexto dos cinquenta anos que sucederam a fundação da AIB, até a década de 1980, parecia insuperável a noção de que o Cristianismo seria a superação definitiva do judaísmo e o Integralismo demonstrava que esta superação se realizaria definitivamente com o cumprimento da última Era, o “Império de Capricórnio” e a chegada do “Império do Cordeiro”, a época em que Jesus Cristo cumpriria sua missão final, em que seu sacrifício pela humanidade, a morte e ressurreição como Deus, representaria a ressurreição coletiva da humanidade após milênios de sofrimentos que teriam sido agravados no último “Império”, o da Era Moderna, como descreveu Plínio Salgado

Os povos da Terra ficaram surdos de tanto ouvir o rumor das máquinas e cegos na contemplação das suas grandezas. E ouviu-se, então, o tropel dos cavaleiros do Apocalipse, nos hemisférios do mundo. E eis que os homens enlouqueceram. E a loucura dos homens tornou-se o instrumento da sua própria expiação (SALGADO, 1944, p. 93).

Na construção de uma “Filosofia” própria, como a Doutrina do Sigma constitui-se para os integralistas, Miguel Reale fez uso do conceito de “superamento” de Alfredo Rocco. De acordo com esta concepção, Reale compreendeu que o conceito de “superamento” atendia ao propósito integralista de depuração do Pensamento Ocidental, excluindo a fase iluminista,

mas não retornando ao período medieval. Atendia-se, assim, à mensagem da Igreja Católica desde o *Ralliement* de Papa Leão XIII, que compreendeu a necessidade de “reconciliação do mundo moderno com a Igreja”, para muitos católicos tradicionalistas representa, ainda no século XXI, o *Ralliement* significou um fracasso pastoral, como anunciou Roberto de Mattei, ao lançar seu livro *Le Ralliement de Léon XIII – L'échec d'un projet pastoral*, na cidade de Paris, em junho de 2016. O *Ralliement*, enquanto reconhecimento das mudanças políticas, econômicas e sociais provocadas pelas Revoluções Francesa e Industrial, motivou a reação da Igreja Católica que anunciaria, por meio das últimas Encíclicas Papais do século XIX, o projeto de convivência da Igreja com o mundo transformado pelas duas Revoluções, oferecendo aos católicos a proposta de uma ordem neotomista na qual a organização dos Estados se apoiariam em concepção de que a comunidade estatal deveria obedecer uma ordem hierárquica de organização na qual a base seria a Família, tendo como Chefe, o pai trabalhador sindicalizado. No topo do Estado, estaria a Pátria ou a Nação, que não se confundem nesta concepção. Sobre todos os chamados “grupos naturais”: a família; os grupos espirituais; as associações profissionais (os sindicatos) o município e, por fim, o Estado (a nação). Sobre todos, estaria a égide divina.

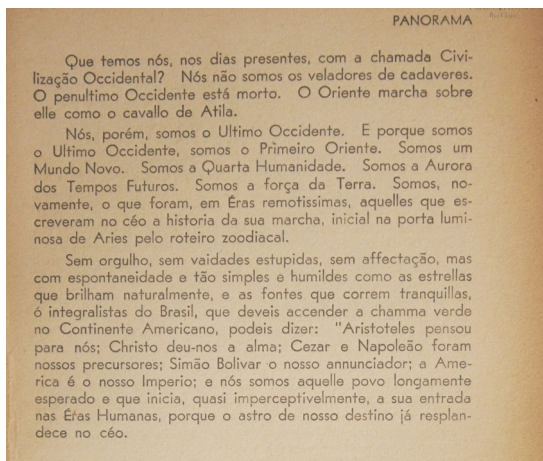
A formação de Salgado, um dedicado leitor de obras clássicas, encontraria, ao construir o projeto integralista uma rede de sociabilidade<sup>126</sup> composta por muitos intelectuais que, no

---

<sup>126</sup> A categoria “Rede de sociabilidade” é usada por Jean-François Sirinelli (2003) no intuito da compreensão acerca das relações construídas entre

âmbito da Ação Integralista Brasileira, tendo-o como Chefe Nacional, submetem seus conhecimentos aos parâmetros doutrinários, cujos limites teóricos estariam demarcados pelas fronteiras da Civilização Cristã Ocidental.

Abaixo, como descreve o texto em *fac-símile* da página 9 da primeira edição da Revista Panorama, publicada em janeiro de 1936, a proposta do Integralismo brasileiro, a sua proposta de construção de uma nova Humanidade que se forjaria do conhecimento acumulado do Ocidente.



Página cedida pelo Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, São Paulo.

Salgado embrenhara-se em analisar a alma caipira, a do herói dos sertões brasileiros, visando expurgá-lo de estigmas consolidados, como o retratado na década de 1910, por Monteiro Lobato. Este escritor paulista, ao escrever a coletânea Urupês, desta forma nomeava um personagem que se tornaria intelectuais eruditos que, em determinada conjuntura, compartilham pensamento e se engajam em propósitos comuns.

tanto conhecido, como desprezado, o Jeca Tatu. O Jeca Tatu é ele mesmo o urupê, o cogumelo poliporáceo, o “orelha-de-pau”. Acororado e amarelo, o Jeca Tatu era a representação do caipira, um “piraquara<sup>127</sup>”: “Nada a esperta. Nenhuma ferroteada o põe de pé. Social, como individualmente, em todos os atos da vida, Jeca, antes de agir, acocora-se.” (LOBATO, 2009, p. 169). Lobato colocava em questão o que ele entendia como o homem submisso, acororado, sem iniciativa, sem atitude.

Nestes anos das décadas de 1910 e 1920, o caboclo seria intensamente necropsiado vivo. Vivo, mas distante, pois seu lugar é o sertão, a lavoura, a terra que não lhe pertence, ou a pequena lavoura familiar. No modernismo paulista, o caipira define o caboclo. Posteriormente, como o fez Antonio Candido, em 1964, ao publicar *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista*, apresenta-o como aquele que resulta da união da herança portuguesa com a indígena. Candido, no entanto, exprime, na sua análise que o caipira não seria um tipo racial, mas um tipo social.

O caipira, no integralismo, é ainda, o atlante, aquele que carrega o mundo em suas costas, desde o limbo, onde se encontram as origens e das quais Plínio Salgado é seu porta voz, como escreveu Tasso da Silveira, um dos mais importantes poetas do Integralismo: “ele [Salgado] é de fato uma expressão violentamente brasileira. É uma ‘voz da raça’”.

A referência ao “caipira” Salgado é constante entre os integralistas e seus pares do Movimento Modernista brasileiro de

---

<sup>127</sup> Piraquara: comedor de peixe, ou pescador. Este é um vocábulo nheengatu (língua-geral do Brasil [tupi-guarani] no período colonial).

1922. Cassiano Ricardo, companheiro de Salgado no “Movimento Verde-Amarelo” e na “Escola da Anta” durante a Semana de Arte Moderna (São Paulo, 11 a 16 de fevereiro de 1922), escreveu sobre o colega

Caipira do Vale do Paraíba, mas civilizado; pode-se incluir na família intelectual de Lobato e Euclides pelo feitio pessoal, teluricamente brasileiro. Inquieto, instantâneo para escrever; mas a um só tempo, capaz de graves reflexões sociológicas, artísticas, “poiéticas” que exigiam vagar. Vivo como corruptora no seu poder de invenção, era cinético no seu convívio. Capacidade de comando e de proselitismo.<sup>128</sup>

Nas palavras do companheiro partidário do Integralismo, Miguel Reale:

Era um intelectual e acho que se manteve um intelectual até o fim. (...) Plínio Salgado era um político de cultura muito superior ao usual nos meios partidários. Cultura literária, filosófica e política. Era um temperamento irrequieto, um feixe de nervos, e com uma intuição fora do comum. Disse certa feita que a característica de sua inteligência era a intuição, que ele detinha um gênio intuitivo, (...). Prevalencia nele um poder de intuição próprio do brasileiro. Intuição dos problemas sociais, políticos e uma grande capacidade de apostolado. Foi sobretudo um

---

<sup>128</sup> Cf.: RICARDO, Cassiano. *Viagem no Tempo e no Espaço*. Rio de Janeiro – Civilização Brasileira – 1970, p. 35, nota 1 *apud*. *Blog Integralismo*, publicado originalmente em 2008, acessado em 01/06/2019: <http://integralismo.blogspot.com/2008/10/opinio-de-cassiano-ricardo-sobre-plnio.html>

homem que mobilizava inteligências e a opinião pública, capaz de falar tanto ao intelectual como ao homem do povo, porquanto sua palavra vinha carregada de afetividade e sentimento. Jamais acreditou na direção do país tão-somente com ideias puras, ou seja, com idéias apenas através de conceitos. E sentia a necessidade de governar lançando mão também dos elementos de comunicação, que envolvem sem dúvida aspectos afetivos. Era inegavelmente um homem que tinha uma dedicação à causa brasileira que não pode ser contestadas<sup>129</sup>.

De acordo com Norberto de Paula Lima, tradutor e redator de detalhadas Introdução e notas dos diálogos *Timeu e Critias ou a Atlântida*, de Platão<sup>130</sup>, teria sido que, pela primeira vez, na literatura, apareceram a referência à Atlântida. Lima escreve sobre aqueles que seriam registros de diálogos reais entre Sócrates, Timeu e Crítias. O diálogo teria ocorrido na casa de Crítias, na cidade de Atenas. A contribuição do tradutor revela que o diálogo teria ocorrido no 5º século antes de Cristo e fora obra da velhice de Platão, anos depois de sua *A República*, revelando, segundo o tradutor, uma tradição mística que alcança todo o planeta.

---

<sup>129</sup> Trecho retirado de “MOTA, Lourenço Dantas. A História Viva (I): [entrevistas]. [2. ed.]. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1981. A Entrevista de Miguel Reale encontra-se entre as páginas 321 e 345. As passagens transcritas foram retiradas das páginas 324, 325, 327, 334 e 335.”. Cf.: <https://integralismolinear.org.br/miguel-reale-sobre-o-chefe-nacional/>. Acesso 06/06/2025.

<sup>130</sup> Esta tradução se refere à publicação dos Diálogo pela Editora Hemus, de 1981.

Do Mediterrâneo, do norte africano ao norte da Europa e à América, a concepção de uma raça de gigantes teria se forjado no lendário continente e povoado de heróis, cujos usos de suas *virtù* e fortunas, usando a linguagem de Maquiavel n' O Príncipe<sup>131</sup>, faziam-se por adequarem-se às conjunturas e contextos históricos. Adiante, será apresentada a percepção integralista do heroísmo atlante.

O ideal de heroísmo, no integralismo brasileiro, é uma das marcas que lhe dá a especificidade que o distingue de quaisquer outros movimentos ou partidos nacionais aos quais são aplicadas versões de analogias apenas demonstradas por campos ampliados como os de fascismos, autoritarismos, ou as que se referem ao lema “Deus, Pátria e Família”.

## **1. A relação entre o herói Atlas e os atlantes**

A história da Atlântida, segundo a mitologia, de acordo com Paula Lima, é cenário do décimo primeiro trabalho de Hércules, quando ele vai em busca das maçãs de ouro das Hésperes, filhas do titã Hésperus, irmã do titã Atlas. Neste caso,

---

<sup>131</sup> Na obra O Príncipe, Maquiavel, como escrevem Cezar Arnaut e Leandro Ferreira Bernardo, utilizou o conceito de *virtù* para se referir a todo o conjunto de qualidades e possibilidades, sejam elas quais forem, cuja aquisição o príncipe possa achar necessária a fim de ‘manter seu estado’ e realizar grandes feitos. Maquiavel utilizava o termo *virtù* para se referir qualidade necessária, sejam quais fossem, do governante para vencer as incertezas da Fortuna ou da sorte e buscar desse modo resultados como a honra, glória e fama.

há uma disputa entre duas versões do “Atlas”. Se para Paula Lima, o Atlas titã, seria o Atlas dos Diálogos platônicos, Pierre Vidal-Naquet esclarece que, embora Platão não se remeta aos mitos relativos a Posídon (Poseidon), o historiador infere sobre a origem divino-humana de outro Atlas, primeiro dos dez filhos, cinco gêmeos, frutos do amor entre Posídon e Clito. Atlas teria sido nomeado rei por seu pai, A região do seu reinado seria a qual onde se encontra hoje a Maurítânia que se situa na região do deserto do Saara fronteira, a oeste, ao oceano Atlas batiza: o Oceano Atlântico.

Em outra versão, a autora Luiza, da qual não se cita o sobrenome, escreve no Blog “Taverna das Cebolas”

Clito, uma jovem e bela órfã vivia sozinha numa grande ilha perdida no oceano, bem além das Colunas de Hércules (nome que os gregos davam ao Estreito de Gibraltar). Havia algumas luas que ela chorava tanto, lágrimas tão copiosas e quentes, que Posêidon, o deus do mar, se comoveu com sua tristeza. Aproximou-se discretamente e achou Clito tão sedutora que na mesma hora resolveu se casar com ela. A bela e jovem órfã aceitou a companhia do deus sem hesitar, e os dois se instalaram numa colina que dominava o mar. Mas Posêidon achou o lugar muito banal e sem conforto, e logo resolveu fazer uma boa reforma e modificar o aspecto da moradia. Com a energia que um deus é capaz de ter quando se apaixona, ele começou a cavar dia e noite no flanco da montanha, cortou a rocha, deslocou rochedos enormes... Trabalhou tanto que no nono dia a ilha estava irreconhecível: ele a cercara de uma muralha perfeitamente circular

que protegia os dois apaixonados dos olhares indiscretos e dos ataques de aventureiros. Para aperfeiçoar ainda mais seu sistema de defesa. Posêidon cavou também dois fossos profundos, preenchidos pela água do mar e separados por muralhas altas. No total, dois largos anéis de água e três muralhas sucessivas protegiam o novo domínio do deus e sua esposa. A prodigiosa ilha de Atlântis tomava forma. (<https://tavernadascebolas.blogspot.com/search/label/Poseidon> acesso 28/03/2025).

A outra narrativa mitológica conta a epopeia de Hercules para alcançar as maçãs de ouro. Segundo alguns textos mitológicos, quem teria encontrado os pomos para o herói foi Atlas, o titã.

O mito de Atlas se refere à punição dada ao titã por Zeus, por Atlas ter comandado outros titãs na disputa pelo controle dos céus com deuses do Olimpo. Vitorioso, Zeus pune Atlas encarregando-o de carregar o mundo.

Em *Odisseia*, Homero descreve Atlas como aquele que conhece as profundezas dos mares. Atlas é aquele que sustenta o mundo, desde o Oceano Atlântico que leva seu nome. Atlas ergue os pilares que separam o céu da terra. Também, n' *A Teogonia* de Hesíodo também descreve o Atlas que sustenta o céu a partir do território das Hespérides, a oeste.

Heródoto, em suas narrativas, associa o titã à Cordilheira do Atlas ao Noroeste da África.

Ao reunir variadas concepções sobre a Atlântida, o historiador da Antiguidade Pierre Vidal-Naquet nos oferece uma versão apurada por meio século de interesse e pesquisa sobre

uma “arqueologia”<sup>132</sup> de Platão, apresentando as reproduções do mito desde a Antiguidade greco-romana e bizantina até a Renascença e a Idade Moderna.

Em outro texto introdutório dos diálogos *Timeu e Crítias ou a Atlântida*, escrito por Edson Bini<sup>133</sup>, também seu tradutor, este descreve a intenção de Platão, por meio do discurso de Crítias, de relatar uma história verdadeira, retratando a Atlântida como a ilha na qual Poseidon instalou seus filhos, gerados por uma mortal. Segundo este relato, Zeus é aquele que pune os seres humanos corruptos, tanto atenienses, quanto atlantes. De acordo com outra obra de Platão, *Leis*, à qual o jovem Crítias está conectado, segundo Beni, o titã Cronos é o “protetor por uma era inteira de felicidade, prosperidade e justiça” para os homens. Desta elucubração, pondera-se sobre a finitude das Eras, sobre uma cronologia dividida por rupturas. Temporalidade cíclica, ou definitivamente findas as Eras? Este é um fundamento importante para se pensar a temporalidade escatológica do Pensamento integralista e o mito do eterno retorno em relação às concepções fundamentais das sociedades arcaicas. Para o historiador das religiões, Mircea Eliade, ao se dedicar ao estudo das sociedades tradicionais, chamou-lhe atenção “sua rebelião contra o tempo concreto, histórico; sua nostalgia de um retorno mítico das origens, ao Tempo Magno.” (ELIADE, 1985, p. 9).

---

<sup>132</sup> Refiro-me ao termo “arqueologia” de Platão como associação ao interesse do jovem Vidal-Naquet pelas pesquisas contemporâneas às suas na década de 1950, citando a obra *Archéologie*

<sup>133</sup> A tradução, com a Introdução e notas de Edson Beni está publicada na edição de *Platão: Timeu e Crítias ou a ATLÂNTIDA*, da EDIPRO, de 2012.

Eliade alerta para a compreensão de que a interpretação desta concepção de Tempo também pertence à Filosofia da História, contrapondo-se aos historicismos. O historiador romeno assinala que “o sentido e a função do que temos chamado ‘arquétipo e repetição só nos se revelarão quando compreendermos a vontade das sociedades de rechaçar o tempo concreto, sua hostilidade a toda tentativa da ‘história’ autônoma, isto é, da história sem regulação arquetípica” (ELIADE, 1985, p. 9).

Seguindo esta reflexão, a da “repetição” arquetípica, os estudos de René Girard, a análise se volta para cultura, que, de acordo, emerge a partir do desejo mimético; e o mecanismo do bode expiatório, mecanismo vitimário por excelência, regula a sociedade ao solucionar as suas tensões internas.

## **2. O Atlante, o herói virtuoso no Integralismo**

O Integralismo, enquanto movimento, compõem-se, na atualidade, de adeptos que tendem aos aspectos místicos integralistas, defendendo o heroísmo de Jesus ante os judeus, como propõe o Movimento Integralista e Linearista Brasileiro (MIL-B):

afirmo que nós, da Religião Linear, cremos no Jesus Cristo VERDADEIRO! Cremos na Cristandade verdadeira e voltada para a primazia do espírito sobre a matéria, da existência coletiva sobre o individualismo abstracionista, da busca da harmonização de todos os seres da natureza e do universo. Essa a proposta da Igreja Linear e do

Linearismo como continuidade genuína do Integralismo para o séc. XXI. O Jesus Cristo verdadeiro é aquele não judaizado, não filho de jeováh, e que está sempre de posse do espiritualismo acima do materialismo.

Uma corrente muito recente, autodenominada de “integralismo Sinistro”, descreve sua perspectiva em relação ao Integralismo histórico:

Integralismo Sinistro, também conhecido como Integralismo Sinistro, é uma ideologia sociopolítica e espiritual enraizada no ocultismo esotérico, misturando os conceitos de hierarquia metafísica, guerra espiritual e ordem coletivista. Emergindo como uma reinterpretação das filosofias integralistas tradicionais, o Integralismo Sinistro diverge ao rejeitar o Cristianismo e abraçar uma estrutura espiritual sombria centrada em princípios luciferianos e antigas doutrinas místicas. O Integralismo Sinistro vê a humanidade como um componente vital de um plano cósmico orquestrado por divindades superiores e primordiais. A ideologia afirma que o mundo material é meramente uma sombra de um reino espiritual mais profundo, onde o verdadeiro propósito da humanidade reside em transcender o mundano e se alinhar com a ordem divina. Ele rejeita o Cristianismo, considerando-o uma distorção corrupta e materialista das verdades espirituais, e se

posiciona em oposição às religiões abraâmicas, que ele vê como limitadoras da evolução espiritual da humanidade.<sup>134</sup>

Embora estas duas correntes acima compreendam o Pensamento Integralista como em amplitude espiritual, em referência aos aspectos milenaristas e perenialistas presentes nos escritos, principalmente de Plínio Salgado e Gustavo Barroso, o que pode ser interpretado como indícios da vaga espiritualista do Pensamento Ocidental resistente ao Iluminismo, como rejeição emocional da razão pelo ethos e ante a virtude de um conselheiro espiritual, como descreveu Weber.

Para Salgado, outra possibilidade de ilustração do herói ante a Modernidade, poderia ser apreendida na concepção de “herói” de Carlyle e do Super-Homem de Nietzsche, compreendidos como intérpretes oportunos para a virada do século XIX ao XX, “na hora de ruptura de um equilíbrio social anterior, determinando a angústia de um novo equilíbrio.” (SALGADO, 1955, p.23).

Em *O Quarto Império*, Barroso escrevera que “Remotas tradições perdidas quasi na memória dos modernos povos e que só o Espírito pode acordar do fundo dos milenários e transportar sobre a tela do presente como veneráveis testemunhas dum passado formidável!”. (BARROSO, 1935, p. 12). Utilizando, ainda, os símbolos zodiacais de uma astrologia predestinatória, Barroso apresenta outra cosmovisão em que aponta outro paralelismo

---

<sup>134</sup> Conferir em

[https://polcompballanarchy.mirazeze.org/wiki/Integralismo\\_Sinistrv\\_\(Sinister\\_integralism\)](https://polcompballanarchy.mirazeze.org/wiki/Integralismo_Sinistrv_(Sinister_integralism)) . Acesso em 06/06/2025.

Enfim, os Peixes, um voltado para o Oriente e o outro para o Ocidente, ligados entre si, anunciam a união de duas altas doutrinas espirituais, a do Passado e a do Futuro, para o domínio pacífico do mundo no fim do ciclo que vamos atravessando. Casam-se aí o mais antigo símbolo das iniciações com o símbolo inicial do Cristianismo: o Peixe. (Barroso, 1935, pp. 30-31).

Ainda em sua obra *O Quarto Império*, Barroso nomeou o primeiro Bonaparte como o último atlante:

As dores de parto da Revolução Francesa deram à luz um homem fatídico que absorveu suas energias, condensou-as e as espalhou pelo mundo na ponta das baionetas de seus veteranos (...)Preocupado tão somente com sua estrela e alheio de Deus, o último Atlante (30), “soldado de seu próprio egoísmo”, que via claramente o que se passava na superfície do mundo, ignorava tranquilamente o jogo engenhoso e demoníaco dos maquinismos secretos. Nem o Império Britânico, nem o Império Austríaco, nem o Império Russo possuíam forças capazes de obstar a expansão do colosso napoleônico. Ninguém lhe poderia resistir ao embate armado, peito a peito. O que o paralisava era o império, que ele uma feita ligeiramente suspeitara, mas na França somente, quando tentou a reunião dum Grande Sinédrio, o Império Judaico. Preocupado tão somente com sua política inorgânica, o imenso artista militar não o podia compreender. (BARROSO, 1935, pp. 11-118).

Nem Napoleão, o grande imperador, do alto do seu domínio, teria escapado do sofrimento provocado externamente por forças materialistas, neste texto acima, conforme a compreensão de Barroso, representada pelo Sinédrio, o supremo tribunal judaico.

Nas palavras do próprio herói e apóstolo bandeirante, Salgado define sua concepção de herói nas atitudes do herói integralista

Porque falta aos heróis de hoje a força que provém de uma concepção de finalidade do Estado. (...) E realizar, na finalidade superior do Estado, a verdadeira finalidade do homem integral, pequeno mundo em si mesmo e parte do mundo na Nação; ser essencial, como personalidade, e ser contingente, como fator de produção, de riqueza coletiva e de grandeza nacional.

Pois é dessa concepção do Homem e do Estado que virá a concepção do Governo capaz de disciplinar, de dirigir e de equilibrar o mundo.

Finalidade de aperfeiçoamento e de justiça humana, que deve sobrepair às contingências dos interesses materiais das classes em conflito, que inspiram o roteiro das Nações.

E' preciso destruir a direita reacionária, como a esquerda que se diz revolucionária.

Destruir todos os partidos intermediários do centro, velhos oportunistas e charlatães (SALGADO, 1934, p. 93).

Se em Hesíodo o trabalho é o meio do homem ser formado e formar-se à medida que o trabalho lhe concede uma disciplina e um grande heroísmo (CHAGAS, 2008), no

Pensamento Integralista, com sua importante carga católica, o herói deve repetir, na sua humanidade, o sofrimento de Cristo, sob os mesmos algozes, para demonstrar seu heroísmo.

### 3. Atlantida e a raça cósmica

Uma obra inspiradora do pensamento integralista de Plinio Salgado é o livro *La Raza Cósmica – Misión de la raza iberoamericana. Argentina y Brasil*, do mexicano José Vasconcelos Calderon, publicado, inicialmente como *Misión de la raza iberoamericana. Notas de viajes a la América del Sur*, pela Agencia Mundial de Librería, de Madrid, em 1925.

Nesta obra, Vasconcelos apresenta a opinião de que

geólogos autorizados que el continente americano contiene algunas de las más antiguas zonas del mundo. (...) A medida que las investigaciones progresan, se afirma la hipótesis de la Atlantida, como cuna de una civilización que hace miliares de anos floreció em le continente desaparecido y em parte de lo que es hoy América. El pensamiento de la Atlântida evoca el recuerdo de sus antecedentes misteriosos.

E Vasconcelos continua:

Confundidos más o menos los antecedentes de esta teoria [<sup>135</sup>] en una tradición tan obscura como rica de sentido, queda, sin embargo, viva la

---

<sup>135</sup> Trata-se da teoria de Wegener sobre a translação dos continentes. Segundo esta tese, todas as terras estavam unidas, formando um só continente, que se cindiu (cf.: VASCONCELOS, 2012, p. 12).

leyenda de una civilización nacida de nuestros bosques a derramada hasta ellos después de un poderoso crecimiento, y cuyas huellas están aún visibles en Chichén Itza y en Palenque y en todos los sitios donde perdura el misterio atlante. El misterio de los hombres rojos que, después de dominar el mundo, hicieron grabar los preceptos de su sabiduría en la tabla de Esmeralda, alguna maravillosa esmeralda colombiana, que a la hora de las conmociones telúricas fue llevada al Egipto, donde Hermes y sus adeptos conocieron y transmitieron sus secretos. (VASCONCELOS, 2012. p. 12).

Vasconcelos inspirou os então jovens nacionalistas sul-americanos das décadas de 1920 a 1930. É uma inspiração mística que, descrevendo o “mistério” dos “homens vermelhos” que, teriam dominado o mundo e inspirado Hermes Trismegisto, um sábio que teria revelado a sabedoria divina, desde o Egito, fundador do Hermetismo.

O anúncio que o Integralismo faz da Atlantida, portanto, é referência que contém simbolismos importantes que atravessam os tempos da História: contém o nacionalismo corrompido, dos pés voltados para o interior, contém a assimilação da Filosofia Ocidental, dos Perennialismos pagãos da Europa e das referências místicas do Oriente. O Integralismo absorve, com seu projeto catequizador, os “homens vermelhos”, ou “mulheres vermelhas”, posto que o “matrimônio cósmico” anunciado por Plínio Salgado é o de uma índia guainá com o “primeiro” português colonizador, que chegou ao litoral paulista em 1530. Martim Afonso de Souza. Deste “casamento” teria sido criada a

raça cósmica brasileira: uma perspectiva eugênica, a da formação dos heróis brasileiros, atlantes, eterna mocidade de homens viris e mães dedicadas que, daria estrutura que deveria sustentar a totalidade do Estado Integralista corporativista sintetizado pelo lema: “Deus, Pátria e Família”. A síntese mística que encontra coerência entre o Evangelismo colonial, o Catolicismo moderno e o mítico e místico hermetismo da Antiguidade, na atualidade, se expande ante à constante busca pela Verdade. Com ampliação do acesso à grandes bibliotecas por meio cibernético, o misticismo encontra no Passado explicações para os sofrimentos do Presente.

## Referências Bibliográficas:

- ALEM, João Marcos. Rodeios: a fabricação de uma identidade caipira-sertanejo-country no Brasil In Revista USP, São Paulo, n.64, p. 94-121, dez/fev., 2004-2005.
- ALVES, D & OLIVEIRA, M. A história do conceito de bonapartismo: Marx. In Revista Brasileira de Estudos Políticos | Belo Horizonte | n. 104 | pp. 129-155 | jan./jun. 2012
- BAKHTIN, Mikhail Mjkhailovitch. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BAKHTIN, M. Problemas da poética de Dostoiévski. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.
- BARROSO, Gustavo. O Quarto Império. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.
- BINI, Edson. Prefácio. In Platão: Timeu e Crítias ou a Atlântida. EDIPRO, de 2012.
- BEDARIDA, François. Histoire, critique et responsabilité. Bruxelles:Éditions Complexe, 2003.
- CANDIDO, A. Os parceiros do Rio Bonito. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.
- CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In CHAUÍ, M. & FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. Ideologia e mobilização popular. Rio de Janeiro: CEDEC/ Paz e Terra, 1978. 136.
- COELHO, Bruna Martins. O campo e os princípios de repetição: ensaio sobre o inconsciente segundo Gilles Deleuze (1953-1968). Dissertação de Mestrado FFLCH/USP, São Paulo, 2013.
- CRAWFORD, Paulo. Viagens no Espaço-tempo e o Paradoxo dos Gémeos. Centro de Astronomia e Astrofísica da Universidade de Lisboa Lisboa, 22 de maio de 2012
- FAORO, Raymundo. Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro: Globo, 2001.
- FAORO, R. Existe um pensamento político brasileiro? *Estudos Avançados*, 1(1), 9-58. <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8467>, 1987.
- KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva S.A, 1998.
- MACHADO DE ASSIS, Comentários da semana (Diário do Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1861 In Obra Completa de Machado de Assis. Rio de Janeiro: Edições W. M. Jackson,1938.
- MAIO, Marcos Chor. Nem Rotschild nem Trotsky – o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- MARX, Karl. O dezoito de brumário de Louis Bonaparte. São Paulo: Centauro, 2008.

PANDOLFI, Dulce Chaves. A Aliança Nacional Libertadora e a Revolta Comunista de 1935. In: Getúlio Vargas e seu tempo. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2004, pp. 175-182

PAULA LIMA, N. Prefácio e Notas. In PLATÃO. Timeu e Critias ou a Atlântida. Tradução de Norberto de Paula Lima. 1ª ed., São Paulo, ed. Hermus, 1997.

RICARDO, Cassiano. Viagem no Tempo e no Espaço. Rio de Janeiro – Civilização Brasileira – 1970, p. 35, nota 1 *apud*. *Blog Integralismo*, publicado originalmente em 2008, acessado em 01/06/2019:

<http://integralismo.blogspot.com/2008/10/opinio-de-cassiano-ricardo-sobre-plnio.html>

RODRIGUES, R. . A originalidade do olhar de Jean-Pierre Vernant sobre a Grecia: diálogos, inovações e atualidade. Dissertação/Mestrado. Campinas: UNICAMP, 2001.

SALGADO, Plínio. A Quarta Humanidade. Rio de Janeiro, José Olympio, 1934.

SALGADO, Plínio. O Sofrimento Universal. Rio de Janeiro, José Olympio, 1934.

SALGADO, Plínio. A Aliança do Sim e do Não. Lisboa: Ultramar, 1944.

SALGADO, Plínio. Psicologia da Revolução. In: SALGADO. Obras Completas. São Paulo: Editora das Américas, 1955, v. 7.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

TANAGINO, Pedro Ivo Dias. “É preciso crer”: contribuição para uma história do conceito de homem integral segundo a doutrina de Plínio Salgado (1932-1937). Dissertação/Mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2013.

## 10.

### *Hearts of Irons, Era Vargas, autoritarismo e ensino de história*

Sthefany de Oliveira Isabel Cruz<sup>136</sup>  
Christiano Britto Monteiro dos Santos<sup>137</sup>  
Diogo Trindade Alves de Carvalho<sup>138</sup>

#### 1. Introdução

No presente capítulo trataremos da relação do jogo de estratégia *Hearts of Iron IV* com a História, principalmente sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, como o jogo retrata esse contexto histórico, tendo como ponto de partida a descrição do jogo pela Steam<sup>139</sup> e pela Paradox Wikis<sup>140</sup>, desenvolvedora do jogo, e como o jogo reinterpreta a História

---

<sup>136</sup> Mestranda em História pela Universidade Salgado de Oliveira, tem especialização em Docência para Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santos (IFES) e Graduação em História pela Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora do Grupo de Análise de Metodologias Midiáticas para a Educação (GAMME-UFF).

<sup>137</sup> Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ. Professor do Departamento de História da UFF (Campos) e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória-UFF). Pesquisador do Observatório de Inteligência Artificial – Educitéia – Unicamp.

<sup>138</sup> Doutor em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), professor de História da Secretaria Municipal de Educação de Guanambi-BA, coordenador do Observatório de História Digital do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Santa Cruz (PPGH-UESC).

<sup>139</sup> [https://store.steampowered.com/app/394360/Hearts\\_of\\_Iron\\_IV/](https://store.steampowered.com/app/394360/Hearts_of_Iron_IV/)

<sup>140</sup> [https://hoi4-pt.paradoxwikis.com/Hearts\\_of\\_Iron\\_4\\_Wiki](https://hoi4-pt.paradoxwikis.com/Hearts_of_Iron_4_Wiki)

segundo os autores Matthew Wilhelm Kapell e Andrew B.R. Elliott em seu livro "Playing with the Past" (2013). E para falar do contexto brasileiro frente ao conflito mundial, temos como ponto central as relações com os dois extremos, o III Reich Alemão e os Estados Unidos da América, dando ênfase à participação de Getúlio Vargas nas decisões e comparando com a representação do jogo em questão. Serão utilizadas bibliografias referente à época de implantação do Estado Novo (1937) ao envolvimento total do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1944). A principal base do presente estudo será a obra *O Brasil vai à guerra: O processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial* de Ricardo Seitenfus (2003), para nos dar uma noção do que foi a Era Vargas, até onde a política do Estado Novo levou o nosso país e os envolvimento diplomáticos da época em questão (1937 a 1943). Gerson Moura, com suas duas obras: *Sucessos e Ilusões e Relações Exteriores do Brasil: 1939 - 1950*, um dos pioneiros da temática das relações exteriores do Brasil. Além destes, utilizaremos autores como Vágner Camilo Alves, Frank D. McCann, Jr, Durval Lourenço Pereira, Fábio Koifman, entre outros.

A franquia *Hearts of Iron IV* transcende as fronteiras convencionais dos jogos de estratégia, elevando-se a um patamar onde o entretenimento se entrelaça com a oportunidade de explorar e compreender os eventos que moldaram a Segunda Guerra Mundial e suas consequências. No epicentro dos desafios geopolíticos e estratégias bélicas, o Brasil emerge como uma nação jogável, oferecendo aos jogadores uma experiência

singular e enriquecedora, onde os jogadores são imersos em uma trama de decisões complexas, onde a gestão da economia, as deliberações diplomáticas e as escolhas estratégicas moldam o destino da nação durante os anos da Segunda Guerra Mundial. O jogo oferece a flexibilidade de permanecer neutro, unir-se aos Aliados ou até mesmo alinhar-se às Potências do Eixo, proporcionando uma narrativa dinâmica que se desdobra conforme as ações e estratégias adotadas.

A singularidade da experiência como Brasil reside na oportunidade de explorar caminhos históricos autênticos ou forjar uma narrativa alternativa. Controlar figuras como o presidente Getúlio Vargas, ajuda no entendimento dos acontecimentos do período, especialmente durante seu governo ditatorial de 1937 a 1945, desde a manutenção da neutralidade até alianças estratégicas com as grandes potências globais. Essas escolhas refletem não apenas nas tramas do jogo, mas também nos desafios reais enfrentados por líderes políticos da época.

## **2. *Hearts of Iron IV***

*Hearts of Iron* é uma série de jogos de estratégia<sup>141</sup>

---

<sup>141</sup>Jogos de estratégia têm como característica a tomada de decisões por parte do jogador para chegar a um objetivo de jogo também definido por quem joga. Segundo Rosely Resende L. Oliveira: “Esses jogos se diferenciam dos demais, porque o fator sorte não interfere nas jogadas. Em geral as situações-problema que ocorre nos jogos de estratégia apresentam as seguintes características: São elaboradas a partir de momentos significativos do próprio jogo; Apresentam um obstáculo, ou seja, uma situação de impasse ou decisão sobre qual a melhor ação a ser realizada; Favorecem o domínio cada vez maior da estrutura do jogo; Tem como principal objetivo promover análise e

desenvolvida pela Paradox<sup>142</sup> Interactive. Esses jogos se concentram em estratégias de guerra<sup>143</sup> e geopolítica durante o período da Segunda Guerra Mundial e suas consequências. Outro jogo, também sobre geopolítica da Paradox, é o game *Victoria: An Empire Under the Sun*.<sup>144</sup>

A franquia é conhecida por oferecer uma profundidade 

---

questionamento sobre a ação de jogar, tornando menos importante o fator sorte e as jogadas por ensaio e erro” (2012).

<sup>142</sup> A *Paradox Interactive* é uma renomada editora e desenvolvedora de jogos sueca, conhecida por sua especialização em jogos de estratégia e simulação. Fundada em 1999, a empresa ganhou destaque por criar franquias de sucesso como *Crusader Kings*, *Europa Universalis*, *Hearts of Iron* e *Stellaris*. Reconhecida por sua dedicação à comunidade de jogadores e à criação de jogos complexos e detalhados, a Paradox Interactive continua a ser uma figura influente no cenário dos jogos de estratégia, buscando inovação e oferecendo experiências profundas e desafiadoras aos jogadores. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Paradox\\_Development\\_Studio](https://pt.wikipedia.org/wiki/Paradox_Development_Studio). Sobre a paradox, ver também: CARVALHO, Diogo. Pensamento geopolítico anglo-saxão: oposições entre os poderes navais e continentais no mundo dos games (2010-2015). 2021. In: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33186>, Acessado em: 22 de agosto de 2022.

<sup>143</sup> Os termos estratégia de guerra e tática se originam do livro *A Arte da Guerra*, de Sun Tzu. Uma estratégia é um plano de ação futuro que se segue para atingir um objetivo final. “As estratégias ajudam a definir as metas de longo prazo e como se pretende alcançá-las.” <https://asana.com/pt/resources/strategy-vs-tactics>

<sup>144</sup> *An Empire Under the Sun* é um jogo de estratégia desenvolvido pela Paradox Development Studio e lançado em 2003. Este jogo foca no período de expansão imperialista do século XIX, oferecendo aos jogadores a oportunidade de assumir o controle de uma nação durante essa época de mudanças globais. Ele se destaca por sua complexidade econômica e política, permitindo que os jogadores administrem não apenas suas forças militares, mas também a economia, a política e a sociedade de suas nações. O jogo oferece uma visão detalhada das dinâmicas geopolíticas e dos desafios enfrentados pelas potências mundiais durante a era vitoriana.

considerável na jogabilidade<sup>145</sup>, permitindo aos jogadores assumir o controle de uma nação durante esse período histórico e tomar decisões que influenciam desde a economia e pesquisa até a diplomacia e os conflitos militares.<sup>146</sup> O primeiro jogo, "Hearts of Iron", foi lançado em 2002, e desde então a série evoluiu consideravelmente com novas versões e expansões. "Hearts of Iron II" trouxe melhorias na jogabilidade e gráficos, seguido por "Hearts of Iron III", que expandiu ainda mais as opções estratégicas e o realismo do jogo. *Hearts of Iron IV*, lançado em 2016, é a versão mais recente e amplamente conhecida da série. Ele oferece uma experiência aprimorada em comparação com os jogos anteriores, com melhorias nos gráficos, interface do usuário e mecânicas de jogo mais refinadas. O jogo permite que os jogadores controlem praticamente todas as facetas de sua nação durante a Segunda Guerra Mundial, desde a gestão da economia até o comando militar em batalhas. Além disso, a comunidade dos jogadores é bastante ativa, criando *mods* que adicionam novas mecânicas, nações e eventos históricos alternativos ao jogo base, aumentando ainda mais a variedade e longevidade da experiência de jogo.

Cada edição da série *Hearts of Iron* trouxe várias melhorias e mudanças em termos de mecânicas de jogo,

---

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Victoria:\\_An\\_Empire\\_Under\\_the\\_Sun](https://pt.wikipedia.org/wiki/Victoria:_An_Empire_Under_the_Sun).

<sup>145</sup> Sobre o conceito de jogabilidade ver VANNUCCHI, Hélia e PRADO, Gilberto. Discutindo o conceito de Gameplay. Periódicos, UFSC. 2009. Diz que, "a jogabilidade é 'a virtude que um jogo possui para ser fácil e intuitivo de se jogar', e está bastante relacionada à curva de aprendizagem de um jogo."

<sup>146</sup> [https://pt.wikipedia.org/wiki/Hearts\\_of\\_Iron](https://pt.wikipedia.org/wiki/Hearts_of_Iron) .

profundidade estratégica e otimizações gráficas. Aqui está um resumo das diferenças entre cada edição, do *Hearts of Iron 1* ao 4.

1 - *Hearts of Iron* (2002): O primeiro jogo da série introduziu os jogadores ao cenário da Segunda Guerra Mundial, com um foco significativo na estratégia militar. No entanto, em comparação com as edições posteriores, possuía uma interface mais simplificada e menos profundidade em alguns aspectos estratégicos.

2 - *Hearts of Iron II* (2005): Esta sequência expandiu e refinou muitas das mecânicas do jogo original. Introduziu melhorias gráficas, uma interface mais amigável e adicionou mais complexidade em áreas como diplomacia, economia e tecnologia, oferecendo aos jogadores mais opções estratégicas.

3 - *Hearts of Iron III* (2009): Esta edição trouxe mudanças significativas na jogabilidade, com um foco maior na complexidade estratégica. Apresentava um sistema de combate renovado, divisões mais detalhadas, melhorias na IA e uma abordagem mais aprofundada da diplomacia e das políticas internas.

4 - *Hearts of Iron IV* (2016): A versão mais recente da série representou uma grande renovação em termos de gráficos, interface do usuário e mecânicas de jogo. Introduziu um novo sistema de foco nacional que permite mais flexibilidade na direção do país, melhorou a acessibilidade e simplificou alguns aspectos para tornar o jogo mais acessível aos novos jogadores, sem perder a profundidade estratégica. Além das melhorias

incrementais em mecânicas de jogo, cada edição teve suas próprias expansões e DLCs que adicionaram novos recursos, focaram em regiões específicas ou períodos de tempo, e introduziram modos de jogo alternativos ou eventos históricos. Essas adições contribuíram para a longevidade e a diversidade da experiência de jogo ao longo da série *Hearts of Iron*. O Brasil é uma das nações que os jogadores podem escolher para jogar na franquia *Hearts of Iron*. Na maioria dos jogos da série, os jogadores têm a opção de assumir o controle do Brasil e liderá-lo durante o período da Segunda Guerra Mundial e seus eventos históricos. Ao selecionar o Brasil como nação jogável, os jogadores podem enfrentar desafios específicos, como lidar com a economia, a diplomacia e as decisões estratégicas de como se envolver ou se manter neutro no conflito mundial. Dependendo das escolhas do jogador, o Brasil pode permanecer neutro, se unir aos Aliados ou até mesmo se aliar às Potências do Eixo, dependendo das ações e das estratégias adotadas durante o jogo. Cada nação jogável na série *Hearts of Iron* oferece desafios únicos e diferentes possibilidades estratégicas, e isso se aplica ao Brasil também. Os jogadores podem explorar diferentes caminhos históricos ou optar por seguir um rumo alternativo para o país durante o período da Segunda Guerra Mundial. Alguns líderes históricos do Brasil podem ser representados durante o período da Segunda Guerra Mundial, dependendo da versão específica do jogo e das expansões instaladas. Alguns dos líderes históricos brasileiros que podem aparecer na franquia incluem:

Getúlio Vargas: Ele foi o presidente do Brasil durante todo o período que corresponde à Segunda Guerra Mundial. Sua liderança é crucial para as decisões políticas, econômicas e militares do Brasil no jogo.

Eurico Gaspar Dutra: Dutra foi o sucessor de Vargas e se tornou presidente do Brasil após a Segunda Guerra Mundial. Dependendo do período coberto pelo jogo, ele pode ser retratado, pois também foi o Ministro de Guerra no período do Estado Novo.

Pedro II (em eventos históricos anteriores): Embora a franquia Hearts of Iron geralmente se concentre na Segunda Guerra Mundial, algumas versões ou mods podem abranger eventos históricos anteriores. Pedro II foi um líder histórico do Brasil durante o século XIX e pode ser incluído em eventos anteriores à Segunda Guerra Mundial, se aplicável ao contexto do jogo ou mod.

No *Hearts of Iron IV*, alguns jogadores exploram a figura histórica de Plínio Salgado, líder do movimento integralista brasileiro, como uma estratégia alternativa para vencer o jogo. Ao seguir a rota política do integralismo, é possível romper com a influência dos Aliados ou do Eixo de forma flexível, permitindo ao Brasil adotar políticas nacionalistas autoritárias que acelerem a mobilização industrial e militar. Jogadores habilidosos aproveitam esse caminho para formar alianças não convencionais, expandir rapidamente pela América do Sul e controlar recursos estratégicos, criando uma potência regional capaz de alterar o equilíbrio global. Essa escolha, embora

polêmica por seu conteúdo histórico, tornou-se popular entre entusiastas do jogo pela possibilidade de “reescrever” a trajetória do Brasil e desafiar narrativas históricas pré-estabelecidas.

### **3. Getúlio Vargas na Franquia *Hearts of Iron*: Uma Análise da Representação Histórica**

Getúlio Vargas foi uma figura política proeminente do Brasil durante grande parte do século XX. Ele governou o país em dois períodos distintos: de 1930 a 1945 e, posteriormente, de 1951 a 1954. Sua liderança foi marcada por uma série de transformações políticas, econômicas e sociais, sendo seu governo ditatorial de 1937 a 1945 particularmente relevante para o período abordado pela franquia *Hearts of Iron*.

Dentro do jogo, a representação de Vargas oferece aos jogadores a oportunidade de lidar com a economia brasileira, a diplomacia internacional e as possibilidades militares. As escolhas dos jogadores podem influenciar o curso da história, levando a desdobramentos que refletem as decisões tomadas por Vargas durante seu governo real.

Ao jogar como Brasil e assumir o papel de Vargas, os jogadores podem experimentar a complexidade das decisões políticas e estratégicas que moldaram o curso da história do país durante esse período, adicionando uma camada significativa de contexto histórico e aprendizado ao jogo.

### **4. *Hearts of Iron IV*: Explorando Estratégias e História na Segunda Guerra Mundial**

*Hearts of Iron IV* é um jogo de estratégia aclamado que mergulha os jogadores nos eventos turbulentos da Segunda Guerra Mundial. Lançado em 2016, este jogo cativa os entusiastas de estratégia e história, oferecendo uma experiência imersiva e complexa que permite aos jogadores reescreverem os rumos da história global.

O jogo começa em 1936, permitindo que os jogadores assumam o controle de qualquer nação existente na época, desde grandes potências até pequenos países. A partir desse ponto, eles enfrentam decisões cruciais sobre diplomacia, pesquisa tecnológica, economia e estratégias militares. A grandeza do *Hearts of Iron IV* reside em sua profundidade estratégica. Os jogadores lidam com uma gama de aspectos, desde o recrutamento e treinamento de tropas até o desenvolvimento de tecnologia, a gestão da economia e a formulação de políticas. A diplomacia desempenha um papel crucial, permitindo a formação de alianças, negociações e decisões políticas que podem alterar o curso da guerra. *Hearts of Iron IV* oferece a oportunidade de recriar eventos históricos conhecidos, mas também permite que os jogadores explorem caminhos alternativos. Isso significa que, embora seja possível seguir o curso histórico da guerra, também é possível imaginar um mundo onde as nações tomam decisões radicalmente diferentes. A comunidade de *Hearts of Iron IV* é notavelmente ativa, criando mods que expandem a jogabilidade. Esses mods variam de adições estéticas a alterações na mecânica do jogo, adicionando novas nações, eventos ou cenários alternativos. Isso

umenta consideravelmente a longevidade e a diversidade da experiência de jogo.

## 5. Representação Histórica e Desafios Estratégicos

*Hearts of Iron IV* não é apenas um jogo de estratégia<sup>147</sup>, mas uma janela para explorar e entender os eventos e as complexidades da Segunda Guerra Mundial. Sua combinação de mecânicas profundas, possibilidades estratégicas vastas e representações históricas oferecem aos jogadores uma experiência única de aprendizado, desafio e entretenimento. "Playing with the Past", de Matthew Wilhelm Kapell e Andrew B.R. Elliott, oferece uma análise fascinante sobre como os videogames reinterpretem e representam a história, explorando como esses jogos abordam questões históricas significativas. Sob essa perspectiva, a franquia *Hearts of Iron* surge como um exemplo notável de como os jogos eletrônicos mergulham os jogadores em eventos e períodos históricos cruciais. Ao abordar o viés proposto por Kapell e Elliott, podemos observar como *Hearts of Iron* reinterpreta e recria a história. Essa flexibilidade narrativa não apenas cativa os jogadores, mas também levanta questões sobre como os videogames podem ser

---

<sup>147</sup> OLIVEIRA. Rosely Resende L. Jogos de estratégia: Contribuição para a interpretação e resolução de problemas matemáticos. Repositório. UFMG. 2012. Jogos de estratégia têm como característica a tomada de decisões por parte do jogador para chegar a um objetivo de jogo também definido por quem joga, nesse sentido, para o texto, quando se fala em jogo de estratégia, aborda as competências do jogo relacionadas a área militar, diplomática, política, etc.

veículos para a reflexão histórica e para explorar "e se?" históricos.

A representação de figuras históricas, nações e eventos no *Hearts of Iron* é uma parte essencial da experiência. O jogo captura características específicas de diferentes nações, permitindo aos jogadores interagir com líderes, políticas e estratégias que refletem o período da Segunda Guerra Mundial. No entanto, sua natureza de jogo também pode simplificar ou condensar eventos e complexidades históricas para se adequar à jogabilidade, o que levanta questionamentos sobre precisão histórica versus diversão e jogabilidade.

Em última análise, *Hearts of Iron* exemplifica como os videogames, como discutido em "Playing with the Past", são capazes de oferecer uma recriação interativa e participativa da história. A franquia não apenas transporta os jogadores para eventos históricos, mas também estimula reflexões sobre a natureza da representação histórica nos jogos eletrônicos e como esses jogos moldam nossa compreensão e interação com o passado. Na franquia *Hearts of Iron*, o fascismo é representado como uma das ideologias políticas disponíveis para os jogadores e nações do jogo. O jogo não glorifica o fascismo, mas o apresenta como uma das opções ideológicas que os jogadores podem escolher para suas nações durante o período da Segunda Guerra Mundial. Os jogadores têm a liberdade de tomar decisões políticas que refletem o fascismo como uma ideologia, podendo optar por seguir uma linha política fascista para suas nações, se assim desejarem. Isso pode incluir adotar políticas autoritárias,

nacionalistas e expansionistas, com foco na supremacia do Estado e na centralização do poder.

A representação do fascismo no jogo não é necessariamente uma promoção ou endosso dessa ideologia, mas sim uma tentativa de refletir as opções políticas disponíveis durante o período histórico coberto pelo jogo. O *Hearts of Iron IV* procura representar as várias ideologias políticas e suas consequências de maneira histórica, permitindo aos jogadores explorar e tomar decisões baseadas em diferentes sistemas políticos, incluindo o fascismo e o comunismo, para entender melhor as complexidades desse período histórico.

## **6. O contexto brasileiro perante a segunda guerra mundial**

Após assumir a presidência, em 1930, Vargas se depara com um quadro de subdesenvolvimento no Brasil. Sua investida era usar seus planos de industrialização para melhorar a nação brasileira, porém em consequência da crise econômica mundial, a ideia de capitalismo entrava em desavenças com as demais nações. Isso abriu portas para as ideologias comunistas, nazistas e fascistas adentrarem no Brasil na época. Então, segundo Seitenfus (2003), Vargas quis envolver o Brasil na guerra por puro interesse no desenvolvimento econômico que iria adquirir (como de fato aconteceu) com os acordos com os Estados Unidos ou com a Alemanha. Acordos que, primeiramente, visavam o progresso militar e industrial no país. Em 1937, o sul brasileiro tinha uma maioria alemã, segundo Durval Pereira, “a política oficial germânica estimulava os alemães e seus descendentes no

Brasil a não se considerarem imigrantes, mas alemães vivendo no exterior como parte da “Grande Alemanha”<sup>148</sup>.

Em 1940, “das três grandes empresas estrangeiras que monopolizavam o transporte aéreo nacional e internacional, duas eram do Eixo: a Lati (...) e o Sindicato Condor, filial da Lufthansa alemã.”<sup>149</sup>. Em 1942, “mais de um milhão de alemães e de descendentes moravam no Brasil”<sup>150</sup>, eles já controlavam boa parte do comércio e da indústria brasileira, além de possuírem muitas sociedades e clubes no Sul do Brasil. O NSDAP (Partido Nacionalista Socialista dos Trabalhadores Alemães / *National Sozialistische Deutsche Arbeiter Partei*), representava a Alemanha no Brasil, e queria que os planos de tornar o Brasil uma nova Alemanha viesse a tona. Karl Ritter (principal representante do governo alemão no Brasil) chegou ao Rio de Janeiro para assumir o cargo de embaixador, ele se torna peça de grande importância para os acontecimentos futuros.

Em 1938, começou a repressão contra o Partido Nazista, devido ao referencial antifascista vindo com Oswaldo Aranha<sup>151</sup> e seus conceitos estadunidenses. Antes disso, os países do Eixo aplaudiram de pé o golpe do Estado Novo no Brasil, cuja referência, segundo Seitenfus, vinha de um apanhado, feito por

---

<sup>148</sup> PEREIRA, 2015, p.28

<sup>149</sup> SEITENFUS, 2003. Essas empresas, em outubro de 1940, sofreram uma “americanização”, onde são retirados os alemães e substituídos por brasileiros para evitar espionagem. Elas se tornam empresas nacionais com a ajuda dos Estados Unidos. p. 242-243. e PEREIRA, 2015, p.28

<sup>150</sup> PEREIRA, 2015, p.27

<sup>151</sup> De 1934 a 1937 Oswaldo Aranha foi Embaixador brasileiro nos EUA; de 1938 a 1944, o mesmo foi Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

Francisco Campos, das experiências dos regimes totalitaristas europeus<sup>152</sup>. Após a repressão, Ritter foi reclamar e pedir para que o Partido Nazista opere em paz. Disse ele que “a perseguição contra os nazistas era ilegal” porque no decreto do governo deveria punir somente partidos nacionais, e o Partido Nazista era alemão, portanto estrangeiro. Contudo, Vargas não aceita essa afirmação, disse ele que o Brasil é um país de imigrantes, e não se poderia “fazer a eles concessões que pudessem ser invocadas por outras colônias estrangeiras”<sup>153</sup>. Essa desavença gerou uma ruptura de acordos com a Alemanha que, em maio de 1938, culminou no título de *persona non grata* ao Embaixador Ritter<sup>154</sup>. Isso resultou numa maior proximidade entre EUA e Brasil.

Em 1939, foi assinado um acordo com o propósito de afastar o continente americano da Guerra Européia na Conferência do Panamá, o que resultou na organização do Comitê Interamericano de Neutralidade<sup>155</sup>. Neste mesmo ano, em julho, as relações diplomáticas brasileiras e alemãs voltam

---

<sup>152</sup> SEITENFUS, 2003: “A Constituição do EN e os decretos-leis adotados durante o período 1937-1945 inspiram-se profundamente nas experiências fascistas européias. O mimetismo de Francisco Campos e Getúlio Vargas é digno de nota pois, ao contrário do salazarismo, do fascismo e do nazismo, que são fruto de uma evolução doutrinária, a Constituição do EN é o resultado de uma compilação feita por Francisco Campos, que recorre amplamente às experiências italianas e portuguesas”. p. 74.

<sup>153</sup> PEREIRA, Durval Lourenço. *Operação Brasil: o ataque alemão que mudou o curso da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Contexto. 2015 p.3.

<sup>154</sup> *Ibidem*, 2003, p.126.

<sup>155</sup> *Ibidem*. “A fim de vigiar o respeito à neutralidade Americana e estudar as medidas necessárias a sua aplicação, foi instituído um Comitê Interamericano de Neutralidade, com sede no Rio de Janeiro, presidido por Afrânio de Melo Franco.” p. 170

ao normal, resolvendo as coisas entre as embaixadas e nomeando novos embaixadores para seus devidos postos. Entra em cena, em Berlin, Cyro Freitas Valle, homem de confiança de Aranha, e Kurt Prüfer vem da Alemanha para assumir a embaixada no Brasil. Devido à recente ruptura nas relações entre Brasil e Alemanha e o bloqueio marítimo imposto pela Inglaterra, houve uma diminuição na exportação do Brasil com o Japão e a Alemanha. A Itália então serviu de intermediário entre Brasil e Alemanha, aumentando o número de exportação com o Brasil, mas fazendo um “comércio triangular”<sup>156</sup>, na qual o produto vindo do Brasil era endereçado à Itália, mas, na verdade, iria para a Alemanha.

No início de 1940, devido à queda da França percebia-se que se o Brasil permanecesse com suas relações com a Alemanha, toda a América correria perigo devido à importância estratégica do Nordeste brasileiro, que passou a ser de grande interesse dos Estados Unidos para a defesa do continente. Nesse ano o Brasil ainda se reafirma neutro frente ao conflito. Mas as vitórias da Alemanha no exterior ganharam simpatizantes poderosos no governo brasileiro, como Gaspar Dutra e Góes Monteiro. Vargas decide abrir-se e mostrar suas opiniões sobre essas questões ideológicas lançadas no mundo, o que Seitenfus chama de “alimentar o sonho alemão”<sup>157</sup>.

Kurt Prüfer tem pressa para uma investida antes da Conferência de Havana com “atos de sabotagem”<sup>158</sup> na América pre-

---

<sup>156</sup> *Ibidem.* p. 181.

<sup>157</sup> *Ibidem.* p. 209.

<sup>158</sup> *Ibidem.* p. 215

vendo a neutralidade dos países frente a derrota da França. Já o Brasil, ganha um ponto de vantagem por conta do discurso proferido por Vargas no encouraçado Minas Gerais, em 11 de junho de 1940<sup>159</sup>, e dispõe de propostas econômicas e militares de cooperação entre Alemanha e Brasil<sup>160</sup>. Vargas profere um novo discurso em 29 de junho de 1940, na conferência dos Trabalhadores Marítimos, na ilha de Viana, Rio de Janeiro. Nele, Vargas reafirma seus ditos no discurso de 11 de junho dizendo: “Não volto atrás, não me retrato de nenhum dos conceitos emitidos. Antes, só tenho motivos para reafirmá-los integralmente”<sup>161</sup>. Ele faz alusão ao antissemitismo quando profere o termo *fascismo cosmopolita* e os *sem-pátria*<sup>162</sup>.

Segundo Seitenfus, a partir dos discursos, Vargas tenta se aproximar dos “vencedores” como fez a Itália ao declarar estado

---

<sup>159</sup> O discurso põe em pauta a fidelidade de Vargas ao nacionalismo e a participação do proletariado nas atividades sociais. Pode ser interpretado, segundo Seitenfus, como uma afronta ao discurso de Roosevelt pronunciado dois dias antes, por seu conteúdo oposto. Outra forma de interpretar seria como uma respostas para as propostas anteriores (de final de maio) de Jesse Jones sobre a implantação de uma siderúrgica estadunidense e a um valor baixo de empréstimo para fins industriais. Tais interpretações devem-se ao clamor proferido por Vargas aos “povos vigorosos” ou “nações fortes” que demonstram seu nacionalismo e se impõe por causa dele.

<sup>160</sup> MOURA, Gerson. Relações exteriores do Brasil. 1935 - 1950. Mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2012, p.216

<sup>161</sup> VARGAS, G. A posição do Brasil na América. (Discurso pronunciado na ilha do Viana, ao realizar-se a homenagem da Federação dos Marítimos, a 29 de junho de 1940). Disponível na Biblioteca Presidência da República. p. 348 in: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1940/23.pdf/view>

<sup>162</sup> SEITENFUS. 2003. p. 220-221

de beligerância, ao lado da Alemanha, após a queda da França<sup>163</sup>. Isso fez com que o poder de barganha brasileiro aumentasse frente aos Estados Unidos, pois o medo de o país se tornar totalitário transformaria o continente em alvo fácil para ataques. Devido à posição geográfica do nordeste brasileiro, o país era indispensável no *bloco de poder* estadunidense, por se tratar de um país detentor de matérias-primas cruciais, como relata Vágner Camilo Alves<sup>164</sup>.

Alves põe em questão que o Brasil já tinha um lado para cair<sup>165</sup>, o lado dos EUA, e que até mesmo a Alemanha sabia disso e que o III Reich “não tinha interesse de longo prazo no Brasil nem no conjunto da região latino-americana. [Mas queriam executar uma] manobra tática para manter (...) a neutralidade brasileira”<sup>166</sup>. Em contrapartida, Vágner Camilo diz que o discurso de 11 de junho pretendia garantir a independência industrial, a soberania do país e conseguir maior poder de barganha com os EUA. Essa manobra tática de manter a neutralidade estaria nas negociações secretas entre Vargas e

---

<sup>163</sup> *Ibidem*. 2003. p.222

<sup>164</sup> ALVES, Vagner Camilo. O Brasil e a Segunda Guerra Mundial. História de um envolvimento forçado. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; ed. Loyola, São Paulo, 2002.

<sup>165</sup> *Ibidem*. “o governo alemão estava ciente de que não deveria acalantar ilusões quanto a um possível incremento da influência alemã no Brasil, pelo menos a médio prazo, enquanto sua política de expansão na Europa não fosse completa. Entretanto, o Brasil, como de resto toda a América Latina, entretanto, seria inexoravelmente parte do sistema de poder americano.” p.66

<sup>166</sup> *Ibidem*. p.112.

Prüfer, tais que só puderam ser realizadas após o discurso de 11 de junho e reaproximação do Brasil com a Alemanha.

Prüfer quer manter uma *ampla cooperação* com o Brasil, após Vargas mostrar suas garras mais autoritárias nos discursos anteriores, mas o bloqueio marítimo inglês e a reativação dos acordos econômicos e militares dos Estados Unidos atrapalham as negociações alemãs. Vargas e Prüfer mantêm contatos secretos diretos, e nesses contatos é expresso por Vargas, segundo Prüfer<sup>167</sup>, seu antissemitismo, sua repulsa pela Inglaterra e pela democracia. Os acordos apresentados eram de extrema vantagem para o Brasil, visando tudo que Getúlio queria e ainda mais: a industrialização com a siderúrgica, armamento militar e ainda aumento de exportação dos produtos primários do Brasil para a Alemanha. Tudo isso contando com o fim da guerra próximo e inevitável, devido seus avanços vitoriosos na Europa, mas o ataque de Pearl Harbor, resultando no envolvimento dos EUA na guerra, mudou todos os planos.

## **7. Relação Brasil-EUA**

As desconfianças dos Estados Unidos com o Brasil originaram-se pós-crise de 29. Em 1937, com o golpe do Estado Novo, os norte-americanos se preocupavam com o teor da nova constituição, dita como autoritária. Em McCann podemos ver que o Brasil conseguiu se livrar dessa desconfiança graças ao, então embaixador, Oswaldo Aranha, que conseguiu explicar para o Ministro estadunidense Weller a real (ou o que ele achava ser

---

<sup>167</sup> SEITENFUS. 2003. 228

realidade) intenção de Vargas frente ao Estado Novo e do Brasil como democracia<sup>168</sup>. Weller, então, declama um discurso em 6 de dezembro de 1937, para confirmar que Roosevelt apoiava Vargas e que o Estado Novo não era aquilo tudo que falavam. Ele reforça o conceito da Política de Boa Vizinhança e o Pan-Americanismo<sup>169</sup>. O que ajudou nessa confiança foi, também, a cassação aos partidos políticos, incluindo os de cunho nazista no sul do país.

Os EUA percebem que era necessário investir mais nos países latinos que estavam recebendo muita atenção do Eixo, então decidem fazer várias reformas e retomar planos antigos que incluem a América Latina, como a Divisão de Repúblicas Americanas criada por Cordell Hull, Secretário de Estado nos EUA, em maio de 1938. Também concluíram os recursos lançados por Roosevelt em fevereiro do mesmo ano para a *política de transmissões radiofônicas internacionais* para refutar a propaganda pró-Eixo<sup>170</sup> e a Política de Boa Vizinhança (uma política intervencionista “caracterizada pela revogação de métodos coercitivos e pela adoção de negociações diplomáticas e colaboração econômica militar”<sup>171</sup>).

Para estabelecer seu *Bloco de Poder*, os EUA deram início aos ideais do Pan-americanismo de solidariedade aos países do continente contra um possível inimigo externo e os propagou

---

<sup>168</sup> MCCANN, Frank D. A aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945. Rio de Janeiro, ed. Biblioteca do Exército, 1995. p. 66-68.

<sup>169</sup> *Ibidem*. p. 62

<sup>170</sup> *Ibidem*, p. 92

<sup>171</sup> MOURA, 1991, p. 5

durante as conferências que se seguiram nos anos 1930, nas quais saíram vários acordos com duas principais características: as Multilaterais, que “tratava-se de obter uma visão comum dos problemas internacionais e, a partir daí, realizar também ações comuns que fortalecesse a liderança norte-americana no continente”<sup>172</sup>, e os Bilaterais, como os acordos econômicos entre Brasil e EUA feitos em 1940 e os acordos com Washington fechados em , que incrementam os recursos financeiros e o suporte técnico destinados ao progresso da infraestrutura logística e à produção de materiais estratégicos, como borracha, minerais e algodão, e outros produtos das exportações brasileiras, os quais devem ser integralmente adquiridos pelos EUA<sup>173</sup>.

Antes de 1941, o Brasil se considerava neutro em relação aos conflitos da época. O Governo norte-americano, segundo Sander, já andava preocupado com os envolvimento e acordos econômicos do Brasil com a Alemanha, como visto anteriormente. Após o ataque de Pearl Harbor, provocado pelo Japão, a pressão para o Brasil entrar na guerra ao lado dos EUA se intensifica ainda mais. Depois do ataque japonês, outras nações de diferentes lugares do mundo apoiam o governo norte-

---

<sup>172</sup> *Ibidem*, p.8

<sup>173</sup> SANTOS, Leonardo Montanholi dos. AJUDE A ESMAGAR O EIXO!: Uma Análise Comparada da Campanha dos Bônus de Guerra no Brasil e nos Estados Unidos da América (1941-1945). Orientador: Dr. Wagner Pinheiro Pereira. Rio de Janeiro: UFRJ/CFCHIH/PPGHC, 2014. Dissertação (Mestrado em História Comparada). p. 31

americano. Porém, o Brasil mesmo após declarar solidariedade continua se mostrando neutro frente aos conflitos<sup>174</sup>.

Em meio das várias aproximações e afastamentos do Brasil com a Alemanha, os Estados Unidos tiveram a mesma experiência de vaivém com o nosso país. Porém, Oswaldo Aranha sempre se demonstrou fiel à aliança com os EUA. Devido à influência que o Eixo, principalmente Prúfer, estava tendo com Vargas nessa época (as negociações secretas mencionadas anteriormente), foi decidido, com os conselhos de Caffery e Summer Welles que os EUA auxiliaria o Brasil na construção da siderúrgica e ainda na divisão do mercado estadunidense<sup>175</sup>. Este acordo, já fechado, agradava a Vargas e aproximava cada vez mais a aliança estadunidense com o Brasil.

De 15 a 28 de Janeiro de 1942 ocorre a III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, visando a ruptura dos países com o Eixo e a defesa do continente baseada na solidariedade das nações americanas, além de acordos econômicos para manter os países a salvo de crises. Vargas queria negociar a defesa total do Brasil com os equipamentos militares e bases para a defesa das costas brasileiras, para além dos acordos fechados com as outras nações devido à extensão de nossa costa, e, com o aval de Roosevelt, o conseguiu. Com isso, no fim da Conferência, o Brasil rompe suas relações com o Eixo. Somente a Argentina e o Chile continuaram neutros, e no Brasil encontra-se oposição dessa decisão em Góes

---

<sup>174</sup> SANDER, 2007, P. 30

<sup>175</sup> SEITENFUS, 2003, p. 238-240

Monteiro e Gaspar Dutra que tentam afastar Vargas desses ideais dizendo que as forças armadas brasileiras não estavam preparadas para um conflito em grande escala<sup>176</sup>, como de fato.

No início da III Conferência, ocorreram várias ameaças do Eixo aos países da América Latina. Em fevereiro de 1942 dois cargueiros brasileiros são bombardeados por submarinos alemães. O navio Buarque foi o primeiro a ser atacado em resultado da fúria do Eixo com o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha. O segundo, com dois dias de diferença, foi Olinda. Logo após, um navio a vapor, Cabedelo, desapareceu em alto mar com seus 54 homens a bordo, até hoje o seu paradeiro é um verdadeiro mistério, porém tudo indica ter sido obra dos alemães e italianos. E as ações violentas não pararam por aí, mais de 34 navios foram torpedeados ou sumiram sem deixar rastros, a maioria era navios mercantes. Essa investida foi chamada de *Operation Brasilien*<sup>177</sup> (Operação Brasil), foi um ataque planejado e executado pelo *Comando Superior da Força Submarina no Atlântico* (Betasom<sup>178</sup>) em combate ao Brasil.

---

<sup>176</sup> *Ibidem*, p. 276-277

<sup>177</sup> PEREIRA, Durval Lourenço. Operação Brasil: O ataque alemão que mudou o curso da Segunda Guerra Mundial. Editora Contexto, 2015.

<sup>178</sup> SEITENFUS, Ricardo. O Brasil vai à Guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial, 3ª ed. Barueri, SP. Manole, 2003, p. 291. "Betasom, baseado em Bordeaux, ele coordena até 8 de setembro de 1943, data da assinatura do armistício italiano, a vigilância de um vasto triângulo atlântico calculado a partir de Lisboa, que se estende às Antilhas e ao litoral brasileiro."

Após os torpedeamentos, manifestações eclodiram no Rio de Janeiro pedindo por guerra, por parte dos integrantes da UNE (União Nacional dos Estudantes) e do Partido Comunista<sup>179</sup>, que queria dar um sentido de “União Nacional” para o povo amargurado com os acontecimentos, além de lutar pela democracia, pelos seus exilados e, principalmente, contra o Nazifascismo. Os acontecimentos se deram de forma pacífica, mas também houve interações violentas por parte da política do Estado Novo que agrediram alemães e italianos, principalmente no sul. O governo Vargas inseriu, desde o começo do Estado Novo, valores nacionalistas na educação brasileira. O trabalho da mídia, exclusivamente o da DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), foi crucial para agir psicologicamente na cabeça dos brasileiros frente à Guerra<sup>180</sup>.

As manifestações fizeram Getúlio Vargas reagir com um discurso dizendo que o Brasil encararia os acontecidos da mesma forma que os manifestantes e que os brasileiros iriam se juntar “para o cumprimento do dever.” (O Jornal - 21 de agosto de 1942). Após muitas manifestações e paralisações, no dia 22 de agosto de 1942, a voz do povo, podemos dizer, ganhou proporções maiores. Nesse dia, Getúlio Vargas, em reunião com Ministros, declara guerra à Alemanha e a Itália<sup>181</sup>.

---

<sup>179</sup> Sobre o comunismo no Brasil ver: DULLES, John Foster O comunismo no Brasil..Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

<sup>180</sup> SANTOS, Luciana Ibarra dos. Há algo de novo no front: A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Porto Alegre, Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2006.

<sup>181</sup> SANDER. 2007, p. 206.

A Operação Brasil se tornou um dos estopins para a participação de diversos setores e instituições da sociedade civil brasileira no sentido de exigir a entrada do país na guerra, movimentos que resultaram no envio de enfermeiras e tropas brasileiras, conhecidas como os pracinhas da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e também a Força Aérea Brasileira (FAB) na Segunda Guerra Mundial, em julho de 1944, instruídos pelos militares estadunidenses e patrocinados por acordo feitos com o Eximbanks na “Missão Aranha”<sup>182</sup>. Assim, o Brasil contava com o desenvolvimento econômico e social que nasceria com a sua entrada na guerra, devido aos EUA e suas negociações, ou barganhas, como nos mostra Gerson Moura<sup>183</sup>, em torno do financiamento para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN<sup>184</sup>, equipamentos bélicos mais modernos e táticas de guerra para o Exército brasileiro que não tinha tanta prática

<sup>182</sup> Sobre a Missão Aranha: “Como resultado, Brasil e Estados Unidos assinaram uma série de cinco acordos que estabeleciam a concessão de um crédito de US\$ 50 milhões para auxiliar a criação de um Banco Central brasileiro; a concessão de um empréstimo de US\$ 19,2 milhões do Eximbank para a liquidação de atrasados comerciais e a reativação do intercâmbio comercial entre os dois países; o compromisso desse mesmo banco de financiar vendas norte-americanas para o Brasil com prazos de pagamento e juros favorecidos, e a promessa do governo Roosevelt de facilitar a formação de companhias de desenvolvimento, com capitais americanos e brasileiros, destinadas à industrialização de matérias-primas brasileiras. Em contrapartida, o governo brasileiro assumiu o compromisso de liberar o mercado de câmbio para as transações comerciais, facilitar a transferência de lucros de capitais norte-americanos aplicados no Brasil e retomar o pagamento da dívida externa”.

Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EstadoEconomia/Missaoranha>

<sup>183</sup> MOURA. 1991. p.3

com eventos conflituosos de grande escala. Em compensação, foi cedido aos Estados Unidos o controle sobre as bases militares no Nordeste brasileiro, bases que seriam de grande interesse para a defesa da costa do continente Americano.

## 8. Conclusão

Ao assumir o controle do Brasil no jogo *Hearts of Iron IV*, percebe-se que o país começa como uma democracia e não está inicialmente envolvido diretamente no conflito, já que se inicia no ano de 1936 e o Brasil sofre o golpe do Estado Novo em 1937 e só decreta guerra em 1942, na realidade histórica. No entanto, no game, os jogadores têm a liberdade de decidir o caminho político do Brasil e se envolver ou não na guerra, podem explorar várias opções estratégicas, como alinhar-se com as potências do Eixo (como Alemanha e Japão), os Aliados (como Reino Unido, Estados Unidos e União Soviética) ou permanecer neutro e até

---

<sup>184</sup>MOREIRA, Regina Luz. CSN, uma decisão política. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/CSN> Diz: Em 9 de abril de 1941 realizou-se a assembléia geral de criação da Companhia Siderúrgica Nacional, e foi escolhida sua primeira diretoria: Ari Torres (vice-presidente), Macedo Soares (diretor-técnico) e Oscar Weinschenck (diretor-comercial). Seu presidente, Guilherme Guinle, foi nomeado diretamente por Vargas. A usina de Volta Redonda foi inaugurada no dia 12 de outubro de 1946, na presença, entre outros, do presidente [Eurico Dutra](#) e de seu ministro da Viação e Obras Públicas, Edmundo de Macedo Soares e Silva. Getúlio Vargas, o grande incentivador da usina siderúrgica, estava ausente, deposto com o final do Estado Novo.

Ver também verbete sobre a Companhia Siderurgica Nacional em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/companhia-siderurgica-nacional>

mesmo se tornarem comunistas. Além disso, os jogadores podem conduzir pesquisas, desenvolver sua economia e construir um exército para eventualmente participar das hostilidades.

No jogo existe um "controlador" onde determina o que o jogador pode fazer ou não, a "tensão mundial", basicamente é um globo terrestre que delimita a que ponto está o equilíbrio mundial no jogo. De acordo com a porcentagem mostrada, o jogador pode tomar decisões e existem vários motivos para aumentar ou diminuir a tensão mundial, alguns motivos para o aumento seriam as "justificativas de guerra", envio de tropas, garantias de independência, entre outras. O que mais diminui esse percentual seria o fim de uma guerra ou batalhas.

Quanto maior a porcentagem da tensão mundial, mais ações para os países com democracia são liberadas, por exemplo: um país, para garantir sua independência, precisa de 25% de tensão mundial, mas para justificar seu objetivo de guerra ele pode precisar de 45%. Porém, esse "recurso" só limita países democratas, pois países com ideologia fascista ou comunista não tem limitações, e por isso é mais fácil atingir o objetivo de dominar os territórios jogando com a ideologia fascista ou comunista.

O Brasil começa com todos os âmbitos limitados, na indústria, por exemplo, é importante priorizar a construção de fábricas civis no início para aumentar a capacidade de produção. Investir em infraestrutura melhora a extração de recursos e o transporte. Já em relação ao foco na Pesquisa e tecnologia, o jogador pode concentrar-se em aprimorar tecnologias industriais

e de recursos para melhorar suas capacidades de produção e pesquisar as doutrinas terrestres e tecnologias militares para fortalecer suas forças armadas.

Para evoluir o exército, de início, é preciso escolher um general, o jogo disponibiliza duas opções: o General Mascarenhas de Moraes (No contexto histórico real, como oficial-general do Brasil, ele preparou a defesa do nordeste contra estrangeiros, e mais tarde aceita comandar a FEB na Itália<sup>185</sup>), no jogo ele demonstra ser bom em “rota da selva” e Eurico Gaspar Dutra (Ministro de Guerra no período de 1936 a 1945<sup>186</sup>), no jogo o general demonstra habilidade de explorador no âmbito florestal. Para o desenvolvimento do Exército e da Marinha, o tamanho populacional do Brasil pode ser útil para construir um exército significativo. Criar uma mistura de divisões de infantaria e blindadas é uma boa estratégia e o jogador deve prestar atenção

---

<sup>185</sup> PEREIRA. 2021. Disponível em:

<https://memorialdafeb.com/2021/03/31/mascarenhas-de-moraes-e-o-31-de-marco/>. “(...) preparou a defesa do Nordeste brasileiro ante a perspectiva de uma invasão estrangeira (do Eixo ou norte-americana). Mais tarde, (...), Mascarenhas a aceitou [o comando da FEB] de imediato. Foi voluntário para liderar a inexperiente tropa expedicionária nacional em solo italiano, contra a temível máquina de guerra nazista”.

<sup>186</sup> MALIN, Mauro. DUTRA, Eurico Gaspar. militar; comte. 1ª RM 1935-1936; min. Guerra 1936-1945; pres. Rep. 1946-1951. Verbete 1790. In: <https://atlas.fgv.br/verbete/1790>. “Dutra foi para o Ministério da Guerra num momento de fechamento progressivo do regime, dentro de um duplo processo: de centralização do poder nacional no governo federal e de crescimento da influência da corporação armada. A influência crescente das forças armadas pode ser aferida através de dois indicadores. (...). Por outro lado, o Exército havia sofrido, sob a direção de João Gomes, um grande expurgo de aliancistas e comunistas. Caberia a Dutra, antes de mais nada, a tarefa de preservá-lo de infiltrações revolucionárias.”

no desenvolvimento naval, caso planeje uma expansão por invasões navais ou proteger a costa.

No Comércio e Recursos, o Brasil tem acesso a uma variedade de recursos, mas o jogador pode precisar negociar para obter tudo o que precisa para sua indústria e para o meio militar. Garantir uma rota de comércio para recursos necessários e considerar construir uma marinha forte para proteger seus comboios também é uma boa estratégia. O jogador também pode ingressar em facções ou criar a sua para obter proteção ou apoio durante conflitos, além de escolher seu lado na guerra.

O Brasil tem uma árvore de foco nacional única que permite tomar decisões importantes, como alinhar-se a diferentes facções ou seguir caminhos econômicos e militares específicos. Dependendo dos objetivos, o jogador pode querer expandir para países vizinhos na América do Sul. Só é preciso estar ciente de possíveis alianças ou resistência de outras potências importantes.

Por fim, muitos eventos históricos estão incorporados no jogo, e certos países têm eventos específicos que podem ocorrer com base em decisões e ações dos jogadores. O jogo leva em consideração alianças, tratados e eventos políticos que ocorreram durante o período da Segunda Guerra Mundial e inclui um sistema de pesquisa tecnológica que reflete as inovações da época. A gestão da economia e da produção de guerra reflete, em certa medida, nos desafios enfrentados pelos países durante a guerra. Também inclui uma variedade de líderes políticos e militares historicamente precisos, cada um com suas próprias

habilidades e características, como o caso de Getúlio Vargas e Eurico Gaspar Dutra que vimos anteriormente.

Além dos eventos históricos, o jogo também conta com eventos aleatórios que podem ocorrer, adicionando uma camada de imprevisibilidade. No entanto, é importante notar que, apesar desses esforços, o jogo não é uma representação exata da história. Os jogadores têm a liberdade de tomar decisões que podem divergir significativamente dos eventos reais. Enquanto "Hearts of Iron" é conhecido por sua abordagem histórica, os jogadores devem estar cientes de que é um jogo e, como tal, algumas liberdades são tomadas para torná-lo mais envolvente e equilibrado como um jogo de estratégia. Porém, como abordam passagens significativas e cruciais da história da Segunda Guerra, suscitam questionamentos sobre a possibilidade dos videogames servirem como meios para contemplação histórica e para a exploração de cenários específicos.

## Referências:

ABREU, Alzira Alves. Companhia Siderúrgica Nacional. Verbete, In: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/companhia-siderurgica-nacional> ALVES, Vágner, Camilo. O Brasil e a Segunda Guerra Mundial. Ed. PUC, 2002. FERRAZ, Francisco César Alves. Os Brasileiros e a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CARVALHO, Diogo Trindade Alves de. Pensamento geopolítico anglo-saxão: oposições entre os poderes navais e continentais no mundo dos games (2010-2015). 2021. In: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33186>

KAPELL, Matthew Wilhel; ELILOTT, Andrew B.R. Playing with the Past: Digital Games and the Simulation of History. Bloomsbury Academic, 2013.

KOIFMAN, Fábio. Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KUBASKI, Julia; RITTER, João Vitor. A participação da Força Expedicionária brasileira na Segunda Guerra Mundial. Materializando Conhecimento. 2015.

MALIN, Mauro. DUTRA, Eurico Gaspar. militar; comte. 1ª RM 1935-1936; min. Guerra 1936-1945; pres. Rep. 1946-1951. Verbete 1790. In: <https://atlas.fgv.br/verbete/1790>

MCCANN, Frank. Aliança Brasil - Estados Unidos, 1937 - 1945. Biblioteca do Exército, 1995.

MOURA, Gerson. Sucessos e Ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial. FGV, Rio de Janeiro, 1991.

MOURA, Gerson. Relações exteriores do Brasil. 1935 - 1950. *Mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2012.

MOURA, Gerson. Acordos de Washington. FGV. CPDOC. (não datado), disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/washington-acordos-de>

NETO, Ricardo Bonalume. *A Nossa Segunda Guerra: Os Brasileiros em Combate, 1942-1945*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.

NETO, Ricardo Bonalume. *A Nossa Segunda Guerra: Os Brasileiros em Combate, 1942-1945*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.

OLIVEIRA, Gabriel M. Borges. A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e a importância da liderança em conflitos armados. UNICEUB. 2011.

PEREIRA, Durval Lourenço. Mascarenhas de Moraes e o 31 de Março. Memorial da FEB. 2021. In: <https://memorialdafeb.com/2021/03/31/mascarenhas-de-moraes-e-o-31-de-marco/>

PEREIRA, Durval Lourenço. Operação Brasil: o ataque alemão que mudou o curso da Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Contexto. 2015.

SANDER, Roberto. Brasil na mira de Hitler: A história do afundamento de navios brasileiros pelas tropas nazistas. Objetiva. 2007.

SANTOS, Luciana Ibarra. Há algo de novo no front: A Participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Porto Alegre: PUCRS 2006.

SEITENFUS, Ricardo. O Brasil Vai à Guerra: o processo de desenvolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Barueri, SP: Manole, 2003.

SILVA, Hélio. 1944 - O Brasil na Guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

## 11.

### “TCHERERÊ TCHÊ TCHÊ”: uma análise político-cultural do sertanejo universitário no contexto do bolsonarismo

Monica Porto Apenburg Trindade<sup>187</sup>

Raquel Anne Lima de Assis<sup>188</sup>

Tiago da Silva Cesar<sup>189</sup>

#### 1. Introdução: clientelismo e política no mundo sertanejo

Em 2022, em pleno ano de campanha eleitoral, surgiram diversas matérias que ligavam famosas bandas sertanejas a prefeituras de poucos habitantes que mal ofereciam serviços básicos à sua população. Para poderem trazer determinados artistas do seletor time de cantores sertanejos às suas

---

<sup>187</sup> Doutora em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do Centro Universitário Pio Décimo (UNIPIO) e da Universidade Aberta do Brasil (UAB/UNEAL). Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFS/CNPq) e do Laboratório de Pesquisa do Mundo Contemporâneo (Contemporaneus/CNPq/UFRR). E-mail: apenburg@getempo.org

<sup>188</sup> Doutora em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do Curso de História (CHIS/UFRR) e da Pós-graduação em Ensino de História (ProfHistória/UFRR) da Universidade Federal de Roraima. Líder do Laboratório de Pesquisa do Mundo Contemporâneo (Contemporaneus/CNPq/UFRR). Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFS/CNPq). E-mail: raquel.assis@ufr.br / raquel@getempo.org

<sup>189</sup> Doutor em História Social pela Universidad de Córdoba (UCO/Espanha) e professor de Teoria da História do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Também atua como professor e pesquisador nos Programas de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (PPGH-UFPE) e da Universidade Federal Rural de Pernambuco (PGH-UFRPE). E-mail: tiago.scesar@ufpe.br

festividades, alguns municípios chegavam a pagar cachês altíssimos, inclusive milionários. A prática, pelo visto, era antiga, mas o curioso foi como ganhou destaque na imprensa nacional. O que já se chamou de “esquema” veio à tona depois de uma fala polêmica do cantor Zé Neto, que compõe a dupla com Cristiano, no dia 12 de maio daquele ano. Segundo se veiculou, Zé Neto criticou a cantora Anitta por uma suposta tatuagem realizada pela artista em uma área íntima, seguida de uma declaração com indisfarçado sentido político de os cantores sertanejos não dependerem da Rouanet: “Nós somos artistas que não dependemos de Lei Rouanet. Nosso cachê quem paga é o povo. A gente não precisa fazer tatuagem no ‘toba’ para mostrar se a gente está bem ou mal” (g1, 29 mai. 2022. Cf.: Tabela n. 1).

A referência de Zé Neto à Lei Rouanet certamente não se dava por desinformação – pelo contrário, jogava com o desconhecimento de boa parte da população que talvez pense (como insinuava a crítica do cantor) que tal lei bancava determinados artistas com vultosos cachês oriundos diretamente das arcas públicas federais. Contudo, o cachê para um artista solo tinha como teto – pela referida Lei – tão só 3 mil reais. Portanto, a fanfarronice supostamente proporcionada pela Lei e seus promotores era um engodo político, já que o dinheiro provinha de verba pública via contratos com prefeituras.

A questão até pode ser entendida como algo dentro das leis, já que o sistema de contratos de shows pelas prefeituras possui amparo legal (veja-se a tabela n. 1), mas os valores exorbitantes, em muitos casos, estão longe do que se poderia

considerar moralmente correto, diante da falta de investimento em áreas de extrema necessidade básica em algumas cidades. Vejamos alguns casos.

A começar pelo show durante o qual o próprio Zé Neto criticara a Lei Rouanet, na cidade de Sorriso (Mato Grosso), com aproximadamente 92 mil habitantes, a dupla levou um cachê de R\$ 400 mil. A partir daí e dos protestos suscitados da que se passou a chamar “CPI do sertanejo”, destacaram-se outros casos ainda mais gritantes. Em Teolândia (Bahia), um município com pouco mais de 12 mil habitantes que sofreu com as chuvas no final de 2021, o cachê de Gustavo Lima (Nivaldo Batista Lima) (1989 -) alcançou R\$ 704 mil. Em Magé (Rio de Janeiro), “O Embaixador”<sup>190</sup> chegou a receber nada menos que R\$ 1 milhão, ou seja, “dez vezes a mais do que é investido pelo município fluminense em atividades culturais” (Emancipação Socialista, 17 ago. 2022).

Tabela n. 1: Diferenças de contratação de shows com verbas públicas

Lei Rouanet	Shows de Prefeituras
Proposta: O proponente tem uma ideia de ação cultural e apresenta à Secretaria de Cultura através de um sistema que pede todos os detalhes e custos.	Contrato: Em geral, a prefeitura escolhe o artista, negocia e faz contrato sem licitação, já que há apenas um fornecedor possível.
Projeto: A Secretaria analisa se o pedido atende aos diversos critérios da Lei. Caso atenda,	Pagamento: A prefeitura costuma bancar custos como transporte, hotel e camarim, e

<sup>190</sup> Como é conhecido o cantor Gustavo Lima nas mídias sociais.

ele vira um projeto e é analisado por parecerista da área cultural específica.	o artista recebe o valor do cachê, para o qual não há limite por músico.
Comissão: O projeto vai para a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), que analisa e pode dar a homologação final, assinada pelo Ministro da Cidadania.	Fiscalização: Não há controle específico, além da prestação de contas geral do município. O Tribunal de Contas ou o Ministério Público podem questionar esses gastos.
Patrocínio: O produtor busca empresas para patrocinar o projeto. Elas podem deduzir do imposto parte ou todo o valor. Cachê de artista solo tem teto de R\$ 3 mil.	
Prestação de contas: O proponente tem de prestar contas de tudo o que for realizado, com fotos, registros e notas. A Secretaria analisa cada item para aprovar.	

Fonte: Infográfico elaborado pelo g1, 18 mai. 2022.

Com o holofote voltado aos cachês milionários, Gustavo Lima teve um show suspenso em Conceição do Mato Dentro (Minas Gerais), um município de aproximadamente 17 mil habitantes. Pela apresentação, o cantor embolsaria um cachê de R\$ 1,2 milhão. Segundo o dizer popular contemporâneo, Zé Neto tentou lacrar, mas o tiro saiu pela culatra: quis acertar o adversário e acertou o próprio pé e o de um dos principais nomes

do cenário artístico sertanejo, tal como logrou retratar graficamente o cartunista Rodrigo Brum (veja-se a imagem n. 1).

### Imagem nº 1: Charge de Rodrigo Brum

#### PEDIDO DE FÃ



© WBRSCODORBLUM • BRUMCHARGEIA • BRUM CHARGEIA

Fonte: <https://images.app.goo.gl/nm2pz6VhATXBLVsG9>

Em meio às críticas e à visibilidade dada pela imprensa ao caso, o apresentador de um show de Gustavo Lima ocorrido em Brasília, em 21 de maio de 2022, chegou a pronunciar o famoso “Deus, pátria e família” e que “Aqui nunca vai ser o comunismo!”, lema, diga-se de passagem, usado por regimes e partidos de origem fascista, então empregado pelo presidente Jair Bolsonaro. As charges de Quinho e Fraga (imagens n. 2 e 3) ilustram bastante o cenário, pois, enquanto por um lado criticavam em palco a Lei Rouanet e o perigo de uma suposta volta do comunismo ou do embargo das liberdades pelos adversários do bolsonarismo, por outro, vários artistas sertanejos se beneficiavam com volumosos contratos pagos, sublinhe-se, com o dinheiro público.

O que já era sabido ficou bastante evidente, isto é, a forte

relação entre o sertanejo e os políticos de extrema-direita, personificada, naquele momento, na figura de Jair Bolsonaro (Intercept Brasil, 04 jun. 2022). De fato, quando “O Embaixador” se viu encurralado, tentou comover o público por meio das redes sociais e instrumentalizar sua trajetória de menino humilde ao hall da fama, ao melhor estilo self-made man<sup>191</sup>. Além disso, quem também o consolou naquele momento foi ninguém menos que o senador Flávio Bolsonaro, filho do então presidente da república de sobrenome homônimo que lutava desesperadamente pela reeleição (Poder360, 31 mai. 2022). Ressalta-se que Lima era declaradamente um apoiador importante do presidente em funções e candidato à reeleição.

Imagem nº 2 e 3: Charge de Quinho e Fraga



<sup>191</sup> Termo em inglês que faz referência a meritocracia, ou seja, o indivíduo que alcança o sucesso pelo seu próprio esforço e suas qualidades.



Fonte:

[https://www.reddit.com/r/brasil/comments/v1a47p/arte\\_de\\_quinho\\_quinhocartum/#lightbox](https://www.reddit.com/r/brasil/comments/v1a47p/arte_de_quinho_quinhocartum/#lightbox)

<https://cardosinho.blog.br/wp-content/uploads/2022/06/charge-fraga-sertanejo.jpg>

Contudo, havia algo muito mais turvo por trás desses supostos apoios políticos incondicionais. Segundo inúmeras matérias investigativas, existia uma relação profunda de dependência que cimentava a relação entre o sertanejo e o bolsonarismo propriamente dito. Algumas dessas reportagens aparecidas em importantes veículos de comunicação sustentaram que o enriquecimento dos cantores sertanejos está intrinsecamente relacionado ao agronegócio<sup>192</sup>: “no lugar do velho ‘jabá’ (propina ao radialista) para execução de uma música no rádio, o agronegócio aprimorou e comprou as rádios. Fora a

---

<sup>192</sup> Deve-se ter presente que a bancada do agronegócio no Congresso não somente é forte, como era aliada de Bolsonaro e, via de regra, favorável a medidas ou ações que permitissem o descumprimento da legislação ambiental que barrava a expansão da fronteira agrícola, a invasão de terras indígenas, incluída a prática do garimpo.

promoção de feiras pecuárias, onde o gênero é a atração, e a compra de emissoras de televisão para que sejam executadas as músicas sertanejas nas novelas” (Emancipação Socialista, 17 ago. 2022).

Não se deve estranhar, continua a matéria, que, das dez músicas mais tocadas no aplicativo de música Spotify, nove sejam sertanejos universitários. O sucesso, portanto, não é natural, como se afirmou conclusivamente:

Em resumo, os ‘bons moços’ das duplas sertanejas, todos de origem humilde e que ascenderam socialmente de maneira fulminante com o apoio dos seus patrocinadores (que ajudaram abrir os cofres de prefeituras aliadas políticas), legitimam na indústria cultural os seus ricos incentivadores, os empresários do agronegócio (Emancipação Socialista, 17 ago. 2022).

Mas há mais que isso? Pelo jeito, sim. Em 17 de outubro de 2022, Bolsonaro recebeu no Palácio da Alvorada, residência oficial da presidência da República, uma seleta delegação do mundo sertanejo. Participaram do encontro, entre outros, Gustavo Lima, Leonardo, Zezé Di Camargo, Chitãozinho, Fernando, George Henrique Guadelup e Sula Miranda, além do locutor Cuiabano Lima (g1, 18 out. 2022). Tratava-se de um apoio aberto ao então presidente e candidato à reeleição Jair Bolsonaro, que já havia sido derrotado no primeiro turno e tentava àquela altura reverter a situação no segundo.

Mas, segundo investigações, tem-se questionado os reais motivos daquele apoio público dos sertanejos ao então presidente Jair Bolsonaro. Sugere-se que alguns deles trocaram o

apoio pelo perdão de dívidas com o governo. A redação da Rádio Aruaña FM, por exemplo, publicou uma matéria em que uma investigação conduzida pelo jornalista Ricardo Feltrin teria descoberto que a dívida bilionária incluiria “débitos, pagamentos atrasados e multas de Imposto de Renda tanto para pessoas físicas quanto para jurídicas”. Supostamente, empresas promotoras das carreiras dos artistas sertanejos, geridas por “procuradores, agentes, amigos, parentes, empresários e até mesmo ‘laranjas’ dos próprios artistas, acumulariam dívidas federais significativas”, que, no caso de reeleição de Bolsonaro, teriam o perdão em até 90% (Rádio Aruaña FM, s/d; 082Notícias, 01 mar. 2024).

Replicada de diferentes maneiras e em vários veículos de comunicação na internet, a reportagem evidencia que os sertanejos costumam cantar e apoiar o candidato que prove ser mais sensível politicamente aos seus interesses. O dinheiro público, seja ele municipal ou federal, está constantemente no radar dos artistas. Basta lembrar que, recentemente, os cantores Gustavo Lima e Leonardo, por exemplo, beneficiaram-se com a isenção de impostos por meio do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), iniciativa do Governo Federal que se remonta à situação pandêmica da Covid-19. Somente as empresas da influenciadora Virginia Fonseca, Gustavo Lima e Leonardo, entre janeiro e agosto de 2024, totalizaram mais de 30 milhões em isenções, conforme dados divulgados pela Receita Federal (g1, 23 nov. 2024).

Se há uma lição clara do nosso passado, é que a divisão

política entre os cidadãos não se dava com base em lealdades partidárias ou ideológicas, mas sim por laços pessoais e interesses particulares. Como destacou Graham ao estender sua análise além da Primeira República, as siglas partidárias eram “seriamente enganosas tanto em nível nacional quanto local” (Graham, 1997, p. 198-199). Hoje, poucos duvidariam de que há um forte devotamento político a certas figuras e famílias, o que evidencia mais a influência das relações pessoais na sociedade do que o peso real das propostas político-partidárias. Independentemente da legenda, o essencial parece ser manter a atenção sobre os apoiadores, especialmente aqueles capazes de atrair mais eleitores para o círculo íntimo dos políticos, que, em troca, tendem a retribuir com favores igualmente pessoais

Quando analisamos essas articulações na busca por certos interesses políticos e pessoais entre grupos musicais, partidos, figuras políticas e setores empresariais, observamos que essas relações não se limitam a pronunciamentos, postagens, fotografias ou contratos de shows. As próprias canções são utilizadas como formas de legitimar valores e representações de uma sociedade que sustenta essas alianças.

Diante desse cenário, buscaremos, neste texto, a partir da análise das canções do cantor Gustavo Lima, responder ao seguinte questionamento: como as canções do sertanejo universitário realizam representações da realidade que dialogam com a extrema-direita? Como observado em diferentes matérias de jornais, a aproximação entre cantores sertanejos e o bolsonarismo é evidente, mas buscaremos apresentar como isso

se reverbera em suas próprias composições musicais.

## **2. De Flerte com a Extrema-Direita: a relação entre a música sertaneja e o bolsonarismo no Brasil**

Não é novidade que a música sertaneja se configura como um dos estilos musicais mais escutados no Brasil. Nos últimos anos, um número acentuado de novas duplas tem despontado nesse cenário aproveitando a ascensão crescente do gênero, bem como artistas que já estão nesse universo há mais tempo buscam consolidar suas carreiras lançando novos singles que, não com pouca frequência, transformam-se em “hits do momento”, emplacando nos rankings das canções mais ouvidas através das rádios e, principalmente, por intermédio das mídias digitais.

De acordo com o ranking das 50 faixas mais ouvidas no primeiro semestre de 2024, apresentado pela Pró-Música, entidade que representa as principais gravadoras e produtoras fonográficas do Brasil, dos dez artistas mais reproduzidos nas plataformas de streaming (YouTube, Spotify, Deezer, Apple Music, Amazon Music e Napster), oito pertencem ao segmento sertanejo (Top 50 Streaming Brasil, jan. 2024.)<sup>193</sup>.

Ainda segundo o relatório apresentado pela mesma entidade, referente às músicas mais tocadas no Brasil ao longo

---

<sup>193</sup>O link disponível apresenta um panorama por período (janeiro/2024) referente ao “Top 50 *streaming*”, encontrado no site da Pró-Música. Contudo, as informações indicadas são resultantes de um levantamento realizado pela autora dos meses que corresponderam ao primeiro semestre de 2024. Disponível em: <https://pro-musicabr.org.br/home/top-50-streaming/?top50sPeriodo=01/2024>. Acesso em: 22 mar. 2025

de 2024, o sucesso do gênero é tamanho ao ponto de suas canções liderarem o topo do ranking desde 2018, emplacando sucessos ano após ano como: Propaganda (Ao Vivo) de Jorge & Mateus (2018), Lençol Dobrado de João Gustavo & Murilo (2019), Liberdade Provisória (Ao Vivo) de Henrique & Juliano (2020), Batom de Cereja (Ao Vivo) de Israel & Rodolfo (2021), Mal Feito (Ao Vivo) de Hugo & Guilherme e Marília Mendonça (2022), Leão de Marília Mendonça (2023) e Gosto de Rua (Ao Vivo) de Felipe & Rodrigo (2024) (Relatório: Conheça as 50 Músicas mais Tocadas no Brasil em 2024 Somando as Principais Plataformas Digitais, jan. 2024).

Além do evidente sucesso, alguns desses artistas utilizam a grande mídia como meio de autopromoção, seja em programas de auditório televisivo, participando como entrevistados em podcasts ou jornais, como também se expõem nas redes sociais abarcando um quantitativo expressivo de seguidores, onde divulgam não somente o próprio trabalho artístico, como também aproveitam o espaço para se posicionarem em assuntos ligados à política, ideologia, costumes e religiosidade, por exemplo. Nesse sentido, os artistas que circundam o universo sertanejo acabam por participar ativamente da sociedade, intervindo, dialogando e refletindo através das letras de suas canções. Além disso, a postura diante dos palcos e a maneira como se posicionam política e socialmente perante seu público se relacionam a determinados valores e crenças da própria sociedade na qual estão inseridos no espaço-tempo.

No caso das canções, podemos compreender que as

mensagens encontradas em suas composições comportam toda uma carga simbólica, permeada por diferentes visões de mundo e conduzida por intencionalidades diversas. Ademais, as letras podem cumprir também o papel de representar ao público ouvinte determinado contexto histórico, acontecimento, ideias, sentimentos e demais categorias ou elementos que permeiam a sociedade. Daí a importância, segundo o autor, de verificarmos quem são os atores sociais que realizam tais representações, pois, a depender da posição que esses sujeitos ocupem na sociedade, podemos compreender melhor os tipos de leitura de mundo e as práticas por eles elaboradas. Vale frisar ainda que, devido ao seu caráter de parcialidade, as representações desvelam um campo de disputas entre os grupos que compõem o tecido social, servindo como importante ferramenta de justificação, imposição e dominação, conforme apontado pelo autor:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto (sic) reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (...) As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (Chartier, 1982, p. 17).

Tomando essa orientação como ponto de partida, procuramos nos respaldar em Roger Chartier que concebe “representação como uma importante ferramenta de percepção e construção do mundo social para o indivíduo, além de substituir, muitas vezes, a própria realidade” (Chartier, 1982, p. 20). O historiador francês admite ainda que “as representações do mundo construídas pelos atores sociais traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse” (Chartier, 1982, p. 19).

Os argumentos apontados por Chartier indicam que existe uma relação intrínseca entre aquele que elabora e disputa suas representações e aquele que observa ou apreende essas mesmas representações. Ou seja, ocorre, na verdade, um dinamismo em torno desse processo, cujo ato de representar não resulta apenas como um reflexo da realidade, mas implica num processo que envolve a interpretação, a construção e a negociação de significados, fazendo com que essas disputas conquistem cada vez mais força e sentido. Portanto, para o autor, a representação está ligada à maneira como as ideias, os valores e as normas são transmitidos, moldados e reinterpretados pelos indivíduos de forma geral.

Desse modo, ao pensarmos no segmento sertanejo no que concerne às canções e à postura dos artistas perante a sociedade, entendemos que suas composições, inclinações políticas, discurso e comportamento de forma geral, nada mais são do que representações do mundo em que vivem. Assim, a

chamada música sertaneja é permeada por uma série de interpretações de mundo e tais interpretações visam, de maneira intencional, transmitir ao público determinados tipos de ideias, valores e condutas mediante diversas práticas sociais. Por sua vez, o público, ao ter acesso a esse amplo universo, reinterpreta, ressignifica e incorpora outros elementos do seu próprio entendimento de mundo, elaborando, assim, novos tipos de representações.

Vejamos, na prática, como esse mecanismo funciona. Acreditamos que o caso do cantor mineiro Gustavo Lima, um dos nomes preponderantes do segmento sertanejo mais recente, denominado “sertanejo universitário”, que surgiu em meados dos anos 2000, seja exemplificativo nesse sentido. O cantor em questão, que carrega, conforme frisamos anteriormente, a alcunha de “O Embaixador”, transformou-se numa espécie de ícone desse estilo, angariando nada menos que 1,2 milhões de seguidores em um de seus perfis no Instagram: [gustavolima\\_oembaixador](#), bem como se configura num artista cujas canções sempre aparecem no ranking das mais tocadas nas plataformas digitais.

De acordo com o relatório anual emitido pela Pró-Música, das 50 canções mais tocadas em 2022, por exemplo, 28 canções dentre as 50 apontadas pertencem ao segmento sertanejo (Mercado Fonográfico Brasileiro em 2022). Destas 28, verifica-se mais de uma menção às canções de Gustavo Lima e, quando a estimativa do ranking aumenta para o Top 200 de músicas mais executadas em 2022, o cantor consegue encabeçar variadas

posições no referido ranking (Top 200 Streaming em 2022).

Tais índices indicam a relevância do artista nesse cenário e sinalizam também o alcance que suas canções podem ter perante o público que o escuta e acompanha sua trajetória. Além disso, frisamos ainda que tal alcance torna-se mais potencializado à medida que ocorre uma ampla divulgação por meio da internet, daquilo que “está na moda” ou do que mais “está sendo ouvido”, incitando o público alvo ao “desejo de escutar o que mais há de atual” (Brandão; Costa; Pereira, 2022, p. 8). Nesse sentido, podemos compreender que as canções representam determinado contexto no tempo e espaço, bem como refletem, também, uma espécie de éthos da própria sociedade.

Dessa forma, o sertanejo universitário apresenta um enfoque específico em relação à música caipira e ao sertanejo romântico, típicos dos anos 1990. A abordagem principal do segmento em questão é representar uma sociedade baseada em um éthos hedonista, machista e conservador. De acordo com Schneider Pereira Caixeta, enquanto a música caipira louvava a vida camponesa e simples e o sertanejo romântico expunha um amor idealizado e permeado por sofrimento, o segmento sertanejo universitário:

versa, basicamente, sobre poder aquisitivo, festas e status social relacionado ao amoroso, bem como, em geral, os enunciadores das canções gabam-se da volta por cima depois de um fim de um relacionamento, temas que relacionam diretamente com a autoestima, em especial, à valorização da autoestima masculina (Caixeta,

2016, p. 35).

Tal realidade pode ser verificada na canção *Balada Boa*, lançada por Gusttavo Lima em 2011, que se tornou um dos hits mais executados no país, alcançando o Top 10 da Billboard Brasil, além de atingir o primeiro lugar na Billboard americana entre as canções produzidas por cantores latinos (Biografia. Gusttavo Lima. Disponível em: <https://gusttavolima.com.br/sobre/>).

Observemos alguns de seus versos:

Eu já lavei o meu carro, regulei o som/Já tá tudo preparado, vem que o reggae é bom/Menina, fica à vontade, entre e faça a festa/Me liga mais tarde, vou adorar, vamos nessa/Gata, me liga, mais tarde tem balada/Quero curtir com você na madrugada/Dançar, pular até o Sol raiar/Gata, me liga, mais tarde tem balada/Quero curtir com você na madrugada/Dançar, pular que hoje vai rolar/Tchêchererêтчêтчê/Tchererêтчêтчê...  
(Lima, Gusttavo. *Balada Boa*, 2011).

Em *Balada Boa*, Gusttavo Lima reforça o caráter hedonista do sertanejo universitário mencionado por Caixeta. À época, o jovem cantor, de apenas 22 anos, representava através da referida canção uma sociedade marcada pelo etarismo ao mencionar um tipo de festa mais frequentada por jovens (balada) e pelo termo “menina”, bem como pelo protagonismo do homem enquanto “pegador” e detentor de bens materiais como um carro com som, por exemplo. Além disso, a busca por diversão ilimitada à base de bebida e sexo faz parte da tônica de

um mundo idealizado e “vendido” para o público. Aliás, pelo sucesso da canção no Brasil e no exterior, tudo indica que esse mesmo público aderiu ou “comprou” esse tipo de representação de um mundo ideal.

Chartier defende que estudar as práticas de leitura, por exemplo, implica em investigar como os leitores se relacionam com os textos, quais significados eles atribuem e como a leitura se configura de maneira diversa em diferentes épocas, espaços e classes sociais. Trazendo para a realidade da música sertaneja universitária, equivale dizer que o público que gosta desse gênero relaciona-se com o mesmo de maneira específica, mas também se apropria das canções a partir do próprio contexto vivido e da cosmovisão de mundo que os cercam. De acordo com o autor:

O gosto, a propensão e a aptidão para a apropriação (material e/ou simbólica) de uma determinada classe de objetos ou de práticas classificadas e classificadores é a fórmula geradora que se encontra no princípio do estilo de vida, conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem, na lógica específica de cada um dos sub-espços simbólicos, a mesma intenção expressiva. O que vale a dizer, simultaneamente, que as práticas contrastantes devem ser entendidas como concorrências, que as suas diferenças são organizadas pelas estratégias de distinção ou de imitação e que os empregos diversos dos mesmos bens culturais se enraízam nas disposições dos habitus de cada grupo (Chartier, 1982, p. 137).

Voltamos, então, ao ponto inicial de que as representações ocorrem num campo de disputas, de maneira intencional e a partir de determinada compreensão de mundo, assim como as práticas precisam ser vistas dentro de uma rede de interações sociais que envolvem o compositor, o artista, a gravadora, o público e outras instituições culturais. De toda forma, Balada Boa significou o começo de uma série de canções produzidas por Gustavo Lima que representou esse éthos de uma parcela da sociedade brasileira.

Ainda na mesma linha hedonista e de uma valorização masculina, a canção *Aliança no Bolso*, lançada em 2016, quando o cantor já estava com sua carreira consolidada, traz consigo um ideal de mundo concomitante ao que observamos em Balada Boa, conforme podemos verificar nos versos abaixo:

E bota a aliança no bolso/Simbora gastar dinheiro/Eu tô solteiro/E essa vai especialmente pra quem é comprometido/E pra cair na farra sai de casa escondido/Quando eu era novo, eu não podia gastar/Agora que eu voltei, eu quero aproveitar/E pra mulher zangada, presente é um calmante/Não deixo a de casa, nem abandono a amante/Eu tô pagando mesmo, eu tô bancando tudo/Apaixonado em casa e na rua vagabundo/E bota a aliança no bolso/Simbora gastar dinheiro/Eu quero ouvir/Eu tô solteiro (Lima, Gustavo. *Aliança no Bolso*, 2016).

Mais uma vez, em *Aliança no Bolso*, examinamos aspectos ligados à busca pelo prazer, a uma vida de ostentação e permeada por princípios machistas. Cabe ao homem gastar,

conquistar, aproveitar e, se for comprometido, por que não esconder a aliança no bolso e simplesmente cair na orgia? O casamento monogâmico, cristão e tradicional parece que não faz parte desse ideal de mundo representado por Lima na maioria de suas canções.

No entanto, ao compararmos a letra da canção analisada com o discurso de Gustavo Lima quando este declara apoio irrestrito ao ex-presidente Jair Bolsonaro (1955-) anos depois, na campanha eleitoral de 2022, percebemos, então, um discurso bem diferente. A justificativa do cantor para votar em Bolsonaro diz respeito aos valores e a ideologia propagada pelo presidenciável, baseados no lema “Deus, Pátria e Família” e contra o comunismo, conforme já mencionamos anteriormente, demonstrando, assim, um alinhamento do cantor com valores conservadores defendidos pela extrema-direita no Brasil.

Isso é evidenciado em outra composição musical, presente no mesmo álbum, 50/50, em que foi lançada uma canção contrária à premissa do “vamos cair na gandaia”. Trata-se de *Homem de Família*. Vejamos o que diz os seguintes versos:

Te olhei, você me olhou/Agora minha vida acredita/Nunca acreditei em amor a primeira vista/Até você aparecer do nada/E arrancar minha cachaça com o seu beijo de batom/Até você aparecer do nada/E quem diria que do carro agora até tirei o meu som/E quem me viu, se visse hoje não acreditaria/Que o cachaceiro virou homem de família/Troquei a noite pelo dia/E quem me viu, se visse hoje não acreditaria/Troquei o bar, agora é só sorveteria/Só eu e ela quem diria/Que o

cachaceiro virou homem de família (Lima, Gustavo. Homem de Família, 2016).

Antes, um cachaceiro, agora, um homem de família – ou poderíamos denominá-lo um “homem de bem”. Em Homem de Família, Gustavo Lima representa a figura do macho provedor, responsável, transformado pelo amor de uma mulher. O ideal de cidadão, que acorda cedo para trabalhar e que não utiliza mais o carro para a farra e, sim, para levar a esposa à sorveteria, demonstra a complexidade dos tipos de representações que a mesma pessoa pode fazer do mundo na qual ela está inserida. Ainda mais quando determinado tipo de representação se constitui como uma pequena parte de um todo, voltado de forma preponderante para o perfil farrista e inconsequente representado pelo cantor em boa parte de sua obra musical. Respaldando-nos em Chartier, ao se identificar como um homem de família, Gustavo Lima gostaria de representar, na verdade, o mundo como ele gostaria que fosse e não o mundo como ele realmente é.

No que diz respeito à figura do artista intervindo diretamente na sociedade, seja através das canções ou por intermédio de outros tipos de expedientes, não obstante ter apoiado Bolsonaro nas duas últimas eleições, a exemplo de uma parcela significativa dos cantores sertanejos que também o fizeram, o artista mineiro demonstrou, recentemente, interesse em se candidatar para a Presidência da República em 2026.

Ao ser entrevistado pelo jornal online Metrôpoles, em janeiro de 2025, Gustavo Lima declarou que estava à procura de

um partido político alinhado a seus ideais, disse que, mesmo sem experiência na política, sabia como fazer “para a roda girar” por ser um empresário, defendeu o setor do agronegócio e afirmou que o país deveria sair dessa polarização política (Metrópolis, 02 jan. 2025).

Enquanto isso, um dia após o anúncio de sua possível candidatura, o cantor explicitou em um show que, caso fosse eleito, criaria o “bolsa cachaça”. De acordo com o Metrópolis, Lima proferiu as seguintes afirmações: “quem votar em mim, irá ganhar seis anos de cachaça para beber todo mês. Não terá desculpa para não beber, disse Gustavo Lima aos fãs” (Metrópolis, 04 jan. 2025). Ou seja, essa aparente contradição do cantor em relação aos valores difundidos e às representações de mundo elaboradas lembram, salvo as devidas especificidades oriundas dos distintos recortes temporais, a postura dos artistas sertanejos que se posicionaram a favor da ditadura civil militar (1964-1985) brasileira.

Gustavo Alonso refletiu, em sua tese de doutorado, sobre a adesão do segmento sertanejo ao regime ditatorial no Brasil. A ideia do autor perpassa por uma compreensão para além dos motivos que levaram aos cantores sertanejos produzir canções com teor nacionalista à época, expondo um claro posicionamento pró-ditadura ou de buscar, dentre os adesistas, aqueles que resistiram ao regime autoritário. O objetivo central de Alonso é compreender “os valores coletivos que estão permeando tais composições adesistas” (Alonso, 2011, p. 98). De acordo com o autor, a música sertaneja, durante a ditadura-civil

militar, divulgava não somente o regime, mas também falava a língua de uma parcela da sociedade, comungando anseios, interesses e ideologias. Vejamos o que diz Alonso na íntegra:

De fato, não está se negando que os sertanejos tenham demonstrado estar de acordo com o governo ditatorial em diversos momentos de sua trajetória. O que diz é que estes artistas, longe de apresentar em suas canções uma sociedade amordaçada pelo regime, demonstraram que esta não foi simplesmente manipulada, conduzida, reduzida, reprimida, podada e/ou censurada pelo estado ditatorial. A música sertaneja simboliza aqui uma janela capaz de mostrar como largos setores da sociedade brasileira viveram a ditadura: menos como um período das sombras, “anos de chumbo”, “época do terror” ou “período de exceção” e mais como uma “época de ouro”, representante dos seus reais desejos, autoritários e ditatoriais é verdade, mas legítimos. A sociedade não estava simplesmente amordaçada pela ditadura; ela falava o que a ditadura queria ouvir. Ou melhor, a ditadura falava não apenas a língua, mas também a linguagem de grandes setores da população (Alonso, 2011, p. 107).

A reflexão do autor em torno da relação entre o segmento sertanejo e a ditadura civil-militar joga algumas luzes para compreendermos a dinâmica atual entre a adesão dos artistas que compõem o universo do sertanejo universitário ao bolsonarismo. Primeiramente, não podemos esquecer que o fato desse segmento atual não exibir canções que demonstrem de forma explícita uma adesão ao bolsonarismo, a exemplo do que

faziam os artistas à época da ditadura, não significa que os valores e as ideias conservadoras, entre outros elementos, não estejam lá de maneira implícita.

Em segundo lugar, o que indica uma aparente contradição entre a representação de um homem de família e daquele que implementaria uma “bolsa cachaça”, caso se tornasse presidente da república, diz respeito, principalmente, a um alinhamento à linguagem do público que o acompanha (valores coletivos do cotidiano). Concomitantemente, existe ainda uma consonância com o próprio perfil bolsonarista, no sentido de torná-lo cada vez mais próximo da sociedade por meio da cultura ou de artistas que comunguem valores da extrema-direita, ao mesmo tempo em que o façam sem perder o caráter popular, refletindo, justamente, esse éthos da sociedade.

De todo modo, para além de suas intenções políticas futuras e semelhantemente ao que ocorreu no passado entre o segmento sertanejo apoiando um regime voltado para ideais da extrema-direita, o apoio de Gustavo Lima a Bolsonaro já havia acontecido desde as eleições de 2018, quando ele publicou vários vídeos realizando treino de tiro (é público que Bolsonaro defendeu o armamento da sociedade) e declarando apoio ao presidenciável à época. Trata-se de um segmento musical alinhado ao conservadorismo direitista que, de certa forma, se repete ou permanece na história, mas agora com outras nuances, de maneira ressignificada e visando novos tipos de discursos e vantagens para si.

É o que Chartier aponta sobre os diversos tipos de

intencionalidades e estratégias por trás das representações. Aquele que representa o faz de forma consciente, com o objetivo definido. Quando o cantor mineiro, por exemplo, regrava a canção *Goiás é Mais*, lançada em 1995 pela dupla Bruno e Marrone, cuja letra aborda a preponderância de Goiás perante os outros estados brasileiros, ele representa o canto do país que é simplesmente não somente o berço do estilo musical no qual ele está inserido (sertanejo universitário), mas do próprio segmento sertanejo como um todo. Verifiquemos os versos da canção:

Deus me deu a chance de andar pelo mundo/De voar bem alto, mergulhar bem fundo/Já domei leão, já brinquei na neve/China e Japão eu disse até breve/Esse é meu país sem comparação/Já tem o formato do coração/Todo canto é lindo pra mim tanto faz/Quando eu quero mais/Eu vou pra Goiás (Bruno e Marrone. *Goiás é Mais*, 1995).

Nesta canção, Goiás é a parte do Brasil e até do mundo que oferece sempre algo a mais. Nota-se que os cantores sertanejos possuem uma ligação simbólica e sentimental com a espécie de “terra prometida” para eles, que, ao invés de “manar leite e mel”, Goiás oferece ao Brasil uma “safra” de artistas que encabeçam um dos gêneros musicais de maior sucesso no país. Além disso, o referido estado localiza-se no Centro-Oeste, região que abarca investimentos maciços do agronegócio, setor que não somente apoiou Bolsonaro em 2022, mas que também se relaciona intrinsecamente com o próprio segmento.

Portanto, observamos que as canções de artistas

sertanejos, como Gustavo Lima, apresentam uma representação da realidade e, conseqüentemente, certos valores e comportamentos que se alinham a um espectro político específico: o conservadorismo das novas direitas. Historicamente, grupos conservadores se aliam a extremistas com o propósito de angariar seus interesses, fenômeno que identificamos nas relações estabelecidas entre cantores sertanejos, o agronegócio e políticos bolsonaristas. Como ocorre, então, a articulação entre esses grupos e o compartilhamento de valores?

### **3. Uma análise teórica da relação entre extremistas e conservadores**

Em uma análise conceitual sobre as "novas direitas", Karl Schurster e Rafael Araújo (2022) nos mostram que se trata de um fenômeno multifacetado e heterogêneo. Estamos nos referindo a diferentes grupos, logo, identificar uma unidade entre eles torna-se uma tarefa árdua. Ao mesmo tempo, esses grupos possuem um caráter transnacional, com demandas e questões em comum, além de especificidades regionais e locais. Esse caráter plural pode ser verificado nas diferentes expressões utilizadas para classificar essas "direitas", como: neofascismo, extrema-direita, ultradireita, direitas radicais, extrema-direita 2.0 ou, ainda, direita nacional-populista.

Por isso, é preferível utilizar a expressão no plural para que possamos dar conta da heterogeneidade de uma categoria polissêmica. Não se trata apenas de um fenômeno que busca

tomar o poder, mas de um movimento que pretende criar uma sociedade por meio de uma nova linguagem, novas ideias e novos comportamentos. Assim, as "novas direitas" não constituem um fenômeno homogêneo e centralizado; pelo contrário, apresentam diferentes facetas em variados contextos socioculturais, passando, portanto, por diversas transformações e rupturas.

Por isso, precisamos nos atentar a alguns cuidados metodológicos. Ainda conforme Schurster e Araújo,

quando tratamos do uso do termo hoje, torna-se necessário esse exercício de historização para não arriscar pensar que o presente fundou o fenômeno sem uma profunda relação com passado-recente. As novas conjunturas não fazem do conceito uma novidade epistemológica, mas demonstram como cada tempo se apropria dos processos e conceitos dando-lhe seus próprios sentidos (Schurster e Araújo, 2022, p. 14).

Dessa forma, observamos que estudar as "novas direitas" significa analisá-las em seu caráter plural. Diferentes estratégias foram adotadas ao longo dos anos por grupos que nunca saíram da cena política. Embora possuam um caráter global, essas "novas direitas" também são influenciadas pelas conjunturas locais. Estamos nos referindo a diferentes processos e fenômenos que, ao mesmo tempo em que possuem suas especificidades, apresentam também alguns aspectos em comum. Dentre as semelhanças, podemos destacar a articulação política entre conservadores e extremistas, o que leva à

radicalização dessas “novas direitas”. Como afirma Robert Paxton,

é entendendo de que forma o fascismo do passado funcionava, e não checando as cores de suas camisas, ou procurando por ecos de retórica dos nacional-socialistas dissidentes de inícios do século XX, que nos tornaremos capazes de reconhecê-lo. Os bem-conhecidos sinais de advertência – a propaganda de nacionalismo extremado e os crimes de ódio – são importantes, mas não bastam. Sabendo hoje sobre o ciclo fascista, poderemos encontrar sinais de advertência ainda mais funestos em situações de impasse político diante de uma crise, em que os conservadores ameaçados procuram aliados brutais, dispostos a abrir mão do devido processo legal e do estado de direito, tentando angariar o apoio das massas por meio de demagogia nacionalista e racista. Os fascistas se aproximam do poder quando os conservadores começam a tomar emprestado suas técnicas, apelar a “paixões mobilizadoras” e a tentar cooptar suas hostes (Paxton, 2007, p. 334).

Como bem demonstra Paxton, para compreendermos como extremistas – mais especificamente fascistas – se constituem e chegam ao poder, é necessário analisarmos as alianças feitas por esses grupos com outros setores da sociedade. Portanto, para refletirmos sobre a força que o bolsonarismo ganhou nos últimos anos no Brasil, é fundamental estudar como se deu sua articulação com grupos conservadores, dentre eles o agronegócio. O bolsonarismo se constituiu como uma força social

radicalizada, apoiado na tríade “Boi, Bala e Bíblia”, ou seja, setores do agronegócio, da segurança e da igreja evangélica, respectivamente.

Como foi demonstrado ao longo do texto, os músicos sertanejos estão diretamente articulados a empresários do agronegócio. Segundo Ana Silva Rosa e Débora Donida da Fonseca, os principais objetivos dos empresários do agro são a preservação da propriedade privada – enquanto direito natural e absoluto – e a manutenção de seu poder econômico, utilizando o discurso desenvolvimentista e a proteção dos interesses do campo como interesses econômicos nacionais para tentar legitimar sua política (Fonseca; Rosa, 2024, p. 91-92). É importante destacar que o agronegócio não somente patrocina os cantores sertanejos, como muitos deles são também grandes latifundiários. Sendo assim, trata-se de um grupo que tanto ocupa o Congresso – a bancada do Boi – como estimula o consumo de canções que valorizam a ostentação e a propriedade privada, elementos simbolizados na terra, no carro ou nas baladas. A própria identidade ruralista atribui à propriedade privada um status de prestígio e poder (Fonseca; Rosa, 2024, p. 92).

Essa elite econômica contribuiu para a formação e o fortalecimento de movimentos que levaram a rupturas políticas, institucionais e legislativas do cenário brasileiro nos últimos anos (Fonseca; Rosa, 2024, p. 89). O agronegócio tornou-se, então, uma força política da onda conservadora que tem crescido no país: “são os arautos do pensamento conservador, na medida em

que conservam estruturas não republicanas e buscam interditar demandas por igualdade, soberania popular, direitos sociais e cidadania” (Fonseca; Rosa, 2024, p. 91-92).

Como afirmam Rosa e Fonseca, enquanto esses empresários e latifundiários constroem uma autoimagem positiva como modernizadores, também são formuladas imagens negativas daqueles que se opõem aos seus interesses econômicos, ou seja, as comunidades tradicionais, os defensores do meio ambiente e as ONGs (Fonseca; Rosa, 2024, p. 92). A construção dessas imagens negativas se constitui como ideias supremacistas que recusam a alteridade e, portanto, reverberam em ações violentas. Ou seja, trata-se de um processo de expansão territorial que leva à destruição tanto do meio ambiente quanto daqueles que o defendem e dele sobrevivem.

Ao longo da história, a elite ruralista brasileira constituiu sua hegemonia política e econômica por meio do autoritarismo e da violência. O uso dos meios institucionais, como o Congresso e a Presidência, e culturais, tal qual as músicas sertanejas universitárias, são também formas de atuação desse grupo. Sendo assim, observamos como as canções são estratégicas para a manutenção de uma estrutura agrária que se perpetua no Brasil desde o período colonial. Para que esse projeto se fortaleça pelas vias institucionais, como, por exemplo, por meio de projetos de lei, o agronegócio se articula a grupos radicalizados da extrema-direita.

Quando pensamos essa relação das direitas com a pauta antidireitos, é preciso ter alguns cuidados metodológicos.

Conforme Odilon Caldeira Neto, a agenda antidireitos é “um mecanismo próprio do sentido ontológico das direitas, mas esta agenda não é um mero procedimento universal. Isto é, as direitas não agem assim apenas porque elas são as direitas” (2024, p. 147). Ainda conforme o autor, “há questões que mobilizam essas direitas, que definem suas características a partir de suas demandas, suas agendas e suas ofertas” (2024, p. 147). Por isso, é fundamental uma análise da relação passado-presente, para observarmos como se constituiu a formação dessa agenda.

Ao refletirmos sobre o agronegócio, sabemos que, historicamente, ele se tornou uma elite contrária à pauta democrática e igualitária, a fim de garantir seu status quo. A luta pela preservação do meio ambiente, o direito das comunidades tradicionais ou o incentivo aos pequenos agricultores tornam-se, assim, movimentos políticos contrários aos interesses desses empresários, que buscam manter sua hegemonia, constituída pela expansão territorial. Corroborando com essa ideia, a antropóloga Letícia Cesarino afirma que “a pauta do agronegócio remete à disputa pelo território, pensando não apenas nos termos da materialidade da terra, mas como paisagem existencial e fundamento da própria soberania nacional” (2024, p. 219-220). São conflitos internos que envolvem a luta pela reforma agrária, pela preservação ambiental e pelos direitos das comunidades indígenas.

Segundo Francisco Carlos Teixeira, no processo de radicalização da sociedade moderna, defende-se que os homens não são iguais e que, assim como há diversidade de espécies de

animais, entre os homens algumas raças seriam naturalmente predadoras de outras. Por isso, a guerra seria uma condição natural do homem, isto é, uma tentativa de naturalizar a história. Tal naturalização do comportamento agressivo caracterizaria o exercício da vida coletiva em três instintos: o sentido de hierarquia, em que o “animal alfa”, isto é, o líder, impõe seu poder sobre os demais; o imperativo territorial, em que, assim como os animais procuram delimitar seu território e expulsar o diferente, o homem, por meio das guerras de conquista, procura saciar sua ambição em direção à agressividade; e a autoidentidade, que seria manter unidos e cooperando os iguais e expulsar os diferentes – neste caso, aplica-se ao estrangeiro e a outros fisicamente, mentalmente e culturalmente diferentes (2004, p. 14).

Dessa forma, o agronegócio defende seus interesses políticos e econômicos pautados no discurso legitimador de que o agro seria o responsável por alimentar e desenvolver o Brasil. Logo, a expansão territorial em detrimento dos povos originários seria justificada como um bem maior para a nação, pois os indígenas representariam o atraso. Como afirma Cesarino, a consequência é o “apagamento das realidades indígenas pré-coloniais, da violência do tráfico de pessoas escravizadas, da justiça da reforma agrária etc.” (2024, p. 223).

Nesse processo, o "outro conveniente" é apresentado como anti-nação, antipatriota, o primitivo que impede o desenvolvimento do país, o monstruoso e racialmente inferior. O resultado é o apagamento de sua humanidade, tornando-o,

portanto, passível de ser destruído. Segundo Francisco Carlos, “em troca da morte, esses grupos e seus líderes oferecem aos seus integrantes o sentimento de pertencimento e identidade a um futuro tido como glorioso ou heroico”, e o resultado é “um projeto de recusa ao diferente, ao outro e à diversidade trazida pela modernização” (2004, p. 136).

Assim, constitui-se a aliança entre o agronegócio e o bolsonarismo no Brasil. É a esse tipo de política que muitos músicos sertanejos trabalham para legitimar.

#### **4. Sintonizando a rádio**

Concluimos este texto com algumas reflexões sobre a crise da democracia no Brasil contemporâneo. Através das canções do sertanejo universitário, observamos como as “novas direitas” utilizam aparatos culturais para apresentar à sociedade sua representação da realidade. Esse processo, no entanto, não ocorre apenas no campo das ideias: ele se reverbera também na prática política, pois, para compreender as representações, é fundamental analisar as formas de mediação e apropriação, ou seja, como esses valores, normas e comportamentos circulam na vida cotidiana.

Ao estudarmos as canções do sertanejo universitário, identificamos como esses músicos estão articulados a uma elite econômica que, ao longo da história, posicionou-se no espectro conservador da política: o agronegócio. Trata-se de um setor da sociedade que adquiriu poder por meio da conquista territorial e

da tentativa de excluir a população do processo decisório. Portanto, é um setor que, nos últimos anos, aliou-se à extrema-direita brasileira no processo de ruína da democracia, a fim de garantir seus interesses. Conseqüentemente, coloca-se como antagônico a movimentos que lutam pela preservação do meio ambiente e das comunidades tradicionais.

Dessa forma, as canções aqui analisadas apresentam uma representação da realidade que valoriza elementos cruciais para o agronegócio: a propriedade privada, a terra e a ostentação de sua riqueza. São atributos do macho alfa, que conquista não apenas bens materiais, mas também mulheres, vistas como objetos. Assim, finalizamos este texto, cientes de que tais músicas não trazem explicitamente um conteúdo fascista, mas percebemos como se articulam e compartilham interesses e valores comuns a esses grupos.

## Referências

ALONSO, Gustavo. *Cowboys do Asfalto: Música Sertaneja e Modernização Brasileira*. Tese de Doutorado, 2011. (Programa de Pós-Graduação em História). Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), Rio de Janeiro, 2011, p. 90-155.

CAIXETA, S. P. “Agora eu fiquei doce”: o discurso da autoestima no sertanejo universitário. 2016. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa). Faculdade de ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2016. 2016, p. 10-64.

BRANDÃO, Mateus Gervásio; COSTA, Cristiano Aparecido da; PEREIRA, Eliton Perpetuo Rosa. Da Música Caipira ao Sertanejo Universitário: uma Escalada de (De) Formação Cultural. *Revista Música Hodie* (ISSN 2317-6776), v. 22. Universidade Federal de Goiás (UFG), 2022. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/musica/article/view/70772>. Acesso em 10 mar. 2025.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1982.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 198-199.

NETO, Odilon Caldeira. Os estudos das direitas, a extrema direita brasileira e a linguagem de direitos. In: BRITO, Adriane Sanctis de; REIS, Luciana Silva (orgs.). *Direitas, radicalismos e as disputas pela linguagem de direitos no Brasil*. São Paulo: Friedrich-Ebert: LAUT – Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo, 2024.

PAXTON, Robert O. *A Anatomia do Fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

ROSA, Ana Silva e FONSECA; Debora Donida da. Perfil político e mecanismos recentes de atuação do agronegócio brasileiro – Ana Silva Rosa e Debora Donida da Fonseca. In: BRITO, Adriane Sanctis de; REIS, Luciana Silva (orgs.). *Direitas, radicalismos e as disputas pela linguagem de direitos no Brasil*. São Paulo: Friedrich-Ebert: LAUT – Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo, 2024.

SCHURSTER, Karl; ARAÚJO, Rafael. As “novas direitas” duas décadas depois: entre o presente e o futuro de um conceito. In: SILVA, Francisco C. T. da; SCHURSTER, Karl; MAYNARD, Dilton C.S. *Novo Dicionário Crítico do Pensamento das Direitas: ideias, personagens e instituições*. Recife, PE: Edupe, 2022, p. 10-23.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Introdução. In: O século sombrio: uma história geral do século XX. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p.1-25.

#### Notícias de Jornais

AQUINO, Mariah. Gustavo Lima promete “bolsa cachaça” caso seja eleito presidente. Metrôpoles, Mariah Aquino. 04 jan. 2025. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/gusttavo-lima-promete-bolsa-cachaca-caso-seja-eleito-presidente>. Acesso em 22 mar. 2025.

Anitta comenta polêmica com Zé Neto e sertanejos: ‘E eu pensando que estava só fazendo uma tatuagem no tororó’. g1, 29/05/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/musica/noticia/2022/05/29/anitta-comenta-polemica-com-ze-neto-e-sertanejos-e-eu-pensando-que-estava-so-fazendo-uma-tatuagem-no-tororo.ghtml>. Acesso em 19 fev. 2025.

Artistas sertanejos apoiaram Bolsonaro em troca de perdão de dívida bilionária. Rádio Aruaña FM, s/d. Disponível em: <https://aruanafm.com.br/artistas-sertanejos-apoiaram-bolsonaro-em-troca-de-perdao-de-divida-bilionaria/>. Acesso em 24 fev. 2025.

Investigação revela que sertanejos trocaram apoio político em troca de perdão de dívidas. 082Notícias, 01/03/2024. Disponível em: <https://082noticias.com/2024/03/01/investigacao-revela-que-sertanejos-trocaram-apoio-politico-em-troca-de-perdao-de-dividas/>. Acesso em 24 fev. 2025.

Bolsonaristas defendem Gustavo Lima após polêmica sobre cachês: cantor sertanejo é investigado pelo Ministério Público por pagamentos milionários realizados por prefeituras. Poder360, 31/05/2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/bolsonaristas-defendem-gusttavo-lima-apos-polemica-sobre-caches/>. Acesso em 23 fev. 2025.

FILHO, João. A aliança lucrativa do agro, sertanejo e direita dá as caras de novo: Desde Collor, sertanejos estão lado a lado com políticos de direita. Agora se sentaram no colo da extrema direita. Intercept Brasil, 04/06/2022. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2022/06/04/agro-sertanejo-direita-alianca-lucrativa/>. Acesso em 23 fev. 2025.

GOMES, Michel. Virginia, Gustavo Lima e Leonardo estão entre os artistas que tiveram isenção de impostos milionária do governo; entenda o motivo. g1, 23/11/2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2024/11/23/virginia-gusttavo-lima-e-leonardo-tiveram-ajuda-milionaria-do-governo-entenda-polemica-de-programa-de-isencao-de-impostos-que-beneficiou-artistas.ghtml>. Acesso em 24 fev. 2025.

Quem são os Sertanejos que encontraram Bolsonaro em Brasília. g1. São Paulo, 18/10/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/18/quem-sao-os-sertanejos-que-encontraram-bolsonaro-em-brasilia.ghtml>. Acesso em 22 mar. 2025.

Sertanejo: braço cultural do bolsonarismo. Emancipação Socialista, 17/08/2022. Disponível em: <https://www.emancipacaosocialista.org/2022/sertanejo-braco-cultural-do-bolsonarismo/>. Acesso em 23 fev. 2025.

## Canções

Bruno e Marrone. Goiás é Mais. Compositor: Moacyr Franco. Álbum Bruno & Marrone - Vol. 2. Gravadora: Warner Music Brasil, 1995. Duração: 2min58.

Gusttavo Lima. Aliança no Bolso. Compositores: Iverson de Souza Araújo e Rômulo Augusto Mata de Carvalho. Álbum 50/50. Gravadora: Som Livre, 2016. Duração: 2min54.

Gusttavo Lima. Homem de Família. Compositores: Diego Ferreira; Everton Matos; Ray Antônio; Paulo Pires; Guilherme Ferraz e Gustavo Martin. Álbum 50/50. Gravadora: Som Livre, 2016. Duração: 3min04.

## Sites

Biografia. Gusttavo Lima. Disponível no site oficial do cantor em: <https://gusttavolima.com.br/sobre/>. Acesso em 22 mar. 2025.

Mercado Fonográfico Brasileiro em 2022. Site Pró-Música. Disponível em: <https://promusicabr.org.br/wp-content/uploads/2023/03/2023-03-20-Mercado-Brasileiros-em-2023.pdf>. Acesso em 22 mar. 2025).

Relatório: Conheça as 50 Músicas mais Tocadas no Brasil em 2024 Somando as Principais Plataformas Digitais. Site Pró-Música. Disponível em: <http://promusicabr.org.br/2025/01/15/relatorio-conheca-as-50-musicas-mais-tocadas-no-brasil-em-2024-somando-as-principais-plataformas-digitais/>. Acesso em 22 mar. 2025).

Top 50 Streaming Brasil. Site Pró-Música. Disponível em: <https://pro-musicabr.org.br/home/top-50-streaming/?top50sPeriodo=01/2024>. Acesso em: 22 mar. 2025.

Top 200 Streaming em 2022. Site Pró-Música. Disponível em: <https://pro-musicabr.org.br/home/top-200-streaming/>

musicabr.org.br/wp-content/uploads/2023/03/Mercado-Brasileiro-em-2022-Chart-top-200.pptx.pdf. Acesso em 22 mar. 2025).

Rede Social

@gustavolima\_oembaixador. Página de Fãs – Fã Clube. Rede Social Instagram.

## 12.

### Memórias em Conflito: O Negacionismo Histórico nos Discursos da Extrema Direita Brasileira<sup>194</sup>

Giovana Mylena Silva Soares<sup>195</sup>

#### 1. Introdução

Nas últimas décadas, observa-se no Brasil um processo contínuo de disputa em torno da memória acerca da ditadura militar, em meio ao avanço da extrema direita no cenário político (Demier; Hoeveler, 2016). Diante desse quadro, narrativas negacionistas<sup>196</sup> ganham visibilidade tanto nos

---

<sup>194</sup> Esta pesquisa teve início no primeiro semestre de 2025, a partir da bibliografia e dos debates promovidos na disciplina eletiva externa “História e Historiografia da Ditadura no Brasil”, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da Fundação Getulio Vargas (FGV) e ministrada pelas professoras Martina Spohr e Elaine Bortone. Agradeço às docentes pelas reflexões críticas que contribuíram significativamente para a formulação das questões aqui desenvolvidas.

<sup>195</sup> Mestranda em História Social pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF) e graduada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Email para contato: [giovanamylena@hotmail.com](mailto:giovanamylena@hotmail.com). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4617447502457673>

<sup>196</sup> O negacionismo é compreendido, segundo Maia (2023), como a recusa sistemática em admitir eventos historicamente comprovados ou consensos científicos amplamente validados. Conforme analisado por Rouso (1987) e Traverso (2012), o negacionismo histórico envolve o apagamento ou a distorção de crimes de Estado e de violações de direitos humanos, como a negação do Holocausto, das atrocidades cometidas pelas ditaduras latino-americanas e das consequências do colonialismo, da escravidão e do

discursos institucionais quanto nas mídias digitais, ao desafiar consensos produzidos pela historiografia crítica e pelo trabalho das Comissões da Verdade (Melo, 2024, p. 216). A exaltação de personagens envolvidos com a repressão, a celebração do golpe como “revolução democrática” e o apagamento sistemático das violações aos direitos humanos são expressões da disputa no que tange a este evento traumático. Deste modo, como destaca Almeida (2022), a reinterpretação do período ditatorial revela como o passado torna-se ativo no presente como mecanismo retórico e ideológico.

Entre os diversos alvos desse embate, a memória tornou-se um território privilegiado para a produção de narrativas que buscam relativizar os crimes cometidos pelo regime, bem como ressignificar seus agentes e valores como forma de ordem, institucionalidade, moralidade e nacionalismo (Huysen, 2000). Tal operação discursiva, na visão de Jelin (2002), busca reposicionar a história recente como um campo de legitimação para projetos autoritários contemporâneos. Por essas razões, a perspectiva taxada de revisionista – conforme apontado por Fico (2017, p.11), baseia-se na banalização da violência de Estado, o resgate do discurso anticomunista, a culpabilização do Governo Goulart e das esquerdas, além da relativização da periodicidade do regime. Com isso, essas

---

extermínio indígena (Valim; Avelar; Bevernage, 2021). Atualmente, esse fenômeno também se expressa na rejeição de evidências científicas sobre crises sanitárias - como a pandemia de COVID-19 - e na disseminação de discursos antivacina, bem como na negação das mudanças climáticas, o que compromete políticas ambientais e agrava os riscos socioecológicos.

estratégias revelam que o passado, no Brasil, não é apenas objeto de estudo: é instrumento de poder e disputa no presente.

Neste capítulo investigar-se-á como a extrema direita brasileira tem mobilizado o período ditatorial, apropriando-se seletivamente de argumentos provenientes de interpretações revisionistas e conservadoras para legitimar visões autoritárias sobre aquele período. A partir deste intuito, questiona-se: *em que medida a retórica pública da extrema direita brasileira ressignifica leituras historiográficas para sustentar discursos negacionistas na atualidade?* Inspirada na reflexão de Enzo Traverso (2012), a análise busca compreender os efeitos políticos dessas narrativas, ao sinalizar o deslocamento entre a produção acadêmica e seu reaproveitamento por atores que a distorcem, com a finalidade de silenciar das violências estatais. Dessa forma, a relevância deste estudo reside em explorar a interface entre conhecimento histórico e distintas narrativas, ao analisar um campo ainda pouco examinado: o uso estratégico de interpretações acadêmicas em contextos de ofensiva antidemocrática.

Ademais, ao cruzar afirmações públicas de lideranças políticas, produções midiáticas e a recepção de obras de cunho conservador, argumenta-se que a estratégia negacionista não se limita à negação dos fatos, mas frequentemente se baseia em críticas legítimas - como as dirigidas à luta armada ou ao governo Goulart - para sustentar versões distorcidas e moralmente invertidas do passado. Trata-se, portanto, de um

esforço analítico que recusa tanto a simplificação do discurso autoritário quanto a idealização acrítica da produção historiográfica, situando-se em um campo de investigação ainda em construção e de extrema urgência no presente (Demier e Hoeveler, 2016).

Metodologicamente, este estudo associa a revisão da literatura historiográfica à tipologia documental (Duranti, 1994) aplicada a fontes contemporâneas, como pronunciamentos de políticos da extrema direita brasileira, as Ordens do Dia do Clube Militar (2019–2022) e os conteúdos audiovisuais da produtora Brasil Paralelo. Inspirada na concepção de História do Tempo Presente formulada por Henry Rousso (2016) - que compreende o passado recente como parte ativa dos conflitos do presente -, também utiliza-se as reflexões de Marieta de Moraes Ferreira (2012), no que se refere ao compromisso ético do historiador diante da banalização das violências históricas. Com isso, ao reunir fontes documentais e narrativas públicas recentes, identificar-se-á de qual modo as críticas legítimas são apropriadas por retóricas negacionistas, resultando na produção de versões distorcidas e politicamente orientadas do passado autoritário (Maia, 2023).

Em um primeiro momento, discutiremos os fundamentos da História do Tempo Presente e o papel do historiador nas disputas pelo passado recente. Em seguida, analisa-se a produção revisionista e negacionista da extrema direita, com foco na construção de uma narrativa autoritária e na reinterpretação dos protagonistas da ditadura. Por fim,

reflete-se sobre as ambivalências e limites da própria historiografia, ao examinar de qual maneira certos discursos acadêmicos, mesmo pretensamente críticos, podem ser apropriados ou esvaziados de seu conteúdo político original.

## **2. Entre a Historiografia e a Memória: As Disputas pelo Passado**

Enquanto campo historiográfico em constante interlocução com a memória social, a História do Tempo Presente oferece instrumentos teóricos e metodológicos para analisar os sentidos atribuídos aos acontecimentos recentes e sua mobilização em contextos de crise política. Com base nas contribuições de Henry Rousso (2016), François Hartog (2017) e Marieta de Moraes Ferreira (2012), propõe-se refletir acerca das tensões entre temporalidade e prática historiográfica na contemporaneidade. Nessa perspectiva, o campo constitui um referencial analítico relevante para compreender os usos públicos do passado em sociedades atravessadas por traumas políticos que ainda reverberam atualmente (Traverso, 2017).

A partir do reconhecimento de que a proximidade temporal entre os acontecimentos e a sua análise não inviabiliza a análise crítica, compreende-se que tal circunstância impõe ao historiador um posicionamento ético diante de memórias ainda sensíveis. Em *A Última Catástrofe*, Henry Rousso (2016, p. 17) ressalta que o historiador não pode se desvincular completamente dos eventos que analisa, sobretudo quando seus protagonistas ainda estão vivos. Nesses casos, a produção

historiográfica assume uma função ampliada: além de interpretar o passado e mediar disputas ideológicas; atua sobre o luto coletivo e contribui para processos de reparação. Por conseguinte, em conformidade com a afirmação de Maia (2023), destaca-se que em sociedades atravessadas por violências de Estado e por transições políticas incompletas, o trabalho do historiador não se limita à reconstrução dos fatos, mas envolve o enfrentamento dos efeitos políticos e afetivos que persistem no tempo presente.

Em consonância, Hartog (2017) introduz o conceito de “regimes de historicidade”, destacando o *presentismo* como dominante a partir da década de 1990. Nesse regime temporal, o presente se impõe como horizonte exclusivo de experiência, esvaziando o passado e inviabilizando a projeção de futuros possíveis. O ofício do historiador, nesse cenário, é tensionado por demandas imediatas e narrativas fragmentadas, que frequentemente substituem a história pela memória. Segundo o autor, vivemos um tempo em que o futuro se fecha como possibilidade, o passado perde centralidade, e o presente se apresenta como única referência válida de sentido (Hartog, 2017, p. 31). O desafio, portanto, dá-se em restaurar a densidade histórica em uma temporalidade marcada pela aceleração, pelo excesso informacional e pela relativização das narrativas.

Cabe advertir que a memória ocupa o centro das disputas contemporâneas por reconhecimento e pertencimento. Mobilizada em nome de identidades coletivas,

pode tanto recuperar experiências silenciadas quanto ser capturada por discursos autoritários. Ao identificar categorias como identidade, comemoração e patrimônio como palavras-chave do presentismo, Hartog (2027, p. 41) ressalta que o papel do historiador vai além da reconstrução factual do passado: ele deve atuar como crítico dos usos que o presente faz da história. Nesse contexto, o risco está no apagamento da história, bem como em sua conversão em instrumento de legitimação política.

Ferreira (2012), ao refletir sobre a prática historiográfica em momentos democráticos frágeis, destaca os desafios éticos envolvidos na abordagem de narrativas socialmente disputadas. Em casos como as ditaduras latino-americanas, argumenta que temas sensíveis exigem escuta qualificada das vozes subalternizadas e atenção à complexidade dos processos de rememoração (Maia, 2023). A presença do passado como objeto analítico, quando acompanhada de rigor metodológico, não compromete a autonomia da história, mas a fortalece como instrumento crítico e socialmente engajado. Nesse sentido, o trabalho do historiador deve extrapolar os limites estritamente acadêmicos, incorporando fontes orais, referenciais interdisciplinares e múltiplas temporalidades, de modo a responder às demandas e feridas abertas nas sociedades marcadas por traumas autoritários (Ferreira, 2012, p. 14).

Em contextos de disputa por sentidos e reconhecimento, a escrita da história exige do historiador uma prática crítica orientada por densidade analítica e responsabilidade ética (Fico, 2012, p. 48). Não se trata de abdicar do rigor ou da objetividade

em nome do engajamento político, mas de reconhecer que, diante de memórias traumáticas e narrativas distorcidas, a pretensa neutralidade pode funcionar como forma de omissão.

À luz dessa conjuntura, a defesa da autonomia historiográfica em vez de implicar retraimento técnico, deve exercer posicionamento epistemológico frente às simplificações do passado. A História do Tempo Presente afirma-se, portanto, como um campo capaz de enfrentar os dilemas das sociedades atravessadas por traumas autoritários, oferecendo instrumentos críticos para compreender - e disputar - suas heranças ainda em aberto (Rouso, 2017; Hartog, 2017). No que tange a essa questão, Motta (2020, p. 14) demonstra que a reinterpretção da ditadura por setores da extrema direita<sup>197</sup> demonstra como o passado se tornou peça central no embate por legitimidade no presente. Partindo dessa premissa, infere-se que esse processo implica reconhecer os impasses que moldam o imaginário coletivo a respeito do regime autoritário. De um lado, estão as vozes de vítimas e movimentos sociais que reivindicam justiça e reconhecimento; de outro, proliferam narrativas revisionistas que exaltam o autoritarismo, desqualificam a resistência e relativizam a violência de Estado

---

<sup>197</sup> Defende-se que o negacionismo histórico relacionado à ditadura deve ser compreendido como um elemento estruturante da agenda política do ex-presidente Jair Bolsonaro e da nova extrema direita (Mudde, 2022), ultrapassando os limites do ressentimento de setores remanescentes das Forças Armadas ou de antigos militares. Como observa Maia (2023), tal estratégia busca reconfigurar a memória coletiva por meio da relativização de crimes autoritários, promovendo uma narrativa revisionista capaz de legitimar projetos políticos autoritários no presente.

(Almeida, 2022). Diante disso, Aleida Assmann (2011) propõe compreender o resgate do passado como um princípio normativo, capaz de orientar transformações ao inscrever no presente a urgência de romper com legados traumáticos e construir novas possibilidades históricas. A história, então, torna-se um exercício de reconstrução crítica inserido nas disputas pelos sentidos que projetam o futuro.

Na mesma obra, Assmann (2011, p. 158) distingue dois regimes de memória: o funcional, voltado à coesão identitária e suscetível a manipulações conforme os interesses do presente; e o cumulativo, de caráter mais estável, armazenado institucionalmente e menos vulnerável à seletividade política. No Brasil, memórias funcionais têm sido recorrentemente mobilizadas para relativizar ou justificar a repressão, enquanto aquelas associadas à justiça de transição enfrentam resistências no campo institucional e na esfera pública. Esse embate revela que o passado permanece em disputa, sendo continuamente reelaborado à luz dos conflitos e das demandas atuais.

Outros autores também contribuem para esse debate. Pierre Nora (1993) observa que, na modernidade, o vínculo com o passado deixa de ser transmitido de forma orgânica e passa a ser preservado por meio de dispositivos formais, os chamados “lugares de memória”. Traverso (2012) e Ricoeur (2018) aprofundam essa reflexão ao defender que, diante de traumas coletivos não elaborados, cabe ao historiador atuar como mediador entre os acontecimentos traumáticos e sua elaboração no espaço público. Ao formular o conceito de

“memória ferida”, Ricoeur (2018, p. 92) destaca a importância de reintegrar tais experiências ao tecido narrativo comum, evitando a repetição melancólica do sofrimento. Em vista disso, a História do Tempo Presente vai além da mera descrição do passado: constitui-se como gesto crítico que colabora para a elaboração dos traumas sociais e para a construção de futuros compartilhados.

Nesse contexto, a prática historiográfica requer uma consciência ampliada da atuação pública do historiador. Ao lidar com legados autoritários e recordações ainda não pacificadas, não basta adotar uma neutralidade metodológica estrita. Como argumenta Marieta de Moraes Ferreira (2012), o compromisso com o rigor analítico não exclui a responsabilidade ética diante das vozes silenciadas e das demandas sociais por reconhecimento. Ao contrário, impõe uma escuta ativa às subjetividades historicamente marginalizadas e uma postura crítica frente aos mecanismos de exclusão que operam sobre a memória coletiva (Jelín, 2002).

Sob outra perspectiva, Bauer e Nicolazzi (2016) destacam que o historiador atua em permanente tensão entre contenção e expressão, produzindo interpretações que atendem tanto às exigências metodológicas da disciplina quanto às demandas sociais contemporâneas. Em contextos marcados pela banalização da violência e pela instrumentalização política do passado, a escrita historiográfica adquire centralidade. Mais do que reconstituir fatos, trata-se de restaurar a complexidade dos processos históricos e resistir às leituras simplificadoras que

buscam legitimizar experiências autoritárias. Nesse movimento, a historiografia reafirma seu caráter público no que tange à intervenção crítica nos embates pelos sentidos atribuídos à experiência histórica.

Ao observar a experiência brasileira recente, nota-se que a memória da ditadura é mobilizada sistematicamente em meio à intensificação da polarização política e ao enfraquecimento das instituições democráticas. De acordo com Bauer (2019, p. 47), com a ascensão do governo Bolsonaro, discursos revisionistas extrapolaram os circuitos de pouca visibilidade e foram incorporados por representantes do Estado. De acordo com Almeida (2022), esse processo implicou a deslegitimação de políticas de justiça de transição, como a Comissão Nacional da Verdade, bem como o incentivo institucional a práticas comemorativas do golpe de 1964 e à exaltação de agentes da repressão.

Essa inflexão, para Janaína Teles e Renan Quinalha (2020), revela a persistência de narrativas inconciliáveis sobre o regime militar. De um lado, aquelas vinculadas às vítimas da repressão, que reivindicam justiça, reconhecimento e reparação; de outro, narrativas autoritárias que celebram o período como expressão de ordem e estabilidade, desqualificando a resistência democrática e relativizando os crimes cometidos pelo Estado. Para Bauer (2020), essas disputas refletem as ambiguidades herdadas de uma transição política pactuada, que permitiu a permanência de setores militares e civis nas estruturas democráticas sem confrontar de forma

efetiva o legado autoritário.

Portanto, a manipulação seletiva do passado integra um projeto de poder orientado à produção de consenso social, por meio da legitimação de narrativas excludentes. Aleida Assmann (2011) observa que o campo cultural das lembranças históricas é disputado por diferentes grupos que almejam impor versões hegemônicas dos acontecimentos. A noção de “memória funcional”, ao articular identidade coletiva com propósitos políticos, pode ser instrumentalizada para justificar repressões e neutralizar reivindicações por justiça. Nesse cenário, Traverso (2012; 2017) afirma que o papel do historiador ultrapassa a mera reconstrução factual: exige uma postura crítica diante dos usos estratégicos do passado e das estruturas de silenciamento que sustentam a negação das violações ocorridas.

### **3. A Ditadura e Seus Usos: Revisionismo Histórico e o negacionismo da extrema direita**

O termo “revisionismo” apresenta significados diversos na historiografia e nos debates sobre a memória, podendo caracterizar tanto um exercício crítico de reinterpretação quanto estratégias de distorção ideológica. Nesse sentido, Demian Melo (2024) diferencia o revisionismo historiográfico, comprometido com novas fontes e métodos interpretativos, daquele promovido por setores da extrema direita, que manipula argumentos da história para negar violências ou inverter responsabilidades. Enzo Traverso (2012) também

salienta que o discurso de neutralidade pode funcionar como recurso de legitimação autoritária. No Brasil, desde os anos 1990, a historiografia sobre o golpe de 1964 enfrenta uma tensão constante entre a revisão crítica e os riscos de apropriação por leituras conservadoras. Essas leituras muitas vezes reconfiguram o regime de exceção como solução para a crise política, deslocando o foco da repressão à ordem (Maia, 2023; Melo, 2024).

A distinção entre o revisionismo comprometido com a crítica histórica e um revisionismo histórico, utilizado para distorções políticas, é essencial para compreender os atuais usos do passado. Marcelo Badaró Mattos (2014) critica a centralidade da “nova história política”, que privilegia a cultura política e as representações em detrimento das relações de classe. Nesse campo, o autor afirma que Daniel Aarão Reis (2004) e Jorge Ferreira (2003) têm interpretado o golpe como resposta à radicalização das esquerdas, deslocando o foco das estruturas repressivas para as falhas do campo progressista (Mattos, 2014, p. 13). A esse respeito, Carlos Fico (2017) reconhece a legitimidade dessas leituras, mas alerta que, ao atribuir ênfase excessiva às esquerdas, pode-se enfraquecer a análise da violência estatal. Demian Melo (2024) também observa que essas zonas ambíguas facilitam apropriações autoritárias por discursos da extrema direita.

Cabe destacar, contudo, que o revisionismo não é, por si só, um fenômeno negativo. A revisão crítica das interpretações consagradas constitui parte essencial do ofício

historiográfico e é através dela que novos sentidos podem ser atribuídos ao passado (Melo, 2014; 2024). Carlos Fico (2017) refuta o uso indiscriminado do termo como instrumento de desqualificação política ou epistemológica, especialmente contra autores não alinhados ao marxismo. Segundo ele, tal rotulação empobrece o debate e obstrui a possibilidade de enfrentamento dos reais pontos de divergência interpretativa sobre a natureza do regime militar, sua gênese e seus desdobramentos. Assim, torna-se necessário diferenciar a manipulação ideológica do passado, promovida por setores negacionistas, da elaboração crítica fundamentada em pesquisa rigorosa. Não se trata de classificar como revisionistas autores sérios cujas interpretações divergem no campo plural da historiografia, mas de identificar onde tais interpretações podem ser indevidamente apropriadas por projetos autoritários.

Mattos (2014) argumenta que o uso da categoria “cultura política autoritária” tende a generalizar o apoio ao golpe, ignorando conflitos e resistências populares. Tal abordagem, ainda que analiticamente consistente, abre espaço para interpretações que relativizam o processo de conquista do Estado em 1964. Ademais, autores como Fico (2017), Melo (2024) e Spohr (2024) têm apontado que a insistência na moderação e no apoio civil pode diluir o caráter autoritário do regime. Nesse panorama, a história da repressão perde centralidade, e ganham destaque narrativas que associam a ditadura à ordem e à estabilidade. Esses discursos têm sido

incorporados por atores como Jair Bolsonaro, Renan Bolsonaro e Hamilton Mourão, em prol da naturalização do regime.

Mattos (2014) e Demian Melo (2014; 2024) também reforçam que a redução da coerção a um elemento secundário compromete a compreensão da ditadura como projeto autoritário. Ao enfatizar os episódios como as Marchas da Família, o apoio à ARENA e o prestígio do milagre econômico, mesmo que de forma não intencional, Reis (2010, p. 178) acaba por reforçar a ideia de consenso. Essas interpretações, ao serem deslocadas de seu contexto histórico, são reutilizadas para construir uma narrativa que valoriza o regime e desqualifica a resistência. Ainda que os pesquisadores envolvidos atuem com seriedade, seus argumentos têm sido apropriados por setores da extrema direita. Nesse sentido, a produção acadêmica precisa considerar os efeitos públicos e políticos das interpretações historiográficas.

Outro ponto de debate diz respeito à crítica feita por Aarão Reis (2004, p. 38-39) à luta armada, muitas vezes apresentada como golpista ou autoritária. Embora essa abordagem proponha romper com visões heroicas da resistência, ela pode favorecer a construção de simetrias morais entre opressores e oprimidos. Com isso, abre-se caminho para leituras que culpam as esquerdas pelo conflito político, distorcendo a memória da repressão. Melo (2024) adverte que essas interpretações, ainda que originadas em pesquisa séria, têm servido de base para discursos que absolvem os agentes do regime e criminalizam a oposição. A história, nesse

caso, deixa de ser instrumento crítico e passa a funcionar como ferramenta de normalização do autoritarismo. A periodização proposta por Daniel Aarão Reis (2010, p.177), que delimita a ditadura ao intervalo entre 1968 e 1979, concentrando-se nos anos de maior repressão institucionalizada, tem sido amplamente contestada por outros pesquisadores. Renato Lemos (2014, p. 119), por exemplo, sustenta que grande parte da legislação autoritária implementada durante o regime permaneceu em vigor até a promulgação da Constituição de 1988, e destaca que as eleições diretas para a presidência da República só foram restabelecidas em 1989. Com base nessa continuidade institucional, Lemos compreende a ditadura como uma contrarrevolução preventiva estruturada em duas fases: o terrorismo de Estado (1964–1974) e a transição autoritária (1974–1989). Ao restringir o regime ao período mais intensamente repressivo, a proposta de Aarão Reis negligencia as formas mais sutis, porém persistentes, de controle político, censura e vigilância, ainda presentes antes e depois do AI-5.

Tal recorte, embora possa partir de uma lógica analítica, quando descontextualizado ou instrumentalizado por setores conservadores, contribui para minimizar o caráter ditatorial do período como um todo, diluindo a percepção de sua continuidade autoritária e naturalizando os mecanismos de exceção.

Jorge Ferreira (2003) figura entre os autores que interpretam o período de 1946 a 1964 como caracterizado por elementos estruturantes da cultura política brasileira, como o

clientelismo, o personalismo e a busca por conciliação. Essa abordagem, reconhecida por seu embasamento empírico e densidade interpretativa, tem sido objeto de debate na historiografia recente. Marcelo Badaró Mattos (2014), por exemplo, questiona os riscos de se projetar uma imagem idealizada de estabilidade democrática, argumentando que tal perspectiva pode obscurecer as limitações concretas impostas à atuação das classes populares, como a repressão a greves, a ilegalidade do PCB e a exclusão dos analfabetos do sufrágio. Demian Melo (2024) contribui para essa discussão ao apontar que determinadas leituras, mesmo fundamentadas, têm sido apropriadas em contextos políticos que buscam responsabilizar as esquerdas pelo colapso do sistema democrático, deslocando o sentido histórico do golpe de 1964. Nesse processo, o golpe deixa de ser compreendido como uma ruptura autoritária e passa a ser representado como uma resposta inevitável à alegada desordem institucional.

Marco Antonio Villa (2004; 2017) e Elio Gaspari (2004), ainda que não se alinhem ao negacionismo, têm suas obras utilizadas em discursos da extrema direita. Villa, ao delimitar a ditadura entre 1968 e 1979, negligencia a repressão dos primeiros anos e as permanências autoritárias posteriores, como demonstram Lemos (2014) e Fico (2017). Gaspari (2004, p. 89-91), ao sugerir que Goulart planejava um autogolpe, desloca a responsabilidade do golpe para o presidente deposto. Melo (2024) aponta que essa narrativa se aproxima das leituras revisionistas que absolvem as Forças Armadas. Embora tenham

contribuído para o acesso a fontes, suas interpretações têm sido incorporadas em argumentos que relativizam a violência de Estado e enfraquecem o sentido das resistências democráticas.

Karina Almeida (2020) analisa como a ascensão da extrema direita reconfigurou as formas de representação do passado ditatorial. Esse processo, articulado à estagnação da justiça de transição, permitiu a difusão de uma memória positiva do regime. Caroline Bauer (2014) observa que, desde a conclusão da CNV, houve uma ofensiva retórica contra suas conquistas, incentivada por agentes estatais. Esses discursos recuperam a ditadura como modelo de ordem, desqualificam a resistência e promovem a negação sistemática das violações. Assim, trata-se de uma nostalgia autoritária que busca estabelecer nova hegemonia cultural fundamentada na rejeição aos direitos humanos e na exaltação da força como princípio de governança (Bauer, 2014; Maia, 2023).

Durante o governo Bolsonaro, essa tendência se intensificou com a celebração do golpe de 1964 e a exaltação de figuras como Brilhante Ustra (Maia, 2023, p. 17). Conforme analisa Almeida (2020), essas manifestações ultrapassam a controvérsia acadêmica e assumem forma de projeto ideológico. Ataques à CNV, à Constituição de 1988 e a lideranças populares revelam a tentativa de consolidar uma memória autoritária como verdade oficial. As Ordens do Dia emitidas entre 2019 e 2022 por instituições militares apresentaram o golpe como ato democrático, omitindo os crimes do regime. Aleida Assmann (2011, p. 239) destaca que a força de certas

lembranças não está na veracidade, mas na forma como são compartilhadas. A repetição dessas narrativas produz uma memória seletiva, amplificada por redes sociais e canais institucionais.

O Brasil Paralelo representa um dos principais vetores de disseminação dessas interpretações, com o objetivo de “resgatar” supostos valores, ideias e sentimentos “varridos” de todos os brasileiros pelos partidos, movimentos e intelectuais de esquerda (Santos, 2021, p. 60). Por meio de uma linguagem visual sofisticada e depoimentos selecionados, seus documentários minimizam a repressão e exaltam os militares como salvadores da ordem. Em vez de promover análise crítica, suas produções reforçam narrativas que invertem papéis históricos e criminalizam a resistência. Ao mobilizar afetos e valores conservadores, constroem uma pedagogia da memória autoritária, tal como apontado por Neves (2005). A atuação da produtora evidencia como instrumentos audiovisuais têm sido usados politicamente para alterar percepções históricas e sustentar projetos de poder baseados na negação da violência estatal.

Embora tenham naturezas distintas, o revisionismo historiográfico e o revisionismo político compartilham zonas de ambiguidade que são exploradas pela extrema direita. Algumas formulações acadêmicas, ao problematizar o apoio da sociedade à ditadura ou criticar estratégias de resistência, têm sido descontextualizadas para suavizar a repressão. Diante disso, o historiador precisa refletir sobre os efeitos públicos de suas interpretações. Traverso (2012) afirma que rejeitar a

neutralidade não é abdicar do rigor, mas reconhecer sua dimensão política. Carlos Fico (2017) reforça que suavizar a ditadura sob pretexto de equilíbrio fragiliza o campo historiográfico. Em tempos de negacionismo, a história deve cumprir papel crítico e ético, comprometido com a democracia e com a dignidade das vítimas do regime.

#### **4. Ambiguidades e Inflexões da Historiografia: Riscos, Silêncios e Disputas**

A difusão de discursos autoritários no Brasil contemporâneo apoia-se, com frequência, em interpretações historiográficas ambíguas ou em leituras deslocadas de seu contexto acadêmico original (Zimmermann, 2023, p. 20). Em diálogo, Demian Melo (2024) identifica que determinadas formulações que buscam problematizar os limites da democracia pré-1964, ou discutir criticamente as estratégias da luta armada, acabam, em certos contextos, sendo cooptadas por retóricas que relativizam o autoritarismo e redirecionam a responsabilização histórica. Nesse cenário, não se trata de atribuir intencionalidade à produção acadêmica, mas de reconhecer que determinadas inflexões - como o suposto apoio da sociedade civil ao golpe e ao regime subsequente - vêm sendo apropriadas em chave ideológica por setores empenhados em construir leituras legitimadoras da ditadura.

Desde o ano de 2019, com a eleição de Jair Bolsonaro à presidência, observou-se a sistematização institucional de

práticas negacionistas, particularmente nas Ordens do Dia divulgadas anualmente pelo Ministério da Defesa nas datas que rememoram o golpe de 1964. Como detalha Zimmermann (2023), esses documentos passaram a caracterizar a intervenção militar como uma resposta ao “clamor da maioria da população”, apresentando-a como um “marco da democracia brasileira” (BRASIL, 2020, n. p.). O texto de 2020, por exemplo, afirmava que o país havia sido salvo de um “regime totalitário”<sup>198</sup>, enquanto a Ordem de 2022<sup>199</sup> descrevia o legado do regime como de “paz, liberdade e democracia” (BRASIL, 2022). Tais enunciados omitem a violência institucionalizada e reconfiguram simbolicamente o passado autoritário. Diante dessa problemática, Vidal-Naquet (1988, p. 9) argumenta que tais discursos produzem uma forma de silenciamento secundário, configurando uma violência que impede o reconhecimento público das vítimas e compromete o processo de elaboração histórica. Trata-se do que o autor define como um “assassinato da memória”.

---

<sup>198</sup> Confira: “Defesa divulga Ordem do Dia de 31 de março e diz que 1964 é marco para a democracia”, *G1*, 30 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/30/defesa-divulga-ordem-do-dia-de-31-de-marco-e-diz-que-1964-e-marco-para-a-democracia.ghtml>. Acesso em: 30 maio 2025.

<sup>199</sup> “De saída do Ministério da Defesa, Braga Netto volta a celebrar a ditadura militar”. *IstoÉ Dinheiro*, 29 mar. 2022. Disponível em: <https://istoedinheiro.com.br/de-saida-do-ministerio-da-defesa-braga-netto-volta-a-celebrar-a-ditadura-militar>. Acesso em: 30 maio 2025.

Essa reconfiguração do passado não se restringe ao campo midiático. Diversas declarações de figuras políticas da extrema direita vêm reproduzindo e amplificando tais narrativas. Jair Bolsonaro, em 2016, qualificou o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra<sup>200</sup> como “herói nacional”<sup>201</sup> (G1, 2016) e, em 2019, determinou que o Ministério da Defesa promovesse “comemorações devidas” ao 31 de março (G1, 2019). Em 2024, Hamilton Mourão<sup>202</sup> afirmou que “a ditadura fechou o Congresso, sim, mas foi para defender a democracia” (Carta Capital, 2024; Poder360, 2024). Já Renan Bolsonaro, em declaração de maio de 2025, afirmou que “a ditadura militar foi a melhor época do Brasil, segundo as pessoas mais velhas”<sup>203</sup> (O

---

<sup>200</sup> Brilhante Ustra comandou o DOI-CODI entre 1970 e 1974, período em que ao menos 45 pessoas morreram sob custódia. Após a ditadura, publicou obras de teor negacionista e manteve presença ativa na internet (Bauer, 2020, p. 174). Morreu impune em 2015.

<sup>201</sup> Em 2016, Jair Bolsonaro declarou em sessão do Conselho de Ética que Ustra era “um herói brasileiro”. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/11/bolsonaro-diz-no-conselho-de-etica-que-coronel-ustra-e-heroi-brasileiro.html>. Acesso em: 29 maio 2025.

<sup>202</sup> O então senador Hamilton Mourão reiterou sua defesa do golpe de 1964, reafirmando seu apoio à intervenção militar como resposta necessária à conjuntura da época. Ver: CARTACAPITAL. *Mourão, hoje senador, volta a exaltar o golpe de 1964: ‘A ditadura fechou o Congresso’*. 29 mar. 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/mourao-hoje-senador-volta-a-exaltar-o-golpe-de-1964-a-ditadura-fechou-o-congresso/>. Acesso em: 29 maio 2025.

<sup>203</sup> JAIR Renan diz que ditadura militar é reconhecida como ‘a melhor época do Brasil’ por ‘mais velhos’, *O Globo*, [s.l.], 15 mai. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/05/15/jair-renan-diz-que-ditadura-militar-e-reconhecida-como-a-melhor-epoca-do-brasil-por-mais->

Globo, 2025), reafirmando uma nostalgia autoritária que ignora os testemunhos de repressão, censura e violação de direitos humanos. Tais manifestações, embora de diferentes atores, convergem para a construção de um imaginário no qual o autoritarismo é representado como solução institucional legítima.

Nesse contexto, a atuação de produtoras como a Brasil Paralelo intensifica a circulação de conteúdos que reformulam o passado ditatorial sob uma lógica de verossimilhança e estética documental (Santos, 2021). Em obras como *1964: o Brasil entre armas e livros*<sup>204</sup>, o golpe é representado como uma intervenção necessária, enquanto se omite a prática sistemática de tortura, perseguição e desaparecimento. O conteúdo é apresentado com forte apelo emocional, linguagem acessível e estrutura argumentativa que simula neutralidade. Editorial da *Gazeta do Povo*<sup>205</sup> elogiou a obra como “a aula de história que nos foi negada” (Gazeta do Povo, 2020), em clara contraposição à historiografia crítica e à política de memória construída após 1988. Como abordado por Mattos (2014), Santos (2021) e Melo (2024), esse tipo de discurso fragmenta seletivamente as

---

[velhos.ghml](#). Acesso em: 16 mai.

2025.

<sup>204</sup> Disponível em: [\(67\) 1964 - O Brasil entre armas e livros \(FILME COMPLETO\) - YouTube](#). Acesso em 30. mai. 2025.

<sup>205</sup> “Filme da Brasil Paralelo sobre 1964 é aula de história que nos foi negada”. *Gazeta do Povo*, 01 abr. 2022. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/artigos/filme-brasil-paralelo-sobre-1964-e-aula-de-historia-que-nos-foi-negada/>. Acesso em: 30 maio 2025.

fontes, apresenta argumentos desconectados de sua base empírica e reduz a complexidade do processo histórico a uma narrativa binária, favorecendo a consolidação de versões autoritárias da história nacional.

O cruzamento entre discursos institucionais, declarações públicas e produção audiovisual revela um campo de disputa acerca da ditadura militar. As Ordens do Dia, conforme mostra Zimmermann (2023), são particularmente ilustrativas por institucionalizarem uma leitura que reforça o esquecimento ativo e impede a escuta plural das memórias sociais. Expressões como “a história não pode ser reescrita em mero ato de revisionismo” (BRASIL, 2022) e a invocação recorrente da Lei da Anistia como “pacto de pacificação” deslocam a memória da ditadura para um plano de encerramento, que inviabiliza o reconhecimento dos traumas coletivos ainda não elaborados. Recentemente, o próprio presidente Lula declarou que “não quer ficar remoendo o golpe militar de 1964” (CNN Brasil, 2024), provocando críticas de entidades de direitos humanos. Essa postura, ainda que não negacionista, sinaliza o risco de um consenso silencioso sobre o passado, que esvazia a função pública da história e fragiliza os marcos da justiça transicional. Logo, a luta pelo passado é, em última instância, uma luta pelo presente — e cabe à historiografia demarcar com rigor os limites entre interpretação, apagamento e cooptação ideológica (Traverso, 2012).

## 5. Considerações Finais

Ao longo deste estudo, investigou-se de que forma a extrema direita brasileira tem reinterpretado, sob uma perspectiva negacionista, o período da Ditadura Militar. Esse movimento ocorre por meio da apropriação seletiva de leituras historiográficas, frequentemente retiradas de seu contexto original, com a finalidade de legitimar narrativas autoritárias. Observou-se que essa operação discursiva inclui tanto a recusa das evidências sobre as violências de Estado quanto a manipulação de críticas elaboradas no campo acadêmico, a fim de transformar o passado em instrumento de disputa política no presente. Diante disso, reafirma-se a defesa na qual a relação entre a produção histórica e sua recepção social seja pautada por rigor metodológico, compromisso ético e lucidez interpretativa.

Por conseguinte, não se trata de restringir o pluralismo interpretativo, mas de reconhecer que interpretações ambíguas, ao circularem fora do campo acadêmico, podem reforçar narrativas que relativizam os crimes do regime e silenciam vozes dissidentes. Desse modo, tal como defendido por Mattos (2014), Fico (2017) e Melo (2024) - a responsabilidade social do historiador enquanto produtor de conhecimento científico impõe o compromisso com a complexidade dos processos históricos e com os impactos de suas leituras na esfera pública<sup>206</sup>. Como adverte Traverso (2017), renunciar a um

---

<sup>206</sup> Demian Melo (2024, p. 114) enfatiza que, embora os historiadores não

engajamento crítico sob o pretexto de neutralidade metodológica abre espaço para que a história seja manipulada por projetos autoritários. Assim, a glorificação da ditadura, o apagamento das vítimas e a reinterpretação das instituições repressivas configuram ameaças não apenas à justiça de transição, mas também aos próprios fundamentos do Estado democrático de direito.

Tendo em vista tais desafios, evidencia-se o papel da história como ferramenta crítica, capaz de sustentar uma memória coletiva informada, plural e comprometida com os direitos humanos. Em suma, a responsabilidade do historiador não se limita à reconstituição factual, mas envolve a mediação entre conhecimento histórico e sociedade, contribuindo de modo efetivo para a consolidação de valores democráticos e a promoção da justiça e do reconhecimento histórico. Em tempos marcados pela apropriação política da memória e pelo avanço de discursos negacionistas, reafirmar o compromisso ético da historiografia torna-se um imperativo profissional e uma forma de resistência democrática.

---

detenham o controle sobre as representações hegemônicas do passado - sendo a memória constantemente disputada por forças como o Estado, a indústria cultural e os movimentos políticos - isso não os isenta de responsabilidade na produção e circulação do conhecimento histórico.

## Referências

BOLSONARO diz no Conselho de Ética que coronel Ustra é herói brasileiro. G1, 16 nov. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/11/bolsonaro-diz-no-conselho-de-etica-que-coronel-ustra-e-heroi-brasileiro.html>. Acesso em: 29 maio 2025.

CARTACAPITAL. Mourão, hoje senador, volta a exaltar o golpe de 1964: “A ditadura fechou o Congresso”. 29 mar. 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/mourao-hoje-senador-volta-a-exaltar-o-golpe-de-1964-a-ditadura-fechou-o-congresso/>. Acesso em: 29 maio 2025.

DEFESA divulga Ordem do Dia de 31 de março e diz que 1964 é marco para a democracia. G1, 30 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/30/defesa-divulga-ordem-do-dia-de-31-de-marco-e-diz-que-1964-e-marco-para-a-democracia.ghml>. Acesso em: 30 maio 2025.

DE SAÍDA do Ministério da Defesa, Braga Netto volta a celebrar a ditadura militar. IstoÉ Dinheiro, 29 mar. 2022. Disponível em: <https://istoedinheiro.com.br/de-saida-do-ministerio-da-defesa-braga-netto-volta-a-celebrar-a-ditadura-militar>. Acesso em: 30 maio 2025.

FILME da Brasil Paralelo sobre 1964 é aula de história que nos foi negada. Gazeta do Povo, 1 abr. 2022. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/artigos/filme-brasil-paralelo-sobre-1964-e-aula-de-historia-que-nos-foi-negada/>. Acesso em: 30 maio 2025.

JAIR Renan diz que ditadura militar é reconhecida como ‘a melhor época do Brasil’ por ‘mais velhos’. O Globo, 15 maio 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/05/15/jair-renan-diz-que-ditadura-militar-e-reconhecida-como-a-melhor-epoca-do-brasil-por-mais-velhos.ghml>. Acesso em: 16 maio 2025.

1964 - O Brasil entre armas e livros (Filme completo). YouTube, [s.l.], 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yTenWQHRPIg&t=4760s>. Acesso em: 30 maio 2025.

ALMEIDA, Karina Avelar de. A ditadura civil-militar brasileira em disputa no tempo presente: lugares de memória e datas comemorativas. *Faces de Clio*, v. 13, n. 1, p. 1–15, 2022.

ASSMANN, Aleida. Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Unicamp, 2011.

BAUER, Caroline Silveira. Usos do passado da ditadura brasileira em manifestações públicas de Jair Bolsonaro. In: KLEM, Bruna; PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei (orgs.). *Do fake ao fato: des(atualizando) Bolsonaro*. Vitória: Editora Milfontes, 2020. p. 173–193.

BAUER, Caroline Silveira. Quanta verdade o Brasil suportará? Uma análise das políticas de memória e de reparação implementadas no Brasil em relação à ditadura civil-militar. *Dimensões*, vol. 32, 2014, p. 148-169.

BAUER, Caroline Silveira; NICOLAZZI, Fernando Felizardo. O historiador e o falsário: usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. *Varia Historia*, Belo

Horizonte, v. 32, n. 60, p. 807–835, dez. 2016. DOI: [10.1590/0104-87752016000300009](https://doi.org/10.1590/0104-87752016000300009). Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-877520160003000807&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-877520160003000807&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 01 jun. 2025.

DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (Orgs.). *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 50-64, 1994. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1976/2164>. Acesso em: 16 mai. 2025.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964* (Livro 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Demandas sociais e história do tempo presente. In: VARELLA, Flávia et al. (org.). *Tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012. p. 101-124.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43–59, jan./jun. 2012.

FICO, Carlos. *Didadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas*. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74, jan./abr. 2017. DOI: [10.5965/2175180309202017005](https://doi.org/10.5965/2175180309202017005).

HARTOG, François. *Crer em história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

HUYSEN, Andreas. “Passados presentes: mídia, política, amnésia”. In: *Seduzidos pela memória. Arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p.9-40.

JELIN, Elizabeth. *Las luchas políticas por la memoria*. In: JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI De España Editores S. A, 2002.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204–251, jan./mar. 2018.

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto. *Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964*. Revista Marx e o Marxismo, v. 2, n. 2, p. 111–132, jan./jul. 2014.

MAIA, Tatyana de Amaral. Negacionismo histórico e emergência da extrema direita: a crise do regime moderno de historicidade no Brasil (2019-2022). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 39, n. 81, e23312, set./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-87752023000300012>. Acesso em: 15 mai. 2025.

MATTOS, Marcelo Badaró. As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea. In: MELO, Demian Bezerra de. (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MELO, Demian Bezerra de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian Bezerra de. (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014a.

MELO, Demian Bezerra de. Revisionismo histórico e revisionismo historiográfico sobre 1964: narrativas paralelas e pontos de continuidade. *Geminal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v. 15, n. 1, p. 191–207, abr. 2023. DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v15i1.51156>.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história no olho do furacão. In: KLEM, Bruna S.; PEREIRA, Mateus Henrique; ARAÚJO, Valdeci Lopes de (Org.). *Do fake ao fato: (Des)atualizando Bolsonaro*. Vitória: Milfontes, 2020, p. 29–41.

MUDEDE, C. *A extrema direita hoje*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

NORA, Pierre. Tradução de Yara Aun Khoury. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v.10, n.10, p.12, jul./dez.1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 21 mai. 2025.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro dos. *Agenda conservadora, ultraliberalismo e “guerra cultural”: “Brasil Paralelo” e a hegemonia das direitas no Brasil Contemporâneo (2016-2020)*. Dissertação de Mestrado em História. Marechal Cândido Rondon, Universidade Estadual do Paraná, 2021.

SPOHR, Martina. *Entre protagonistas e coadjuvantes: abordagens contemporâneas sobre a participação de civis no golpe de 1964 e na ditadura no Brasil*. *Projeto História*, São Paulo, n. 79, p. 8–34, 2024.

TELES, E.; QUINALHA, R. (orgs). *Espectros da ditadura: da Comissão da Verdade ao bolsonarismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

TRAVERSO, Enzo. O passado, modos de usar. *História, Memória e Política*. Lisboa: Ed. Unipop, 2012. TRAVERSO, Enzo. Revisão e revisionismo. In: CALIL, Gilberto Grassi; MELO, Demian Bezerra de; SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias (org.). *Contribuição à crítica da historiografia revisionista*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017, p.27-37.

VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre de Sá; BEVERNAGE, Berber. Negacionismo: História, historiografia e perspectivas de pesquisa. *Revista Brasileira de História*, v. 41, n. 87, p. 13-36, maio/ago. 2021.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os assassinos da memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo*. Papirus, Campinas, 1988. p. 9.

VILLA, Marco Antonio. *Jango: um perfil (1945-1964)*. São Paulo: Globo, 2004.

VILLA, Marco Antonio. *Ditadura à brasileira – 1964-1985: a democracia golpeada à esquerda e à direita*. São Paulo: LeYa, 2014.

ZIMMERMANN, A. C. O revisionismo histórico nas comemorações do golpe civil-militar de 1964 durante o governo Bolsonaro (2019-2022): heranças autoritárias e encerramento do passado. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of*

Historiography, Ouro Preto, v. 16, n. 41, p. 1–27, 2023. DOI: 10.15848/hh.v16i41.2003.  
Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/2003>. Acesso em: 30 maio. 2025.

## 13.

### **Bolsonarismo, fascismo e democracia em crise: reflexões sobre a radicalização da direita no Brasil (2019-2023)**

[Gabriel Lopes Silva](#)<sup>207</sup>

#### **1. Introdução**

Durante a escrita da minha monografia para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em que fui orientado pelo Prof. Dr. Felipe Azevedo Cazetta (Unimontes), a quem faço aqui menção de agradecimentos pela orientação e pelos incentivos, pudemos identificar um forte discurso anticomunista disseminado por Bolsonaro e seus apoiadores que permeou até a tentativa de golpe de Estado no dia 8 de janeiro de 2023. Contudo, durante a defesa da minha monografia, em que tivemos os professores Laurindo Mékie Pereira (Unimontes) e Francisco Carlos Teixeira da Silva (PEPI/UFRJ-PPGH-Unimontes) na banca, o professor Francisco Teixeira me incentivou a pesquisar o bolsonarismo sob a ótica do fascismo histórico, uma sugestão que inspirou a análise desse capítulo.

Esse trabalho tem como objetivo analisar o fenômeno político do bolsonarismo enquanto um movimento fascista do

---

<sup>207</sup> Graduando do 8º período em História pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. É membro do Grupo de Pesquisa e Estudos do Pensamento Autoritário- Unimontes. Este trabalho foi desenvolvido durante a monografia escrita para a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso. Email para contato: [gabriellopessilvavg@gmail.com](mailto:gabriellopessilvavg@gmail.com).

século XXI, entendendo que ele se diferencia do fascismo do século XX, mas tem diversas aproximações, conforme é discutido no texto. Uma dessas aproximações é o anti-intelectualismo, que está atrelado aos ataques contra os professores e às universidades, além de práticas antidemocráticas. Movimentos de extrema direita vêm surgindo em vários locais do globo, a exemplo dos Estados Unidos. Madeleine Albright já nos alertava que "se pensarmos no fascismo como uma ferida do passado que estava quase sarada, colocar Trump na Casa Branca foi como arrancar o curativo e cutucar a cicatriz" (Albright, 2018, p. 13). Donald Trump é outro líder de extrema direita com características fascizantes.

A metodologia desse trabalho é baseada no método da História do Tempo Presente, que "reside na aplicação rigorosa do método histórico na construção explicativa da relação passado/presente" (Silva, Schurster, 2023, p. 38). Por meio desta metodologia, é possível abordar temas sensíveis, como fascismos, ditaduras e traumas coletivos, e como isso impacta diretamente na compreensão do "eu/indivíduo" dentro da história. A História do Tempo Presente resgata a época dos fascismos e das ditaduras, ele aponta que esses estudos não são apenas análises de eventos políticos, mas também de memórias, identidades e traumas que foram, muitas vezes, silenciados ou esquecidos. A ideia é que certos episódios do passado, especialmente os marcados por violência, autoritarismo e repressão, são frequentemente negados,

apagados ou distorcidos, seja por governos, pela sociedade ou por grupos específicos.

As fontes utilizadas neste trabalho são os discursos de Jair Bolsonaro e de seus apoiadores, além de analisarmos também uma carta escrita por Bolsonaro a um grupo neonazista, em 2004. Essa carta foi divulgada pelo meio jornalístico *Intercept Brasil*. Já as frases proferidas pelo ex-presidente e analisadas, foram retiradas de sites virtuais.

Sendo assim, as fontes foram de fácil acesso para concluirmos essa investigação. Ao analisar as fontes, embasamos o estudo a partir da revisão bibliográfica de autores renomados que dialogam com determinada temática.

Ao investigar a permanência e a metamorfose de ideologias autoritárias no presente, este estudo evidencia a necessidade de abordagens interdisciplinares que integrem a análise histórica, a teoria política e a sociologia. Tal perspectiva possibilita uma compreensão mais abrangente dos mecanismos de atualização do autoritarismo em contextos democráticos e contribui, no âmbito acadêmico, para o enriquecimento dos debates teóricos acerca das dinâmicas de poder, cidadania e exclusão social. Para além da esfera universitária, a reflexão crítica desenvolvida oferece subsídios fundamentais, promovendo a capacidade de identificar práticas autoritárias emergentes e fortalecendo o compromisso coletivo com a defesa dos valores democráticos, da diversidade e dos direitos humanos, em um momento em que tais princípios encontram-se crescentemente ameaçados.

## **2. O combate ao comunismo como pretexto para o golpe de Estado**

Neste primeiro momento, iremos abordar de maneira mais contundente a tentativa de golpe de Estado ocorrido em janeiro de 2023, entretanto, destacamos a importância de que o “ex-presidente tentou quatro vezes derrubar o Estado de Direito no Brasil” (Silva; Schurster, 2023, p. 136), como aponta os historiadores Francisco Carlos Teixeira da Silva e Karl Schurster. O primeiro ataque de Bolsonaro à Constituição Federal e à ordem democrática foi no dia 7 de setembro de 2021, e declarou para uma multidão de seus eleitores “que não aceitaria mais as decisões do Supremo Tribunal Federal, ofendendo seus ministros, e que ‘devolveria’ o poder ao povo – um bordão recorrente das Extremas-Direitas em todo o mundo” (Silva; Schurster, 2023, p. 136-137). A segunda tentativa de promover golpe ocorreu em 30 de outubro de 2022,

quando Bolsonaro e Anderson Torres – de acordo com as evidências disponíveis também com a colaboração do general Braga Netto - propuseram por meio de um “Projeto de Comissão Reguladora Eleitoral” uma forma de declarar o “Estado de Defesa”, de acordo com o artigo 136 da Constituição, “no” STE. Numa visão distorcida travestiam de “ordem” a manipulação golpista do instituto constitucional. Em todo esse tempo, o ex-presidente continuou afirmando em público que sempre agiu “dentro das quatro linhas da

Constituição”. A questão, no entanto, que foi levantada com a descoberta da “Minuta” do Golpe é a capacidade do ex-presidente de entender, e aceitar, o que seriam as chamadas “quatro linhas” da Constituição (Silva; Schurster, 2023, p. 137).

Já a terceira tentativa que será analisada com mais ênfase neste trabalho, principalmente por conta do forte anticomunismo dos apoiadores nos protestos e nos atos antidemocráticos, ocasionando o infame 8 de janeiro de 2023. “Uma última tentativa de desestabilizar o Governo Lula da Silva, emerge em 2/02/2023 quando o senador Marcos do Val faz sua ‘denúncia -bomba’” (Silva; Schurster, 2023, p. 140), na qual acusa o ministro Alexandre de Moraes de ter manipulado as eleições passadas para facilitar para o Lula e dificultar para Bolsonaro e todos os influentes de direita, mesmo com a maioria do Congresso pertencente à direita e ao Partido Liberal (PL)<sup>208</sup>, partido de Bolsonaro.

O dia 8 de janeiro de 2023 ficará marcado na história do Brasil como o dia em que os Três Poderes da República foram atacados por extremistas, tentando abalar a democracia brasileira, a partir da invasão de seus respectivos prédios. Ressaltamos que os atos antidemocráticos não se resumem somente ao 8 de janeiro, mas também durante o governo

---

<sup>208</sup> Poder 360. PL e partidos de direita somarão 273 deputados na Câmara. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-congresso/congresso/pl-e-partidos-de-direita-somarao-273-deputados-na-camara/>. Acesso em 01 de ago. de 2024.

Bolsonaro e as eleições de 2022, ganhando bastante forças após a vitória do então candidato Luís Inácio Lula da Silva. Os bloqueios nas estradas<sup>209</sup>, ônibus queimados<sup>210</sup>, uma bomba no aeroporto de Brasília - DF<sup>211</sup> e principalmente os acampamentos em frente aos quartéis do Exército por todo o país<sup>212</sup>, contribuíram para o 8 de janeiro de 2023. Pensando na metodologia da História do Tempo Presente, entendemos que a proposta metodológica “traria uma revolução de paradigmas na medida em que não só aponta a diversidade das fontes de análise, mas produz novos caminhos para as leituras das fontes já tradicionalmente conhecidas nos arquivos públicos, valorizando a multiplicidade dos tempos históricos” (Silva;

<sup>209</sup> CNN Brasil. As últimas notícias sobre os bloqueios nas rodovias por apoiadores de Bolsonaro. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/live-update/politica/as-ultimas-noticias-sobre-os-bloqueios-nas-rodovias-por-apoiadores-de-bolsonaro/>. Acesso em 28 de abr. de 2024.

<sup>210</sup> CARAMORI, Iana, G1. Bolsonaristas radicais queimaram 3 carros e 5 ônibus e depredaram delegacia em ato em Brasília. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/12/13/bolsonaristas-queimaram-7-carros-e-4-onibus-e-depredaram-delegacia-em-ato-em-brasilia-dizem-bombeiros.ghtml>. Acesso em 28 de abr. de 2024.

<sup>211</sup> YAMAGUTI, Bruna, G1. Acusados de colocar bomba perto do aeroporto de Brasília são condenados em 2ª instância. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/10/03/acusados-de-colocar-bomba-perto-do-aeroporto-de-brasilia-sao-condenados-em-2a-instancia.ghtml>. Acesso em 28 de abr.

<sup>212</sup> G1, Entenda como acampamentos golpistas montados depois da eleição resultaram em atos de violência e terrorismo em Brasília. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/12/30/entenda-acampamentos-bolsonaristas-violencia-terrorismo.ghtml>. Acesso em 28 de abr. de 2024.

Schurster, 2023, p. 44).

Destacamos também que, os discursos antidemocráticos, negacionistas e as *fakenews* disseminadas por Bolsonaro e seus apoiadores, construíram uma atmosfera adequada para iniciativas golpistas e de descrédito à democracia, culminando com o que ocorreu em 8 de janeiro de 2023. Porém, como veremos no decorrer do texto, a anúncio da tentativa de golpe já estava presente na retórica do ex-presidente antes mesmo do ano de 2023. Como comenta Alessandra Brustolin (2021), o “discurso político tem espaços clássicos de enunciação. Os recentes acontecimentos no cenário político e social não são objeto de surpresa, mas um processo já anunciado” (Brustolin, 2021, p.82). A retórica antidemocrática já anunciada, levou centenas de radicais a invadirem de forma vandalizada a praça dos Três Poderes, alguns desses extremistas faziam parte dos grupos que ficavam em frente aos quartéis.

Para compreender os atos antidemocráticos, discursos e perspectivas associados ao bolsonarismo, é essencial examinar essa ideologia à luz das concepções políticas, objetivos e estratégias que remetem, de certa forma, à experiência do fascismo no século XX. Reconhece-se a presença de resquícios recorrentes do pensamento autoritário fascista, embora haja distinções significativas. O conceito de fascismo mencionado neste trabalho não é tratado como um mero adjetivo, mas sim como uma categoria, um conceito e uma ferramenta analítica para investigar as continuidades de um fenômeno histórico e suas manifestações contemporâneas, que apresentam afinidades

com essas referências.

Por caminhos metodológicos diversos, alguns autores sugerem a possibilidade de considerar o fascismo em termos de suas particularidades. Umberto Eco (1995), por exemplo, evita cair na armadilha da generalização simplista. Ao destacar as características fascistas essenciais, ele sugere a existência de um "fascismo eterno", discernível em nosso cotidiano, além dos exemplos históricos de fascismos. Algumas das características do "Ur-Fascismo" ou "Fascismo Eterno" citado por Eco (1995), é o culto da tradição, em que uma massa segue um líder carismático, além dessa, temos outras características como a mobilização, crítica ao racionalismo, grupos uniformizados, lemas e a denúncia ao cosmopolitismo que, surge na figura do marxismo cultural se pensarmos no Brasil do século XXI.

O autor alerta que "devemos nos manter alertas, para que o sentido dessas palavras não seja mais esquecido. O fascismo ainda está ao nosso redor, às vezes à paisana" (Eco, 1995, p.10). Francisco Carlos Teixeira da Silva e Karl Schurster (2023), ao analisar o conceito de fascismo, destacam que outra característica é a prática do "nós contra eles", uma ferramenta utilizada bastante pelo bolsonarismo, inclusive contra a população LGBTQIA+.

É aí que emerge o judeu culpado "por todos os males da Alemanha", os imigrantes do Norte da África na Itália atual, ciganos e maçons em face do Salazarismo clássico ou a destruição da família heteronormativa e branca em face da ascensão de grupos e formas alternativas de

pensar, como o povo Lgbt+ no bolsonarismo. Os diversos fascismos englobam todos estes “inimigos objetivos”, o “Outro” conveniente, como o “seu judeu” específico. Com uma fala peremptória, a novílingua do fascismo, não admite a alteridade, traço fundamental de sua própria natureza brutal (Silva; Schurster, 2023, p.31).

Quando se trata de um movimento autoritário do século XXI, costumamos ver termos como pós-fascismo ou “novos autoritários” sendo utilizados frequentemente por autores que demonstram apreensão ao abordar o conceito de fascismo, com receio de cair num mero “adjetivismo”. Por sua vez, Demian Melo (2020) ao analisar o bolsonarismo enquanto elemento da extrema direita no começo do governo Bolsonaro, comenta que “o bolsonarismo representa a tendência ao fascismo e com a ocupação do governo federal e as explícitas manobras e mobilizações realizadas nesse um ano e meio de governo Bolsonaro, suas pretensões de implantação de uma ditadura de características fascistas são mais que evidentes” (Melo, 2020, p. 17).

Partindo do pressuposto de que o fascismo é um movimento político, econômico e social que emergiu em diversos países europeus após a Primeira Guerra Mundial, podemos observar que, embora o termo e o partido fascista tenham sido concebidos na Itália de Mussolini, as características gerais de um governo fascista também foram evidentes na Alemanha de Hitler, em Portugal com Antônio de Oliveira Salazar, bem como nos traços autoritários da Espanha com

Francisco Franco, entre outros. Isso indica que o fascismo não se limitou ao governo Mussolini na Itália, e seus impactos permaneceram relevantes, assim como o perigo de surgimento de novos regimes fascistas. Compreender o fascismo e suas características pode ser crucial para evitar o apoio a governos com tendências fascistas e preservar a democracia nos países. Norberto Bobbio (2000) comenta que, características como a presença de “uma ideologia fundada no culto do chefe, na exaltação da coletividade nacional, no desprezo dos valores do individualismo liberal e no ideal da colaboração de classes, em oposição frontal ao socialismo e ao comunismo” (Bobbio, 2000, p. 467), são traços da ideologia fascista.

É possível notar traços do fascismo histórico no fenômeno do bolsonarismo, como foi mostrado na análise acima. Entretanto, devemos apresentar as divergências também. O fascismo que surgiu na Europa durante a primeira metade do século XX é caracterizado por projetos nacionalistas, que expressavam certo descontentamento de países destruídos pela guerra. No bolsonarismo, o nacionalismo é nominal e entreguista, como é notório no próprio discurso do ex-presidente<sup>213</sup>. O modelo econômico defendido pela base bolsonarista tem o viés neoliberal, que não defende direitos dos grupos trabalhadores, enquanto o fascismo italiano “propunha modelos de dirigismo e de proteção de parcela de seus

---

<sup>213</sup> CASADO, José. Bolsonaro: “Somos exemplo de patriotismo e honestidade. Revista Veja. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/jose-casado/bolsonaro-teremos-uma-das-gasolinas-mais-baratas-do-mundo>. Acesso em 27 de abr. de 2024.

cidadãos, os trabalhadores assalariados”, como destaca a cientista política Marina Lacerda (2022), em um texto publicado no FFLCH Cenedic da Universidade de São Paulo <sup>214</sup>. Lacerda (2022), aponta também como diferença, a questão da “nova direita hoje possui uma ‘lógica social do colapso’, ao passo que o nazifascismo tinha uma lógica de ascensão e expansão, embora esse “desejo do fim do mundo” ou de ‘catástrofe social’, essa ‘escatologia à direita’”.

Contudo, seguindo a ideia de Silva e Schurster (2023), ao comentarem que para entender o bolsonarismo e o uso de teorias da conspiração pelo movimento da nova direita brasileira, é necessário compreender alguns de seus componentes, que são

comum aos regimes fascistas ou aos componentes fascistas num regime político em crise – são: de um lado, o forte anti-intelectualismo, o desprezo pela ciências, artes e cultura, apontando para o mundo intelectual como a fonte permanente de corrupção de um padrão de vida regularizado em termos de uma sociedade heteronormativa, misógina, desigual e falocrata e, em segundo lugar – de forma complementar – o mais aberto “estilo paranóico” na condução dos negócios do Estado, confundindo medos e ansiedades pessoais com o agir na esfera pública (Teixeira;

---

<sup>214</sup> LACERDA, Marina Basso. Bolsonaro e o fascismo: do fenômeno psicológico à expressão neoliberal. FFLCH Cenedic. Disponível em: <https://cenedic.flch.usp.br/node/60>. Acesso em 28 de abr. de 2024.

A análise do bolsonarismo revela tanto semelhanças quanto diferenças em relação ao fascismo histórico. As semelhanças incluem elementos de autoritarismo, anti-intelectualismo e a utilização de teorias da conspiração para consolidar poder e criar um inimigo comum. Portanto, as diferenças marcantes no contexto socioeconômico e nas políticas de Estado mostram que o bolsonarismo adapta aspectos fascistas a uma realidade contemporânea distinta, marcada por um neoliberalismo que contrasta com o dirigismo estatal do fascismo original. Assim, compreender o bolsonarismo exige uma análise nuançada que leve em conta essas complexidades e variações, sem desconsiderar os paralelos preocupantes que podem ser traçados entre esses fenômenos políticos. Dessa forma, no próximo tópico, pretendemos analisar o fascismo enquanto ideologia, assim, examinaremos os aspectos fascistizantes no espectro político do fenômeno brasileiro.

### **3. O fascismo enquanto ideologia**

O fascismo é retratado como um movimento político que nasceu na Itália após o fim da Primeira Guerra Mundial. Um dos estudiosos do fascismo, Robert Paxton, comenta que, “oficialmente, o fascismo nasceu em Milão, em um domingo, 23 de março de 1919” (Paxton, 2007, p. 16). Nesse contexto,

podemos entender que o fascismo surgiu como uma reação à instabilidade social, econômica e política vivida pela Itália no pós-guerra, canalizando o descontentamento popular por meio de um discurso nacionalista, autoritário e anticomunista, que exaltava a violência como instrumento legítimo para alcançar a ordem e a unidade nacional.

Particularmente na Itália, “à medida que se expandia, o fascismo revelava sua fisionomia social. Os líderes e ativistas fascistas eram recrutados entre veteranos de guerra, profissionais liberais, proprietários de terras, meeiros, rendeiros remediados, os filhos adolescentes e adultos de todos esses elementos” (Blinkhorn, 2009, p. 40), como destaca o historiador Martin Blinkhorn, evidenciando que o movimento encontrou respaldo em setores sociais variados, especialmente entre aqueles que temiam a desordem social e viam no fascismo uma forma de restaurar a autoridade, os valores tradicionais e a estabilidade frente às ameaças do socialismo e das transformações promovidas pelo pós-guerra.

O fascismo surgiu como algo inédito, criado “a partir do zero para a nova política de massas. Ele tentava apelar sobretudo às emoções, pelo uso de rituais, de cerimônias cuidadosamente encenadas e de retórica intensamente carregada” (Paxton, 2007, p. 38). Em sua análise, Paxton (2007), toma a posição de que não há apenas um fascismo, entendendo que existe uma “grande variedade de fascismos” (Paxton, 2007, p. 45). Dessa forma, é importante salientar que compreender esse movimento não se limita a entender apenas

o fascismo italiano, reduzindo-o unicamente a uma ditadura, a uma política de Estado ou a uma estrutura estatal. Antes de se transformar em ditadura, o fascismo é também um movimento político e uma ideologia política.

Ressalta-se que o fascismo não foi uma experiência exclusivamente italiana, tampouco unicamente europeia, e também não se restringe exclusivamente ao período entre guerras. Ainda no século XX, na década de 1930, podemos destacar a Ação Integralista Brasileira (AIB), um movimento político que se destacou fora da Europa “como o principal partido de extrema-direita fascistizante” (Trindade, 1979, p. 125), como pontua Héglio Trindade, investigador do fascismo. O historiador João Fábio Bertonha comenta que “era impossível não reconhecer no Integralismo, porém, uma série de influências do Fascismo italiano e de outros movimentos fascistas europeus” (Bertonha, 2001, p. 89). Nessa vertente, entendemos que os movimentos autoritários que ocorriam na Europa, como o Integralismo Lusitano, o fascismo italiano, a Ação Francesa, o Nazismo, entre outros, vão influenciar de alguma maneira a AIB, em que o movimento integralista defenderá um “Estado de tipo fascista, o Estado Integral” (Gonçalves; Caldeira Neto, 2020, p. 15).

Também na década de 1930 e na América do Sul, tem-se a *Union Revolucionaria* (UR), um grupo político do Peru. Em 1933, após Luís Alberto Flores se tornar a nova liderança da UR, o movimento peruano adota “o modelo fascista como o ideal a ser seguido. A partir disso, são proeminentes as milícias de

camisas pretas, o aprofundamento do nacionalismo, o caráter anti-aprocomunista” (Gonçalves *et al*, 2023, p. 4), além de um modelo de Estado corporativista e totalitário, conforme aponta Tirso Molinari Morales, ao afirmar que a UR “se define el carácter fascista y corporativista del Partido Unión Revolucionaria, desde el cual, a su vez, se impulsará con mucha claridad e inusitado dinamismo todo un proyecto totalitario” (Morales, 2006, p. 322).

É nesse sentido que, seguindo a ideia de Paxton (2007), entendemos que “o termo fascismo deve ser resgatado do uso malfeito que vem tendo, e não jogado fora em razão desse uso” (Paxton, 2007, p. 46). Ainda de acordo com o autor, “precisamos de um termo genérico para o que é um fenômeno geral, na verdade, a novidade política mais importante do século XX” (Paxton, 2007, p. 46), sendo analisado enquanto ideologia, tendo se disseminado por diversas redes de sociabilidade, como é o exemplo do integralista Plínio Salgado, conforme aponta Felipe Cazetta, “não foi necessário Plínio Salgado viajar para a Europa nos primeiros anos da década de 1930 para se estabelecer contato com concepções conservadoras ou extremistas europeias” (Cazetta, 2019, p.382).

Nessa toada, entendemos que as diversas ideologias se apresentam como arcabouços teóricos que explicam distintamente a realidade social. Para entendermos o fascismo enquanto ideologia, precisamos compreender que ele não se resume apenas a um conjunto de práticas autoritárias ou a

regimes totalitários históricos, mas sim a um sistema de ideias coerente, com valores, crenças e objetivos próprios, que busca mobilizar massas e moldar a sociedade segundo uma determinada visão de mundo. Assim sendo, Paxton (2007) analisa o que chamamos de Nazismo, como uma espécie de fascismo adaptado à realidade e ao contexto alemão. De acordo com Leandro Konder, é de suma importância compreendermos e utilizarmos o conceito de fascismo enquanto categoria analítica, para a possibilidade de “identificar claramente as dimensões mundiais com que o fenômeno fascista pode reaparecer, modificado, em nossa época, no interior do capitalismo monopolista de Estado” (Konder, 2009, p. 170).

Assim, seria possível entender que o fascismo se configura como uma ideologia que oferece respostas, muitas vezes simplistas e excludentes, a crises sociais, políticas e econômicas, articulando elementos como o culto à nação, o autoritarismo, o anticomunismo, a recusa à democracia liberal e a glorificação da violência como meio legítimo de ação política. Dessa forma, sua análise enquanto ideologia nos permite perceber como ele pode se adaptar a diferentes contextos históricos e sociais, inclusive nos dias atuais, assumindo novas roupagens e se disseminando por canais contemporâneos de comunicação e interação.

#### 4. Seria Jair Bolsonaro um fascista?

Em 2017, Jair Messias Bolsonaro despontou como um forte candidato à Presidência da República Brasileira ao concorrer com os diversos candidatos e, principalmente, no segundo turno, contra Fernando Haddad (PT), nas eleições daquele ano. Com um discurso anticorrupção e contra o Partido dos Trabalhadores (PT), Bolsonaro começou a arregimentar um capital eleitoral que não era simpático ao partido de oposição do então candidato à presidência. Ele canalizou a insatisfação da população para ideais de unidade nacional para evitar a ameaça de um inimigo que deve ser combatido, sendo este, o PT, que muitas vezes foi associado a um partido comunista ou socialista. Em 2018, após vencer as eleições presidenciais brasileiras, Bolsonaro disse que o Brasil não poderia ficar “flertando com o socialismo, com o comunismo e com o extremismo da esquerda” (Bolsonaro, 2018)<sup>215</sup>. O mito do comunismo permeia o Brasil desde o século XX, onde houve dois regimes ditatoriais que utilizaram o combate ao comunismo como pretexto para legitimar os golpes.

Em 1937, Getúlio Vargas utilizou o chamado Plano Cohen para continuar na presidência, um material que mais tarde foi descoberto ter sido forjado pelo militar do exército, Olympio Mourão Filho. O Plano Cohen seria uma suposta

<sup>215</sup> Rodas, Sergio. Após vitória, Bolsonaro diz que Brasil não irá mais "flertar com socialismo", 28 de out. 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-out-28/bolsonaro-brasil-nao-ira-flertar-socialismo/>. Acesso em 17 de abr. 2025.

tentativa para os comunistas assumirem o governo brasileiro. Em 1964, o combate ao comunismo também foi utilizado como pretexto para a pedida de intervenção militar por parte da sociedade e também para os militares concederem o golpe de Estado, culminando na ditadura militar, sendo estes dois períodos, os “marcos das duas grandes ondas anticomunistas ocorridas no Brasil”. (Motta, 2000, p. 174). Anteriormente à 1964, também é notável o uso do “anticomunismo e a insatisfação com o governo de Goulart” (Ramos, 2022, 171).

Como aponta Diego Ramos na obra *A República Sitiada*, o presidente João Goulart também foi acusado de ser comunista, sendo perseguido e exilado. Bolsonaro também utilizou do combate ao comunismo para mobilizar sua base eleitoral, mesmo não havendo um “real perigo”, porém, conforme aponta o historiador Raoul Girardet, “não há nenhuma destas construções que não possa ser interpretada como uma resposta a uma ameaça, [...] e pouco importa, no caso, a exata medida da realidade dessa ameaça” (Girardet, 1987, p.54).

É nesse sentido que é criada uma espécie de unidade dentro do bolsonarismo, tendo como uma de suas características o combate ao comunismo. A estratégia para dividir o “nós” contra “eles” é o fundamento sob o qual as perseguições ocorreram, ocorrem ou poderão ocorrer. Jason Stanley aponta que “o sintoma mais marcante da política fascista é a divisão. Destina-se a dividir uma população em “nós” e “eles”. Muitos tipos de movimentos políticos envolvem

tal divisão” (Stanley, 2018, p. 9). Um exemplo é a advogada Doris Denise Neumann, presidente da secretaria da Mulher do partido Patriota e militante bolsonarista que foi contra a política de *lockdown* que ocorreu durante a pandemia do COVID-19, afirmando as seguintes palavras:

Os alemães vão entender a frase que eu vou falar: Arbeit macht frei. Não foi isso que a gente aprendeu? Que o trabalho nos faz ser livre (sic). Pois aqui nós estamos reivindicando o trabalho. Se o governador que foi posto por nós no poder para a decisão não decidir que nós possamos trabalhar, a gente tira ele (Parente, 2021)<sup>216</sup>.

A frase citada por Neumann em alemão: “*Arbeit macht frei*”, foi utilizada por diversos campos de concentração pelos nazistas, como em Auschwitz, por exemplo. Seu uso, portanto, carrega uma forte carga simbólica e histórica, vinculada diretamente ao regime de terror nazista e à banalização da violência sistemática promovida por ele. Quando evocada no contexto político contemporâneo, ainda que de forma aparentemente descontextualizada ou irrefletida, revela não apenas uma tentativa de provocação ou choque, mas também uma preocupante banalização dos símbolos do fascismo

---

<sup>216</sup> Parente, M. RS: Contra lockdown, bolsonarista usa lema nazista, 11 de mar. 2021. Disponível em: <https://www.leijaja.com/politica/2021/03/11/rs-contralockdown-bolsonarista-usa-lema-nazista/>. Acesso em 13 de abr. 2025.

histórico.

Esse exemplo evidencia como discursos de extrema direita e práticas associadas ao fascismo podem ser ressignificados nas redes sociais e no debate público, incorporando elementos do passado de forma distorcida para legitimar discursos autoritários no presente. É perceptível notar traços fascistas, sendo uma estratégia exposta, carregando a premissa de que os opositores político-ideológicos são vistos como parasitas sociais, e o trabalho (até mesmo forçado) é proposto como remédio para sua suposta indolência, enquanto o trabalhador nacional é exaltado em contraste ao estrangeiro. Apesar desse caso não envolver diretamente Jair Bolsonaro, podemos destacar outros exemplos, como a carta do ex-presidente, que naquela ocasião ainda atuava como deputado federal, para um grupo neonazista, que foi encontrada pela antropóloga Adriana Dias, em um *site* intitulado “Econac”, um meio de disseminação nazista.



Pedido de Sessão Solene Para os Militares Que Combateram Guerrilheiros Comunistas

Jair Bolsonaro

Brasília-DF, 17 de dezembro de 2004.

Prezado(s) Companheiro(a),

Ao término de mais um ano de trabalho, dirijo-me aos prezados internautas com o propósito de desejar-lhes felicidades por ocasião das datas festivas que se aproximam, votos ostensivos aos familiares.

Todo retorno que tenho dos comunicados se transforma em estímulo ao meu trabalho. Vocês são a razão da existência do meu mandato. Em dezembro estou completando 16 anos de vida como parlamentar contra os 15 de efetivo serviço ao nosso glorioso Exército Brasileiro.

Outrossim, informo que, como última atividade no corrente ano, protocolei Requerimento no sentido de realizar Sessão Solene em homenagem aos militares das Forças Armadas assassinados no Araguaia. Caso deferido, a sessão contará com a honrosa presença do Coronel R/1 LICIO MACIEL, autor da prisão do "guerrilheiro de festim" José Genoino.

Atenciosamente,

JAIR BOLSONARO

Deputado Federal - PFL/RJ

Fonte: The Intercept Brasil

Na carta, Bolsonaro deseja felicidades aos internautas que acompanham a plataforma e diz que eles são a razão da existência do seu mandato. Além disso, o título da carta já demonstra uma saudação aos militares que “combateram” com “guerrilheiros comunistas”, fazendo alusão à Ditadura Militar, em que diversas pessoas foram consideradas comunistas e perseguidas durante o regime ditatorial. A partir dessa carta assinada por Bolsonaro, podemos notar uma aproximação sua com grupos neonazistas. Outro movimento que mostra sua aproximação com grupos radicais de extrema direita, está vinculada a ressignificação de frases apropriadas da Alemanha nazista. O lema “Deus acima de todos” e “Brasil acima de tudo” são discursos que remetem à Alemanha de Adolf Hitler, por exemplo. O lema “*Deutschland über alles*” (Alemanha acima de tudo), que foi utilizado pelo governo nazista, acabou sendo

ressignificado pelo ex-presidente brasileiro, além de adotar o bordão “Deus, pátria e família”, utilizado veementemente pela AIB, um movimento fascista.

Não ficando somente nos discursos, podemos notar essas aproximações nas ações, uma vez que, em 2012, Bolsonaro recebeu e elogiou Beatrix von Storch, que naquela ocasião era vice-presidente do partido neonazista Alternativa para a Alemanha (AfD). A deputada alemã também é neta do ministro de Hitler e sugeriu uma espécie de “internacional conservadora” com Bolsonaro, em contraposição ao “internacional socialismo”<sup>217</sup>. Outro elemento interessante que julgamos não poder passar despercebido é a ligação de Bolsonaro com o setor evangélico. Stanley (2018) aponta que “na política fascista, todos na nação escolhida compartilham uma religião e um modo de vida, um conjunto de costumes” (Stanley, 2018, p. 122), o que ajuda a entender como o discurso bolsonarista se ancora em valores religiosos para forjar uma identidade nacional homogênea, excludente e moralmente superior, consolidando uma base de apoio fiel e mobilizada.

Essa homogeneização religiosa cumpre um papel fundamental, pois ela cria uma fronteira entre “nós” e “eles”. Quem compartilha desses valores é visto como parte da nação legítima, quem não compartilha, sejam minorias religiosas,

---

<sup>217</sup> Sanches, Mariana. Neta de ministro de Hitler, deputada alemã sugere 'internacional conservadora' com Bolsonaro, 25 de ago. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58325310>. Acesso em 18 de abr. 2025.

ateus, progressistas, ou defensores da laicidade, é frequentemente retratado como inimigo interno, ameaça à ordem e à moralidade. Portanto, é nesse sentido que entendemos Bolsonaro enquanto um adepto às ideologias fascistas, compreendendo que “[...] a ameaça da normalização do mito fascista é real” (Stanley, 2018, p. 151), instituindo-se pela receptividade das propostas e da política fascista por uma considerável parcela da sociedade em países distintos. Dessa forma, Stanley (2018) alerta que essa ameaça e normalização de táticas e procedimentos com teores fascistas ligados a países de diversos continentes no século XXI, tem um termo específico, “o conceito que nós estamos buscando para isso é fascismo. Seu ressurgimento no cenário mundial hoje nos ensina que o fascismo é uma ideologia que permanecerá atraente no futuro, em circunstâncias diferentes” (Stanley, 2019, p. 9)<sup>218</sup>.

O governo de Bolsonaro viveu diversos momentos conturbados em que seus eleitores, políticos e ministros escolhidos para trabalharem em seu governo apresentaram um flerte com ideias fascistas. Aqui, faço menção ao Secretário especial da Cultura, Roberto Alvim, que copiou uma citação do ministro de propaganda da Alemanha nazista, Joseph Goebbels. A frase de Goebbels foi a seguinte: "A arte alemã da próxima década será heroica, será ferreamente romântica, será objetiva e livre de sentimentalismo, será nacional com grande páthos e igualmente imperativa e vinculante, ou então não será nada".

---

<sup>218</sup> Tradução do autor. O original é “The possibility that fascism could reemerge as a popular force has not been kept sufficiently salient”.

Alvim recitou da seguinte maneira: "A arte brasileira da próxima década será heroica e será nacional. Será dotada de grande capacidade de envolvimento emocional e será igualmente imperativa, posto que profundamente vinculada às aspirações urgentes de nosso povo, ou então não será nada"<sup>219</sup>.

Nesse mesmo vídeo em que faz alusão ao membro do governo nazista, a trilha sonora que tocava no momento de seu pronunciamento era *Lohengrin*, de Richard Wagner, compositor alemão admirado por Goebbels e cantor favorito de Adolf Hitler. Outro caso que chamou bastante atenção, foi quando o ex-assessor internacional da Presidência da República, Filipe Martins, realizou um gesto que faz referência ao nazismo. Em 2021, Martins apareceu na TV Senado, na qual fez um símbolo em forma de "OK" com as mãos, porém, com três dedos retos, em forma de W. Para grupos de extrema direita e supremacistas brancos, os três dedos esticados simbolizam a letra "W", uma referência à palavra em inglês "white" (branco). Já o círculo formado representa a letra "p", para a palavra "power" (poder).

Desde então, estudiosos que analisam os símbolos associados à extrema direita apontam que esse gesto funciona como uma mensagem cifrada, um "dog whistle", expressão que faz referência a apitos que só podem ser ouvidos por cães, mas

---

<sup>219</sup> Góes, Bruno. "Roberto Alvim copia discurso do nazista Joseph Goebbels e causa onda de indignação", 16 de jan. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/roberto-alvim-copia-discurso-do-nazista-joseph-goebbels-causa-onda-de-indignacao-24195523>. Acesso em 01 de jun. 2025.

permanecem imperceptíveis aos ouvidos humanos. Trata-se de uma tática comunicativa na qual o sinal pode parecer inofensivo ou ambíguo para o público em geral, enquanto transmite um significado específico e oculto para um determinado grupo. Esse símbolo é adotado pela *alt-right*, uma vertente alternativa do supremacismo branco nos Estados Unidos, cuja ideologia carrega elementos racistas e antissemitas, além de defender que a direita tradicional não protege, de forma eficaz, os interesses da população branca.

Martins se tornou réu no mesmo ano em que realizou o gesto associado ao *white power*, em 2021, e acabou condenado em 2024 pelo ato de caráter racista. A sentença, no entanto, não resultou em prisão, sendo convertida em prestação de serviços comunitários e no pagamento de uma quantia destinada a uma instituição social<sup>220</sup>. Esse episódio reflete como símbolos e gestos, muitas vezes aparentemente banais ou ambíguos, são instrumentalizados dentro de discursos fascistas contemporâneos. Assim como no fascismo histórico, o fascismo contemporâneo se sustenta na construção de códigos, discursos de ódio disfarçados de humor, ironia ou “liberdade de expressão”, além da negação sistemática de suas intenções discriminatórias. A adoção desses símbolos busca reforçar a coesão interna dos grupos, ao mesmo tempo que dificulta sua

---

<sup>220</sup> Gullino, Daniel. “Filipe Martins, ex-assessor de Bolsonaro, é condenado por gesto racista em sessão do Senado”, 17 de dez. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/12/17/filipe-martins-ex-assessor-de-bolsonaro-e-condenado-por-gesto-racista-em-sessao-do-senado.ghtml>. Acesso em 01 de jun. 2025.

identificação e responsabilização no espaço público e jurídico.

Francisco Carlos Teixeira da Silva aponta que “a política ‘negacionista’ ateu-se, numa primeira fase do bolsonarismo, exclusivamente no campo da História, só mais tarde iria espriar-se para o campo da saúde pública” (Silva, 2022, p. 59). Essa característica anti intelectual é importante dentro do movimento bolsonarista e pode ser encontrado nos movimentos fascistas. A retórica negacionista utilizada durante a pandemia do Covid-19 é um exemplo que pode ser citado. Há também a negação da ditadura militar brasileira, ocorrida entre 1964 a 1985. A historiadora Caroline Silveira Bauer analisa que “o negacionismo da Ditadura Civil-Militar pode ser definido como um uso abusivo do passado, no qual, através da mentira, do engano e do falseamento, busca-se usufruir de suas vantagens” (Bauer, 2024, p. 9).

Esse negacionismo, portanto, não se limita ao campo da saúde ou da história, mas se estende a todas as áreas do conhecimento que contradizem a visão de mundo propagada pelo bolsonarismo, desqualificando a produção científica, a pesquisa acadêmica e qualquer forma de saber crítico, em um movimento que reforça a desinformação como instrumento de dominação e controle social. Bolsonaro também faz diversas críticas aos professores e às universidades. Em 2020, o ex-presidente disse o seguinte sobre os professores:

Ficam ouvindo sindicato de professores. Pessoal deve saber como que é composto a ideologia dos sindicatos dos professores pelo

Brasil quase todo. É um pessoal de esquerda radical. Para eles tá bom ficar em casa, por dois motivos: primeiro eles ficam em casa e não trabalham, por outro colabora que a garotada não aprenda mais coisas, não volte a se instruir (Bolsonaro, 2020).<sup>221</sup>

A fala de Bolsonaro constrói uma generalização que desqualifica o papel dos sindicatos de professores, associando-os automaticamente à “esquerda radical”. Essa estratégia tem sido recorrente em discursos de extrema direita, bem como os movimentos fascistas em que instituições que representam categorias trabalhadoras são deslegitimadas. Isso cumpre uma função política, isto é, enfraquecer a organização coletiva e desmobilizar os trabalhadores, atacando a própria ideia de sindicato enquanto instrumento de luta por direitos. Ao afirmar que os professores “não trabalham” e que sua atuação impede que “a garotada aprenda”, a fala reforça o estigma de que o trabalho docente não é trabalho real. Isso é típico do anti-intelectualismo, que busca desvalorizar não só os profissionais da educação, mas também o próprio conhecimento como ferramenta de emancipação social. Ao atacar a figura do professor, o discurso atinge diretamente a produção e circulação de saberes críticos.

Outro exemplo desses discursos que podemos trazer

---

<sup>221</sup> Suprema. “Bolsonaro ataca professores e diz que eles não querem trabalhar”, 18 de set. 2020. Disponível em: <https://www.supremamaracanao.org.br/bolsonaro-ataca-professores-e-diz-que-eles-nao-querem-trabalhar/>. Acesso em 01 de jun. 2025.

para análise, foi em um evento nos Estados Unidos, no ano de 2019, onde Bolsonaro minimizou as manifestações contra os cortes na área da educação, em que o ex-presidente diz: "a esquerda tomou grande parte das universidades e escolas"<sup>222</sup>. Esse discurso de Bolsonaro reforça um discurso conspiratório que associa os espaços de produção de conhecimento a uma suposta dominação ideológica da esquerda. Essa narrativa tem como objetivo desacreditar o ambiente acadêmico, questionando sua legitimidade, sua neutralidade científica e sua função social. O ex-presidente nomeou Abraham Weintraub como ministro da educação, que proferiu diversos discursos anticomunistas e conspiratórios, como é o caso da luta contra o "marxismo cultural".

Em relação a autonomia das universidades, Weintraub disse que a "autonomia universitária não é soberania. Se preciso, a polícia tem que entrar (nas universidades). E se preciso for, a polícia vai entrar, vai entrar sim" (Weintraub, 2019). Essa declaração de Weintraub revela traços fascizantes que atentam contra os princípios democráticos e a liberdade acadêmica. Tal afirmação demonstra um claro desprezo pela autonomia universitária, princípio constitucional

---

<sup>222</sup> Cardim, Maria Eduarda. "A esquerda tomou grande parte das universidades e escolas", diz Bolsonaro", 17 de mai. 2019.

Disponível em:

[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/05/16/interna\\_politica,755396/a-esquerda-tomou-grande-parte-das-universidades-e-escolas-diz-bolso.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/05/16/interna_politica,755396/a-esquerda-tomou-grande-parte-das-universidades-e-escolas-diz-bolso.shtml). Acesso em 01 de jun. 2025.

que assegura às instituições de ensino superior a liberdade de gestão administrativa, científica e pedagógica, sem interferências político-ideológicas externas. A defesa do uso da força policial contra as universidades dialoga diretamente com práticas autoritárias características dos regimes fascistas, que historicamente buscaram controlar, censurar e reprimir espaços de produção de conhecimento e pensamento crítico.

Portanto, no fascismo, qualquer manifestação de dissenso era tratada como ameaça à ordem, legitimando a repressão e a militarização da vida civil. Assim, ao propor a entrada da polícia nas universidades, Weintraub reforça uma lógica de criminalização do saber, de hostilidade à ciência e de intolerância às divergências, elementos centrais na construção de projetos autoritários que se alimentam da desinformação e da supressão das liberdades civis. Dessa forma, destacamos que há diversos traços fascistizantes em Bolsonaro, seu eleitorado e apoiadores, elementos que convergem com tendências fascistas do século XXI e se apresentam com traços distintos do século passado. Essas tendências precisam se reformular, inclusive, para enfrentar as novas resistências que surgem diante de seus projetos.

## **5. Conclusão**

Diante da análise apresentada, é possível concluir que o bolsonarismo representa uma manifestação contemporânea da extrema direita, que incorpora diversos traços fascistizantes,

ainda que adaptados à realidade do século XXI. Elementos como o culto à figura do líder, o anti-intelectualismo, a disseminação de teorias conspiratórias, o negacionismo histórico, o ataque sistemático às instituições democráticas e a construção de inimigos internos reforçam paralelos com o fascismo clássico. Embora existam diferenças estruturais, especialmente no campo econômico, marcado pelo neoliberalismo, o projeto bolsonarista articula um discurso que mobiliza o medo, o ressentimento e a intolerância como instrumentos de poder. A tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023 evidencia que esse movimento não se restringe à retórica, mas se materializa em ações concretas contra a ordem democrática.

Compreender essas dinâmicas é fundamental não apenas para a análise do presente, mas também para fortalecer os instrumentos de resistência social, política e acadêmica frente às ameaças autoritárias que persistem na contemporaneidade. Nesse sentido, a História do Tempo Presente se reafirma como uma ferramenta metodológica e epistemológica fundamental. Ao propor uma reflexão crítica sobre o passado recente e seus impactos no presente, a História do Tempo Presente contribui para a preservação da memória, para a desconstrução de narrativas negacionistas e para o fortalecimento dos valores democráticos. Compreender o bolsonarismo a partir de suas aproximações com práticas fascizantes não é apenas um exercício acadêmico, mas um compromisso ético com a defesa da democracia, dos direitos

humanos e da construção de uma sociedade plural, justa e comprometida com a verdade histórica.

Portanto, é importante reconhecer que o fascismo pode se apresentar com novas formas e estratégias. Compreendemos que o desafio contemporâneo é identificar e resistir a esses processos enquanto ainda há espaço para a ação democrática. A vigilância crítica, o fortalecimento das instituições e a promoção de uma cultura política pluralista tornam-se, portanto, instrumentos fundamentais para conter o avanço das novas formas de autoritarismo. O fascismo não pertence apenas ao passado, ele é uma ameaça real, sempre em potencial, especialmente em tempos de crise, quando lideranças oportunistas encontram, na fragilidade da democracia, a chance de transformá-la em um simulacro vazio de liberdade. Atualmente, não há dúvidas de que novas estruturas estão sendo utilizadas para disseminar mensagens de cunho fascista. Sendo assim, surgem termos como neofascismo, para analisar o fenômeno fascista e sua conjuntura atual. O neofascismo seria o fascismo que se recicla com mudanças, mutações e apresenta novas estratégias, até porque seria inócuo se apresentar com a mesma roupagem do século XX.

## Referências

- ALBRIGHT, Madeleine. Fascismo: um alerta. São Paulo: Planeta, 2018.
- BAUER, Caroline Silveira. Jair Messias Bolsonaro e suas verdades: o negacionismo da Ditadura Civil-Militar em três proposições legislativas. Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol. 37, nº 8, 2024.
- BERTONHA, João Fábio. Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil. Revista Brasileira de História, v. 21, n. 40, p. 85–104, 2001.
- BLINKHORN, Martin. Mussolini e a Itália fascista. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- BOBBIO, Norberto. Direita e esquerda: Razões e significados de uma distinção política. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- BRUSTOLIN, Alessandra. O autoritarismo anunciado: Uma análise de discurso do Presidente Jair Bolsonaro. Revista dos Estudantes de Direito de Brasília, 20ª edição: 2021.
- CAZETTA, Felipe Azevedo. Fascismos (?) Análise do Integralismo Lusitano e da Ação Integralista Brasileira (1914-1937). Jundiaí - São Paulo, Paco Editorial, 2019.
- ECO, Umberto. Ur – Fascismo: Fascismo Eterno. Versão em português: Lara Kauss. The New York Review of Books - 22 de junho de 1995.
- GIRARDET, Raoul. Mitos e mitologias políticas. São Paulo: CIA das Letras, 1987.
- GONÇALVES, Leandro Pereira et al. Fascismo e corporativismo na América Latina: os casos da Ação Integralista Brasileira e da Unión Revolucionaria. Princípia: Caminhos da Iniciação Científica: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2023.
- GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.
- KONDER, Leandro. Introdução ao fascismo. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.
- MELO, Demian. O Bolsonarismo como fascismo do século XXI. In: (Neo)fascismos e educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil. Rio de Janeiro: Morula, 2020.
- MORALES, Tirso Molinari. El Partido Unión Revolucionaria y su proyecto totalitario-fascista.

Perú 1933-1936. *Investigaciones Sociales*, N° 16, p. 321-346 UNMSM / IHS, Lima, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto. *Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

PAXTON, Robert. *Anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira; SCHURSTER, Karl. *A República sitiada: militares e bolsonarismo no Brasil*. Edupe, Recife: 2022.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira; SCHURSTER, Karl. *Como (não) fazer um golpe de estado no Brasil: uma história interna do 8 de janeiro de 2023*. Edupe, Recife: 2023.

STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo: a política do "nós" e "eles"*. Porto Alegre: L&PM, 2018.

TRINDADE, Héglio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930*. São Paulo: Ed. Difel, 1979.





[@editorauana](https://twitter.com/editorauana)  
[editorauana@gmail.com](mailto:editorauana@gmail.com)  
[www.editorauana.com.br](http://www.editorauana.com.br)